

Cristiane Medianeira Ávila Dias

A ação popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972

Passo Fundo, junho de 2011

Cristiane Medianeira Ávila Dias

A ação popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Mestre em História sob a orientação da Prof.(a) Dr(a) Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2011

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, seu Arizinho (in memorian),
com todo o meu amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha filha Esthér, que partilhou comigo as alegrias e as angústias pelas quais passei durante a elaboração desse trabalho, me ofertando sempre o seu amor e o seu sorriso de menina-estrela.

À professora Ana Luiza, por ter orientado, mesmo nos momentos mais difíceis, com muita paciência e carinho.

À minha mãe, D. Alda, pelo exemplo de força e perseverança.

Aos meus amigos queridos: Milinha, Thirso, Maris, Arthur, Kaká e Ivetie, por todo o apoio.

Aos militantes da Ação Popular, que colaboraram com a elaboração da pesquisa: Luís Antonio Tim Grassi, Maria Josefina Becker, José Henrique Freitas, Antonia Mara Vieira Loguércio, Antonio Ramos Gomes e Antonio Norival Soave (in memoriam).

À Nilce, pela sua generosidade em me conceder, não apenas a entrevista, como documentos, livros e fotografias sobre a história da Ação Popular e por ter trazido para a minha vida Camile, Letícia e Amanda.

À Cláudia, pela hospedagem nas viagens que fiz para Porto Alegre e pelas ótimas conversas de sábado à noite.

Agradeço a querida amiga, professora Lenir Cassel Agostini, pela ajuda e o grande incentivo que me deu quando comecei o projeto de pesquisa, como sua bolsista e, mais tarde orientanda, ainda na graduação.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

Agradeço, em especial, ao professor Enrique Padrós, por toda a sua colaboração na realização desse trabalho. Obrigado por nunca ter deixado de acreditar em mim e na minha pesquisa.

Meu pai me perguntou se tinha valido a pena tanta dor. Na época, eu só respondi que sabia com o que eu estava comprometida e quais seriam as conseqüências. Agora, propondo-me a escrever sobre as torturas que me foram impostas, essa pergunta aparece novamente. Passados trinta anos, o sentimento que me assalta é de esperança e, ao mesmo tempo, de horror. Esperança de que o que fizemos continue a dar frutos, porque, apesar de tudo o que nos aconteceu, fizemos a história avançar, porém nenhum torturador e, principalmente, seus mandantes, foram julgados ou condenados. Acreditávamos e continuo acreditando na necessidade de construirmos um mundo sem exploradores e explorados, onde o ser humano pudesse e possa viver como ser humano, numa sociedade solidária e cidadã, uma sociedade socialista”.

(Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso, publicado no livro “Relatório Azul”, 1997, da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos – Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul - Páginas 306 a 309).

RESUMO

Esta dissertação trata da trajetória da Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul entre 1962 e 1972. Buscou-se analisar as ideias, formas de atuação, táticas e estratégias que a AP adotou em âmbito estadual, salientando-se os vínculos e as diferenças em relação à AP nacional. Observou-se que a Ação Popular após a sua fundação (1962) apoiou, mesmo que de forma crítica, o plano reformista de João Goulart, tendo participado do Movimento de Educação de Base (MEB) e formado junto com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os chamados “Independentes”, a Frente Única, que manteve a hegemonia dentro do movimento estudantil estadual até o golpe civil-militar de 1964. Após o golpe, a AP passou por um período de cisões e rupturas internas, mas continuou desenvolvendo ações junto ao movimento estudantil e operário, optando por não aderir à luta armada. Em 1967, a AP adotou a política de integração na produção que determinava o envio de seus militantes para trabalharem junto a camponeses e operários em várias regiões do país. O envio de militantes tornou-se mais intenso após a decretação do AI-5, em dezembro de 1968. Neste sentido, militantes foram enviados para o Rio Grande do Sul em meados de 1969 para organizar o setor estudantil e operário da AP, que havia sofrido os efeitos da repressão com o afastamento da maior parte de seus integrantes. Além disso, a AP estruturou um esquema de passagem de militantes para o Uruguai e a Argentina através do estado que ficou conhecido como “Esquema de Fronteira”. As ações da AP praticamente acabaram no ano de 1972, quando a maior parte dos seus integrantes foi presa pelo DOPS em Porto Alegre. A pesquisa utilizou fontes tais como documentação produzida nos órgãos de repressão (DOPS, SOPS), na Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) da UFRGS; jornal Correio do Povo e depoimentos de militantes da organização. O referencial teórico baseou-se nos conceitos desenvolvidos por Antonio Gramsci de intelectual orgânico, hegemonia, senso comum, bom senso e bloco histórico. O trabalho também se amparou nos conceitos de “memória condicionada”, desenvolvido por Jacques Le Goff, e pela definição de “fronteiras ideológicas”, desenvolvido por Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Palavras-chave: Ação Popular, Rio Grande do Sul, Esquema de Fronteira

ABSTRACT

This thesis examines the trajectory of the Popular Action (PA) in Rio Grande do Sul between 1962 and 1972. In this study, one has aimed to examine the ideas, forms of action, tactics and strategies that the PA adopted statewide, emphasizing the links and differences in relation to the national PA. One has observed that, after its foundation in 1962, the Popular Action supported, although critically, the reformist plan of João Goulart. The Popular Action participated in the Basic Education Movement (BEM) and, together with the Brazilian Communist Party (BCP) and the so-called "Independent", created the United Front, which maintained its hegemony within the student movement up to the state civil-military coup of 1964. After the coup, the PA went through a period of splits and internal divisions, but continued to develop actions to the worker and the student movement, opting not to join the armed struggle. In 1967, the PA adopted the integrated-production policy, which determined that militants would have to work alongside peasants and workers in various regions of the country. Sending militants became more intense after the decree of the AI-5 in December 1968. In this sense, militants were sent to Rio Grande do Sul in the mid-1969 to organize the PA student and worker sector, which had suffered the effects of repression with the removal of most of its members. In addition, the PA organized a crossing militants' scheme to Uruguay and Argentina that was known as "Scheme of Border." The PA actions nearly ended in 1972, when most of its members were arrested by the Department of Political and Social Order (DPSO) in Porto Alegre. This research was based on documents produced by organs of repression such as the DPSO, the Special Commission of Summary Investigation (SCSI) at UFRGS, the newspaper *Correio do Povo* and testimonies of militants from the organization. The theoretical framework was based on concepts like intellectual organic, hegemony, common sense, good sense and historic bloc, as developed by Antonio Gramsci. This study also considered the concepts of "memory-free", as developed by Jacques Le Goff and the definition of "ideological frontiers", as developed by Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Keywords: Popular Action, Rio Grande do Sul, Scheme of Border

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
CAPÍTULO 1 – A AÇÃO POPULAR (AP) NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1960.....	26
1.1 O projeto das Reformas de Base.....	29
1.2 A participação no bloco nacional-reformista.....	33
1.3 A Frente de Mobilização Popular (FMP).....	35
1.4 O golpe civil-militar de 1964 e a Doutrina de Segurança Nacional.....	37
1.5 O pós-golpe.....	44
1.6 O Ato Institucional nº 5, AI-5.....	51
CAPÍTULO 2 – A AÇÃO POPULAR: DAS ORIGENS CRISTÃS AO MAOÍSMO.....	60
2.1 As origens cristãs: os movimentos leigos da Igreja.....	60
2.2 O Movimento de Educação de Base (MEB).....	65
2.3 As discussões em torno do <i>foquismo</i> e do <i>maoísmo</i>	68
2.4 A política de integração dos militantes na produção.....	71
2.5 As táticas utilizadas na conscientização política das massas	76
2.6 O Movimento Contra a Ditadura (MCD).....	81
CAPÍTULO 3 – DO NACIONAL AO REGIONAL: O SURGIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DAS ATIVIDADES DA AP NO RIO GRANDE DO SUL (1962-1968).....	86
3.1 A Frente Única no Movimento Estudantil.....	92
3.2 A reação da direita: O Movimento Democrático Universitário(MDU).....	102
3.3 As atividades de oposição ao golpe.....	107
3.4 Novas formas de mobilização e pressão.....	115
3.5 As manifestações de 1968.....	120
3.6 A AP na visão dos órgãos de segurança.....	128
CAPÍTULO 4 – AS AÇÕES DA AP DEPOIS DO AI-5: A IDA PARA AS FÁBRICAS E A OPERAÇÃO FRONTEIRA.....	133
4.1 O Setor da Pequena Burguesia.....	141
4.2 As atividades junto ao movimento estudantil.....	147
4.3 A proletarianização dos militantes: a ida para as fábricas.....	152
4.4 A integração na produção na avaliação dos militantes	165
4.5 O esquema de fronteira.....	167
4.6 A desestruturação da AP em nível estadual.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
FONTES PRIMÁRIAS.....	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	190

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A historiográfica brasileira das últimas décadas produziu um número significativo de trabalhos envolvendo a temática “ditadura civil-militar.” Tais trabalhos eram não só os relacionados aos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, que propiciaram o golpe civil-militar de 1964 e permitiram a manutenção da ditadura por vinte e um anos no país, mas também aqueles que abordaram a trajetória de atores políticos que tomaram parte naquele processo. Neste caso, as pesquisas abordaram tanto o ponto de vista das pessoas que constituíram a chamada oposição ao governo, quanto o daquelas que colaboraram de alguma maneira com a ditadura, formando-se, por isso, uma verdadeira disputa em torno da memória histórica do período.

Nessa perspectiva, o objetivo nesta dissertação é analisar a trajetória da organização de esquerda Ação Popular (AP), no Rio Grande do Sul, de 1962 até 1972, a partir de suas ideias, propostas, referenciais teóricos, posições políticas adotadas e ações desenvolvidas por seus militantes em três fases distintas no estado. A primeira fase analisada foi a da fundação da AP até o golpe civil-militar (1962-1964); a segunda fase, a do golpe, com decretação do Ato Institucional nº 5, AI-5 (1964-1968) e a terceira, entre 1969 e 1972. Neste último ano, a AP, que já havia mudado de nome para Ação Popular Marxista-Leninista (APML), foi praticamente desestruturada no estado, com a prisão da maior parte dos seus militantes pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

A AP passou por uma série de cisões e rupturas durante a sua trajetória, principalmente, após episódios que foram considerados como os dois pontos de clivagem para as organizações de esquerda: o golpe de 1964, que instaurou a ditadura civil-militar e a decretação do AI-5, em 1968. Esse ato promoveu o fechamento total do regime e inviabilizou qualquer manifestação dentro das vias legais de contestação, levando a maior parte da esquerda à imersão na luta armada. Assim, a organização adotou como referencial teórico de maneira definitiva o marxismo-leninismo, via maoísmo, em 1968, sendo esse o motivo de os militantes da AP não partirem imediatamente para a luta armada como fizeram os integrantes de outros grupos de esquerda nessa fase. Ao invés disso, a AP optou por intensificar o movimento de integração na produção, iniciado em 1967, que transferia os seus membros de uma região para outra do país, dificultando a ação dos órgãos repressivos sobre eles.¹

A AP também adotou diferentes referenciais teóricos ideológicos durante a sua

¹Ação Popular: cristianismo e marxismo. In RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Unicamp, 2002.

existência. Por isso, no período compreendido entre a sua fundação até o golpe de 1964, a AP optou pelo “socialismo humanista”, uma ideologia própria, criada a partir de influências do socialismo e de correntes humanistas europeias, estruturando-se no sistema de coordenação. Da fase pós-golpe até 1968, a AP sofreu os efeitos da repressão, desferida pela ditadura civil-militar contra as organizações de esquerda e se aproximou do foquismo, mudando o seu sistema para comandos e, na última fase, situada entre 1968 e 1973, assumiu de maneira definitiva a orientação política do marxismo-leninismo, via “maoísmo” e dividiu-se em um sistema de comitês.²

A trajetória da AP foi singular dentro da tradição esquerdista brasileira, visto que surgiu dentro da Igreja Católica e adotou o referencial teórico do “socialismo humanista”, mas no decorrer da década de 1960, a AP foi mudando suas concepções ideológicas, na medida em que interagiu com a realidade; primeiro de fomentação dos movimentos sociais, depois, pela intensa repressão efetuada pela ditadura sobre o grupo, que resultou em rupturas e realinhamentos internos, levando-a a adotar, de maneira definitiva, o maoísmo em 1968. No entanto, a organização não se desvinculou totalmente de sua origem cristã, a qual continuou influenciando suas atividades. Isso ocorreu, por exemplo, quando da adoção da política de integração de seus militantes junto a operários e camponeses em várias regiões do país.³

Dessa forma, na pesquisa, buscaram-se também analisar as variáveis existentes na organização, a saber, as formas de atuação, pressão e orientação adotadas por seus militantes para participarem de movimentos de contestação no cenário estadual antes e após o golpe de 1964 e a decretação do AI-5 em 1968. Fez-se levantamento, ainda, sobre as táticas e estratégias utilizadas pela organização para realizar as ações políticas antes e após a instalação da ditadura, quando as atividades políticas dos setores de oposição passaram a ser duramente reprimidas pelo governo militar.

Na análise da trajetória da AP no estado, procuraram-se elucidar alguns questionamentos: a relação que existia entre a organização e as Reformas de Base, plano do governo João Goulart e a forma como a AP se vinculou às outras organizações de esquerda para atuarem no cenário político estadual. Além disso, investigou-se se a AP regional, ao inserir-se no contexto brasileiro, continuou uma organização com características próprias, influenciada pelas particularidades do espaço sul-rio-grandense ou diluiu-se na AP nacional e,

²RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. IN: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, SP: Unicamp, 2002.

³RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Unicamp, 2002, p. 267.

se a vinculação entre o nacional e o regional na organização foi no plano institucional, intelectual, de luta armada ou de partidos.

Neste trabalho então, voltou-se à atenção para o Rio Grande do Sul especificamente, à trajetória da Ação Popular que já fora pesquisada em outros estados, por exemplo, Bahia⁴, Pernambuco⁵, Paraná⁶ e São Paulo⁷. Nesse contexto, a história regional já foi vista por parte da produção historiográfica brasileira, principalmente daquela localizada no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, como muito periférica. No entanto, essas abordagens não consideraram a importância de pesquisas cujo enfoque voltou-se para o regional, pois foram esses recortes que permitiram a análise das singularidades de um determinado espaço, sem deixar de levar em consideração o fato de que ele está inserido em uma perspectiva mais ampla, formando uma abordagem que as analisou à “parte,” sem perder de vista o “todo,” ao qual elas estão integradas.

Percebeu-se, entretanto, que durante o período em que a ditadura civil-militar vigorou no país, o Rio Grande do Sul foi considerado área estratégica pelo governo, em virtude de sua posição geográfica, de fronteira com o Uruguai e Argentina e, portanto, de importância fundamental, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), para a segurança do país. A constituição do estado como área prioritária se intensificou com o golpe de 1964, pois esse espaço começou a ser via de passagem à resistência brasileira, que cruzava a região para manter contato com os políticos exilados no Uruguai e, posteriormente também, foi utilizada pela conexão repressiva das ditaduras que vigoravam na América Latina para perseguir e trocar presos políticos oriundos desses países.⁸

Para utilização da fronteira do Rio Grande do Sul como espaço de articulação dos grupos políticos que faziam oposição à ditadura civil-militar instaurada no Brasil, a AP estruturou um esquema de passagem de militantes da organização para fora do país em direção ao Uruguai e Argentina, que ficou conhecida como “Esquema de Fronteira”. Esta funcionou de 1969 até 1972 e foi responsável pela travessia de várias pessoas para fora do país, que passaram principalmente pela cidade de Livramento no Brasil e de Rivera e

⁴SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

⁵OLIVEIRA, F. *Paixão e Revolução: Capítulos sobre a história da AP*. 2000. 550 f. Tese (Doutorado em História), IFCH, Universidade Federal Pernambuco, Pernambuco.

⁶DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular do Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.

⁷OLIVEIRA, M. *Militantes operários e operários militantes: A experiência da “integração na produção” na história da Ação Popular (1965-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2005. 213 f. IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

⁸PADRÓS, Enrique Serra. (org). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*. *História e Memória*. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2009.

Montevidéu no Uruguai.⁹

Nesse horizonte, para analisar a trajetória da AP no Rio Grande do Sul, utilizou-se o conceito de região desenvolvida a partir de discussões recentes levantadas pela corrente historiográfica neo-marxista, para a qual o espaço não é delimitado geograficamente e está em constante movimento, sofrendo variações a partir dos processos históricos que atuam sobre ele. Dentro dessa problemática, a análise do espaço está vinculada a sua dimensão política, onde se articulam relações de poder:

O espaço como um campo de ação por excelência das forças políticas e o Estado dotado de um duplo caráter; abrangendo, reproduzindo, impondo ou transformando contradições horizontais as espaciais, como, por exemplo, entre campo e cidade, entre comunidades locais e contradições verticais as sociais, de classes, entre dominantes e dominados. (...) Sendo o estado classista, trata-se de uma apropriação privada do espaço social através da mediação técnica (criação da infra-estrutura) e da mediação jurídica (regulamentação do direito de propriedade e regras administrativas sobre a utilização do espaço social).¹⁰

Padrós enfatizou a ideia que a constituição da região fronteira do Rio Grande do Sul, primeiro como espaço de articulação da resistência à ditadura e, posteriormente da repressão, estava relacionado ao número expressivo de exilados políticos que foram para o Uruguai após o golpe civil-militar de 1964. Tendo isso em vista, a região passou a ter importância fundamental para as atividades das organizações de esquerda e, mais tarde para as ações do governo militar que, baseado nos argumentos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), conforme iam ocorrendo os golpes no Uruguai (1973), Chile (1973) e Argentina (1976), passou a utilizar o espaço, dentro do conceito de “fronteiras ideológicas”, para perseguir seus opositores políticos:

A Revolução Cubana recolocou o temor da lógica da Guerra Fria no continente americano. Tal situação exigiu uma reavaliação do papel das fronteiras nacionais, por parte da Doutrina de Segurança Nacional, gerando uma importante inversão; diante da ameaça de subversão interna, as fronteiras políticas, nacionais e territoriais deviam subordinar-se ao princípio das “fronteiras ideológicas”; quer dizer, aquelas que deviam registrar a separação entre territórios ameaçados pela contaminação “subversiva” e comunista. Ou seja, diante da ameaça subversiva, as fronteiras de outros países não podiam funcionar como barreira de proteção para uma oposição organizada a partir do exílio. Portanto, significava que não devia haver limites de jurisdição nacional para perseguir os que eram identificados como “inimigos internos”.¹¹

Para Bandeira, o conceito de fronteiras ideológicas foi adotado pelo presidente Castelo Branco após o golpe de 1964, quando ele optou, na política externa brasileira, pelo

⁹Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15

¹⁰SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Perspectivas Metodológicas: Região e História*. Questão de Método. IN: *República em Migalhas*. São Paulo, Marco Zero, 1990, p.33.

¹¹PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Vol.3. Porto Alegre, Corag, 2009, p.37.

alinhamento com os Estados Unidos. Naquele contexto de Guerra Fria, os limites territoriais do país, demarcados politicamente, foram substituídos pela necessidade de se estabelecer “fronteiras ideológicas”, que protegessem o Brasil e os outros países da região, como a Argentina, que também sofreu um golpe em 1966 que levou ao poder o ditador Juan Carlos Onganía, da influência do “comunismo internacional”:

O Brasil então rompeu relações diplomáticas com Cuba e passou a defender a reformulação do conceito de soberania, que não mais se fundaria em limites e fronteiras geográficas dos Estados e sim no caráter político e ideológico dos regimes, de modo que as repúblicas americanas pudessem intervir, coletivamente, em qualquer outro, quando algum governo aceito como democrático estivesse ameaçado por movimentos supostamente comunista ou de natureza semelhante.¹²

Além da abordagem regional, no trabalho, também se utilizou a metodologia de pesquisar fontes orais. Para utilizar essa metodologia, foi necessário adotar uma série de critérios especiais, pois o objeto de análise vinculou-se à construção de memórias coletivas. Na construção desse tipo de memória, os atores sociais tendiam a esquecer/lembrar acontecimentos dos quais tomaram parte no passado a partir da sua situação presente, que os levou a esquecer determinados fatos e ressignificar outros, na medida em que isso serviu à construção de um ideário coletivo que tinha um objetivo político determinado.¹³

Le Goff nomeou essa política de esquecimento de “memória condicionada”, formada a partir de uma memória coletiva manipulada por grupos sociais que disputam a hegemonia de poder dentro de uma determinada sociedade. A memória condicionada seria um importante lugar para situar as disputas entre grupos políticos antagônicos, visto que se apoderar da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, das pessoas que exercem a dominação na sociedade, pois “os esquecimentos, os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”. Assim, aos pesquisadores, entre os quais estariam os “antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos” caberia a responsabilidade de lutar por uma “democratização da memória social”, tornando-a “um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica.”¹⁴

Para Padrós, a reconstrução da memória coletiva das ditaduras civil-militares vivenciadas por países da América Latina cresceu de importância e significado nas últimas décadas, na medida em que se percebeu, nas sociedades latinas, a existência de um “entulho

¹²BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina. O continente nas relações Argentina-Brasil. (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1995, p. 214.

¹³TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF, Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

¹⁴LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990, p. 368.

autoritário”, que precisaria ser removido para a que a política do esquecimento deixasse de ser utilizada como forma de manipulação política:

As “redemocratizações” fragilizaram-se diante da manutenção do entulho autoritário que ainda hoje permanece fortemente arraigado ao poder. A institucionalização do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva foram fundamentais para desresponsabilizar os culpados e impor o anestesiamiento e a amnésia do silêncio final. Diante de tamanha manipulação, pode-se coincidir com Yosef Yerushalmi, quando afirma que, em determinadas situações, a antítese da palavra esquecimento-e da palavra silêncio-talvez seja não memória, senão justiça.¹⁵

Nesse processo de construção de memórias e de identidades, percebeu-se que os militantes apresentaram conclusões diferenciadas a respeito das ações desenvolvidas pela AP durante a década em que a organização esteve em atividade no Rio Grande do Sul, pois parte deles defendeu a trajetória de luta como algo positivo enquanto que outros avaliaram que houve um excesso de voluntarismo nas ações da AP. Entendemos que estas questões, levantadas durante os depoimentos, estão relacionadas as posições políticas que os militantes ocupam no tempo presente, demonstrando que a memória não é retilínea, mas cheia de contradições e pontos de aproximação e rupturas.

Tedesco advertiu que o pesquisador, ao realizar uma entrevista deve estar atento ao fato de que o processo de recordar/esquecer determinados acontecimentos está relacionado a escolhas efetuadas pelo indivíduo. E, portanto, em alguns casos o depoimento é algo espontâneo, flui de forma natural enquanto que em outros, os depoimentos são delimitados ou até mesmo condicionados pela realidade que a pessoa está vivenciando no tempo presente, o que poderá modificar a sua percepção, o seu ponto de vista, a sua fala a respeito do passado e de suas implicações. Mais do que isso, para o autor estudar as “relações entre memória e história”:

É colocar em evidência atores de sua própria identidade, reconhecer que as lembranças são as artes do indivíduo, que redimensionam as relações entre passado e presente. O passado é também construído segundo as necessidades do presente, por isso é importante ter presente os usos políticos desse mesmo passado e como ele se expressa.¹⁶

Outro fator de contradição nos relatos de memória apresentados pelos depoentes foram questões envolvendo a ruptura interna na organização, que resultou na incorporação de parte dos militantes da AP ao PC do B em 1973, como número de militantes que teriam saído da organização, suas principais lideranças e os grupos que deram continuidade ao trabalho político da AP. Sabe-se que os militantes da AP estadual que não se integraram ao PC do B,

¹⁵PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Vol.3. Porto Alegre, Corag, 2009, p.28.

¹⁶TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p.110.

continuaram desenvolvendo atividades políticas, como podemos citar o caso dos militantes Luis Antonio Tim Grassi, Nilce Azevedo Cardoso, Maria Josefina Becker e Antonio Ramos Gomes.

Como afirmou Tedesco, a identidade dos grupos sociais não é imutável, ou seja, acompanha as modificações pelas quais passam os indivíduos e o mundo que os cerca. E, portanto, a identidade que torna uma pessoa parte de um determinado grupo e que compõe a memória coletiva poderá ao longo dos anos reforçar o sentimento de pertencimento ou provocar o contrário e, afastar ela do convívio com esse grupo de pessoas, pois o “indivíduo poderá conceber a própria identidade como diferente daquela que os outros com quais se pensava de ter uma identidade comum”:

Identidade e memória coletiva são representações de uma origem e pertencimento grupal, espacial e, em parte, sanguíneo (...) lingüístico e culturalmente diferente. Esse externo pode ser manifesto pela exacerbação da diferença, como própria de um certo grupo que viveu em determinado tempo e lugar. O processo interno representa a absorção de uma série de práticas, de crenças, significados compartilhados e creditados ao grupo, os quais transcendem o fluxo da história e da mudança. Para poder subsistir no tempo, a identidade deve ser transpassada com os anos e as gerações.¹⁷

Considerando a memória coletiva como alvo de grupos políticos que disputam o poder, Le Goff afirmou que perpetuar o esquecimento ou a rememoração traz a tona uma série de questionamentos. O primeiro deles é que a memória do indivíduo tem ligação direta com a memória do coletivo do qual ele é parte integrante, ou seja, que tudo que a pessoa lembra está de alguma forma relacionado a memória do grupo, que condiciona o que deve ser recordado ou esquecido. Assim, espaços e temporalidades são memorizados conforme o significado afetivo que tiveram para os indivíduos dentro de determinado grupo e representam na maioria das vezes o “poder de alguém ou de grupos sociais”:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças nacionais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os silêncios e os esquecimentos são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.¹⁸

No Brasil, a memória envolvendo o período em que vigorou a ditadura civil-militar é alvo de disputa entre diferentes grupos políticos. Conforme sintetizou Padrós, as pessoas que fizeram oposição à ditadura civil-militar lutam para que as injustiças, as torturas e as

¹⁷TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF: Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 184.

¹⁸LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1990, p. 426.

arbitrariedades cometidas no período não sejam esquecidas enquanto os atores sociais que colaboraram de alguma forma com o estado de exceção lutam para manter e perpetuar a política do esquecimento:

Sendo a memória coletiva uma construção social e um fator de identidade de uma comunidade, então, como viver com esquecimentos impostos? Como lembrar ou esquecer o que não se permite conhecer? Como conviver diante do apagamento (desmemória). Para uma dada coletividade, quais os prejuízos implícitos nesse acesso ao (des) conhecido passado bloqueado? Os responsáveis pelos anos de chumbo latino-americanos sabem que o desconhecimento impede o posicionamento consciente; sabem, também do potencial de inércia que possui o esquecimento coletivo.¹⁹

Em seu depoimento, a militante Nilce Azevedo Cardoso, defendeu que assim como a sua memória foi recuperada, o Brasil tem que recuperar as questões que dizem respeito à ditadura civil-militar, para a qual é necessária a abertura dos arquivos da repressão. Mais do que isso, ela afirmou que essa é uma história que precisa ser contada, porque nada vai mudar no país, enquanto os torturadores não forem julgados e condenados. Portanto, enquanto isso permanecer, não serão modificadas as políticas em relação à censura, à organização da classe trabalhadora, ao pensamento livre e a cidadania, que deve ser desenvolvida sobre novos parâmetros: “a memória é fundamental para isso, porque país sem memória é um país que não constrói nada no presente, no futuro muito menos.”²⁰

Assim, nos atrevemos de modo muito breve a analisar algumas questões envolvendo a memória dos militantes da AP. Tendo isso em vista, percebeu-se que todos os militantes que concederam os seus depoimentos para a pesquisa, independente da posição política que adotam no tempo presente, defenderam a abertura dos arquivos da repressão e a necessidade de que os torturadores sejam julgados, pois isso seria um passo importante no combate à impunidade no país.

Nesta pesquisa, partiu-se do pressuposto de que as atividades da AP, enquanto uma organização de esquerda que atuava junto às massas, tentando desenvolver nessas a conscientização política, para que, juntos, pudessem formar um grupo político que conduzisse mudanças estruturais na sociedade, foram uma tentativa, mesmo que incipiente, de formação dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora brasileira. Para essa abordagem historiográfica, utilizou-se o conceito de intelectual orgânico desenvolvido por Gramsci, para o qual cada classe social, em específico, criaria o seu próprio grupo de representantes intelectuais:

¹⁹ PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985. História e Memória*. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2009, p. 28.

²⁰ Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2011. Porto Alegre.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político; o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito.²¹

Nessa perspectiva, as atividades da AP e de outras organizações de esquerda foram entendidas como uma tentativa de que se realizasse a cisão no bloco hegemônico, formado por grupos de interesse que foram reunidos por uma elite de intelectuais orgânicos, representantes do “bloco econômico multinacional e associado”. Os intelectuais da classe dominante utilizaram tanto as vias tradicionais quanto as alternativas para unir grupos vinculados à classe dominante em um “bloco” com poder suficiente para manter a hegemonia política sobre a população brasileira, não permitindo a ascensão dos movimentos sociais e das organizações de esquerda que representavam o bloco nacional-reformista. O grupo de indivíduos conduzidos pelos intelectuais orgânicos que representavam a classe dominante era formado por integrantes do complexo IPES/IBAD:

Especificamente no caso em questão, tratava-se dos líderes e membros da estrutura formal do complexo IPES/IBAD, bem como associados, ativistas, indivíduos e grupos ligados a esse complexo, de tal forma que seus esforços e aqueles das organizações a que pertenciam eram simbolizados e coordenados pelo IPES ou apoiavam diretamente a sua campanha.²²

Para Gramsci, o movimento dialético entre a estrutura e a superestrutura, ou seja, entre as condições materiais e a ideologia dentro da sociedade é recíproco e geraria um “todo” ou uma síntese que ele chamou de “bloco histórico”. Nesse movimento dialético do bloco histórico, que também compreenderia a unidade entre teoria/prática, entre intelectuais/ massa, considerados por ele os atores principais na condução do processo histórico, aos intelectuais caberiam a função de elevar a cultura das massas, isto é, utilizar o que a cultura popular tivesse de mais positivo para elevar a consciência da população, levá-la à reflexão, elevar os “simplórios” a uma forma superior de cultura e de concepção do mundo, em uma superação do “senso comum” para o “bom senso”.²³

O papel atribuído por Gramsci aos intelectuais orgânicos de principais agentes da condução de mudanças estruturais na sociedade está vinculado a sua teoria ampliada de Estado, naquilo que ele denominou de a nova fase do capitalismo, o qual estaria constituído

²¹GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 4.

²²DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 173.

²³GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 21.

por complexas relações que se desenvolveriam na sociedade política e também na sociedade civil. Nesse contexto, a sociedade política representaria o aparelho repressivo, a coerção, enquanto a sociedade civil seria formada pela direção política e atuaria através do consenso obtido da maioria da população através dos “meios de comunicação, do domínio dos aparatos do Estado e dos meios de produção”. Por isso o conceito de sociedade civil:

Compreende o conjunto das relações sociais que engloba o dever concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam, não de maneira homogênea, mas como expressão de projetos práticos sociais e espaço de disputa na construção da hegemonia por meio das diferentes instituições.²⁴

Na análise do contexto nacional, onde atuou a AP de 1962 até 1972, levou-se em consideração o fato de que o sistema em vigor no país era o capitalismo, em uma nova fase de expansão, a qual Lênin descreveu como “imperialista”, caracterizada pela formação de grandes conglomerados econômicos, representados pelos cartéis, trustes, que mais tarde, deram origem às multinacionais, sendo que destas, muitas atuavam também no Brasil. O imperialismo, segundo Lênin:

É a época do capital financeiro e dos monopólios, que trazem consigo, em toda a parte, a tendência para a dominação, e não para a liberdade. A reação em toda a linha, seja qual for o regime político; a exacerbação extrema das contradições também nesta esfera: tal é o resultado desta tendência. Intensifica-se também particularmente a opressão nacional e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional (pois a anexação não é senão a violação do direito das nações à autodeterminação). Hilferding faz notar acertadamente a relação entre o imperialismo e a intensificação da opressão nacional.²⁵

Na ótica de Gramsci, as ações dos grupos reunidos na sociedade civil poderiam ser tanto para manutenção como para transformação do *status quo*. Entendemos a partir dessa afirmação que a AP voltou suas ações para a transformação social, pois o grupo, desde a sua fundação, colocou-se em oposição ao bloco de poder hegemônico, realizando atividades políticas que tinham por finalidade promover a conscientização das massas, para que elas se tornassem agentes de sua própria libertação. Assim, os militantes da organização atuaram em projetos como o Movimento de Educação de Base (MEB) e o método de alfabetização denominado, “pedagogia do oprimido,” de Paulo Freire, além de terem participado de maneira efetiva das atividades do Centro de Cultura Popular (CPC) da UNE. Todos esses movimentos tentavam promover, através da educação ou da arte engajada, a conscientização política na população, fomentando a efervescência dos movimentos sociais, característicos do Brasil no início da década de 1960 e que eram considerados uma ameaça ao poder exercido pelo bloco

²⁴SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (org). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998, p.55.

²⁵LENIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008, p. 59.

dominante.

Na leitura de Gramsci, o papel de condutor do processo de elevação cultural das massas deveria ser realizado por um grupo de intelectuais diferentes dos tradicionais, que colocavam o seu conhecimento para legitimar a hegemonia da classe dominante. Então, os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora deveriam promover a elevação cultural das massas, atuando, a fim de nelas desenvolverem o senso crítico e a conscientização política em um processo contínuo de luta pela superação do senso comum:

Autoconsciência crítica, significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais; uma massa humana não se distingue e não se torna independente “por si” em sentido lato; e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente de um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. Mas esse processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de cisões e de agrupamentos; e, neste processo a fidelidade da massa e a fidelidade e disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo é submetido a duras provas.²⁶

Nesse sentido, os intelectuais da AP fizeram uma tentativa de aproximação das massas camponesas e operárias, iniciando, em 1967, um movimento de integração na produção que tinha por finalidade diminuir a distância entre os seus militantes e os trabalhadores. Os militantes foram enviados para várias regiões do país, nas quais se instalaram para trabalhar no campo como meeiros, rendeiros ou arrendatários ou e na cidade como operários de vários ramos da indústria, onde iniciaram um trabalho de conscientização política através da educação, com a distribuição de panfletos, a realização de debates, entre outras atividades.

Na concepção política de Gramsci, para haver uma modificação profunda na sociedade seria necessário que os intelectuais orgânicos promovessem uma aproximação com as massas, eliminando a cisão perpetuada pela classe dirigente entre os estratos mais elevados e os mais baixos da população, ou seja, entre os intelectuais e as massas. Tendo isso em vista, o processo de desenvolvimento do bom senso efetuado pelos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora estaria ligado:

A uma dialética intelectuais-massa; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativamente e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova “amplitude” e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simplórios, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, através de indivíduos, ou mesmo grupos mais ou menos importantes, no estrato dos intelectuais especializados.²⁷

A elevação cultural dos simplórios iria torná-los pessoas capazes de desenvolver as

²⁶GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 21.

²⁷GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 25.

aptidões necessárias a sua emancipação política, o que faria com que eles modificassem sua concepção de mundo, que passaria do senso comum para o bom senso e os levaria a adotarem posições contrárias em relação à ideologia da classe dominante, combatendo sua hegemonia política. Em suma, a cultura popular seria o núcleo sadio, passível de ser trabalhado dentro do senso comum, para que os indivíduos alcançassem o bom senso:

Pode-se-ia reagrupar essas expressões populares, juntamente com as expressões similares dos escritores de caráter popular, tomando-as dos grandes dicionários, nos quais entram os termos filosofia e filosoficamente, que se poderá perceber que eles tem um significado muito preciso a saber da superação das paixões bestiais e elementares por uma concepção que fornece a própria ação da necessidade consciente. Este é o núcleo sadio do senso comum, o que poderia ser chamado de bom senso, merecendo ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. “Tornam-se evidentes, assim, as razões que fazem impossível a separação entre a chamada filosófica “científica” e a filosofia “vulgar” e popular, que é apenas um conjunto desagregado de idéias e de opiniões”.²⁸

Para Mochcovitch, o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci seria a principal contribuição que ele teria deixado ao pensamento marxista, visto que o exercício dessa hegemonia teria permitido à classe dominante manter a sua ideologia política, isto é, a sua dominação sobre os simplórios, que formariam a maior parte da população. Para ela:

Hegemonia é o conjunto das funções de dominação e direção exercida por uma classe dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia é composta de duas funções; função de domínio e função de direção intelectual e moral, ou função própria de hegemonia.²⁹

Dentro dessa problemática, uma das principais questões teóricas que embasaram este trabalho foram os conceitos de “intelectual orgânico”, “hegemonia”, “senso comum”, “bom senso” e “bloco histórico” desenvolvidos por Gramsci. Entendeu-se que o debate em torno dessas questões foi importante a partir da percepção de que os militantes da AP fizeram uma tentativa de se tornarem os representantes orgânicos dos trabalhadores, desenvolvendo ações que combatiam a hegemonia política exercida pela elite dominante por meio da tentativa de elevação cultural da população, que passaria do senso comum para o bom senso. Dessa maneira, as obras utilizadas para caracterizar o pensamento de Gramsci foram: “Os Cadernos do Cárcere”, principalmente os volumes da “Concepção dialética da história” e “Os intelectuais e a organização da cultura”.

Compreendeu-se, a partir da análise das atividades desenvolvidas pelos militantes da AP, que a organização esboçou uma tentativa, mesmo que incipiente, de tornar-se o grupo político formado de intelectuais orgânicos que representaria a classe trabalhadora brasileira.

²⁸GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 16.

²⁹MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a Escola*. São Paulo; Ática, 1990, p. 21.

Entre as características que permitiram aproximar a AP do conceito de intelectual orgânico estava o fato de a organização ter direcionado as suas ações políticas desde a sua fundação, em 1962, para as massas, tentando fomentar-lhes a conscientização política, fosse através da participação em projetos de alfabetização, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e o método Paulo Freire, do movimento cultural da UNE ou das manifestações efetuadas com o movimento estudantil e outros grupos de esquerda contra a ditadura civil-militar, como no movimento de integração na produção, adotado a partir de 1967.

Na construção do trabalho, foram utilizadas as seguintes fontes de pesquisa, organizadas em quatro grupos principais, conforme suas origens, atribuições e formas de produção. Por isso, foram utilizados dossiês, inquéritos policiais militares, relatórios, pedidos de informações e boletins informativos produzidos no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e na Secretaria de Ordem Política e Social (SOPS), além de atas de reuniões, depoimentos prestados na Comissão Especial de Investigação Sumária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEIS-UFRGS), depoimentos de militantes da AP, do jornal *Correio do Povo*, bem como documentos produzidos pela AP.

Pelos documentos produzidos na Comissão Especial de Investigação Sumária instalada na UFRGS, em 1964, entre os quais, atas das primeiras reuniões realizadas pelo grupo, declarações de professores sobre as atividades de seus alunos e colegas de trabalho, bem como depoimentos de acadêmicos investigados pela comissão, foi possível perceber a força política que a AP tinha na universidade, visto que a maior parte das pessoas indiciadas fazia parte da organização, por exemplo, havia o professor de filosofia Ernani Maria Fiori, considerado o líder do movimento no estado e João Carlos Hass, presidente do centro acadêmico Sarmiento Leite. Essa documentação ainda não foi largamente utilizada pelos pesquisadores, pois fazia parte do arquivo particular do ex-professor da UFRGS, Laudelino Teixeira de Medeiros, que só foi disponibilizada ao público depois de ser adquirida pelo Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (CEDOC/UCS).³⁰

A importância do material produzido durante a CEIS também se relacionou ao fato de que toda a documentação produzida na Ufrgs durante o período em que vigorou a ditadura civil-militar ainda não foi disponibilizada para uso dos pesquisadores, por isso, as atas e os depoimentos da Comissão são as únicas fontes documentais de análise da forma de agir da repressão, dentro da universidade, logo após o golpe de 1964. Portanto, mesmo que os documentos encontrados contemplem as investigações realizadas até a sétima reunião, quando

³⁰Centro de documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional/ Atas de reunião. Caixa: 106/LTM 2161

o professor Laudelino se desligou da Comissão, as informações coletadas a partir de depoimentos de acadêmicos, professores, das fichas nominais dos indiciados e das atas serviram para preencher lacunas que existiam na pesquisa a respeito da atuação da AP junto aos centros acadêmicos da Ufrgs.³¹

Além da documentação produzida na CEIS da Ufrgs, a pesquisa utilizou, para compor o contexto histórico da época, o jornal *Correio do Povo* disponível no Museu de Comunicação Hipólito da Costa, na Praça da Alfândega, em Porto Alegre. O *Correio do Povo* foi escolhido, entre outros periódicos produzidos na década de 1960 e 1970, em virtude da importância que teve esse veículo de comunicação para a sociedade do Rio Grande do Sul naquela fase política nacional.

A documentação produzida pelos órgãos de repressão estaduais: o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e a Secretaria de Ordem Política e Social (SOPS), estiveram disponibilizados de maneira organizada para os pesquisadores, nos anos de 2007 e 2008, no Acervo de Luta Contra a Ditadura Militar, localizado no antigo prédio dos Correios, na Praça da Alfândega, em Porto Alegre. No entanto, por falta de apoio do governo estadual, o Acervo de Luta Contra a Ditadura Militar foi desativado e a documentação transferida para o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que restringiu o acesso ao seu conteúdo, permitindo apenas que a pesquisadora consultasse, no ano de 2010, as fichas nominais das pessoas investigadas pelo DOPS e SOPS e não o restante da documentação produzida nas delegacias da capital e do interior: informes, dossiês, pedidos de informação e depoimentos.³²

Na pesquisa com fontes orais, priorizou-se a realização de entrevistas que contemplassem a maior diversidade de abordagens possível. Então foram entrevistados, além de dirigentes, mulheres e operários, com o objetivo de se obterem diferentes pontos de vista a respeito da AP e de suas ações. Para Thompson, a possibilidade de entrevistar pessoas com diferenças de gêneros e classe social foi a principal contribuição das fontes orais por permitir, pela primeira vez, que uma pesquisa pudesse ser construída a partir da visão dos chamados “excluídos da história”, tornando-a mais democrática por englobar os enfoques de atores sociais diferenciados.³³

³¹Centro de documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional/ Atas de reunião. Caixa: 106/LTM 2161

³²Documentação que até 2007 se encontrava sob a guarda da Comissão do Acervo de Luta Contra a Ditadura, a qual gerou um acervo com o mesmo nome. Ambos, Comissão e Acervo, foram criados em 1999, no governo Olívio Dutra, no estado do Rio Grande do Sul. (...) O total desinteresse do governo Yeda Crusius e a falta de condições mínimas para funcionar levou a Comissão a renunciar (...) e o Acervo de Luta Contra a Ditadura foi definitivamente fechado. A sua extinção caracteriza-se como uma ação política de apagamento dos princípios que haviam norteado a sua constituição. (Padrós, 2009, p. 69)

³³THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Enfim, entendemos que embora a pesquisa que fundamenta o presente trabalho tenha utilizado a memória individual dos militantes, ela não deixou de considerar que essas ações vincularam-se a processos históricos mais amplos, dentro do princípio da totalidade. Tendo isso em vista, utilizou-se a categoria metodológica da totalidade, que Lowy definiu da seguinte forma:

A categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto. (...). Não existe uma história pura da ideologia, da filosofia, da religião ou da ciência social, essas histórias têm que ser vistas como elementos de uma totalidade e só uma relação com a totalidade social, com o conjunto da vida econômica, social e política que se pode entender o significado das informações e das mudanças que vão se dando, por exemplo, no terreno das ideologias.³⁴

Para tanto, no primeiro capítulo, foi apresentado o cenário que propiciou a fundação da Ação Popular (AP), em 1962, marcado pela posse de João Goulart, a efervescência dos movimentos sociais e que foi interrompido com o golpe de 1964. No entanto, mesmo convivendo com a repressão imposta pela ditadura civil-militar, a AP, em conjunto com outros grupos, conseguiu efetuar uma série de manifestações até a decretação do Ato Institucional nº 5, AI-5, em 1968, que inviabilizou qualquer atividade dentro das vias de contestação, marcando uma nova fase de enfrentamento entre o aparelho repressivo montado pela ditadura e as organizações de esquerda no país.

No segundo capítulo, abordaram-se, de forma específica, a Ação Popular e as mudanças que a organização foi sofrendo ao longo da década de 1960, a saber, de uma ideologia política inicial denominada de socialismo humanista até a adoção definitiva do marxismo-leninismo no ano de 1968, quando a organização já havia iniciado o movimento de integração de seus militantes na produção, enviando-os para trabalharem em várias regiões do país até 1973, ano em que a AP sofreu uma ruptura e dividiu-se em duas partes: uma delas continuou atuando como APML e outra que aderiu ao Partido Comunista do Brasil (PC do B).

No terceiro capítulo, voltou-se o enfoque, na pesquisa, para o Rio Grande do Sul, objeto central de análise do trabalho, que abordou a trajetória da AP, em nível estadual, de sua fundação (1962) até a decretação do AI-5, em 1968. Assim, buscou-se elucidar a forma de, na organização, desenvolverem-se as atividades, as estratégias; como seus integrantes moviam e se relacionavam aos outros grupos de esquerda no cenário regional antes e depois do golpe de 1964, quando a organização adotou a política de integração dos seus militantes à produção.

O quarto capítulo analisou as ações da AP a partir da decretação do AI-5 e do aumento

³⁴LOWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 16.

da repressão dos órgãos de segurança do governo militar sobre os grupos de esquerda em todo o país. Mesmo assim, a AP continuou participando de campanhas, distribuição de panfletos informativos e outras ações junto ao movimento estudantil e de atividades com os operários, através da política de integração na produção e da passagem de seus militantes pela região de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina.

CAPÍTULO 1 - A AÇÃO POPULAR (AP) NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1960

O Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-60) provocou mudanças na economia brasileira que favoreceram a expansão do capital estrangeiro, fornecendo medidas de incentivo à industrialização, direcionadas principalmente para a indústria automobilística, para o aumento da malha rodoviária e para a construção de Brasília. No entanto, esse surto de industrialização começou a ter problemas, porque a falta de matéria-prima, energia, infraestrutura e transporte dificultaram a continuidade do aumento na produção, necessário para atender à demanda do mercado consumidor. Isso ocasionou algumas conseqüências, entre elas, o aumento na inflação e a diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores. Também a falta de investimentos no setor agrário havia agravado os problemas no campo, gerando escassez de alimentos e aumento no êxodo rural:

O Plano de Metas, ao favorecer amplamente a expansão do capital estrangeiro internacionalizando a economia brasileira, favoreceu também uma industrialização destinada a um mercado restrito e de alto poder aquisitivo, que propiciava uma acentuada concentração de renda, baixos salários e uma reduzida capacidade de gerar empregos. Ou seja, os frutos do desenvolvimento continuavam a ser colhidos injustamente, agravando-se as desigualdades na distribuição de rendas e os desequilíbrios regionais. Ao nível político, esse processo de internacionalização da economia consolidou no país uma burguesia multinacional e uma burguesia nacional a ela associada, setores que se opunham ao populismo, criticando tanto as suas posições nacionalistas quanto as alianças “para baixo” e o apelo às massas, que consideravam pura demagogia.³⁵

O sistema eleitoral, no Brasil, nas eleições presidenciais de 1960, permitia que fossem eleitos, para os cargos de presidente e vice, candidatos de partidos políticos diferentes. Assim, nessas eleições, saíram vitoriosos: Jânio Quadros, representante do Partido Trabalhista Nacional (PTN), apoiado pela União Democrática Nacional (UDN) e João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já no início do seu governo, Jânio Quadros tentou enfrentar a crise econômica³⁶ através de um plano que incluía medidas como a diminuição dos incentivos concedidos ao petróleo e ao trigo, as quais encareceram o preço desses produtos ao consumidor e o aumento das exportações. Esses fatos se refletiam de forma negativa junto à população, afetando a popularidade de Jânio Quadros:

³⁵PAES, Maria Helena de Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1993, p. 33.

³⁶Crise econômica devia-se à inflação ascendente, dívida externa a pagar, balança comercial deficitária, dificuldades de importação de bens essenciais (GORENDER, 1998, p.21).

A magia política do novo presidente não levou muito tempo para ser posta a prova. Sempre conhecido por suas excentricidades, começou, para surpresa geral, a flertar com a esquerda. Concedeu a Ghe Guevara a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira conferida a estrangeiros. (...). Pouco depois Jânio hesitaria para por em prática um programa de estabilização econômica, ao estilo do FMI, que prometera como remédio para debelar a inflação. Estaria recuando da austeridade econômica. O presidente também queixava-se que o Congresso estava obstruindo o seu programa legislativo, embora houvesse até então enviado poucos projetos de lei.³⁷

A forma como Jânio governava gerou críticas no Congresso Nacional e fez com que ele perdesse o apoio da UDN, sua principal base política. Portanto, os problemas políticos se uniram aos econômicos, aumentando a crise no governo. O presidente tentou contornar a situação renunciando ao cargo, pois acreditava que essa atitude geraria uma mobilização popular a favor de seu retorno, mas isso não ocorreu e a sua manobra política fracassou. A renúncia de Jânio Quadro deu início a uma séria crise política, pois diversos setores da sociedade brasileira, por exemplo, parte das Forças Armadas, não desejavam a posse de João Goulart, devido à aproximação que ele mantinha com a classe operária:

Os líderes do Congresso rapidamente eliminaram o clima de incerteza aceitando a renúncia como fato consumado. Com sua atitude, Jânio fez subitamente fez do vice-presidente João Goulart seu sucessor legal. Assim, o destino e Jânio elevaram a presidência o mesmo político do PTB que a UDN ajudou a expulsar do seu posto em 1954. Na ocasião, como de propósito quisesse acentuar sua inclinação ideológica, Goulart realizava uma visita de boa vontade a República Popular da China.³⁸

Entretanto, mesmo com a mobilização popular da Campanha da Legalidade, Jango só assumiu a presidência após negociações políticas que resultaram em uma emenda constitucional que instaurou o sistema parlamentarista. Essa medida foi a maneira que os setores contrários à posse de Jango encontraram para minimizar os seus poderes, pois estes teriam que ser divididos com o Parlamento e com o primeiro-ministro. A instauração do sistema parlamentarista não agradou a alguns grupos de esquerda: os setores subalternos das Forças Armadas, que haviam participado do movimento em defesa da posse de João Goulart no Rio Grande do Sul e não aceitavam que ele tivesse assumido o cargo com poderes reduzidos. Isso pode ser percebido no depoimento de um participante da Campanha da Legalidade:

Quando Jango acenou para o povo concentrado na Praça da Matriz e entrou no palácio, já depois das dez da noite de 1 de setembro, caiu no meio de uma luta intestina. Aldo Arantes e Betinho, da união nacional dos estudantes, tinham transferido a sede da entidade para o Palácio Piratini, onde se misturavam a turma do deixa-disso e os que queriam levar a luta adiante. Finalmente, já de madrugada, estávamos todos lá, centenas de jornalistas de todo o mundo, inclusive norte-americanos, no maior entusiasmo, do nosso lado (...), era o centro do mundo naqueles dias, o Jango chega e lê um documento aceitando o parlamentarismo. Ah,

³⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p.29.

³⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p.29.

aí foi vaiado de cara. Jango entrega o documento ao Flávio Tavares, que era um dos jornalistas do Estadão. O Flávio pega aquilo e diz. Não Jango. Isso aqui é uma merda. Ele pega e rasga o documento na frente do Jango.³⁹

Na leitura de Ferreira, a Campanha da Legalidade ocorreu porque vários segmentos da sociedade se uniram para defender a posse de João Goulart e a ordem constitucional, entre os quais estavam “partidos políticos, sindicatos e igrejas, entre estudantes, intelectuais e associações de profissionais liberais e de capitalistas, nas facções das Forças Armadas e na imprensa, entre diversos outros grupos sociais e instituições políticas”. Esse autor enfatizou que, nessa fase da situação política do país, qualquer proposta que ferisse os princípios democráticos e constitucionais não teria encontrado respaldo popular, panorama que mudou em 1964, quando grupos de direita que haviam fracassado na tentativa de evitar a posse de João Goulart se uniram para desferir um golpe civil-militar, com o apoio de vários segmentos da sociedade civil:

Qualquer tentativa de golpe, em 1961, não encontraria o menor respaldo político e, sobretudo, social. Se levado adiante, com um custo altíssimo, os embates deixariam a dimensão política para atuar no campo das armas. No entanto, é intrigante que, menos de três anos depois, em março de 1964, a sociedade brasileira tenha assistido, sem maiores reações ou protestos, para não dizer paralisada, a marcha de tanques vindos de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Se abandonarmos as interpretações que denunciam a todo-poderosa conspiração direitista-imperialista ou as que ressaltam os inelutáveis fatores estruturais econômicos-políticos, é no mínimo curioso como, em período tão curto, a sociedade brasileira, combativa e ciosa da legalidade democrática em 1961, tenha aceitado a solução autoritária em 1964, como se nenhuma outra alternativa existisse além dela.⁴⁰

A posse de João Goulart acirrou ainda mais os antagonismos políticos, cujos grupos se dividiram em três tendências principais: “direita, esquerda e centro”; a direita saiu abalada com a derrota, que sofrera ao tentar impedir a posse de Goulart, enquanto a esquerda passou a viver um período de otimismo, pois via no novo governo possibilidade de suas reivindicações serem atendidas. Nesse contexto, Jango, ao assumir a presidência, se afastou da esquerda e da direita, buscando apoio político no centro, através do qual pretendia governar dentro da “arbitragem e da conciliação”, o que se tornou cada vez mais difícil em virtude do acirramento das disputas entre os setores mais radicais das duas tendências:

As direitas ficaram aturdidas, já perplexas com a renúncia de Jânio, quedaram-se completamente para o fracasso da aventura golpista(...) A opinião centrista, largamente majoritária, e com a qual se identificava o presidente empossado, embora ele próprio fosse um moderado de esquerda, respirou aliviada (...). Desde o início, deixava clara a intenção de recuperar os plenos poderes presidenciais, mas por cálculo e índole, não deu mostras de escolher ou preferir, métodos de confronto. A s

³⁹COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura militar*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.52.

⁴⁰FERREIRA, Jorge. A Legalidade Traída: os Dias Sombrios de Agosto e Setembro de 1961. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n.3, 1997, p. 25. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-7.pdf. Acesso em: 28 set. 2010.

esquerdas, surpreendidas com a rápida vitória, conheceram uma espécie de euforia. Tenderam a esquecer as circunstâncias associadas, e decisivas, da vitória contra a tentativa de golpe militar: o fato de que assumiram ao lado de Brizola e do III Exército, uma posição defensiva articularam-se em torno da preservação da lei.⁴¹

Para Felizardo, os setores que integravam a direita, mesmo que derrotados no episódio da Campanha da Legalidade em 1961, não desistiram de continuar articulando a tomada de poder, pois eram contrários ao governo de João Goulart e a implantação do seu projeto político, as Reformas de Base, que traria mudanças significativas em vários setores do país. Para o autor, João Goulart assumiu a presidência com o seu poder político enfraquecido, porque aceitara a emenda parlamentarista imposta pela direita e, ao acatar as imposições desses grupos, tornou a “vitória legalista precária e insatisfatória.”⁴²

Dessa forma, a Campanha da Legalidade e a posse de João Goulart marcaram, no início da década de 1960, a abertura de um processo de disputa política entre os grupos reunidos na esquerda e na direita, o qual propiciou o cenário que levou ao golpe civil-militar de 1964.

1.1 O PROJETO DAS REFORMAS DE BASE

As Reformas de Base propostas por João Goulart compreendiam mudanças em vários setores, entre os quais estavam o agrário, urbano, educacional, eleitoral e o econômico. As mudanças no setor agrário estariam voltadas ao fornecimento de terras a pessoas sem propriedades, para que essas formassem uma classe de pequenos produtores rurais, o que aumentaria a produção de alimentos, diminuiria o êxodo rural e os conflitos no campo, que haviam se agravado nesse período; a reforma educacional pretendia promover mudanças no ensino público brasileiro, que se voltaria mais para as questões sociais e ao atendimento das novas demandas da sociedade; a reforma urbana, que pretendia aprimorar a infraestrutura das cidades, melhorando a vida dos moradores do meio urbano; à reforma eleitoral, que traria para o cenário político pessoas que dele não faziam parte, como os analfabetos e os setores subalternos das Forças Armadas; e à reforma econômica que englobaria mudanças nos setores tributário, bancário e fiscal do país:

A reforma agrária, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma nova classe de pequenos proprietários no campo. A reforma urbana, para planejar e regular o crescimento das cidades. A reforma bancária, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais. A reforma tributária,

⁴¹REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 33.

⁴²FELIZARDO, Joaquim. *A legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre; Ed. Universidade/UFRGS; MEC/SESU/PROEDI, 1988, p. 61.

deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo. A reforma eleitoral, liberando o voto para os analfabetos, que então constituíam quase metade da população adulta do país. A reforma do estatuto do capital estrangeiro, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucro para o exterior. A reforma universitária, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais.⁴³

À época, a maioria dos parlamentares que compunham o Congresso Nacional era da UDN, seguidos pelos do Partido Social Democrata (PSD) e pelo PTB. Os parlamentares da UDN e do PSD, em sua maioria, posicionavam-se contra o projeto das Reformas de Base, o que impedia que essas fossem aprovadas no Congresso. Assim, a chamada a “bancada ruralista,” formada por membros do PSD e da UDN, constituíam uma frente de oposição à reforma agrária que, no Congresso Nacional, “chegava a 90% e formava sólida maioria”. Além disso, para a realização da reforma agrária, seria necessária a revisão na Constituição de 1946, que estabelecia que as terras no Brasil só fossem desapropriadas mediante o pagamento prévio ao proprietário de uma indenização em dinheiro, o que inviabilizava o processo, pois o governo não possuía uma reserva de fundos que propiciasse o pagamento dessas indenizações aos proprietários.⁴⁴

Nesse contexto, um dos objetivos que João Goulart pretendia alcançar com a reforma agrária era melhorar a economia brasileira, pois ao acabar com o monopólio de terras em poder dos grandes proprietários rurais, haveria expansão da produção agrícola nacional e, conseqüentemente, melhora no abastecimento interno e no volume das exportações. Essas medidas gerariam uma balança comercial favorável, permitiriam maior circulação de produtos industrializados no meio rural, promovendo o desenvolvimento do país. O lucro obtido com essas medidas econômicas poderia ser revertido em melhorias no campo, que beneficiariam os agricultores através da concessão de incentivos fiscais, da implantação de avanços tecnológicos, de investimentos em educação, saúde e habitação, o que diminuiria as desigualdades sociais existentes no meio agrário do país.⁴⁵

Na ótica de Gramsci, que analisou as diferenças sociais existentes entre a região Norte e Sul da Itália, a questão de distribuição de terras aos camponeses estava mais ligada aos fatores políticos que econômicos, pois essa estrutura social atenderia aos interesses da classe dominante italiana, representada pelos industriais do Norte e pelos latifundiários do Sul, que se uniram para manter sua hegemonia política sobre a população, legitimada através do

⁴³REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade; as reconstruções da memória. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; MOTTA, Rodrigo e Patto Sá. (org). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois 1964-2004*. Bauru, SP; Edusc, 2004, p. 32.

⁴⁴GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998, p. 55.

⁴⁵SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

trabalho de seus intelectuais orgânicos. Dessa forma, para o autor, a quebra do bloco hegemônico só iria ocorrer no momento em que os operários e os camponeses se unissem e formassem um movimento de oposição aos interesses da classe dominante. Por isso, a questão agrária não seria resolvida apenas com a distribuição de terras aos camponeses, mas deveriam estar inseridas dentro de um projeto político mais amplo, que lutasse pela emancipação dos camponeses e dos operários da Itália. Nas discussões sobre a reforma agrária, Gramsci colocava os seguintes questionamentos:

O que obtém um camponês pobre invadindo uma terra inculta ou mal cultivada? Sem máquinas, sem uma habitação no lugar de trabalho, sem crédito para esperar o tempo da colheita, sem instituições cooperativas que comprem a própria colheita (e isso sem chegar a colheita sem antes ser enforcado no mais forte arbusto do bosque ou na mais tísica figueira da terra inculta) e o salvem das garras dos usuários – sem tudo isso, o que pode ganhar um camponês pobre com a invasão?⁴⁶

Na concepção de Gorender, o plano de Reformas de Base não possuía um caráter socialista, conforme professavam os grupos que formavam a direita e faziam oposição ao governo de João Goulart, pois as medidas nele descritas, apesar do caráter avançado de suas propostas, não eram para efetuar mudanças estruturais no país. Ao mesmo tempo, a maior parte da esquerda, na qual estava o Partido Comunista Brasileiro (PCB) apoiava o projeto reformista, principalmente a reforma agrária, que poderia diminuir os conflitos entre proprietário e camponeses e acabar com o clima de tensão no campo:

A luta pelas reformas de base não encerrava, por si mesma, caráter revolucionário e muito menos socialista. Enquadrava-se nos limites do regime burguês, porém o direcionavam num sentido progressista avançado. Continha, portanto, virtualidades que, se efetivadas, tanto podiam fazer do Brasil um país capitalista de política independente e democrático-popular, como podiam criar uma situação pré-revolucionária e transbordar para o processo de transformação socialista.⁴⁷

Já para Ferreira, embora as Reformas de Base não fossem, em princípio, um projeto com caráter revolucionário, na medida em que não iam sendo colocadas em prática por João Goulart fomentavam a radicalização política tanto dos grupos que formavam a esquerda quanto daqueles que compunham a direita, que não aceitavam mais a posição “centrista” do presidente. Assim, mesmo que ele tentasse realizar uma política de conciliação, no final do ano de 1963, sua posição já não agradava a nenhum dos lados. Em relação às organizações de esquerda, o autor ressaltou o seguinte:

Para estudantes, sindicalistas, intelectuais e militantes nacionalistas, a hora das reformas havia chegado. Inconformados com o presidente, partiram para a acusação. Militantes dos Centros Populares de Cultura da UNE, intelectuais marxistas, ativistas revolucionários, dirigentes sindicais e sargentos nacionalistas, de maneira similar a dos outros grupos de esquerda, passaram a exigir do presidente o fim da

⁴⁶GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987, p.55.

⁴⁷GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998, p.56.

política de conciliação. Conciliação, aliás, era o termo mais ofensivo entre as esquerdas naquele momento.⁴⁸

Na análise de Reis Filho, a esquerda, no início da década de 1960, não era formada apenas por grupos caracterizados dentro da tradição comunista, mas por organizações das mais variadas origens e que possuíam projetos políticos diferenciados. Portanto, além da “esquerda comunista”, representada principalmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, havia a “esquerda trotskista” e suas várias correntes, a “esquerda católica que estaria subdividida em catolicismo revolucionário, catolicismo popular e catolicismo social”, a “esquerda anarquista”, que, embora não fosse muito atuante na política nacional, influenciava algumas organizações no país, a “esquerda socialista democrática”, liderada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), fundada no ano de 1945 e a “esquerda nacional-estatista”. Tendo isso em vista, para o autor, o monopólio da esquerda não deveria ficar restrito à tradição comunista, pois ele entendia que outros grupos também deveriam ser estudados:

Há outras tradições que merecem ser também visitadas; a tradição, por exemplo, do catolicismo popular, do catolicismo revolucionário e do catolicismo social, em sentido amplo, sobretudo a partir dos anos 1960, ampliando-se no contexto da ditadura militar. Há também uma tradição anarquista em nosso país que, como todos sabemos, foi muito importante até os anos 1930, registrando desde então um acentuado declínio. (...). Há igualmente uma tradição de socialismo democrático, que existiu no Brasil em vários momentos(...). Finalmente há uma tradição que eu chamaria de nacional-estatista, que apareceu com muita força a partir do Estado Novo, alcançando um certo apogeu na República que se fundou em 1945 e que foi violentamente reprimida pelo movimento golpista civil-militar de 1964.⁴⁹

No entendimento de Ridenti, a esquerda brasileira cujo principal referencial, no início da década de 1960, ainda era o PCB, formava um grupo de composição heterogênea que divergia em questões ideológicas e táticas e que, por isso, nunca conseguiu a coesão necessária para atuar como uma única frente no cenário político nacional. Nessa perspectiva, um dos grupos, que compunha a esquerda e que atuou de maneira significativa junto às massas populares brasileiras, foi a AP, que realizou um trabalho de alfabetização em parceria com o Ministério da Educação durante o governo João Goulart, tentando realizar uma aproximação com os camponeses e também com o movimento operário e estudantil, sendo

⁴⁸ FERREIRA, Jorge. A Frente de Mobilização Popular. In: *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 560.

⁴⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão, As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (org). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/ Chapecó: Perseu Abramo/Argos, 2005, p. 174.

que militantes da organização ocuparam por três anos consecutivos a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE).⁵⁰

1.2 A PARTICIPAÇÃO NO BLOCO NACIONAL-REFORMISTA

A AP também apoiou o projeto político de João Goulart, as Reformas de Base, que pretendiam introduzir mudanças nos setores agrário, educacional, administrativo, urbano e financeiro do país. Nesse esforço, a AP desenvolveu, em parceria com o governo federal, um programa de alfabetização denominado de Movimento de Educação de Base (MEB), que trabalhava, de forma paralela aos conteúdos programáticos, a conscientização crítica e política nos alunos, com valorização da cultura popular, autonomia das comunidades rurais e fomentação de movimentos sociais no campo. Os militantes da AP também participaram do projeto de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, denominado de “pedagogia do oprimido.”⁵¹

Conforme sintetizou Dreifuss, a alfabetização nos moldes do MEB e da pedagogia do oprimido poderia ocasionar uma mudança na relação de forças políticas que compunham o cenário brasileiro nesse momento, pois através de um estudo realizado na época, verificou-se que as pessoas que eram alfabetizadas pretendiam votar na esquerda, o que poderia abalar o poder dos tradicionais grupos políticos brasileiros. A perspectiva de aumento no poder político da esquerda não agradava os grupos que compunham a direita, ligados à classe dominante e, para os quais, não interessava nenhum tipo de mudança profunda na sociedade brasileira. Com base nessas propostas:

Ficou claro que a possibilidade de uma rápida alfabetização de um grande número de pessoas, apesar de ser um fato discutível do ponto de vista de planejamento educacional permanente, poderia ter conseqüências políticas imediatas. O estudo observou também que se o método Paulo Freire fosse adotado em larga escala no nordeste, o aumento na porcentagem de eleitores politizados, apesar de superficialmente alfabetizados, perturbaria seriamente as relações partidárias existentes.⁵²

Considera-se que a aplicação do método Paulo Freire no sistema educacional brasileiro, que teve a participação de militantes da AP, foi uma tentativa de quebra na hegemonia de poder da classe dominante brasileira exercida sobre a população. Então, os

⁵⁰RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

⁵¹RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

⁵²DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 152.

militantes da AP, desde a fundação do grupo em 1962, estavam vinculados a projetos que pretendiam provocar mudanças profundas no país, ou seja, o trabalho deles foi uma tentativa de formação de um incipiente grupo de intelectuais orgânicos que poderiam, em certo prazo, terem se tornado os representantes da classe trabalhadora no país. Para essa análise, foi utilizado o conceito de intelectual orgânico desenvolvido por Gramsci, para quem, cada grupo formava os seus próprios representantes:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político; o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.⁵³

As atividades da AP e de outras organizações de esquerda foram entendidas como uma tentativa de que se realizasse uma cisão no bloco hegemônico do país, mobilizado nessa época por uma elite de intelectuais orgânicos que representavam o “bloco econômico multinacional e associado”. Os intelectuais da classe dominante utilizaram tanto as vias tradicionais como as alternativas para unir um grupo de pessoas pertencentes à classe dominante para que elas, juntas, tivessem poder suficiente para manter a hegemonia sobre o restante da população brasileira, evitando assim, a ascensão dos movimentos sociais. Esse grupo de indivíduos conduzidos pelos intelectuais orgânicos que representavam a classe dominante era formado por integrantes do complexo IPES/IBAD:

Especificamente no caso em questão, tratava-se dos líderes e membros da estrutura formal do complexo IPES/IBAD, bem como associados, ativistas, indivíduos e grupos ligados a esse complexo, de tal forma que seus esforços e aqueles das organizações a que pertenciam eram simbolizados e coordenados pelo IPES ou apoiavam diretamente a sua campanha.⁵⁴

O complexo IBES-IBAD surgiu a partir de um processo pelo quais os intelectuais, que representavam os interesses multinacionais e associados, reuniram-se para formar um complexo político militar, que tinha por função agir contra as propostas de Reformas de Base de João Goulart e o bloco nacional-reformista que apoiava o projeto. Para isso, o complexo IPES/IBAD, através dos seus intelectuais, promoveu uma série de ações no país, por meio das quais, o grupo obteve a supremacia política não só sobre o bloco populista oligárquico industrial, mas também sobre os movimentos sociais na década de 1960, pois conseguiram

⁵³GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 4.

⁵⁴DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 227.

atingir um grau elevado de consciência e homogeneidade, marcando a fase em que o grupo de intelectuais orgânicos torna-se um “partido”:

O complexo IPES/IBAD representaria a fase política dos interesses empresariais com base no argumento de Gramsci, se não dados todos os tecnoempresários, empresários e militares, pelos menos uma elite entre eles tinha a capacidade de ser os organizadores de seus interesses e da sociedade. (...) passou a constituir uma força social cônica de seus próprios interesses corporativos da classe puramente econômica e podem e devem se tornar interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais genuinamente política e marca a passagem decisiva da estrutura para a complexa superestrutura; essa é a fase na quais ideologias previamente desenvolvidas se tornam partido.⁵⁵

Na interpretação gramsciana, a relação entre a superestrutura e a estrutura não ocorreria de forma mecânica e as situações materiais e práticas de um determinado contexto social só se tornariam possíveis pela difusão de uma ideologia, de um conjunto de ideias que envolvessem os aspectos culturais, morais, religiosos e que produziram na população mais simples, uma “passividade moral e política”. Então o movimento dialético ocorreria entre superestrutura e a infraestrutura, gerando um composto ou uma síntese que ele chamou de “bloco histórico”. Como exemplo, ele citou a hegemonia que a Igreja Católica manteve como classe dominante na Idade Média pelo trabalho de difusão de sua ideologia política sobre as massas, efetuado pelo seu grupo de intelectuais orgânicos, o clero.⁵⁶

Outra organização que atuou de forma significativa no meio rural brasileiro foram as Ligas Camponesas. Estas radicalizaram sua posição política, ao fundar um braço armado dentro da organização, em 1962, denominado de “Movimento Revolucionário Tiradentes” (MRT). As Ligas Camponesas, a Organização Marxista Política Operária (ORM-Polop) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) defendiam a deposição de João Goulart e a instalação das Reformas de Base via luta armada, o que os colocava no mesmo patamar dos radicais de direita que, reunidos no “Instituto de Ação Democrática (IBAD), no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e na UDN,” articulavam um golpe contra as instituições democráticas brasileiras.⁵⁷

1.3 A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR (FMP)

É importante fazer-se referência à formação da Frente de Mobilização Popular (FMP), no início de 1963, liderada por Leonel Brizola. O objetivo da FMP era promover sozinha a

⁵⁵DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 173.

⁵⁶GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

⁵⁷GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

efetivação das Reformas de Base no país sem buscar o apoio de outros setores, como do Partido Social Democrata (PSD). Alguns integrantes da FMP questionavam a atuação do Congresso Nacional, enquanto instituição democrática e pretendiam um confronto direto com as forças políticas que o compunham, pois a instituição seria formada por políticos reacionários, que não aprovariam leis em benefício dos trabalhadores. Portanto, nessa fase, a esquerda estaria pregando a ação de confronto:

Unidos na Frente de Mobilização Popular, transformada em Frente Única de Esquerda, os grupos e partidos sob a liderança de Brizola reiteraram a necessidade do plebiscito sobre a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Tendo o aval da consulta popular, o atual Congresso Nacional seria fechado e substituído por uma Constituinte que, ao mesmo tempo, decretaria as reformas de base e escreveria uma nova Constituição. A estratégia da FMP era enfraquecer o Congresso Nacional, incitando a população contra ele. Como afirmavam, tratava-se de um parlamento reacionário e que não aprovaria as mudanças exigidas pelos trabalhadores.⁵⁸

Ao contrário, para Gorender, a fundação da Frente de Mobilização Popular⁵⁹ (FMP), no final de 1963, foi uma das tentativas de se reunir em uma só frente os diferentes grupos de esquerda, que adotavam posições antiimperialistas e democráticas, para que apoiassem as Reformas de Base, as quais João Goulart pretendia implantar no país:

A diversificação de movimentos antiimperialistas e democráticos levou à constituição da Frente de Mobilização Popular (FMP). Essa se tornou o centro de encontro, debate e aglutinação de partidos políticos e frações partidárias, sindicatos e organizações intersindicais, entidades setoriais de estudantes, mulheres, profissionais liberais, etc. A bandeira unificadora dos movimentos organizados e informais era a luta pelas reformas de base. Não se chegou a um programa único aprovado pelas várias correntes, porém havia pontos de consenso reiterados. Falava-se em reforma econômica, tributária, administrativa, universitária, urbana.⁶⁰

Percebem-se, desse modo, as diferenças entre o pensamento dos dois autores, pois, enquanto Gorender defendia que a luta pela democracia era um dos princípios aglutinadores dos grupos reunidos na FMP, para Ferreira a FMP era uma frente que não apostava na democracia para alcançar seus objetivos, combatia a atuação do Congresso Nacional, deixando de lado a bandeira política da defesa da democracia e do regime constitucional:

Em 1961, a vitória foi das esquerdas, mas a luta era pela legalidade. Em março de 1964, no entanto, os sinais se inverteram. O lema que pregava ser a Constituição intocável passou a ser defendido pelas direitas. Para impedir as reformas, elas proferiam discursos de defesa da ordem legal. As esquerdas, diversamente, pediam o fechamento do Congresso, a mudança da Constituição, e questionavam os fundamentos da democracia liberal instituídos pela Carta de 1946. Inebriadas pela

⁵⁸ FERREIRA, Jorge. A Frente de Mobilização Popular. In: *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964. As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2007, p. 577.

⁵⁹ Formada por partidos políticos, sindicatos, entidades intersindicais, entidades setoriais, estudantes, mulheres e profissionais liberais. (GORENDER, 1998, p. 54).

⁶⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998, p.54.

vitória de 1961, as esquerdas acreditaram que poderiam repeti-la em 1964. Não perceberam a importância, e, sobretudo não consideraram a questão democrática.⁶¹

Sabe-se que, para Dreifuss, a FMP foi uma frente formada por várias organizações de esquerda com os objetivos de combater o poder econômico das multinacionais que se apoiavam, politicamente, nas oligarquias rurais brasileiras e também de reunir forças para pressionar o governo a realizar as Reformas de Base:

FMP foi estabelecida como um bloco extra parlamentar organizado em nível nacional, dirigida contra o abuso econômico transacional, as medidas restritivas estruturais oligárquicas rurais e a organização administrativa, cultural e social populista. A FMP, embora pareça paradoxal, embora pareça paradoxal baseou sua ação em alguns dos tradicionais mecanismos de autoridade, tais como as arraigadas lealdades locais e regionais e a política personalizada. A intensidade do impacto da FMP decorria de sua composição com o mais amplo leque nacional de forças políticas de orientação nacional atingidos até então.⁶²

Nesse clima de disputa política entre as organizações reunidas na esquerda e na direita, ocorreram dois eventos marcantes em março de 1964: o comício na Central do Brasil, que reuniu a esquerda em apoio às Reformas de Base e, em contrapartida, a reunião das organizações de direita nas marchas com Deus pela Família e a Liberdade. Segundo Dreifuss, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), vinculada ao complexo IPES/IBAD, organizou uma série de atividades com o objetivo de desestabilizar o governo João Goulart e os grupos que o apoiavam: a saber, distribuição de panfletos, orientação a empresas para retirarem anúncios de jornais que apoiassem o governo. O auge da campanha contra o governo patrocinada pelo IPES/IBAD foi a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que reuniu em São Paulo:

Aproximadamente 500.000 pessoas compareceram para protestar contra o comício de João Goulart do dia 13 de março. (...). De fato, a organização da marcha se realizou no prédio da Sociedade Rural Brasileira-SRB, sob a supervisão de ipesianos, que eram membros da Associação Comercial, da Federação das Indústrias, da Federação das Associações Rurais, do Clube dos Diretores Lojistas e do estado-maior-civil-militar do IPES. Outra instituição importante que auxiliou na promoção da marcha, o Conselho de Entidades Democráticas, funcionava como a organização máxima para uma variedade de associações paralelas “democráticas” com base profissional especializada.⁶³

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade contou com a participação da hierarquia da Igreja Católica, que apoiou tanto o planejamento como a execução do golpe civil-militar de 1964. A justificativa utilizada pela hierarquia, para apoiar o golpe e colaborar

⁶¹FERREIRA, Jorge. A Frente de Mobilização Popular. In: *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964. As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 578.

⁶²DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.152.

⁶³DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 316.

com a legitimação da ditadura civil-militar, foram os argumentos da Guerra Fria, de perigo comunista eminente, que ameaçava o Brasil e todas as nações livres ao redor do mundo, defendendo a necessidade de se combater o inimigo interno. Ainda que a hierarquia tivesse apoiado o golpe, dentro da Igreja também existia um grupo de pessoas ligadas aos movimentos leigos que se posicionaram de maneira contrária a ele:

Desde o começo dos anos de 1960 havia surgido no seio da Igreja uma esquerda “cristã”, que, sem hesitação, se colocou no campo de resistência ao regime militar. Essa esquerda católica de 1960 será a primeira manifestação no Brasil mais tarde no resto da América Latina, do que poderia chamar de cristianismo de libertação, que é bem anterior e bem mais amplo em suas manifestações a teologia do mesmo nome.⁶⁴

Enfim, entendemos que grupos de direita reunidos no bloco multinacional e associados planejaram e executaram um golpe civil-militar contra as instituições democráticas brasileiras em abril de 1964, alegando que assumiam o poder político no país para defender a ordem, os valores morais e a liberdade do povo brasileiro. Entretanto, o bloco instaurou uma ditadura civil-militar que vigorou durante 21 anos e não respeitou nem os preceitos democráticos, nem a liberdade dos cidadãos.

1.4 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Na interpretação de Toledo, que enfatizou o aspecto político, o golpe civil-militar de 1964 teria sido desferido pela direita para acabar com os movimentos populares, que cresciam e ganhavam força no contexto nacional, no início da década de 1960, quando diversos setores da sociedade brasileira, tanto na cidade quanto no campo, mobilizavam-se para reivindicar mudanças em sua realidade política, econômica e social. A maior conscientização política da população brasileira nessa fase expressou-se no aumento do número de filiados aos sindicatos e pela associação de trabalhadores rurais e camponeses nas Ligas Camponesas e em outros movimentos no campo. Os movimentos sociais estariam se mobilizando, no período, para promoverem mudanças que ocasionassem uma maior redistribuição de renda, pois a riqueza e os benefícios obtidos com o surto de desenvolvimento pelo qual passou o país, na década de 1950, ficaram restritos a uma pequena parcela da população. Em virtude disso, a esquerda se mobilizou com protestos, passeatas, greves e invasões de terra, deixando, aos poucos, o seu

⁶⁴LOWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.306.

caráter reformista para esboçar um plano de viés revolucionário por meio das “alas radicais do PTB, PCB, da FMP e da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)”. Logo, o golpe veio para “coroar” as tentativas de tomada de poder que haviam fracassado anteriormente:

Destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais de orientação popular, o golpe de 1964 foi saudado pelas classes dominantes como uma autêntica Revolução. O governo Goulart que, a época, segundo o IBOPE registrou, contava com 76 da opinião pública a seu favor, caiu como um castelo de carta. As classes populares e trabalhadoras estiveram ausentes das passeatas que pediam a derrubada de Goulart. Embora elas vissem o governo com simpatia, no entanto, nada fizeram para evitar o golpe que há muito tempo se anunciava. Desarmadas, desorganizadas e fragmentadas, as forças progressistas e de esquerda nenhuma resistência ofereceram. Alegando que não queriam não assistir a uma guerra civil no país, Goulart negou-se a ordenar uma ação repressiva contra os sediciosos que vinham de Minas Gerais. Capitulou sem lutar ou resistir.⁶⁵

Já na análise de Reis Filho, a esquerda perdeu o seu poder político e o apoio da população porque, diferentemente do que ocorreu na Campanha da Legalidade, em 1961, nessa fase, o grupo não estava mais defendendo a “democracia e o regime constitucional”, que se tornaram princípios dos grupos de direita, a qual se utilizou deles para legitimar o golpe civil-militar desferido contra a democracia brasileira em 1964.⁶⁶

Também numa perspectiva política, mas, em uma análise que colocou a esquerda e a direita no mesmo patamar de radicalização, Ferreira defendeu que o golpe civil-militar resultou de um processo de extremismo político que atingiu tanto os grupos da direita quanto aqueles de esquerda, pois ambos, no início de 1964, não estariam mais apostando na democracia como meio que permitisse a consolidação dos seus projetos políticos para o país. Por isso, a partir do comício na Central do Brasil:

A partir de 13 de março de 1964 a questão democrática deixou de ser uma preocupação das direitas e das esquerdas. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender seus interesses. A segunda, por sua vez lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia. Ambos os grupos, diz a autora, subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse as suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas. Praticamente sem registros na bibliografia especializada, a Frente de Mobilização Popular tornou-se esquecida, inclusive dos homens que dela participaram.⁶⁷

As Reformas de Base polarizavam o cenário político no país, porque os trabalhadores, estudantes, intelectuais, professores e outros setores que formavam a esquerda viam no

⁶⁵TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p.73.

⁶⁶REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade; as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; MOTTA, Rodrigo e Patto Sá (org). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP; Edusc, 2004, p.35.

⁶⁷FERREIRA, Jorge. A Frente de Mobilização Popular. In: *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964*. Vol.3. *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.580.

projeto uma oportunidade de melhorarem as suas condições de vida, pois ele proporcionaria uma maior redistribuição das riquezas nacionais, por isso pressionavam o governo João Goulart para que ele fosse efetivado. Já a direita, cujos setores que haviam obtido benefícios e riquezas com a situação econômica vivenciada no país, não aceitava, de forma alguma, as seguintes atividades:

A irrupção das lideranças populares que se faziam cada vez mais atuantes; todos sentiam obscuramente que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista, iriam atingir suas posições, rebaixando-as. E nutriam um grande Medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores, inclusive dos religiosos. A idéia que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu invadiu o processo político, assombrando as consciências.⁶⁸

Dreifuss defendeu o caráter estrutural das forças que se uniram para desferir o golpe civil-militar no país. À época, houve a coesão de forças amplas e diferenciadas para organizar um golpe que garantisse o seu poder, enquanto bloco hegemônico, a partir das ações realizadas pelo complexo IPES/IBAD, pois foi este que forneceu apoio material para a execução do golpe, bem como fomentou o clima de agitação que originou aquele contexto. Ele salientou que, em 1964, não ocorreu um “mero golpe,” mas uma espécie de movimento civil-militar que reuniu vários setores da sociedade brasileira com um objetivo comum. Em razão disso:

A elite orgânica, durante a presidência de João Goulart, havia ajudado a conduzir o Estado brasileiro para uma situação em que uma intervenção protobonapartista pelas Forças Armadas poderia ser encarada por um número grande de militares como uma solução adequada para as contradições da sociedade e do governo brasileiros. O complexo IPES/IBAD e os oficiais da ESG organizaram a tomada do aparelho do estado e estabeleceram uma nova relação de forças políticas no poder.⁶⁹

Também para Paes, o golpe de 64 foi planejado por vários setores civis e militares brasileiros, pois a implantação da ditadura só foi possível a partir da união entre a “burguesia multinacional, a grande burguesia nacional associada ao capital estrangeiro e os militares”. A doutrina ideológica que reuniu os interesses desses setores com outros diferenciados foi a DSN, que também forneceu os pressupostos para a plataforma dos governos militares que assumiram o poder no país, após o golpe, baseados nos “objetivos nacionais”, os quais, na área de segurança, combatiam o inimigo interno e, na área econômica, se constituíam “na defesa do capitalismo”. Assim, as manifestações efetuadas por grupos de esquerda como o Movimento Estudantil, a AP e as Ligas Camponesas, reivindicando por meio de congressos,

⁶⁸REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p.27.

⁶⁹DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 419.

greves, passeatas e protestos uma melhor distribuição de renda, eram para os grupos de direita, movimentos que desejavam derrubar o regime democrático e os valores cristãos e ocidentais da sociedade brasileira, representando, por isso, um perigo iminente à nação, dentro da ótica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN):

Essa doutrina é na verdade uma ideologia que, partindo da bipolaridade mundial veiculada pela guerra fria e da concepção de nação como um todo homogêneo – o que significa negar a existência de classes com interesses opostos ou divergentes-, entendia toda oposição como subversão e enxergava as greves, os conflitos sociais e as mobilizações de massas como estratégia do “comunismo internacional” para conquistar as mentes e levar as populações dos países do Terceiro Mundo a se oporem aos chamados “objetivos nacionais”. Segundo a DSN, vivia-se de fato numa guerra e o Brasil, parte do Ocidente cristão, só poderia, externamente, aliar-se aos EUA e, internamente, lutar contra os “agentes de Moscou”.⁷⁰

A DSN surgiu no contexto, após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos e a União Soviética emergiram como superpotências políticas e deram início a um conflito não declarado em virtude do equilíbrio de forças existentes entre os dois países e que ficou conhecido por “Guerra Fria”. A Guerra Fria durou 40 anos e, apesar da retórica de conflito permanente, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética aceitavam as zonas de influência demarcadas pelos tratados pós Segunda Guerra, o que gerava uma situação política razoavelmente estável.⁷¹

Além dos Estados Unidos, a esquerda mundial também saiu fortalecida da Segunda Guerra, posicionando-se a favor da democracia e contra o aumento da influência dos Estados Unidos ao redor do mundo, o que levou o então Presidente Truman a desenvolver em 1947 a chamada “Doutrina Truman” e o “Plano Marshall”, que tinham os objetivos de ampliar o mercado consumidor do país e combater os movimentos de oposição ao seu domínio. A doutrina e o plano serviram para legitimar a intervenção americana em outros países sob os mitos da “ameaça soviética e a defesa do mundo livre”, os quais, na América Latina, efetivaram-se com a assinatura, em 1947, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) como instrumento de ajuda coletiva em caso de agressão externa a qualquer dos seus aliados.⁷²

Nesse contexto, surgiram vários movimentos populistas, nacionalistas ou esquerdistas, os quais contestaram os padrões culturais, políticos, econômicos e sociais que permeavam a sociedade capitalista e consumista representada pelos Estados Unidos. Além disso, nesse período, embora a União Soviética adotasse uma política de coexistência pacífica com os

⁷⁰PAES, Maria Helena de Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1993, p. 33.

⁷¹HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo Companhia das Letras, 1995, p. 285.

⁷²VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Da Guerra Fria à crise (1945-1990): as relações internacionais contemporâneas*. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade, 1990.

países capitalistas, outros países socialistas como a China e Cuba defendiam posições mais radicais, colocando-se de forma contrária a qualquer política de conciliação.⁷³

Para Padrós, a Revolução Cubana abriu novas perspectivas para a esquerda latino-americana, visto que apresentava uma alternativa ao modelo socialista soviético e chinês, atraindo os grupos que desejavam efetuar mudanças na sociedade, marcada esta pela desigualdade social. Assim, muitos atores políticos, tais como dirigentes sindicais, padres e estudantes passaram a assumir suas preocupações com os problemas sociais pelos quais passava grande parte da população latino-americana:

As demandas por mudanças profundas, reformas estruturais ou projetos revolucionários passaram a ser consignas cotidianas de uma população marcada por altos índices de marginalização social. Para eles e para certos setores médios, a Revolução Cubana gerou, sem dúvida, uma expectativa de futuro diferente daquela das gerações anteriores, ou seja, um futuro possível de ser construído com voluntarismo e ação política, com participação, mobilização e organização.⁷⁴

Além da Revolução Cubana, uma das formas mais excepcionais de oposição à influência dos Estados Unidos na América Latina surgiu dentro da Igreja Católica, em um movimento formado por padres católicos socialistas que não só se tornaram parte, mas também, em diversos momentos, lideraram movimentos revolucionários. A opção desses padres pelo socialismo foi o resultado de mudanças ocorridas dentro da Igreja Católica a partir da década de 50, quando a instituição voltou sua atenção para os problemas sociais que atingiam as pessoas mais pobres ao redor do mundo, demonstrando os pressupostos iniciais de uma doutrina que seria chamada, na década de 60, de “teologia da libertação”.⁷⁵

Nesse horizonte, a DSN era baseada em dois conceitos principais, geopolítica e bipolaridade: o conceito de geopolítica determinava a existência de dois pontos estratégicos no mundo, a Eurásia e o arco insular e que a dominação de ambos resultaria no controle do poder político mundial. A partir dessa perspectiva, o Brasil, devido a sua extensão geográfica e sua posição estratégica, era o país-chave da América Latina, e seu planejamento geopolítico deveria voltar-se para a expansão de suas fronteiras e ao povoamento total do seu território. Essas medidas iriam contribuir para o desenvolvimento econômico, fazendo com que o país se tornasse uma potência mundial.⁷⁶

⁷³SILVA, André Reis da. A Guerra Fria internalizada: da crise do populismo à política externa do governo Castelo Branco (1964-1967). In: *História: Debates e Tendências*/Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Vol.1, n.1, (junho, 1999). Passo Fundo: UPF, 1999, p. 161.

⁷⁴PADRÓS, Enrique Serra (Org.). Segurança Nacional. In: *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985. História e Memória*. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2009, p.51.

⁷⁵HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁷⁶COMBLIN, Joseph. *A ideologia de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Já o conceito de bipolaridade mundial surgiu da disputa existente entre a democracia ocidental dos Estados Unidos e o comunismo da União Soviética. Nessa polarização, o Brasil teria vários motivos, tanto morais como estratégicos e históricos para integrar o grupo de países que se alinhavam aos Estados Unidos. Para isso, a DSN brasileira adotou o conceito de guerra total contra o comunismo, defendendo que as Forças Armadas deveriam combater as organizações de esquerda e, ao mesmo tempo, impedir qualquer manifestação de oposição à ditadura militar. As táticas adotadas pelos militares eram as seguintes:

Em primeiro lugar, é preciso liquidar todos os simpatizantes da revolução. Em princípio, todos aqueles que, antes da eclosão da guerrilha, pertenciam a partidos ou grupos favoráveis a causa são possíveis simpatizantes. Em seguida, trata-se de detectar todos os membros da subversão. As técnicas são as mais variadas; presença permanente em toda a parte; nos locais de trabalho, de transporte, de recreio; prisões rápidas, informações. Nessa guerra, a arma decisiva é a informação. Ela é necessária através de quaisquer meios. Os revolucionários sabem o que os espera. A tortura é a regra do jogo. ⁷⁷

Para Padrós, as ditaduras civil-militares que se instalaram na América Latina, nas décadas de 60 e 70 tinham em comum, mesmo que em graus diferenciados, o fato de haverem se baseado na DSN para implantar os seus programas de governo, defendendo diretrizes como a abertura dos países à entrada de capital externo e o término dos movimentos sociais que pretendiam efetuar mudanças nas estruturas da sociedade latino-americana. Tendo isso em vista:

Depois do Brasil (e do Paraguai de Stroessner) foi a vez da Argentina (1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e novamente da Argentina (1976). Em todos os casos se instalaram ditaduras civil-militares (em menor ou maior medida) baseada na Doutrina de Segurança Nacional e tendo como principais características um anticomunismo militante, a identificação do inimigo interno, a execução da guerra interna (contra insurreição), a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição das fronteiras ideológicas. ⁷⁸

A guerra revolucionária exigia que os militares passassem a combater o inimigo interno e qualquer oposição a governos de países apoiados pelos Estados Unidos era considerada um perigo ao Ocidente, sendo necessário eliminar não somente os grupos clandestinos de oposição, mas também todas aquelas pessoas que, de alguma forma, fossem simpatizantes desses movimentos. Com esse objetivo, a DSN foi utilizada para legitimar o uso da coerção, da violência e da tortura por vários governos na América Latina, que resultou na morte e no desaparecimento de milhares de pessoas nesse período. ⁷⁹

⁷⁷COMBLIN, Joseph. *A ideologia de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 46.

⁷⁸PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985. História e Memória*. Vol. 3. Porto Alegre: Corag, 2009, p.51.

⁷⁹COMBLIN, Joseph. *A ideologia de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

1.5 O PÓS-GOLPE

Seguindo as diretrizes da DSN, o governo iniciou, após o golpe, a “operação limpeza”, que consistiu na realização de uma repressão intensa contra todos os movimentos sociais brasileiros e essa atingiu, principalmente, os militantes políticos que atuavam nas organizações de esquerda. Logo, a esquerda passou por uma mudança profunda nessa fase, em virtude dos efeitos da repressão efetuada pelos órgãos de segurança do governo. Isso levou ao esvaziamento dos seus quadros, porém na reestruturação, as organizações, principalmente o PCB, que passara por cisões, perderam a maior parte de seus adeptos, sendo também acusado, por não ter organizado nenhum movimento de oposição ao golpe, de imobilismo, de falta de conhecimento da realidade brasileira, bem como o caráter de suas Forças Armadas:

A vitória fulminante dos golpistas pôs a esquerda em fuga. A corrida aos abrigos improvisados impôs-se como primeira necessidade. Os vencedores não perderam tempo no dismantelamento da rede de organizações em que se apoiava a FMP. Centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersadas e as chamas de um incêndio televisado queimaram a sede da UNE, na Praia do Flamengo. Cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídios, no Rio e em Santos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado.⁸⁰

Após o golpe, assumiu o governo o general Humberto de Alencar Castelo Branco e foi promulgado o Ato Institucional nº1, AI-1, que decretou o fortalecimento do poder executivo, fornecendo ao presidente poderes para instituir o estado de sítio sem consultar o Congresso Nacional e suspendeu também, temporariamente, a estabilidade dos funcionários públicos e os direitos políticos dos cidadãos brasileiros por dez anos. Também criou medidas que deram respaldo para que os órgãos de segurança do governo dessem início a uma série de perseguições, cassações e expurgos contra todas as pessoas consideradas inimigas do regime no país.⁸¹

Ao assumir, Castelo Branco adotou a política externa de alinhamento automático aos Estados Unidos, pois havia interesse em obter dos americanos ajuda financeira para resolver os problemas econômicos e também para promover o desenvolvimento do país. Para isso, foi instituído o “Plano de Ação Econômica do Governo” (PAEG) que, além de conter medidas para estabilizar a economia e diminuir a inflação, decretou a extinção da lei que controlava a

⁸⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998, p. 77.

⁸¹ SILVA, André Reis da. A Guerra Fria internalizada: da crise do populismo à política externa do governo Castelo Branco (1964-1967). In: *História: Debates e Tendências*/Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Vol.1, n.1, (junho, 1999). Passo Fundo: UPF, 2008.

remessa de lucros para o exterior e a regulamentação dos gastos públicos. Essas medidas ocasionaram um aumento nos preços dos produtos e serviços prestados pelas empresas estatais, congelamento de salários, fazendo com que o PAEG gerasse descontentamento não só nos trabalhadores, mas também em empresários e industriais brasileiros.⁸²

Para receber empréstimos dos Estados Unidos, em um contexto de Guerra Fria e de bipolarização mundial, o governo intensificou a desarticulação dos movimentos sociais brasileiros, pois era necessário que o país comprovasse aos americanos e aos investidores estrangeiros sua estabilidade política, para que estes voltassem a empregar capitais no mercado brasileiro. Os primeiros empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) começaram a ser liberados no segundo semestre de 1964:

O regime militar brasileiro, após sanear a economia do país em moldes monetaristas, recebeu maciços investimentos estrangeiros e a instalação de novas transacionais, o que conduziu a um intenso crescimento econômico denominado 'milagre', restrito a parte da classe e burguesia, enquanto se ampliava a repressão aos grupos armados de esquerda e a maioria da população pauperizava-se. A participação brasileira na intervenção da República Dominicana, o apoio irrestrito aos EUA nos primeiros anos e às ditaduras militares que se implantavam, bem como a expansão externa da economia brasileira em direção aos vizinhos sul-americanos, conferiram ao regime de segurança nacional brasileiro os contornos de um subimperialismo aliado de Washington.⁸³

Ao lado das medidas econômicas do PAEG, a repressão foi intensificando os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e institucionalizando a ditadura civil-militar. Por isso, o resultado das eleições realizadas no ano de 1965 não agradou as Forças Armadas, pois saíram vitoriosos em dois estados importantes do país, Minas Gerais e Guanabara, políticos de oposição. Para resolver essa situação, foi decretado o AI-2, que tornou indiretas as eleições para governador e presidente da república, instituiu o recesso no Congresso Nacional e o fim do multipartidarismo, permitindo a existência de apenas dois partidos políticos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Nacional Renovadora (ARENA). Em 1967 foi promulgada uma nova constituição, que estabelecia uma lei para a segurança nacional e outra para a imprensa:

Algumas lideranças políticas que apoiaram o golpe, mas se opunham à institucionalização do regime, dentre os quais Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, seriam marginalizadas com o passar do tempo. Mesmo com a vice-presidência ocupada por um membro do PSD, o novo governo consistia basicamente numa aliança entre os militares e a UDN. Entretanto, paulatinamente, o poder foi passando para as mãos dos militares e foi se institucionalizando o regime militar.

⁸²VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Da Guerra Fria à crise (1945-1990): as relações internacionais contemporâneas*. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade, 1990.

⁸³VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Da Guerra Fria à crise (1945-1990): as relações internacionais contemporâneas*. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade, 1990, p. 71.

Em outubro de 1965 Castelo Branco promulgou o AI 2, que provocou a extinção dos partidos políticos e autorizou apenas dois novos movimentos políticos. Em fevereiro de 1966 foi promulgado o AI 3, que tornou a eleição dos governadores e vice-governadores indireta e instituiu a indicação dos prefeitos das capitais dos estados e de cidades consideradas de “segurança nacional”. Numa tentativa de garantir a continuidade do janeiro de 1967 foi promulgada uma nova Constituição. Também foram promulgadas a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, inspirada nos princípios “anti-subversivos” adotados pelo governo.⁸⁴

Ainda assim, o presidente não atingiu as metas a que se propôs no início do seu governo, porque o PAEG não resolveu os problemas econômicos, os investimentos de capitais estrangeiros ficaram abaixo do esperado e o país não atingiu os índices de desenvolvimento desejado por Castelo. Sabe-se que, ao tomar posse, o presidente havia salientado o seu compromisso com o regime democrático e os princípios liberais, mas durante o seu mandato, aprovou medidas que permitiram aos órgãos de segurança realizar intensa repressão contra seus opositores. Com isso, houve centenas de cassações e a deposição de políticos eleitos legalmente e Castelo encerrou o governo com baixa popularidade. Nesse contexto, Costa e Silva, ao tomar posse, também adotou o combate ao comunismo e a crise econômica como bandeira política do seu governo, mas foi favorecido por melhores condições no mercado internacional, que fomentaram a economia através do aumento das exportações e da liberação de mais créditos para investimentos no país.⁸⁵

Porém, as medidas adotadas por Costa e Silva não foram suficientes para diminuir a insatisfação que se alastrava pelo país, principalmente entre os estudantes, mas que também se estendeu entre os trabalhadores, profissionais liberais, artistas e membros do clero, os quais se mobilizaram para efetuar uma série de protestos, passeatas e mobilizações contra o governo em várias cidades do país, no ano de 1968. As manifestações, no Brasil, durante aquele ano também estavam vinculadas ao clima de insatisfação internacional, marcado pela eclosão de movimentos de contestação em vários países do mundo:

As manifestações públicas agora se inseriam no contexto do ano quente de 1968, quando irromperam todas as rebeldias, e os sistemas dominantes de todo o mundo pareceram vacilar. Por outro lado, organizações revolucionárias clandestinas, que controlavam quase todas as entidades representativas, apareciam nas manifestações com propósitos que ultrapassavam o escopo próprio do movimento, e gritavam palavras de ordem de enfrentamento, inclusive armado. A polícia política e mesmo alguns analistas, mais tarde, confundiram os dois processos, que precisam ser deslindados-o movimento social estudantil, em sua autonomia, de caráter basicamente sindical, e as organizações revolucionárias clandestinas, grupos de

⁸⁴SILVA, André Reis da. A Guerra Fria internalizada: da crise do populismo à política externa do governo Castelo Branco (1964-1967). In: *História: Debates e Tendências*/Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Vol.1, n.1, (junho, 1999). Passo Fundo: UPF, 2008, p. 155.

⁸⁵REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

vanguarda, já decididos, em função de sua evolução interna, à luta armada com o sistema.⁸⁶

O movimento estudantil atuou de maneira mais significativa, no cenário brasileiro de 1964 até 1968, visto que a coesão política do movimento aumentou com a decretação da “Lei Suplicy” pelo então ministro da educação, Flávio Suplicy de Lacerda. Essa instituiu uma série de medidas que tinham por objetivo afastar as atividades educacionais das questões políticas nacionais. A mais importante medida do projeto era a decretação do fechamento da principal entidade representativa dos estudantes naquele período, a UNE. Para o autor, o movimento estudantil já trazia consigo uma tradição de luta em defesa das liberdades democráticas, uma vez que, desde o início da década de 1960, estava se colocando ao lado de outros movimentos sociais na luta pela implantação das Reformas de Base propostas por João Goulart, defendendo, principalmente, a reforma educacional. A Lei Suplicy propunha o seguinte:

A criação de Diretórios Acadêmicos em cada faculdade (DAS), de Diretórios Acadêmicos de Estudantes (DEEs) e de um Diretório Nacional Estudantil (DNE), todos organicamente vinculados a administração universitária e ao próprio Ministério da Educação (MEC). Pretendia-se substituir as entidades civis dos estudantes, que já tinham grau de autonomia antes do golpe, apesar de serem reconhecidas pelo governo, como os Centros Acadêmicos (CAs) os Diretórios Centrais (DCEs), Uniões Estaduais (UEEs) e a própria UNE, por entidades controladas pelo governo ou pela administração das faculdades. A Lei Suplicy procurava manter o movimento estudantil, mas comportado e dentro das escolas, apoiando os esforços do regime pelo desenvolvimento nacional, livre das influências do ativismo de grupos supostamente minoritários e subversivos que desvirtuavam o movimento.⁸⁷

As manifestações efetuadas pelo movimento estudantil, ao mesmo tempo em que reivindicavam a manutenção de suas entidades representativas, lutavam por um sistema educacional que respondesse aos anseios dos estudantes brasileiros e se posicionavam contra as medidas da Lei Suplicy. Os estudantes também se colocavam ao lado de outros grupos de esquerda para lutarem por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e da população em geral, combatendo a ditadura civil-militar e as conseqüências que ela trazia para o país, como mostrou o trecho extraído de um panfleto que foi distribuído a populares no mês de agosto de 1968. O panfleto orientava os estudantes da seguinte forma:

Você deve ir a manifestação com a consciência de que se trata de uma manifestação popular contra a ditadura e a repressão pela ditadura, cujo governo representa as aspirações da classe dominante aliadas aos interesses do imperialismo. Os estudantes iniciaram um movimento há muito tempo pois colocam-se ao lado das classes trabalhadoras e que, apesar dos reprimidos, são o sustentáculo do processo que derrubará a ditadura e explorará o imperialismo...estudantes, intelectuais,

⁸⁶REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 49.

⁸⁷RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993, p. 126.

professores, o clero e um movimento de protesto e não mais exclusivamente a repressão que cerca as liberdades do povo.⁸⁸

À época, as reformas educacionais estavam ligadas a um projeto de ensino desenvolvido pelo governo brasileiro em parceria com os Estados Unidos, denominado de “MEC-USAID”, que redefiniu as diretrizes do sistema educacional brasileiro, substituindo os projetos educacionais do Ministério da Educação do governo de João Goulart, como o MEB e a “pedagogia do oprimido”, por um novo método de alfabetização denominado de “ABC”, cujos conteúdos a serem implantados estavam totalmente desvinculados de qualquer trabalho de conscientização política, o que gerou protestos de alunos e professores:

A interferência dos Estados Unidos nos assuntos da educação expandiu-se ainda sob o rótulo de “cooperação técnica”. Entre 1964 e 1968, a princípio sigilosamente, foram realizados pelo MEC contato com a USAID (United States Agency for International Development) e a Aliança para o Progresso, com o objetivo de reorientar as bases da educação e ainda obter quadros técnicos. (...)A educação foi ainda atingida em sua própria concepção. Na constituição de 1967, bem como no Plano Decenal do mesmo ano, o espírito era um só: a educação deveria instrumentalizar para o trabalho e o ensino superior era encarado como um insumo econômico para o crescimento industrial. Com a criação da disciplina Educação Moral e Cívica em 1969, cujos objetivos eram uma versão adaptada ao ensino da Doutrina de Segurança Nacional, a educação era concebida como um instrumento de controle ideológico.⁸⁹

Na educação superior, a aliança entre o Brasil e os Estados Unidos resultou, em 1968, na promulgação de uma reforma universitária denominada de Política Educacional do Governo (PEG), que mudou a organização dos cursos superiores, com a substituição do “sistema de cátedras” por “departamentos”, os quais se tornaram a menor divisão da universidade e ficaram encarregados da “organização didático-científica e distribuição dos docentes e dos técnicos administrativos”. Também deviam englobar as disciplinas de “unidade de patrimônio e administração”, introduzir a matrícula semestral por disciplina e sistema de créditos, institucionalizar a pós-graduação “stricto sensu” e introduzir vestibular único para todos os cursos, pois nessa época, as provas eram aplicadas de forma separada para cada faculdade.⁹⁰

Além do ensino fundamental e superior, também o ensino médio sofreu os efeitos das novas diretrizes educacionais estabelecidas pelo governo militar, que defendia um sistema de ensino voltado a atender às novas demandas da sociedade brasileira, que estaria para eles em

⁸⁸Arquivo Histórico do Rio grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV-1.4.1864.21.8/Movimento estudantil, 16 de agosto de 1968.

⁸⁹PAES, Maria Helena de Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1993, p.54.

⁹⁰NEVES, Clarissa Eckert Baeta Neves. Educação Superior (1930-85). In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007.

pleno desenvolvimento econômico no ano de 1968, necessitando de escolas que formassem mão de obra adequada às novas demandas do mercado:

A reforma do Estado demandava a reformulação do e a adequação do sistema educativo, que devia desempenhar papel fundamental na dinamização da atividade produtiva. A partir de então, educar adquiriu outro significado. Educa-se para promover o desenvolvimento; para levar as massas a participarem do desenvolvimento. Nesse sentido, a educação e a formação de recursos humanos eram indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social. O método escolhido para fazer a nova estrutura funcionar, foi o da administração por objetivos. No contexto, de reforma do Estado e de um processo de racionalização da gestão administrativa, o planejamento do setor educacional passou a ser feito de acordo com as diretrizes e orientações provenientes do Ministério da Educação.⁹¹

Contudo, o modelo de escola e de universidade difundido pelo governo era aquele voltado à produção, ao atendimento do mercado de trabalho, com a concessão de incentivos para o aprimoramento e para a fundação de novas escolas técnicas no país. As mudanças no sistema educativo só podiam ser entendidas como parte de uma reestruturação mais ampla, feita pela ditadura civil-militar, que não queria uma escola que proporcionasse aos alunos uma educação formadora de senso crítico, pois isso não servia aos seus interesses de dominação, desejavam, portanto, escolas voltadas unicamente para o atendimento do capital:

Argumentava-se que profundas transformações ocorridas nos setores da vida produtiva, econômica repercutiam na educação, que passou a ser considerada como fator decisivo ao desenvolvimento social e econômico. Estabelecera-se uma estreita correlação entre o desenvolvimento educacional do país e sua produtividade econômica. A educação passou a ser planejada em função das metas definidas nos planos de desenvolvimento econômico.⁹²

O modelo de ensino adotado pelo governo militar voltou-se ao incentivo de implantação de escolas técnicas que atendessem à demanda de mão de obra do mercado capitalista. Gramsci combatia esse modelo de escola porque nela o aluno iria receber somente as informações necessárias ao exercício de uma função determinada na produção e não um aprendizado que o fizesse desenvolver pensamentos próprios para adquirir um nível de conscientização mais elevado e sua emancipação política e social. Em relação ao ensino técnico ele salientava as seguintes questões:

A tendência, hoje, é a de abolir qualquer tipo de escola desinteressada (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou conservar delas tão somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem se preparar para o futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais

⁹¹TAMBARA, Elomar C.; QUADROS, Claudemir de; BASTOS, Maria H.C. A educação (1930-80). In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 327.

⁹²TAMBARA, Elomar C.; QUADROS, Claudemir de; BASTOS, Maria H.C. A educação (1930-80). In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 328.

as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e seu futuro e sua futura atividade são predeterminados.⁹³

Em suma, o governo militar mudou as diretrizes educacionais, decretando o fim de movimentos como o MEB e a pedagogia do oprimido de Paulo Freire, os quais, além de trabalharem os conteúdos curriculares, fomentavam também a conscientização política. As novas diretrizes serviram aos interesses da classe dominante brasileira, porque a escola era uma das vias que os grupos hegemônicos utilizavam para difundir a sua ideologia e exercer o seu poder político de forma absoluta sobre as massas. Na leitura de Gramsci, a difusão de escolas técnicas em substituição às escolas formativas, ao invés de democratizar o ensino, tornou mais sólida a distância existente entre a elite e o povo, servindo assim aos interesses da classe dominante:

Na escola atual, graças a crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência; as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, tomam a frente da escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada como democrática, quando, na realidade, não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas.⁹⁴

A partir de então, Gramsci chamava a atenção para a necessidade de criação de uma elite de intelectuais diferentes, que combatesse a hegemonia política exercida pela classe dominante sobre as massas, era porque esse seria o único grupo capaz, num primeiro momento, de promover a elevação cultural e a conscientização do povo. Por isso a necessidade de os intelectuais estarem conscientizados a respeito do seu papel como agentes transformadores da sociedade:

A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica, (...) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade entre teoria e prática não é um fato mecânico, mas um devenir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no senso de distinção, de separação, de independência apenas instintiva e progride até a posse real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa – além do progresso político prático – um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que de limites ainda restritos.⁹⁵

Nessa perspectiva, a reforma de ensino efetuada pelo governo militar, ao invés de proporcionar o acesso a uma educação de qualidade, difundiu um modelo de escola

⁹³GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 118.

⁹⁴GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 136.

⁹⁵GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 21.

dogmática, a serviço da ideologia dominante que, ao invés de tentar diminuir as desigualdades sociais, serviu para solidificar ainda mais a divisão de classes no país, aumentando a diferença cultural entre os estratos mais baixos e os mais elevados da população. Para Gramsci, esse modelo de escola, embora tivesse se intitulado democrático, era na verdade mais um dos métodos utilizados pela classe dominante para legitimar o seu poder político:

A multiplicação de tipos de escola profissional, portanto, tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir uma tendência democrática. Por exemplo; operário manual e qualificado, camponês e agrimensor ou pequeno agrônomo etc. Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode consistir apenas em que um operário manual se torne qualificado, mas em que cada cidadão possa se tornar governante e que a sociedade o coloque, ainda que abstratamente, nas condições gerais de poder fazê-lo; a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (...), assegurando a cada governado a aprendizagem gratuita das capacidades e da preparação técnica geral necessária ao fim de governar.⁹⁶

A reforma no ensino realizada pelo governo, ao tentar desmobilizar os estudantes, levou o movimento estudantil a se unir com outras organizações de esquerda para realizar uma série de manifestações contra a ditadura civil-militar, que atingiram o seu ápice em 1968, com a realização de passeatas, manifestações, protestos e greves em várias capitais do país. Em março, houve um protesto contra a morte do estudante Edson Luis Souto, atingido pela polícia, ao participar de uma manifestação que reivindicava melhores condições na alimentação fornecida pelo Calabouço, no Rio de Janeiro. Em maio, ocorreram greves de trabalhadores, reivindicando melhorias salariais nas cidades de Osasco (SP) e Contagem (MG), a essas se uniu também o movimento estudantil e, em junho, realizou-se a “Passeata dos Cem Mil”, que reuniu diversos setores da sociedade em protesto contra o governo. As manifestações realizadas, no ano de 1968, foram utilizadas como justificativa para que os militares decretassem o fechamento total da ditadura com a decretação do AI-5.⁹⁷

1.6 O ATO INSTITUCIONAL Nº 5, AI-5

Na interpretação de Alves, o AI-5 restringiu ainda mais as liberdades políticas porque forneceu poderes para que o executivo pudesse cassar mandatos, demitir funcionários públicos e decretar o fechamento do Congresso Nacional e, por isso, marcou uma nova fase

⁹⁶GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 137.

⁹⁷MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

na luta entre a ditadura civil-militar e a esquerda, pois forneceu os subsídios para que o governo aperfeiçoasse os órgãos de segurança montados pelo estado, utilizando-os para reprimir com violência as atividades das organizações. Com essas medidas, a repressão pôde atuar sem restrições, pois não era mais necessário existir uma acusação formal ou um mandado judicial para se efetuarem prisões. Tais fatos, aliados às medidas repressivas instauradas sobre o Judiciário, provocaram “sérios abusos de poder e a tortura de presos políticos”:

A consequência mais grave do Ato Institucional terá sido talvez que abriu caminho para a descontrolada utilização do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. Crucialmente importantes a este respeito foram as restrições impostas ao Judiciário e a abolição do hábeas corpus para crimes políticos. Podia-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandado. Juntamente com as restrições ao Judiciário, isto impedia que advogados e outros que defendiam os presos políticos de aplicar as garantias legais. Não podiam assim evitar sérios abusos de poder e a tortura de presos políticos. Por outro lado, a ausência de um prazo de vigência do ato significava que os poderes extraordinários haviam se tornado ordinários. O Estado de Segurança Nacional estava totalmente centralizado e isolado; o Estado corporificava-se no Executivo e a ele se circunscrevia.⁹⁸

Percebeu-se assim que as organizações de esquerda, principalmente o movimento estudantil, mesmo convivendo com uma ditadura desde o golpe de 64, conseguiram atuar com certa liberdade até 1968, quando ainda era possível a utilização de vias legais de contestação. Entretanto, o AI-5 favoreceu as propostas das organizações mais radicais, que já haviam optado pela luta armada e marcou uma nova fase no confronto entre os órgãos de segurança e a esquerda, quando apenas o PCB, o POR(T), o PC do B e a AP, devido as suas concepções teóricas, não partiram imediatamente para o confronto armado. Nesse clima, no final de 1968:

O Ato Institucional nº 5, AI-5, marcou o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional, do estágio de lançamento de suas bases. O caráter permanente dos controles a ele incorporados deu origem a um novo período em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo. O Ato Institucional nº 5 forneceria assim o quadro legal para profundas transformações estruturais.⁹⁹

No ano de 1969, o presidente Costa e Silva ficou gravemente doente e foi necessário encontrar um nome para substituí-lo no governo. Pelas leis estabelecidas na constituição de 1967, o vice-presidente civil, Pedro Aleixo, deveria assumir o cargo, mas ele foi afastado por uma junta militar, formada pelos três ministros das Forças Armadas: Lyra Tavares, Ministro da Guerra, Augusto Rademaker, Ministro da Marinha e Márcio de Souza e Melo, Ministro da

⁹⁸ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 136.

⁹⁹ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 136.

Aeronáutica. No lugar de Pedro Aleixo, a junta escolheu para o cargo de presidente, o general Emílio Garrastazu Médici, que ficaria no governo até o ano de 1974.¹⁰⁰

O presidente Médici fundou, em 1970, a “Operação Bandeirante” (OBAN), que deveria ser integrada aos demais órgãos do governo com a denominação de Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército, ficando conhecido pelas siglas DOI/CODI II. O objetivo da OBAN era reunir todos os esforços realizados por vários órgãos no combate as atividades das organizações de esquerda e, no estado de São Paulo, passou a ser dirigida pelo major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra. Considerando essas questões, Gorender afirmou:

A ineficiência dos DEOPS e a dispersão das Forças Armadas fizeram surgir a idéia de uma entidade centralizadora de homens materiais na luta contra-revolucionária. Uma vez que em São Paulo mais se multiplicavam as ações da guerrilha urbana, fundou-se ali, a 29 de junho de 1969, a Operação Bandeirantes (OBAN) (...). Os quadros da OBAN foram preenchidos por oficiais e subalternos das três Armas e da Força Pública de São Paulo, bem como por delgados, investigadores, e pessoal burocrático da Secretaria da Segurança (...). Uma vez que não constava de nenhum organograma do serviço público, a OBAN tinha caráter extralegal. O êxito alcançado pela experiência-piloto de São Paulo venceu as objeções dos oficiais que julgavam indevido ou inconveniente o envolvimento institucional do Exército em missões policiais.¹⁰¹

No entanto, a decretação do AI-5 pelos militares não teria resultado das ações praticadas pelas organizações de esquerda armada, pois parte das Forças Armadas já defendia, no período em que ocorreu o golpe de 1964 e foi promulgado o AI-1, uma ditadura mais fechada, que não permitisse a existência de nenhum canal contestatório que pudesse ser utilizado pelos setores de oposição ao governo. Nessa assertiva, as ações mais conhecidas, efetuadas pelos grupos de esquerda armada, ocorreram após a decretação do AI-5 e foram o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, em setembro de 1969, efetuado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); a deflagração pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) da Guerrilha do Araguaia, que começou a ser organizada pelos militantes do partido em 1967, mas só ficou conhecida pelos órgãos do governo na década de 1970. Nessa discussão:

Pode-se retomar, agora, a pergunta anterior: o rigor estabelecido a partir de 1968 foi causa ou conseqüência da guerrilha urbana e rural? As prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos levaram a esquerda a intensificar os preparativos da guerra popular ou, ao contrário, surpreendidas pelo seqüestro e pela guerrilha rural, os militares foram levados a criar o maior aparato repressivo que o Brasil já conheceu? Infelizmente, malgrado a tentativa anterior, o estabelecimento de uma cronologia não resolve o problema: as ações dos comunistas adeptos da luta armada que vieram a público, em 1968, indicavam certamente uma mudança importante, em favor das ações violentas, mas os episódios que realmente confirmaram essa estratégia (como

¹⁰⁰GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998

¹⁰¹GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998, p. 171.

os rumorosos seqüestros de embaixadores e a Guerrilha do Araguaia só ficaram conhecidos pelos militares na década de 1970).¹⁰²

Gaspari também defendeu a versão de que a montagem e o aperfeiçoamento do aparelho repressivo governamental, a instalação da Operação Bandeirante e a utilização da tortura contra os presos políticos pelos agentes dos órgãos de segurança faziam parte das medidas políticas de estados adotadas pela ditadura civil-militar. Dessa forma, as atividades arbitrárias realizadas pelos agentes da polícia e também por integrantes das Forças Armadas eram conhecidas dos altos escalões do governo, que justificaram a utilização da tortura por ser uma arma necessária à obtenção de informações rápidas sobre as organizações de esquerda, por ser eficiente no combate à luta armada. Entretanto, para o autor, a prática da tortura deixou marcas profundas na esquerda, na sociedade brasileira e também nas Forças Armadas, pois, “quando tortura e ditadura se juntam, todos os cidadãos perdem uma parte de suas prerrogativas e, no porão, uma parte dos cidadãos perde todas as suas garantias.”¹⁰³

Concordando com Gaspari, Alves afirmou que a tortura foi utilizada como prática de estado, efetuada pelo aparato repressivo montado pelo governo. Além disso, a autora destacou as contradições internas do regime, o qual utilizou a defesa da democracia e dos valores liberais como bandeira política para efetuar o golpe em 1964 e instalar a ditadura civil-militar no país. Essa controvérsia fez com que o governo tivesse que buscar, constantemente, a legitimação de seu poder e dos seus atos arbitrários, mantendo, por isso, em funcionamento até a decretação do AI-5, algumas instituições representativas, por exemplo, o Congresso Nacional. Tais diretrizes deixaram margens para a atuação dos grupos de esquerda, que conseguiram, nesse espaço, realizar atividades de contestação ao regime:

Em tal contexto político, os setores de oposição que vinham sustentando a necessidade da luta armada assumiram posição predominante. A estratégia da rebelião militar contra o Estado de Segurança Nacional vinha sendo discutida pelo menos desde 1967. Mas só ganhou forte apoio entre os setores de oposição com as medidas de violência urbana e rural, que nos cinco anos seguintes dilaceraria o país. Observa-se que a luta armada concentrava-se basicamente em áreas urbanas, envolvendo sobretudo organizações cujos militantes provinham do movimento estudantil. O principal movimento de guerrilha no campo ocorreu na região do Araguaia e foi organizado pelo PC do B, dissidência do PCB.¹⁰⁴

Na análise de Reis Filho, os sucessos das primeiras ações armadas efetuadas pela esquerda foi, para seus militantes, uma prova de que os órgãos de segurança do governo eram ineficientes no combate à luta armada, evidenciando o “inevitável” caminho da revolução no país. Porém, as organizações armadas foram perdendo força rapidamente, na medida em que

¹⁰²FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 62.

¹⁰³GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 27.

¹⁰⁴ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989, p.136.

órgãos do governo se estruturaram e aperfeiçoaram táticas de combate e suas ações, que, embora “espetaculares,” ficaram afastadas da população, pois os grupos não se preocuparam com a forma como as suas atividades eram vistas pelas massas e foram ficando cada vez mais isoladas delas:

A situação criada favoreceu, aparentemente, as propostas radicais e ofensivas de luta. Chegara a hora das organizações de esquerda revolucionárias? No estado de exceção construído pelo AI-5, com as margens de liberdade e de críticas reduzidas a quase zero, era como se estivessem realizando as condições da utopia do impasse(...). Assim, entre 1969 e 1972, desdobraram-se ações espetaculares da guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos, ataques a quartéis, cercos e fugas, seqüestros de embaixadores. Os revolucionários chegaram a ter momentos fulgurantes, mas, isolados, foram cedo aniquilados. Na seqüência, entre 1972 e 1975, seria identificado, caçado e também destruído um foco guerrilheiro na região do Araguaia, na fronteira do Pará, Maranhão e Goiás, reunindo algumas dezenas de guerrilheiros, na tentativa mais consistente da esquerda revolucionária.¹⁰⁵

Gorender também defendeu a ideia de que as ações da esquerda revolucionária foram ficando cada vez mais difíceis de serem efetuadas, à medida que a ditadura ia aperfeiçoando o seu aparelho repressivo. Assim, a diminuição das ações armadas resultou em falta de dinheiro para que os grupos mantivessem os seus militantes na clandestinidade, porque, para isso era necessária a existência de “residências, lugares para fazer reuniões e depósitos de armas”. Além disso, a mídia brasileira, censurada e controlada pela ditadura civil-militar, mostrava as ações armadas da esquerda revolucionária de tal forma para a população, que as pessoas construíram uma “visão negativa da esquerda”. Isso afastou ainda mais as ações dos grupos armados das massas brasileiras, que se viram cada vez mais isolados, até serem totalmente derrotados pela ditadura civil-militar na década de 1970.¹⁰⁶

De acordo com Delgado, mesmo que a hierarquia da Igreja tivesse apoiado o golpe e os anos iniciais de instauração da ditadura, esse panorama passou a mudar ao final de 1968, com a decretação do AI-5, o que aumentou a violência da repressão contra os opositores políticos no país e que atingiu também muitos membros do clero. A partir dessa fase, a Igreja começou a denunciar os abusos cometidos pelos órgãos repressivos contra os direitos humanos, tendo se tornado um importante setor de oposição ao governo do general Médici, comprovado através da publicação de uma série de documentos pela CNBB, que denunciavam os abusos de autoridade, a violência, o desrespeito a dignidade e aos direitos dos cidadãos:

Os episódios que se seguiram ao AI-5 foram decisivos para uma atuação mais crítica da Igreja. Não se trata mais de abordar esse tema como um ideal a ser alcançado, de forma abstrata e conceitual. Trata-se de avançar na conquista dos direitos sociais e humanos de forma concreta (...). Assim, a Igreja se diferenciava daquela dos

¹⁰⁵REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p.52.

¹⁰⁶GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

períodos anteriores. Uma série de fatos e situações sociais favoreceram sua evolução política e religiosa e renovaram a sua ação. Esse sombrio clima provocou diversas respostas da hierarquia eclesiástica. De certa forma, favoreceu a posição do grupo mais progressista e enganjado. Essa mudança afetou, ao mesmo tempo, sua visibilidade histórica e sua própria autocompreensão.¹⁰⁷

Nessa perspectiva, as ações do aparelho repressivo ditatorial, no combate à esquerda armada, tornaram-se mais eficazes, favorecidos pelo contexto econômico positivo do período, quando o país sofreu um surto de desenvolvimento, reflexo da superação da primeira fase das medidas econômicas adotadas pelo governo, as quais resultaram em uma reanimação da economia nacional, no fenômeno que a imprensa internacional chamou de “milagre brasileiro”. Durante esse surto de desenvolvimento, diminuiu a taxa de desemprego no país, pois profissionais tanto da classe média, quanto os operário encontravam boas ofertas de emprego no mercado, que buscava, cada vez mais, qualificação profissional. Esse cenário favorável, aliado a um rígido arrocho instituído pelo governo, projetou a média do salário real para cima, fazendo com que a economia alcançasse um alto crescimento até 1974:

Este resultado não podia deixar de decorrer também do ascenso econômico, já sensível em 1969. Superada a fase depressiva do ciclo, a economia nacional se reanimou e ingressou no auge das altas taxas de crescimento do período de 1968-1974, que a imprensa internacional batizou de milagre brasileiro. Os profissionais da classe média encontravam ofertas cada vez maiores de bons empregos e se reduzia o desemprego dos operários. Havia intensa procura de operários qualificados e, mesmo com o rígido arrocho legal, a tendência do mercado empurrava para cima a média do salário real (...). A ditadura militar começou a apresentar o êxito econômico como credencial de legitimação política, o que, se não chegava a ser convincente, ao menos desorientava e neutralizava setores consideráveis da opinião pública.¹⁰⁸

Com base nessas propostas, Ridenti também afirmou que as dificuldades enfrentadas pelas organizações de esquerda, ao desenvolverem atividades junto ao movimento operário e a eficiência da repressão efetuada pelos órgãos de segurança contra os grupos de luta armada estavam relacionadas ao desenvolvimento econômico alcançado pelo país nessa fase, que ele denominou de “boom econômico”:

Devido ao boom da economia brasileira após 1969, o regime civil militar pode êxito provisório no atender, ainda que desigualmente, os interesses contraditórios do capital e do trabalho (acumulação de capital pelas empresas, criação de empregos para os trabalhadores), segundo os atores políticos de esquerda dos anos 60 que entrevistamos, especialmente os que são economistas, salientavam o mesmo aspecto, isto é, que apesar do arrocho salarial e do tolhimento às liberdades democráticas, o “milagre brasileiro” dava emprego aos trabalhadores. Segundo Antonio de Neiva, o Brasil de 68 a 74, funcionou praticamente a pleno emprego, hoje eu sei disso, até por

¹⁰⁷DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 118.

¹⁰⁸GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998, p.173.

opção profissional, como economista, mas era um dados que as esquerdas não conseguiam perceber.¹⁰⁹

De modo geral, o “milagre brasileiro” trouxe mudanças qualitativas para o país, pois fomentou o aumento da industrialização que voltou então seus investimentos, principalmente à “indústria petroquímica e de telecomunicações.” Também, no período, aumentou-se o complexo rodoviário e hidrelétrico do país, promoveram-se avanços na agricultura, introduzindo novas tecnologias de cultivo como a da soja, além de se favorecer a exportação de produtos brasileiros para o mercado internacional. Ainda assim, a riqueza obtida com o “milagre econômico” não foi redistribuída para grande parte da população brasileira, que não teve suas condições de vida melhorada e continuou a viver na pobreza, ou seja, o surto econômico verificado no país, de 1968 até 1974, além de não resolver as desigualdades sociais do país, aumentou ainda mais a distância existente entre as classes mais altas e as mais baixas da população brasileira.¹¹⁰

Na análise de Paes, embora o milagre tivesse expandido a produção industrial e, portanto, proporcionasse um aumento no número de empregos para os operários, os reajustes industriais não corresponderam aos índices de produtividade e os trabalhadores continuaram a sentir os efeitos do arrocho salarial e das medidas impostas pelo governo aos sindicatos que não conseguiam se organizar de maneira efetiva para defender as reivindicações de seus associados, ou seja, apesar do desenvolvimento econômico pelo qual passou o país, na fase do “milagre econômico”, a renda não foi distribuída para a maior parte da população brasileira, que continuou vivendo na pobreza.¹¹¹

Para Ridenti, deve-se ter o cuidado, na análise do contexto histórico dessa fase, de não se utilizar a ideia, presente no senso comum, de que parte da sociedade brasileira fora comprada pelos benefícios do milagre econômico. Para o autor, grande parte dos trabalhadores brasileiros deixou de lado suas reivindicações, adaptando-se às novas regras do capital, que lhes fornecia oportunidades de emprego e “ilusões de subir na vida”. Essa adaptação não pode ser entendida como um problema de ordem moral, mas de compreensão do “lado integrador e dinâmico do modo de produção capitalista, especialmente nos períodos de ascensão econômica, já que a ordem não pode ser só mantida pela ideologia e pela força bruta, embora elas joguem o seu papel.”¹¹²

¹⁰⁹RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993, p. 195.

¹¹⁰REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 55.

¹¹¹PAES, Maria Helena de Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1993, p. 52.

¹¹²RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993, p. 195.

Na década de 1960, embora o país estivesse sob o domínio da ditadura civil-militar, sustentada por setores de direita, era a esquerda que mantinha a “hegemonia cultural”, pois o golpe serviu para reprimir o trabalho político desenvolvido pelas organizações de esquerda junto à população. Entretanto, os artistas vinculados a essas continuaram suas produções culturais, principalmente aquelas que se voltavam ao seu próprio consumo. Em razão disso, a ditadura não conseguiu romper de imediato com as estreitas relações existentes entre cultura e política e estabeleceu-se um amplo debate entre os artistas de tendências esquerdistas a respeito da entrada ou não de seus trabalhos na indústria cultural, como foi o caso da produção “de Glauber Rocha, *Uma estética da fome*, que propunha um cinema revolucionário (...), o Cinema Novo se marginalizava da indústria porque o compromisso do Cinema Industrial é com a mentira e a exploração”:

Do ponto de vista da produção cultural, o que chama a atenção no período 1964-1968 é sem dúvida uma anomalia: o fato de o País viver uma ditadura de direita mantendo uma relativa hegemonia cultural da esquerda. Com a repressão desencadeada em 1964, as esquerdas tiveram bloqueado o seu acesso às classes populares, mas não se viram impedidas na sua produção cultural, passando a produzir então para o seu próprio consumo; as relações entre cultura e política mantiveram-se ainda estreitas por toda a década. Além dos temas já em debate, aparecia agora o da indústria cultural, cuja instalação no País se tornara uma realidade. Realidade que afinal de contas trouxe muitos conflitos, explicitados no dilema “entrar ou não no sistema”.¹¹³

Entende-se que a década de 1960 foi marcada pela efervescência política, tanto por parte das organizações que compunham a esquerda quanto entre os grupos que se reuniam na direita. No entanto, o que acabou predominando foi a força política da direita, pois além de este grupo possuir mais poder econômico, os seus intelectuais orgânicos reunidos no IPES/IBAD conseguiram mais coesão interna para atuar no cenário nacional enquanto grupo. Na análise do militante Luis Antonio Tim Grassi, a AP continuava, no início de 1964, apoiando João Goulart, a democracia formal e as suas instituições, mas já achava que o governo e o projeto de reformas não iriam muito adiante, que não existia chance de elas serem colocadas em prática:

Eu me lembro que marcou muito o trabalho que o Eugênio Canêpa apresentou lá claramente assim não vamos nos iludir, a esquerda está extremamente fraca, não tem armas nem políticas nem de outro tipo e a direita muito fortalecida, com apoio externo inclusive e tem tudo para tomar conta, para tomar o poder e o Jango que era um governante fraco, que não tinha assim a base ideológica e política. Então, tu lembra que em março, no dia 13 de março houve um comício, o comício das reformas e a UNE estava lá, todos os dirigentes da AP estavam lá, nacionais de AP estavam lá, tanto que o presidente da UNE o Serra estava lá e estava o Aldo Arantes.

¹¹³PAES, Maria Helena de Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1993, p. 74.

(..) .Então foi apoio às Reformas de Base, mas já com a sensação assim de que o apoio era se agarrar num barco que está naufragando, basicamente isto.¹¹⁴

O cenário de efervescência e disputas de grupos políticos que viveu o Brasil, na década de 1960, foi o contexto que propiciou a fundação da AP em 1962 e as modificações da organização ao longo de sua trajetória, verificadas principalmente, após o golpe de 1964, a instauração da ditadura civil-militar e a decretação do AI-5 em 1968. Isso afetou não só a AP, mas também os demais grupos que atuavam no país, os quais foram obrigados a se reestruturar para dar continuidade as suas atividades políticas, em uma fase marcada pela repressão e pela violência desferida pelos órgãos de segurança do governo contra a esquerda.

Tendo isso em vista, o próximo capítulo abordará de forma específica a AP, uma organização de esquerda que atuou de forma marcante no cenário político nacional e regional de 1962 até 1972. Neste, exerceu hegemonia dentro do movimento estudantil e realizou atividades que tentaram aproximar os militantes dos trabalhadores brasileiros do meio rural e urbano. Era a tentativa de compor uma aliança estudantil operário-camponesa que pudesse conduzir o processo de transformação da sociedade através de uma revolução de caráter socialista.

¹¹⁴Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

CAPÍTULO 2 – A AÇÃO POPULAR: DAS ORIGENS CRISTÃS AO MAOÍSMO

A organização de esquerda Ação Popular (AP) foi fundada em 1962 por iniciativa de militantes de movimentos leigos da Igreja Católica. Durante a sua trajetória, a AP passou por uma série de cisões, ocasionadas principalmente pelas mudanças provocadas no cenário nacional pelo golpe de 1964, que instalou a ditadura civil-militar no Brasil, bem como pelo fechamento do regime, com a decretação do AI-5, em dezembro de 1968. Pelo exposto, foi possível caracterizar três fases distintas dentro da existência da AP; a primeira, compreendida entre 1962 e 1964, quando, na AP, foi adotado o socialismo humanismo e desenvolvido um trabalho político junto às massas. Na segunda fase, que foi de 1964 até 1968, a organização reestruturou-se e se encaminhou, de maneira definitiva, rumo ao marxismo, deu início ao movimento de integração na produção e participou também de manifestações dentro das vias legais de mobilização. Em uma terceira fase, situada entre 1969 e 1972, a AP optou, de forma definitiva, pelo marxismo-leninismo, via maoísmo e intensificou o movimento de integração na produção, até ser atingida duramente pela repressão militar em 1972.

2.1 AS ORIGENS CRISTÃS: OS MOVIMENTOS LEIGOS DA IGREJA

A fundação da AP estava relacionada às mudanças ocorridas na Igreja Católica durante a década de 1950, quando parte do seu clero voltou sua atenção para as questões sociais, influenciados não só por pensadores europeus como Jacques Maritain, por teólogos, entre os quais estavam Lubac, Chenu e Congar, mas também pelo movimento economia e humanismo do padre Lebreton, que ganhou força com a nomeação de Hélder Câmara, um membro da ala progressista, para assistente nacional da instituição no Brasil. Como assistente da Igreja, ele deu início a uma série de discussões envolvendo a hierarquia e os movimentos leigos. Dentre estes, estavam a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), que passaram a discutir a necessidade de desenvolver novas práticas dentro da instituição, as quais possibilitassem a aproximação entre o clero e as massas populacionais. Esses, em conjunto, buscariam soluções para os problemas sociais que afetavam a sociedade brasileira, em um movimento que pretendia mudar a atitude contemplativa do cristão para

integrá-lo à realidade:

Eram idéias suscitando idéias e práticas questionando antigas teorias. Por um lado, uma nova visão de mundo e de Igreja ia sendo construída e, por outro, havia atitudes de rejeição contra essa mudança de prática. No entanto, o movimento foi orquestrando reformas, plano de ação que dialogavam com o social, o ético, o cultural, o político, a arte, a mística. O conhecimento da realidade, a formação na ação e a metodologia “Ver-Julgar-Agir”, próprios da JOC, foram sendo incorporados pelos outros grupos e tornaram-se os eixos centrais que passaram a orientar esse apostolado leigo. Portanto, começa a ocorrer uma mudança substantiva na Ação Católica. Mais que idéias, conceitos e normas, foi-se definindo também um novo tipo de relação da Igreja com o mundo social, político, cultural e artístico.¹¹⁵

As mudanças ocorridas no catolicismo não ficaram restritas ao Brasil e se estenderam por toda a América Latina. Contudo, em outras regiões, o movimento se manifestou de formas diferenciadas, pois sofreu a ação das diferentes realidades sociais desses países, o que gerou uma redefinição no quadro de interlocutores da doutrina católica junto à população, que passou do domínio do clero para a sociedade civil. Isso ocasionou o aparecimento de novos movimentos leigos e também a reestruturação de várias ações que já existiam na Igreja, o que trouxe resultados significativos:

Esse processo possibilitou a aproximação entre a Igreja e várias manifestações culturais, a expansão da ação social e, ainda, uma compreensão mais ampla desse exercício, reforçando, assim, sua aliança com as camadas populares. Essa nova articulação fez com que o catolicismo se colocasse ao lado de outros grupos na luta pelos direitos sociais e humanos. No entanto, as posições são múltiplas dentro da Igreja. A polarização também se fez sentir na hierarquia religiosa e junto aos leigos, ocasionando o surgimento de várias tendências e correntes.¹¹⁶

No Chile, o grupo de esquerda que surgiu a partir dos movimentos leigos da Igreja Católica foi a terceira vertente a aderir a Unidade Popular, coalizão política que apoiava a proposta de implantar no país um socialismo democrático, liderada por Salvador Allende. A trajetória da esquerda cristã chilena teve início quando militantes de grupos católicos entraram em contato com o cristianismo social de Jacques Maritain e com as atividades da Ação Católica e formaram, na década de 1950, o partido democrata-cristão, que chegou ao poder com Eduardo Frei em 1964. A experiência de fazer parte do governo foi frustrante para o movimento, que esbarrou nos limites da “revolução em liberdade”, pregada por Eduardo Frei. A esquerda cristã chilena também sofreu a influência da Teologia da Libertação e do Concílio do Vaticano II, optando por adotar um referencial ideológico denominado de “socialismo comunitário”, que deu origem ao Movimento de Acción Popular Unitário (MAPU). Em 1969:

¹¹⁵DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 102.

¹¹⁶DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 105.

Os socialistas comunitários propuseram que os democratas - cristãos aderissem a uma “Aliança de todas as esquerdas”-marxistas e cristãos - para ser capazes de implementar as reformas estruturais que ambas apregoavam ostensivamente. Quando o Partido Democrata Cristão rejeitou essa visão ecumênica de política esquerdista, eles deixaram os democratas - cristãos, formaram primeiro o MAPU (Movimento de Acción Popular Unitário – e a palavra mapuche para “terra”), depois a Izquierda Cristiana, e aderiram a Unidade Popular. Eles trouxeram para a coalizão governante de Allende um grupo de líderes talentosos com experiência de governo (especialmente na área de reforma agrária, sob Jacques Choncol, que dirigia a reforma agrária de Allende) e uma visão participativa de um socialismo democrático, mas apenas com uma base popular limitada.¹¹⁷

Nessa concepção, para muitos integrantes dos movimentos leigos e também para parte do seu clero, a Igreja deveria trocar suas políticas assistencialistas por trabalhos inseridos na realidade social da população, fomentando a elevação da sua consciência política, para que as pessoas se tornassem condutoras do seu próprio processo de libertação. A preocupação da Igreja Católica com as questões sociais ganhou força com a escolha de João XXIII, considerado um integrante da ala progressista, para Papa em 1958. A realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), a promulgação da encíclica de “Mater et magistra” (1961), também de caráter progressista, na qual a Igreja reconheceu o seu papel como agente fundamental nas mudanças pelas quais deveria passar a sociedade, além da encíclica “Pacem in Terris” (1963), que reafirmou essa nova orientação, destacando o trabalho que os movimentos leigos realizavam para diminuir as desigualdades sociais em vários países do mundo. Para a autora, as novas tendências da Igreja surgiram no Brasil como o resultado de dois processos:

Nos anos 1960, vão se cruzar dois processos históricos independentes, mas que terão efeitos convergentes; a transformação interna da Igreja Católica, com a eleição do papa João XXIII, em 1958, e os primeiros passos em direção ao Concílio Vaticano II, que modificará substancialmente a cultura católica; o triunfo da revolução cubana 1959, com um programa antiimperialista e, logo em seguida, socialista-que inaugura um ciclo de lutas sociais, guerrilhas e insurreições que se estenderá na América Latina até os anos 1990. A conjunção desses dois movimentos históricos vai criar, a partir do começo dos anos 1960, a temperatura necessária a formação do cristianismo de libertação.¹¹⁸

Os cristãos que militavam nos movimentos leigos, principalmente na JUC e na JOC sofreram os efeitos das mudanças efetuadas na Igreja, adquirindo uma progressiva conscientização política, passando a adotar uma posição crítica em relação à hierarquia da instituição, denominada de “ala conservadora”. A ideologia política do clero conservador estava baseada na manutenção das estruturas sociais, defendendo que o cristão deveria adotar um papel de passividade perante as condições históricas impostas a ele, seguindo a ordem

¹¹⁷ WINN, Peter. O Chile de Allende: socialismo democrático e revolução pela base 1970-1973. In: FORTES, Alexandre (org). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo, Chapecó: Perseu Abramo/Argos, 2005, p.117.

¹¹⁸ LOWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.306.

natural da sociedade; já o clero progressista defendia que os cristãos deveriam agir em nome de Deus para transformar as estruturas sociais existentes, pois para eles as desigualdades sociais não eram geradas por uma ordem “natural” do universo, mas por condições historicamente criadas e impostas as massas, sendo necessário a criação de uma nova ordem cristão mais socialmente justa:

A história continuava a ser vista como desígnio de Deus, mas a atitude deixava de ser passiva. Ao invés de acatar a ordem supostamente natural da sociedade existente, tratava-se de agir em nome de Deus para transformar as estruturas, criar uma ordem socialmente justa, baseada nos princípios cristãos. Então, a ação dos universitários católicos colocava em segundo plano seu ideal inicial, de recrutar e salvar almas no meio acadêmico, inserindo-as na Igreja. A universidade passava a ser abordada como um meio complexo, no interior de uma sociedade mais abrangente, o que implicava estender a atuação da JUC para fora dos muros acadêmicos.¹¹⁹

Portanto, a AP surgiu de uma ruptura que ocorreu entre militantes dos movimentos leigos como JUC, JEC e JOC e a hierarquia da instituição, pois esta não aceitava a politização crescente de seus integrantes. A ruptura com a Igreja ocorreu porque esses intelectuais, vinculados aos movimentos leigos foram mudando sua concepção de mundo, com uma abertura maior para os problemas sociais brasileiros e uma participação política mais efetiva, inserida na realidade social. Nesse âmbito, a fundação da AP foi analisada como uma tentativa, mesmo que incipiente, de formar-se um grupo de intelectuais orgânicos que representasse a classe trabalhadora brasileira. Na análise gramsciana:

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo.¹²⁰

Como vimos antes, os militantes da Ação Popular, ao romperem com a Igreja Católica para se inserirem nas atividades políticas reais, visavam à transformação da sociedade através da elevação do senso crítico da população. Com isso, o povo tomaria consciência do seu papel, enquanto agente ativo de mudanças sociais e passaria a atuar a fim de tornar a sociedade menos desigual, defendendo uma aproximação entre os intelectuais que, nesse caso, eram os militantes da AP e as massas:

A filosofia da práxis não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios

¹¹⁹RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Unicamp, 2002, p. 217.

¹²⁰GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p.8.

não são para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual - moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma.¹²¹

Ao mesmo tempo em que os militantes dos movimentos leigos se desvinculavam da Igreja para se transformarem em grupo político, a fim de mudar a realidade, a elite orgânica do capital multinacional e associado, reunida no complexo IPES/IBAD, fazia uma tentativa de cooptar setores da Igreja, já que parte do clero estava ligada ao povo e era, depois das Forças Armadas, a única instituição de abrangência nacional. Além disso, a instituição era a maneira mais fácil de chegar até a classe média, da qual “os estudantes, intelectuais, os movimentos femininos organizados e os militares (...) faziam parte.” Também pretendia a elite, utilizar esses movimentos para se aproximar dos camponeses e operários do país. Em virtude disso, havia um interesse grande do complexo IPES/IBAD em combater o clero progressista e os movimentos sociais, para que pudesse alcançar sua hegemonia política:

Tornava-se claro que, a partir de suas diretrizes políticas e de sua ação, a elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD sentia a necessidade de uma atividade ideológica que levasse ao estabelecimento de sua hegemonia dentro da classe dominante, como um meio de subir ao poder. A formação de um bloco burguês militante e sua liderança política militar pela elite orgânica mostrava-se uma condição necessária na luta do emergente bloco de poder para harmonizar sua predominância no campo econômico com a sua autoridade política e a sua influência no aparelho do Estado. A formação de um bloco burguês militante sob a liderança da elite orgânica era também necessária para alcançar a contenção das classes subordinadas da exclusão dos interesses tradicionais.¹²²

No início da década de 1960, militantes da JUC e da JOC entraram em conflito com a hierarquia da Igreja, e sentiram a necessidade de criar um grupo de ação política independente da instituição. Para isso fundaram a Ação Popular (AP), uma organização de esquerda que adotou uma doutrina política própria, chamada de “socialismo humanista”, que se diferenciava da orientação política de outras organizações, a saber, do Partido Comunista Brasileiro PCB, por colocar o socialismo como objetivo do presente e não um projeto para o futuro. O socialismo humanista definia-se como:

Um movimento político-ideológico, fundamentado numa ideologia própria, numa visão do homem e do universo que sendo universal aspira a ser um ponto de convergência e união de toda a força para trabalhar o desenvolvimento integral do homem; um movimento revolucionário que se propõe a formar quadros que possam participar de uma transformação radical da estrutura da sociedade brasileira em sua passagem do capitalismo ao socialismo.¹²³

¹²¹GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p.20.

¹²²DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 278.

¹²³SALES, Jean. Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p. 28.

O socialismo humanista também defendia a realização da revolução em apenas uma etapa, a socialista, o que levou os militantes da AP a atuarem diretamente, junto às massas, a realizar uma ação política concreta em apoio ao projeto do governo João Goulart, às Reformas de Base, desenvolvendo atividades, principalmente no meio estudantil, camponês e operário do país.¹²⁴

2.2 O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)

Em virtude da adoção desse referencial ideológico, a AP passou a atuar nos Movimento de Educação de Base (MEB), em parceria com o Ministério da Educação, durante o governo de João Goulart. O programa trabalhava os conteúdos normais da matriz curricular e, de maneira paralela, a conscientização crítica e política nos alunos, lutando pela valorização da cultura popular local e também pela autonomia das comunidades rurais. A difusão do MEB poderia provocar mudanças na composição das forças políticas brasileiras, pois traria para o cenário político pessoas que estavam excluídas do processo eleitoral por serem analfabetas:

No início dos anos 60, o MEB constituiu-se num espaço de atuação para católicos de esquerda, que procuravam conscientizar e politizar especialmente o povo do campo durante o processo de aprendizagem. O MEB atingiu 14 estados e um território em 1964, num sistema que envolvia aulas radiofônicas. Entre 1961 e 1965, 380 mil alunos concluíram os estudos no MEB, que mobilizou milhares de professores, supervisores e monitores voluntários (...).¹²⁵

O MEB surgira com a finalidade de alfabetizar a população do meio rural brasileiro para que essa ficasse apta a participar do processo eleitoral, o que aumentaria o poder político do governo federal, em decorrência da diminuição do poder das oligarquias locais. No entanto, durante a sua aplicação prática, o movimento foi orquestrando mudanças, resultado da interação entre os militantes da AP e a população que estava sendo alfabetizada, numa fase de abertura para o surgimento de novas práticas educacionais, de novos métodos de alfabetização, que iam promovendo, entre os camponeses, maior conscientização política. O reflexo disso foi que:

A partir de uma finalidade alfabetizadora surgiu o ideal de educação que incentivava a consciência crítica e a politização, a valorização da cultura popular, autonomia das comunidades rurais. Para o MEB, o povo deveria ser agente da sua própria história, atribuindo assim uma maior responsabilidade aos setores populares e questionando a

¹²⁴SALES, Jean. Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

¹²⁵RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Araújo. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Unicamp, 2002, p.234.

visão tradicional de que as massas seriam incapazes de modificar sua realidade social e econômica. Os leigos do MEB começariam a tomar consciência da difícil realidade social e econômica do homem do campo, o que fazia com que os quadros fizessem uma crítica mais aprofundada em relação à postura tida até então.¹²⁶

A Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) apoiou o governo federal na difusão do MEB, através da fundação de escolas radiofônicas, nas regiões menos desenvolvidas do interior, pois pretendia utilizar o método de alfabetização para difundir o catolicismo na população do meio rural. Entre os valores cristãos que a Igreja pretendia difundir entre os camponeses, estavam “o cooperativismo, o associativismo e sindicalismo na produção agrícola”, voltados para a promoção do progresso econômico e também “valores ligados à nobreza do trabalho, à subordinação do indivíduo ao bem comum, à ação solidária.”¹²⁷

Fonseca afirmou que a finalidade do MEB era alfabetizar, com a utilização pedagógica da realidade de vida das pessoas, com práticas que utilizassem os conhecimentos empíricos da população para o desenvolvimento de um senso crítico. Por isso, os militantes precisavam conhecer o contexto cultural dessas pessoas e, a partir disso, procurar desenvolver atividades que tivessem o meio rural como referência principal, tendo a finalidade de desenvolver a conscientização política nos alunos:

Dessa forma, era fundamental, respeitar a cultura vivenciada pelo camponês, o que seria considerado por Gramsci como um instrumento de emancipação política “(...) uma vez que, a partir dela, criam-se possibilidades de tomada de consciência em relação a problemas e situações comuns vividas pelos diferentes sujeitos sociais.”. É nesse sentido, que fora acrescentado nos programas: dramas, diálogos, novelas, desafios de violões e outras narrativas com o objetivo de valorização a cultura nordestina. Essas modificações aguçavam o imaginário dos alunos e despertava o desejo do conhecimento. “a função do educador não seria precisamente a de ensinar a ler, mas a de criar condições para o educando realizar a sua própria aprendizagem.”¹²⁸

Os militantes da AP também participaram do método de alfabetização desenvolvido pelo “educador católico” Paulo Freire, a pedagogia do oprimido. Segundo esta, a educação deveria voltar-se para a promoção do senso crítico e da conscientização política na população, pois a partir dessas práticas, as pessoas poderiam exercitar a sua liberdade de escolha, percebendo todas as possibilidades de ações e práticas que existiriam no mundo e nas próprias

¹²⁶SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia, p. 28.

¹²⁷SOUZA, C.M de. *Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base*. 2006. 365 f. Tese (Doutorado em História) - IFCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.54.

¹²⁸FONSECA, Aidil Brites Guimarães; CRUZ, Adriano Charles da Silva. *Uma onda de educação: o rádio no MEB*. Trabalho apresentado ao GT de Comunicação Aplicada ou Segmentada, do IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, p.5. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/aidil_uma_onda_radio_meb.pdf. Acesso em: 22 out.2010.

comunidades onde elas moravam. Para Paulo Freire, a alfabetização e também a educação deveriam ser vistas e aplicadas como um processo que partisse da “realidade de vida do educando”, valorizando a criação de “um espaço democrático dentro de uma sociedade não democrática”, pois isso poderia fazer com que as massas passassem a atuar pela transformação social:

Paulo Freire via a educação como tendo um fim político por que poderia ajudar a construir uma nova sociedade que viesse a facilitar a realização do ser humano. Embora estivesse convencido de que a transformação política era importante, Freire rejeitava a visão de que uma mudança revolucionária necessariamente resolveria todos os problemas sociais básicos. Nesse sentido, Freire rejeitava o leninismo. Sua ênfase na liberdade, na capacidade de todas as pessoas e no respeito às classes populares entrava em conflito com a ênfase leninista na necessidade de um partido de vanguarda que tomasse as decisões chaves.¹²⁹

Gramsci já defendia a criação de uma escola “emancipadora” ou “unitária”, cuja formação dos alunos fosse voltada ao desenvolvimento do seu senso crítico. Na escola unitária, os alunos entrariam, em um primeiro momento, em contato com diversas áreas do conhecimento e aprenderiam noções básicas de ciências, matemática e outras disciplinas, para que mais tarde, fossem estimulados a conduzir os estudos de forma autônoma, recebendo apoio dos professores, a fim de que desenvolvessem suas próprias aptidões e um pensamento criador próprio, consciente e independente. Nesse modelo de ensino, a escola voltar-se-ia para o desenvolvimento total de ser humano:

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se à em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo. Descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação (mesmo que a verdade seja velha) e demonstra a posse do método: indica que, de qualquer modo, entrou-se na fase de maturidade intelectual, na qual se podem descobrir verdades novas.¹³⁰

Em virtude de sua posição política, a AP entrou em divergência com outras organizações de esquerda, sendo que uma delas estava relacionada ao caráter da revolução brasileira, que para a AP, deveria ocorrer em apenas uma etapa, a socialista, e para outros grupos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), seria em duas etapas. Na primeira fase, de caráter nacionalista, o partido faria uma aliança com a burguesia nacional e contaria com o seu apoio para passar à segunda fase, que seria a implantação definitiva do socialismo. No entanto, a adoção do socialismo como perspectiva do presente fez com que a AP atuasse

¹²⁹ SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia, p. 29.

¹³⁰ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 125.

diretamente nos movimentos de massa, realizando uma ação política concreta em favor das Reformas de Base com operários e camponeses, mas principalmente, com os estudantes.¹³¹

2.3 AS DISCUSSÕES EM TORNO DO FOQUISMO E DO MAOÍSMO¹³²

As atividades desenvolvidas pela AP junto às massas foram interrompidas com a repressão desferida pelo governo militar sobre a organização, o que provocou um esvaziamento no seu quadro de militantes e várias cisões internas. Em virtude disso, o período que seguiu ao golpe foi marcado por debates que envolviam o referencial teórico a ser adotado pela AP, bem como, quais diretrizes deveriam seguir suas atividades políticas. Parte dos militantes defendia que as suas ações deveriam ficar restritas à exploração das contradições internas da ditadura civil-militar, enquanto outra se posicionava a favor da adoção da luta armada. A opção da AP foi pela luta armada, tentando combinar, ao mesmo tempo, “tarefas socialistas com tarefas de libertação nacional”, ou seja, os militantes deveriam orientar a revolução a partir de guerrilhas no campo sem se desligarem do trabalho político junto às massas:

Paralelamente ao trabalho incipiente de preparação e desencadeamento das primeiras ações de guerrilha, deveriam ser criadas formas clandestinas de ação e organização nas cidades. Era necessário, também, constituir grupos armados para a defesa das manifestações de massas. As lutas institucionais mereceriam investimento, mas deveriam sofrer um processo de radicalização. A contra-ofensiva deveria marcar a segunda etapa. O exército guerrilheiro colocaria em prática a guerra em movimentos, ocupando regiões cada vez maiores, embora ainda não fosse possível tomar as cidades, reduto último do inimigo. Constitui-se-ia, nesse processo, a dualidade dos poderes, condição para a deflagração da contra-ofensiva geral, objetivo da terceira etapa.¹³³

Nesse horizonte, em um primeiro momento, a AP alinhou-se ao foquismo¹³⁴, influenciada pela Revolução Cubana de 1959 e dividiu-se em Comando Nacional (CN), formado por um número de cinco militantes. O CN estava ligado a órgãos de apoio chamados

¹³¹GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

¹³² Maoísmo: O termo Maoísmo jamais foi usado na China e os comunistas chineses sempre se opuseram ao seu uso mesmo por parte de forças estrangeiras que imitavam as suas posições políticas. (..). Com efeito, o Maoísmo, mais que uma formulação ideológica própria, foi uma linha estratégica que, em certo momento, basicamente nos anos 60, foi entendida e de alguma maneira elaborada como uma concepção alternativa da totalidade do movimento operário ocidental e da do movimento comunista. (BOBBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 734).

¹³³DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da Revolução Brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003, p. 96.

¹³⁴Foquismo: O foquismo cubano seguia o modelo, segundo o qual um grupo de homens bem armados e preparados poderia deslanchar a revolução a partir de um foco militar no campo, localizado em uma área de difícil acesso para a polícia. Este seria independente de qualquer partido ou trabalho político prévio com a população, que tenderia a aderir à revolução capitaneada pelas vanguardas armadas, pois já estariam amadurecidas as condições objetivas para a Revolução na América Latina, faltando apenas as subjetivas, a ser estabelecidas pelo foco. (RIDENTI, 2007, p.26).

de secretarias, que dirigiam tarefas específicas, divididas da seguinte forma; secretaria política, secretaria de ação, secretaria de lutas de massas operárias, secretaria de lutas de massas camponesas, secretaria de lutas de massas estudantil e classe média, secretaria de contatos internacionais, secretaria de frente única, secretaria de luta armada e secretaria de luta ideológica. O funcionamento de cada uma dessas secretarias era coordenado por uma pessoa que recebia o assessoramento de quantos militantes fossem necessários para organizar as tarefas, que ficavam assim distribuídas:

O secretário político é responsável pelo desenvolvimento do trabalho político e de orientação política da Ação Popular. O secretário da organização trata da parte administrativa e burocrática da Ação Popular e fiscaliza a distribuição orgânica e trata também dos problemas das finanças. O secretário de luta de massas operárias trata da orientação do processo de lutas de massas reivindicatórias junto as massas operárias, sindicatos e associações a fins. O secretário de lutas de massa estudantil e classe média, é o responsável pela orientação das lutas estudantis, bancárias, dos funcionários públicos e autárquicos, etc, orientando também associações de classes (...). O secretário de luta armada trata das questões de luta insurrecional e o secretário de luta ideológica é responsável pela educação ideológica dos militantes.

135

De acordo com a orientação foquista, a atividade militar deveria ser prioritária para a esquerda e ser colocada em prática antes das ações políticas, ou seja, a principal preocupação da AP deveria ser a de formar um grupo guerrilheiro que pudesse partir imediatamente para a ação armada, para só depois começar a constituir um partido político como tal. Seguindo essa diretriz, um dos comandos paralelos da AP, sem comunicar previamente ao Comando Nacional planejou e executou um atentado no aeroporto do Recife contra o então candidato a presidente, general Costa e Silva, que não foi atingido pela explosão porque havia mudado a sua rota de viagem. No entanto, o atentado causou duas mortes e deixou quatorze feridos, provocando revolta nos membros do CN, que condenaram o atentado e expulsaram os militantes que haviam participado do episódio. Depois disso, a AP sofreu nova cisão, com parte do grupo defendendo o alinhamento ao foquismo, enquanto a outra passou a defender a adoção do maoísmo.¹³⁶

A chamada “corrente 1” era liderada por Jair Ferreira de Sá e defendia que, no país, ainda vigoravam relações pré-capitalistas de produção e, para alterá-las, era necessária a realização de uma revolução em duas etapas: a primeira de caráter democrático e nacionalista e uma segunda de caráter socialista, influenciada pelo “pensamento de Mao Tse-Tung”, ou seja, pelo maoísmo, corrente que também queria a reconstrução do PCB, tido como o único

¹³⁵Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/ LV-1-62.1.1, Ação Popular, 16 de agosto de 1968.

¹³⁶GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

partido político capacitado a conduzir uma revolução no país. Já a “corrente 2”, liderada por Aldo Arantes, era influenciada pelo foquismo e defendia a realização da revolução em apenas uma etapa, a socialista, pois as relações de produção já seriam capitalistas. Entretanto, a “corrente 2” não reconhecia o PC do B como o partido capaz de liderar o processo revolucionário, destacando a necessidade de se fundar um partido político novo, apto a conduzir a revolução. As discussões entre as duas correntes foram descritas no “Esquema dos Seis Pontos”:

As suas idéias serviram de denominador comum do que veio a chamar-se de “corrente 1”, caracterizando-se a partir de então um processo que já era de luta interna pela prevalência de posições políticas. Em oposição aos “seis pontos” da “corrente 1”, alguns setores passaram a defender um sistema de idéias que ficou conhecido como “corrente 2”. Sustentavam posição anti-revisionista, mas não defendiam a existência de uma terceira etapa do marxismo-leninismo. Consideravam capitalista a sociedade brasileira, não viam nela nenhum traço feudal significativo, razão por que defendiam uma revolução imediatamente socialista para o país. Não tinham proposta clara a respeito do caminho da revolução, embora alguns dos seus mais destacados representantes tivessem nítida posição “foquista”.¹³⁷

A maior parte dos militantes da AP optou pela “corrente 1”, liderada por Jair Ferreira de Sá, influenciada pelo maoísmo e pela Revolução Cultural Chinesa (1966). Seguindo a orientação maoísta, a AP iniciou um movimento que tinha por finalidade integrar os seus militantes à produção, enviando-os para trabalharem como operários ou camponeses em várias regiões do país. O movimento surgiu da necessidade de a organização promover mudanças na composição do seu quadro de militantes, formado, em grande parte, de estudantes oriundos da classe média, o que era considerado uma deficiência da organização, que precisava de camponeses e operários para preparar a luta armada, pois essas duas classes sociais eram consideradas capazes de realizar a revolução socialista no país. Dias afirmou o seguinte:

Dadas as características da sociedade chinesa, a concepção da guerra popular punha em relevo o papel dos camponeses no processo revolucionário e o campo como sua arena principal. Deprendia-se, do exemplo do processo chinês, a noção de que a dinâmica revolucionária era caracterizada pelo cerco da cidade pelo campo. Diferentemente da teoria do foco, havia subordinação do fator militar ao político, ou seja, o exército guerrilheiro devia ser dirigido pelo partido comunista. “O partido precede a guerrilha e esta não surge e se desenvolve senão mediante o trabalho político entre os camponeses.”¹³⁸

A Revolução Cultural Chinesa (1966-1976) foi implantada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh) com a finalidade de diminuir a distância existente, naquele país, entre os trabalhadores que exerciam atividades intelectuais e aqueles que exerciam atividades manuais.

¹³⁷LIMA, Haroldo. ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 71.

¹³⁸DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da Revolução Brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003, p. 69.

Em virtude dessa orientação, vários intelectuais chineses foram enviados para trabalharem entre os camponeses e operários do país, para que sofressem uma “reeducação ideológica”. Os objetivos dessa “educação política” eram desenvolver, nas pessoas, determinadas características de comportamento, entre as quais estavam a honestidade, o igualitarismo, a aproximação entre os intelectuais e as massas, além da não separação das atividades realizadas por eles. Nesse modelo de sociedade, a pessoa deveria tornar-se capaz de corrigir os seus próprios erros de comportamento e também os desvios políticos:

A China tentou colocar em prática a construção de um estilo de socialismo baseado na educação, na organização e num conjunto de valores morais. Visando justamente as transformações das relações humanas, o Partido Comunista Chinês pôs em prática o retorno periódico dos quadros do Partido e da intelectualidade à base, ou seja, frequentemente eles eram enviados para o trabalho produtivo nas fábricas ou nos campos para se manterem sempre em contato com as massas. O objetivo maior desse empreendimento era promover uma retificação constante da ideologia, da cultura e do comportamento dos quadros do Partido através do trabalho produtivo e da convivência com os operários e camponeses.¹³⁹

Todavia, parte dos militantes reunidos na “corrente 2,” liderada por Vinícius Caldeira Brant, não aceitaram a conversão ao maoísmo e, na I Reunião Ampliada da Direção Nacional da AP, que ocorreu em setembro de 1968, foram expulsos da organização, formando então o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). O programa político do PRT adotou concepções teóricas opostas ao maoísmo, principalmente no que se referia à luta armada, aderiu à guerrilha urbana, desenvolvendo atividades políticas até o ano de 1971, quando foi desestruturado pela ação das forças repressivas da ditadura civil-militar.¹⁴⁰

2.4 A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DOS MILITANTES NA PRODUÇÃO

O movimento de integração dos militantes na produção já era mencionado no boletim publicado pela AP, em 1966, sob o título de “Instruções do Comando Nacional”, que definia a divisão da organização em um comando nacional e comitês regionais, também chamava a integração na produção de “movimento de proletarização”. Nesse período, a AP assumiu publicamente o compromisso de se transformar de organização de caráter pequeno burguês em proletária, fazendo o deslocamento dos seus militantes, a fim de trabalharem em áreas dos

¹³⁹ SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia, p. 123.

¹⁴⁰ RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

meios rural e urbano, em várias regiões do país:

A meta consistia em deslocar seus militantes para o trabalho nas fábricas e para o meio rural, numa tentativa de transformá-los, rompendo com suas origens sociais-notadamente de classe média. O movimento visou a eliminar a distância entre o trabalho intelectual ou manual, acabando também com a tendência à elitização através do nivelamento por baixo, mediante a integração dos militantes na produção, inspirados no modelo igualitário da Revolução Cultural Chinesa e reforçado pela “origem cristão apista”.¹⁴¹

Conforme Santana, antes de começar o envio de militantes para trabalharem na produção em regiões diferentes daquelas em que eles residiam, a organização realizou uma pesquisa, para definir as “áreas prioritárias” ou “estratégicas” de atuação da AP. Essa pesquisa compreendia um levantamento detalhado dos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais dessas regiões. Além disso, os militantes a serem integrados na produção passavam por uma fase de estudos, que tinha por objetivo aumentar “o nível ideológico e teórico da militância”, com assuntos que compreendiam o programa de estudos aplicado pela organização:

O programa de estudos aplicado pela organização era composto de temas como: linha política para a revolução brasileira; análise da realidade brasileira; a construção do partido marxista leninista do tipo novo; educação das massas; aplicação do materialismo dialético..textos que narrassem a experiências dos militantes; documentos gerais da AP e de outras organizações como o Partido Comunista do Brasil, Ala Vermelha etc. Além disso, foram organizadas duas séries intituladas: *Textos para debates* e *Textos para militantes*, que foram repassados para a militância da organização, sendo que eles possuíam os mais diferenciados temas abordando desde as finanças da organização, a questão da revolucionarização dos quadros e até textos de Mao. A preparação da militância não era somente teórica, mas também de cunho militarista, uma vez que alguns militantes da organização foram enviados para a China para a realização de treinamento na Academia Militar de Nanquim.¹⁴²

A integração na produção foi descrita no livro de dois ex-militantes da AP, Lima e Arantes¹⁴³, no qual eles teceram diversas críticas ao movimento. Já os autores Reis Filho¹⁴⁴ e Oliveira¹⁴⁵ destacaram a influência do cristianismo nas atividades realizadas pela AP junto às massas e a opção teórica da organização pelo maoísmo. Ridenti¹⁴⁶ e Gorender¹⁴⁷ analisaram a

¹⁴¹CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. *As esquerdas no Brasil*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.120.

¹⁴²SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia, p. 64.

¹⁴³LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

¹⁴⁴REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹⁴⁵OLIVEIRA, F. *Paixão e Revolução: Capítulos sobre a história da AP*. 2000. 550 f. Tese (Doutorado em História), IFCH, Universidade Federal Pernambuco, Pernambuco.

¹⁴⁶RIDENTI, Marcelo Siqueira. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

¹⁴⁷GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

trajetória da AP desde a sua fundação, destacando a influência do chamado “romantismo revolucionário”, que seguiu o movimento efetuado por padres católicos na França, após a Segunda Guerra Mundial. Martins Filho¹⁴⁸ destacou o esforço realizado pelos militantes integrados na produção para superarem os limites de estudantes de classe média. Dias¹⁴⁹, além de ligar as raízes cristãs da AP à sua opção pelo maoísmo, também fez uma avaliação profunda do papel realizado pela AP junto às massas brasileiras, e Conceição¹⁵⁰ abordou o processo de integração na produção sob a ótica da educação, destacando “o papel da AP no trabalho de educação de massas através da integração e avaliou essa experiência, demonstrando a influência do maoísmo nesse processo de envio de seus militantes ao campo ou à fábrica”.¹⁵¹

Na avaliação de Ridenti, a AP enviou seus militantes para trabalharem e viverem junto ao povo dentro de uma perspectiva que ele definiu de “romantismo revolucionário”, que resultou da influência recebida, em um primeiro momento, do cristianismo e, mais tarde, do guevarismo e do maoísmo. Nessa visão romântica, os militantes se identificavam com o trabalho simples realizado pelos camponeses, que eram considerados as únicas pessoas capazes de se tornarem líderes autênticos do povo, porque o ritmo de suas vidas contrariava as regras ditadas pela industrialização e pela urbanização, que os oprimia cada vez mais. Desse modo, a AP propunha uma busca pelos saberes populares, o combate à influência do capitalismo, ao mesmo tempo, em que pregava que o sacrifício pessoal do militante era necessário naquela fase.¹⁵²

O movimento de integração dos militantes da AP na produção apresentava pontos em comum com o cristianismo, pois tinha o objetivo de inserir seus integrantes no meio dos trabalhadores, aproximando-os da sua realidade de vida, para que eles desenvolvessem características de humildade, simplicidade e desapego aos bens materiais. A política de integração na produção recebeu inspiração de um movimento semelhante ocorrido na França, após a Segunda Guerra Mundial, quando a Igreja, com o objetivo de deter o avanço do socialismo nas fábricas francesas, enviou padres para trabalharem junto dos operários. O

¹⁴⁸MARTINS FILHO, J.R. *Movimento estudantil e militarização do estado no Brasil. (1964-1968)*. São Paulo: Papirus, 1987.

¹⁴⁹DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da Revolução Brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.

¹⁵⁰CONCEIÇÃO, G. H. *Partidos Políticos e Educação: A extrema esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo*. 1999. Tese (Doutorado em Educação). Unicamp.

¹⁵¹GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

¹⁵²RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: cristianismo e marxismo*. In RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 122.

movimento, ao invés de difundir o catolicismo entre os operários, fez com que os padres integrados na produção radicalizassem suas posições políticas, o que levou o Vaticano a desativar o projeto no ano de 1947.¹⁵³

Para os dirigentes da AP, a principal deficiência da organização era ser composta, prioritariamente, por estudantes de classe média, possuindo em seu quadro um número mínimo de camponeses e operários, considerados os únicos agentes capazes de conduzirem uma luta por mudanças profundas na sociedade, pois detinham o controle sobre a produção. Assim, para facilitar a interação entre os militantes e os trabalhadores tanto do meio rural quanto do urbano, eles também deveriam fixar residência nos bairros operários ou nas áreas rurais para onde seriam enviados, e assim seria mais fácil estabelecerem contatos e se inserirem na realidade de vida dessas pessoas.¹⁵⁴

Além da integração na produção, os militantes da AP também deveriam atuar no combate à ditadura civil-militar, devendo ser ao mesmo tempo “militantes de vanguarda e militantes revolucionários”. Dessa forma, além de se preparem para trabalhar na produção, parte dos militantes também organizou, junto ao movimento estudantil e outras grupos de esquerda, uma série de manifestações contra o governo militar em todo o país. Por isso, coexistiam, na AP, militantes que estavam atuando no meio estudantil e aqueles que treinavam para irem atuar em outras regiões do país. Essas atividades paralelas já estavam previstas nas estratégias de luta propostas pela direção nacional:

Por conta dessa avaliação e com vistas a converter a AP em vanguarda revolucionária, foram definidas retificações no trabalho de massas. Como o problema fundamental da organização era não ter lançado raízes profundas entre operários e camponeses, os militantes estudantis deveriam ser deslocados para o trabalho de organização no bairro, na fábrica e no campo. Isso deveria ser feito sem que houvesse prejuízo ao movimento estudantil, fundamental para desgastar a ditadura. O militante estudantil teria que assumir sua condição de militante revolucionário e de vanguarda.¹⁵⁵

Contudo, embora a tentativa de acabar com o caráter “pequeno-burguês” fosse uma das finalidades da AP, ao assumir a política de integração na produção, esse não era o principal objetivo do grupo. O fator preponderante para a realização do movimento estava na necessidade da organização possuir trabalhadores entre os seus militantes, pois considerava esses os únicos agentes capazes de conduzir uma revolução de caráter socialista no país, tarefa

¹⁵³CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵⁴CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵⁵DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da Revolução Brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003, p. 100.

para a qual os estudantes não estavam preparados. A AP pretendia com esse movimento, antes de tudo, mudar o seu quadro de adeptos, ampliando a sua composição para englobar agentes diretamente ligados ao processo produtivo:

Percebemos que a prática da integração na produção tinha inicialmente o objetivo de inserir o militante pequeno-burguês no meio operário e camponês, tendo em vista que ele conhecesse de perto os problemas dessas classes sociais e através disso realizasse uma reforma em seu pensamento. Porém, seu contato com a teoria maoísta fez com a AP promovesse uma revisão nos objetivos da integração, a qual passou a ser interpretada como uma forma de ampliar as bases do partido no meio operário e camponês visando a realização de um trabalho político no campo e na fábrica.¹⁵⁶

Em um primeiro momento, a integração na produção ocorria nas próprias cidades onde os militantes residiam, mas esta inserção começou a acarretar uma série de problemas, principalmente em cidades de pequeno e médio porte, nas quais os militantes eram facilmente identificados pela população local, o que comprometia a sua segurança e a da organização. Então, a AP mudou de estratégia e começou a transferir os seus militantes de uma região para outra do país, para que realizassem atividades no campo na função de “meeiro, renteiro, posseiro, pequeno proprietário ou assalariado rural” e, na cidade, para atuarem em atividades de operários nas fábricas e indústrias, sendo que também deveriam fixar residência na periferia, nos mesmos bairros pobres em que moravam os trabalhadores urbanos. A integração ocorreu de forma mais fácil nos locais aonde já existiam trabalhos políticos prévios, mas tornou-se complicada nas regiões em que esses não existiam, pois os militantes tinham que começar suas atividades praticamente do zero. Mesmo assim, a transferência de militantes para outras áreas possibilitou a abertura de várias frentes de trabalho pelo país:

Arrolamos 23 frentes de trabalho entre pequenas e grandes, importantes e secundárias, distribuídas por oito áreas geográficas que a AP definia como “regiões”: Pará, Maranhão, Nordeste, Bahia e Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás. Dentre o pessoal que se “integrou” nessas frentes identificamos um grupo de 120 companheiros [...] das 120 pessoas referidas, 90 se dirigiram ao campo, “integrando-se” na produção agrícola como assalariados 60 rurais ou camponeses, 30 dirigiram-se à produção fabril.¹⁵⁷

O setor responsável por organizar a distribuição dos militantes em áreas do território brasileiro era a Secretaria de Massas, que também estava encarregada de promover o treinamento nos indivíduos que iriam ser transferidos, pois eles precisavam ser preparados para participarem do movimento. Entre as orientações passadas pela AP aos militantes, estava a necessidade de utilizar vários instrumentos para elevar a cultura e educar as massas, com o

¹⁵⁶SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

¹⁵⁷LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984, p.116.

objetivo de promover a sua consciência política. E, entre esses instrumentos, estava a divulgação de intensa propaganda, para qual a AP poderia usar “jornais, literatura de cordel, panfleto, cantador, rádio, serviços de autofalante e cursos”, além de outros recursos, como teatro e música.¹⁵⁸

2.5 AS TÁTICAS UTILIZADAS NA CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA DAS MASSAS

Segundo as orientações do comando nacional, a AP produzia e fazia a distribuição de um jornal clandestino chamado de “Libertação e Revolução”, que fornecia aos militantes informações a respeito das táticas e estratégias que os integrados na produção estavam utilizando para interagir com as diferentes realidades de vida que se faziam presentes em várias regiões do país. Assim, na Bahia, os militantes utilizaram a cultura popular local para promoverem a conscientização política no povo, com a criação de uma peça de teatro que abordava as difíceis condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores da região do cacau. Em relação à Bahia:

Temos como exemplo de outros artifícios usados com esse objetivo, tais como o *script* de uma peça de teatro, que tratava da realidade dos trabalhadores do cacau, tais como a falta de assistência médica, educação, eleição, exploração do trabalhador, prostituição e assassinatos de trabalhadores rurais; músicas (violeiros); a circulação de um jornal chamado *Boletim do Trabalhador Rural n°0620*, onde eram narrados acontecimentos que demonstram a exploração sofrida por trabalhadores nas cidades de Camacã e Eunápolis e um plano de um curso de alfabetização de adultos oferecidos na Região Cacaueira.¹⁵⁹

Para Gramsci, a cultura popular seria a parte mais criativa e consciente do senso comum da população, por isso ela poderia ser utilizada pelos intelectuais orgânicos para promover a sua conscientização, a superação de uma visão de mundo permeada pela superstição, trocando-a por outra, determinada pelo pensamento coerente e homogêneo. Com base nessas propostas, a cultura era o núcleo sadio dos saberes populares, aquele passível de ser trabalhado para se promover a transformação social, uma vez que a superação do senso comum só se tornaria possível com o trabalho de um grupo de intelectuais que aproximasse o conhecimento filosófico e mais evoluído das pessoas mais simples:

Poder-se-ia reagrupar essas expressões populares juntamente com as expressões similares dos escritores de caráter popular, tomando-as dos grandes dicionários, nos

¹⁵⁸ SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

¹⁵⁹ SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia, p.67.

quais entram os termos “filosofia” e “filosoficamente”, e se poderá perceber que estes têm um significado muito preciso, a saber, o de superação das paixões bestiais e elementares por uma concepção da necessidade que fornece à própria ação uma direção consciente. Este é o núcleo sadio do senso comum, o que poderia ser chamado de bom senso, merecendo ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. Torna-se evidente, assim, as razões que fazem impossível a separação entre a chamada filosofia “científica” e a filosofia “vulgar” e popular, que é apenas um conjunto desagregado de idéias e de opiniões.¹⁶⁰

A atuação dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora na superação de uma cultura popular precedente veio ao encontro das atividades realizadas pela AP na Bahia, pois os seus militantes fizeram uma tentativa de elevar a conscientização das massas, utilizando a cultura e os saberes populares locais, lançando mão de vários recursos, como música e teatro, já presentes no cotidiano de vida das pessoas naquela região. Portanto, essa estratégia foi usada para fomentar a conscientização política, a superação do senso comum no povo e tais ações foram condizentes as diretrizes estabelecidas pela filosofia da práxis, definida como:

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente ou mundo cultural existente. E, portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir ex novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente e, posteriormente, da filosofia dos intelectuais que deu origem a história da filosofia e que, enquanto individual e, de fato, ela se desenvolve essencialmente na atividade de indivíduos singularmente dotados, pode ser considerada como a culminância do progresso do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, do senso comum popular.¹⁶¹

Relacionamos as atividades dos militantes da AP junto às massas com o conceito de intelectual orgânico desenvolvido por Gramsci, o qual seria uma pessoa com visão superior de mundo e atuaria como especialista do conhecimento filosófico para promover a elevação cultural nas massas, que seria o resultado de um processo contínuo de aprendizado, de desenvolvimento das capacidades intelectuais do indivíduo, adquiridas ao longo da vida e não seriam inatas às pessoas. Para isso, os intelectuais deveriam atuar nas duas maiores entidades culturais da história, a escola e a igreja, além de trabalharem com os meios de comunicação, utilizados para disseminar as ideologias sobre a população.¹⁶²

Na análise da atuação dos militantes da AP, percebeu-se que eles utilizaram vários instrumentos e lançaram mão de diversos recursos para se aproximarem das massas, tentando educá-las para que se tornassem agentes de transformação da sociedade. Após esse trabalho

¹⁶⁰GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 16.

¹⁶¹GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 19.

¹⁶²GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 174.

inicial de conscientização, os militantes tentavam fazer, com essas pessoas, que agora já se encontravam num grau ideológico mais elevado, mobilizações, passeatas e outros movimentos reivindicatórios, ao mesmo tempo em que tentavam uma aproximação com os operários e/ou camponeses, para que através desse contato pudessem ter acesso direto aos problemas principais enfrentados por eles nas fábricas ou nas áreas rurais onde moravam. Esses dados tornariam possível a realização de atividades em sintonia com a vida dos trabalhadores, que se apresentava de uma forma particular nas diferentes regiões do país.¹⁶³

A aproximação entre os intelectuais e as massas, que permeou não só o movimento de integração na produção, mas também toda a trajetória da organização desde a sua fundação em 1962, também foi prevista por Gramsci, ao abordar o desenvolvimento de um partido político, que seria formado por intelectuais orgânicos e que deveria conduzir o processo de modificação da concepção de mundo perpetuada pela classe dominante sobre a população. Para que o movimento tivesse sucesso, era necessário que as ações políticas dos intelectuais começassem a partir dos problemas reais enfrentados pelas massas em suas atividades diárias e não por meio de medidas generalizantes, desvinculadas do cotidiano das pessoas; por isso, a necessidade de utilizar os saberes populares, a cultura local para elevar a consciência das massas. Em razão disso, a integração entre os intelectuais e a massa era algo prioritário para a aplicação da filosofia da práxis e a superação do senso comum:

O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massa; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativamente e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova “amplitude” e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simplórios, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, através de indivíduos, ou mesmo grupos mais ou menos importantes, no estrato dos intelectuais especializados.¹⁶⁴

Assim que os militantes da AP conseguiam se aproximar dos operários ou camponeses, promoviam debates e reuniões com esses, na tentativa de elevarem a sua consciência sobre os problemas reais, enfrentados em sua jornada diária, aqueles tentavam fazer com que estes dessem início a atividades de emancipação, de conscientização de classe. Desse modo, as principais reivindicações dos operários na Bahia estavam ligadas à luta por melhores salários e condições de vida, enquanto os camponeses se mobilizavam para abolirem relações pré-capitalistas de produção ainda vigentes no meio rural, como a parceria e o cambão, além de lutarem pela redução de impostos, entre outras reivindicações. Logo, as ações dos militantes estavam voltadas à elevação do nível de consciência das massas:

¹⁶³SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

¹⁶⁴GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 22.

A elevação do nível de consciência das massas era visada pela AP através da sua educação, que seria empreendida pelos integrados à produção. Para a realização desse trabalho, os militantes visavam mostrar aos camponeses a dominação ideológica e a exploração econômica, as quais estavam submetidas e as formas como eles poderiam lutar contra os opressores. Dessa forma, o militante integrado na produção possuía o papel de um educador político cuja relação com os camponeses tinha como objetivo a conscientização e organização destes através da demonstração do seu papel revolucionário na luta pela construção de uma sociedade socialista.¹⁶⁵

Na definição das áreas para as quais seriam enviados os militantes da AP que se integrariam na produção, o Comando Nacional utilizava os dados coletados em uma pesquisa realizada previamente, que abrangia questões como a existência ou não de um trabalho político anterior, o levantamento das características locais de seus habitantes, entre outras informações. As indústrias ou fábricas que receberiam os militantes a serem integrados no meio operário deveriam atender a uma série de critérios estabelecidos pela direção nacional da AP, conforme o relato do documento denominado de “Pesquisa Localizada”:

Através do documento notamos a realização de um levantamento sobre os tipos de indústria; sua localização; seus produtos; sua atuação dentro do setor; número de trabalhadores; quantidade de trabalhadores especializados ou não; o nível salarial médio; como era feito a realização do pagamento; a existência de trabalhos com insalubridade e / ou periculosidade; a existência de casos de doenças profissionais; índice de acidentes; condições habitacionais dos trabalhadores; existência de refeitório; convênio médico; escolas e creches; número de mulheres e se as suas condições de trabalho e salariais eram as mesmas dos homens; a relação dos trabalhadores com o sindicato e, por fim, se ocorreram lutas dentro das fábricas, quem dirigiu e quais foram às reivindicações e os resultados atingidos.¹⁶⁶

Os militantes da AP, antes de serem enviados para a produção, participavam de uma série de estudos internos, tendo como objetivo elevar a sua capacidade teórica e ideológica, que os preparava para o trabalho político e educacional a ser desenvolvido junto às massas, como também para promover o “desenraizamento” dos militantes de suas características burguesas. Os critérios utilizados pelo CN para definir quais militantes iriam ser transferidos para outras regiões do país eram, principalmente, “bom nível político – ideológico, experiência de luta de massas, capacidade de organização, facilidade de adaptação ao meio e conhecimento da região para onde será deslocado”:

O nível teórico e ideológico da militância era algo extremamente importante para o bom desenvolvimento do trabalho no meio camponês e operário. A necessidade de formação de militantes e, sobretudo dos quadros do Partido para melhor desenvolvermos o aprofundamento e a sistematização da nossa política tática, e elaborarmos precisamente uma política geral orientadora e objetiva e definimos uma justa estratégia e tática de preparação da guerra popular no Brasil. (...) a necessidade da formação dos quadros do Partido ainda é o primeiro plano, por que sem isto, nem mesmo podemos muito bem recrutar e formar quadros de origem camponesa e

¹⁶⁵SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia, p.67.

¹⁶⁶SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia, p. 69.

operária.¹⁶⁷

Verificou-se que vários militantes, ao concederem entrevista, avaliaram de maneira diferente a política de integração na produção adotada pela AP. Assim, alguns ressaltaram os aspectos negativos, entre os quais estava o fato de terem sido deslocados de suas cidades de origem para outras regiões do país, das quais não conheciam a realidade e não tinham vinculações sociais, o que provocou o esvaziamento das lideranças regionais, pois os militantes perderam o contato com as pessoas com as quais desenvolveriam atividades políticas nesses locais. Além disso, o custo que a organização tinha para transferir um militante de uma região para a outra do país era bastante elevado, o que levou a AP a gastar grande parte das suas reservas em dinheiro com esses deslocamentos, abalando a sustentação econômica do grupo, ao mesmo tempo em que interrompeu o debate teórico que estava sendo efetuado por seus militantes e necessário ao aprofundamento de sua ideologia política.¹⁶⁸

Na leitura de Gorender, mesmo que a integração dos militantes na produção não tivesse levado diretamente o grupo para a luta armada, isso não significou que a organização não tivesse efetuado um trabalho político de relevância, visto que seus militantes seguiram as orientações teóricas do maoísmo, segundo o qual, o socialismo só poderia ser implantado num país através da guerra popular prolongada, que previa ações conjuntas entre os militantes da organização, os operários e os camponeses. Isso levou a AP a não se envolver em atividades expropriatórias, nem em ações armadas, como fizeram grande parte das organizações de esquerda brasileira naquele período:

No histórico da organização não consta nenhuma acusação judicial de participação em assaltos a agências bancárias, seqüestros e atos do gênero (o atentado do Recife permaneceu com autoria não identificada). Contudo, não houve inércia na preparação da luta armada, conforme acentua José Gomes Novaes. Militantes da AP fizeram treinamento político-militar na China, enquanto áreas consideradas estratégicas, no Nordeste e no Paraná, recebiam cuidados especiais: radicação de famílias camponesas e de quadros combatentes, depósitos de armas, munições, etc. Mas a trajetória da AP não alcançou a fase da eclosão de guerrilhas a partir de qualquer dessas áreas.¹⁶⁹

Na avaliação de Dias, o movimento de integração na produção, além de haver gerado muitas polêmicas entre os militantes, estabeleceu apenas vinculações políticas superficiais entre a organização e os trabalhadores. No entanto, mesmo que as relações não tenham se aprofundado, foi por essa política que a AP conseguiu se aproximar mais e estabelecer

¹⁶⁷SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia, p. 63.

¹⁶⁸LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

¹⁶⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998, p. 124.

contatos com o movimento operário e camponês brasileiro.¹⁷⁰

2.6 O MOVIMENTO CONTRA A DITADURA (MCD)

Ao mesmo tempo em que a AP realizava o trabalho de integração na produção, os seus militantes também fizeram parte de várias mobilizações dentro das vias legais, ainda possíveis de serem utilizadas nessa fase. Dessa forma, os militantes da AP fundaram, em 1966, o Movimento Contra a Ditadura (MCD), definido pela organização como o principal instrumento de luta política não armada contra a ditadura, tornando-se responsável por dirigir uma série de manifestações contra o governo em várias cidades do país, reivindicando melhorias salariais, nas condições de vida dos trabalhadores e direitos dos estudantes. O MCD, através de um programa caracterizado como “democrático radical,” lutava pela diminuição da desigualdade social, pelo fim da repressão e pela volta de eleições democráticas no país. O MCD:

O MCD não é uma organização de massa nem vanguarda. É uma frente de luta das organizações de vanguarda e de massa no plano tático da luta política não armada contra a ditadura. O MCD tinha um programa democrático radical; defesa de eleições livres e diretas, da anistia e da constituinte popular; combate ao arrocho salarial, a Lei de Greve e a repressão a trabalhadores e estudantes. De imediato, isso se traduzia na proposição de voto nulo para as eleições de 1966. Mas o programa, considerado como exigência mínima, não tinha um caráter reivindicatório, a fim de não confundir o povo com a possibilidade de a ditadura fazer concessões.¹⁷¹

Conforme informe produzido pelo DOPS, a AP participou, em parceria com outros grupos de esquerda, principalmente com o movimento estudantil, de campanhas que faziam oposição à ditadura civil-militar, coordenadas essas, principalmente pela UNE e pelas Uniões Estaduais dos Estudantes (UEES). Nas eleições de 1966, o MCD, fundado pela AP em parceria com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), realizou a campanha do “Voto Nulo”, que tinha por objetivo desmoralizar o governo militar através da mobilização de setores da população para que esses votassem nulo nas eleições daquele mesmo ano. O DOPS informava o seguinte:

Junto à classe estudantil (secundaristas e universitários), que é mais utilizada no trabalho junto às massas, já conseguiu a AP a liderança quase total dos seus órgãos de representação. Lidera, por exemplo, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as UEES, que vem coordenando, ativamente violenta campanha de desmoralização do atual governo através do MCD (Movimento Contra a Ditadura) e a Campanha do

¹⁷⁰DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da Revolução Brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003, p. 100.

¹⁷¹DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da Revolução Brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003, p.98.

Voto-Nulo, deflagrada recentemente nas últimas eleições.¹⁷²

De acordo com documento produzido pela Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul, que investigou as atividades desenvolvidas pela AP no ano de 1967, tanto o MCD como a Campanha do Voto Nulo foram movimentos coordenados por sua militância. A polícia do DOPS ainda informava que, no caso de prisão, a pessoa poderia ser identificada como militante da AP, a partir de sua participação em algum desses movimentos:

O elemento poderá ser identificado ainda (desde que com muita cautela), através de sua filiação a certos movimentos que se não diretamente, pelo menos veladamente estão vinculados ao Movimento da AP, tais como: Campanha do Voto Nulo – deflagrada recentemente nas últimas eleições e visava anular votos. Movimento Contra a Ditadura (MCD)-coordenou violenta campanha de desmoralização contra o governo passado e no momento se volta contra o atual.¹⁷³

Para voltar a atuar no contexto político após a diminuição no seu quadro de adeptos e em virtude das dificuldades encontradas para dar continuidade ao trabalho político desempenhado antes do golpe, a AP buscou reaproximação com o movimento estudantil, cujos cargos de direção ainda eram ocupados por seus militantes. Em conjunto, a AP e o movimento estudantil organizaram uma série de protestos contra as medidas implantadas pela Lei Suplicy, que havia decretado, entre outras medidas, a dissolução da principal entidade representativa dos estudantes, a UNE; a reforma no ensino provocou a mobilização do movimento, tornando a AP, de 1964 até 1968, o grupo de esquerda mais atuante no combate à ditadura civil-militar no país.¹⁷⁴

A Lei Suplicy de Lacerda era um conjunto de medidas educacionais adotadas pelo governo brasileiro, criadas em parceria com os Estados Unidos, através do acordo “MEC-USAID”, que inseriu um período de “colaboração técnica” entre os dois países, o qual teve início após a Segunda Guerra Mundial e, na década de 1950, havia ficado restrito ao fornecimento de material e de assessoria para as escolas técnicas brasileiras. Os acordos MEC-USAID foram interrompidos durante o governo de João Goulart, mas foram ativados após o golpe de 1964. Os estudantes denunciavam que um dos objetivos do acordo era acabar com as universidades públicas brasileiras e utilizaram isso como bandeira política nas

¹⁷²Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria de Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 13ª Região Policial/ Delegacia Regional de Santo Ângelo/SOPS/SOPS/ SA -1.2.40.3.1, 30 de novembro de 1966, p.2.

¹⁷³Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/ LV-4 . -. 5758.52.18, Atividades subversivas, 06 de dezembro de 1967.

¹⁷⁴ SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

manifestações realizadas contra o governo militar, que se tornou mais intenso, à medida que as reivindicações dos estudantes não eram atendidas:

O convênio do Ministério da Educação e Cultura com a Agência para o Desenvolvimento Internacional do governo dos Estados Unidos - o Acordo MEC-Usaid- foi denunciado como prova de que o governo militar queria privatizar a universidade pública e implantar o ensino pago. No decorrer de 1967, a esse quadro geral se juntou a campanha em torno dos direitos dos estudantes excedentes-aqueles que , aprovados no vestibular por terem alcançado a nota cinco, não encontravam vagas nas escolas superlotadas e não podiam realizar matrículas.¹⁷⁵

Percebeu-se que as medidas instauradas pelo acordo “MEC-USAID” tinham o objetivo principal de afastar os estudantes das atividades políticas, pois os planos de ensino, desenvolvidos pela parceria Brasil - Estados Unidos, resultaram na aplicação aos alunos de um conteúdo programático esvaziado de qualquer tipo de atividade que pudesse fomentar neles a conscientização política e o desenvolvimento do senso crítico. Em razão disso, o projeto de ensino do governo militar acabou com os movimentos de conscientização política, como o MEB e a pedagogia do oprimido, que eram aplicados para uma parcela da população brasileira.¹⁷⁶

No entanto, mesmo que a maioria dos quadros da AP fosse composta por estudantes, a organização se colocava ao lado das esquerdas na estruturação e na realização de manifestações, que tinham por objetivo não só combater a ditadura civil-militar, mas também reivindicar melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. Estudantes e operários realizaram então uma passeata, no dia 12 de novembro de 1967, em São Paulo e, logo após esse evento, o movimento estudantil produziu um manifesto em que declarava o seu apoio à luta dos metalúrgicos e de outras classes operárias do país. O manifesto trazia as seguintes informações:

No atual período de governos militaristas voltados contra o povo, o operário sofre a exploração, a perseguição e a falta de liberdade. Tudo fazem para manter a classe desanimada e desinteressada em defender seus direitos, mas não se esquecer que é inútil mutilar os líderes operários, pois que nunca conseguirão decapitar um corpo que já em si uma cabeça, a cabeça da revolução popular.¹⁷⁷

Em outubro de 1967, 20 centrais sindicais se reuniram em São Paulo, para fundar o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). A criação do MIA tinha a finalidade principal

¹⁷⁵MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In FERREIRA, Jorge AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 193.

¹⁷⁶RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 267.

¹⁷⁷Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV- 4.-.5761.52.18,Nova tática do comunismo internacional, 17 de janeiro de 1967, p.3.

de reunir um grupo de operários que conseguissem organizar movimentos de oposição às medidas do governo, que estavam provocando arrocho salarial e a diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores. Para obter mais apoio dos trabalhadores, os coordenadores do MIA produziram e fizeram a distribuição de panfletos, convocando os metalúrgicos a participarem de uma assembleia que trataria de temas importantes para a classe. A mobilização do MIA, com essa estratégia, resultou em uma manifestação que ocorreu, no mês de novembro de 1967, em São Paulo.¹⁷⁸

Nessa perspectiva, a AP foi uma organização que passou por diversas mudanças no decorrer de sua trajetória política, sendo que a sua filosofia ideológica inicial pregava a necessidade de transformar a sociedade brasileira, de capitalista para socialista-cristã. Depois, a AP foi sofrendo um processo de crescente radicalização política que transpareceu nos documentos que iam sendo lançados pela organização. Em seu documento base, a opção era pelo socialismo humanista, já o documento lançado, no ano de 1965, mencionava a necessidade de uma luta revolucionária no país, influenciada pela obra de Mao Tsé-Tung; no documento editado em 1967, houve a opção pelo marxismo-leninismo, via maoísmo. A opção pelo marxismo também resultou de uma pesquisa efetuada pela AP, a qual demonstrou que a organização deveria ampliar suas bases para que também operários e camponeses passassem a compor o seu quadro de militantes. O DOPS acompanhou essas mudanças, devidamente registradas em informe produzido pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul em 16 de agosto de 1968 e distribuído às delegacias regionais:

A Ação Popular, desde a sua fundação, vem se submetendo a uma gradativa radicalização no que diz respeito a sua ideologia (...), em 1967, através do documento divulgado pelo Comitê Nacional 1/67 e intitulado “Resoluções sobre o debate teórico e ideológico”, no qual propõe aos militantes da AP uma transformação ideológica orientada para o marxismo-leninismo. Essa opção verificou-se após a realização de uma pesquisa efetuada pelo Comando Nacional da AP, em que se chegou a conclusão que a organização era composta em sua maioria, de militantes da classe estudantil, isso é, a alta direção da AP, pela mudança na composição social da organização, orientando os seus esforços para a captação de quadros operários e camponeses, trabalho que vem se ressentindo de grande dificuldades.¹⁷⁹

A trajetória da AP foi singular dentro da tradição esquerdista brasileira, visto que a AP surgiu dentro da Igreja Católica e adotou como referencial teórico o “socialismo humanista”, mas, no decorrer da década de 1960, a AP foi mudando sua concepção ideológica, na medida

¹⁷⁸Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV - 1.3.1727.20.7

¹⁷⁹Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV - 1.3.1727.20.7, Ação Popular, 16 de agosto de 1968.

em que ia interagindo com a realidade; primeiro, de fomentação dos movimentos sociais e depois, de intensa repressão efetuada pela ditadura civil-militar sobre o grupo, que resultou em rupturas e realinhamentos internos e a levou a adotar, de maneira definitiva, o maoísmo em 1968. No entanto, na avaliação do autor a AP não se desvinculou de sua origem cristã, cuja influência trouxe para a organização:

Conseqüências importantes à organização, decisivas para a manutenção de uma referencia ideológica que, acreditamos, garantiu sua permanência por quase vinte anos no cenário político nacional. Mesmo tendo optado pelo marxismo-leninismo em 1968, o nome da organização só foi mudado em 1971, quando passou a ser chamada de “Ação Popular Marxista-Leninista” (APML), até uma nova ruptura em 1973, com parte de seus militantes optando por aderir ao PC do B.¹⁸⁰

No depoimento dos militantes que atuaram na AP estadual percebeu-se que eles também destacaram as diferentes fases pelas quais passou a organização, a qual em um primeiro momento pôde atuar junto a um governo constitucional, mas depois recebeu os efeitos do golpe e da implantação da ditadura no país e teve que modificar suas estratégias, seu referencial teórico, enfim, a sua maneira de interagir com as massas, adotando o maoísmo e a política de integração de seus militantes na produção, a partir de 1967. Porém, o fato de a AP ter orientado os seus militantes a irem trabalhar e morar com camponeses e operários demonstrou que a organização não se desvinculou totalmente de suas raízes no catolicismo, pois manteve determinadas concepções cristãs como a humildade e a necessidade de desapego aos bens materiais.

Assim, em seus dois capítulos finais, no trabalho, abordar-se-á a análise da Ação Popular em nível estadual, buscando elencar as semelhanças e as diferenças nessa trajetória da organização, desde a sua fundação, em 1962, até a desestruturação em 1972, quando a maior parte dos seus militantes foi presa pela polícia do DOPS. Compreendeu-se assim que a ênfase no regional possibilitou verificar a influência que as peculiaridades do Rio Grande do Sul, como o fato de estado fazer fronteira com os países da Argentina e do Uruguai, pode ter causado na dinâmica da AP em nível estadual.

¹⁸⁰RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 267.

CAPÍTULO 3 – DO NACIONAL AO REGIONAL: O SURGIMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DAS ATIVIDADES DA AP NO RIO GRANDE DO SUL: 1962-1968

Ao se analisar a trajetória da AP, constatou-se que a organização passou por três fases distintas no desenvolvimento de suas ações políticas no Rio Grande do Sul. A primeira fase, entre 1962 e 1964, ou seja, desde sua fundação até o golpe de 1964, caracterizou-se por um apoio crítico às Reformas de Base propostas por João Goulart e pela participação no movimento estudantil, onde exerceu a hegemonia na União Estadual dos Estudantes (UEE) e em grande parte dos centros acadêmicos da Ufrgs; uma segunda fase, compreendida entre o golpe e a decretação do AI-5, em 1968, período no qual a AP passou por cisões e reestruturações internas, mas continuou articulando ações com outros grupos de esquerda, bem como participou de várias manifestações de oposição à ditadura civil-militar no estado; houve ainda uma terceira etapa, que foi do início de 1969 até 1972, quando todas as vias legais de mobilização foram fechadas e os militantes que não foram exilados ou presos tiveram que partir para a clandestinidade, onde continuaram suas atividades junto às massas através do movimento de integração na produção. A AP se desestruturou no estado, em 1972, quando a maior parte dos seus militantes foi presa pelo DOPS em Porto Alegre.

Verificou-se que as atividades da AP no Rio Grande do Sul se diferenciaram da AP nacional a partir de 1969, com a estruturação do Esquema de Fronteira. O esquema permitiu a passagem de militantes da organização, principalmente através da área de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, país em que se encontravam muitos exilados políticos brasileiros, os quais auxiliavam a chegada dessas pessoas naquele país.

Na interpretação de Pesavento, o Rio Grande do Sul passava por uma fase de muitos problemas econômicos no início da década de 1960, relacionados, principalmente à falta de incentivos para a industrialização, à deficiência no seu sistema de transportes e de energia e ao êxodo rural, que tirava os camponeses das áreas rurais, causava a diminuição da mão de obra no campo, ao mesmo tempo em que aumentava os cordões de miséria ao redor das grandes cidades. Essa conjuntura econômica refletia-se na política, fazendo com que surgissem divergências internas no PTB, que passou por uma ruptura e dividiu-se em duas alas: uma era representada por Alberto Pasqualini, que defendia a utilização do capital estrangeiro para resolver os problemas econômicos, desde que esses investimentos fossem controlados pelo governo; a outra ala, denominada de “radical,” era representada por Leonel

Brizola que se posicionava de maneira contrária a qualquer investimento de capital estrangeiro no estado e esta estava mais próxima das organizações de esquerda. As atividades políticas das duas alas eram assim divididas:

O PTB tinha a clara intenção de incorporar as massas, principalmente as urbanas, à sociedade industrial. Neste sentido, defendia a elevação do seu nível de vida e a criação de oportunidades de trabalho para todos. Conceitos como “justiça social” e “regeneração do capital pelo trabalho” estavam presentes na idéia de Pasqualini. No que toca à mobilização das massas, um ramo do PTB mostrou-se muito mais radical do que as proposições de Pasqualini. Brizola representou a tentativa de incorporar as massas dentro de uma perspectiva de redistribuição do capital e da terra, que alertou as classes dominantes regionais. A ala de Brizola afastou-se da de Pasqualini, demonstrando uma tendência socializante mais nítida.¹⁸¹

Entretanto, para outros autores, como Ferreira, Brizola integrava a ala nacional reformista e não socialista, conforme defendeu Pesavento. Esta ala, formada por políticos do PTB e do PCB e por vários grupos de esquerda, reuniu um conjunto de ideias nacionalistas com um plano de reformas que defendia mudanças socioeconômicas profundas no país, mas sem o caráter socialista e que ficaram conhecidas como Reformas de Base. Os políticos do PTB defendiam que João Goulart, por ser o “herdeiro do legado de Vargas”, era capaz de assumir a liderança das transformações sociais.¹⁸²

Conforme Wasserman, o Rio Grande do Sul, nesse período, sofria com a diminuição na produção agropastoril, ocasionada pela falta de investimentos do governo no setor rural e pela deficiência nos sistemas de transporte, energia e comunicação do estado, que provocou um aumento significativo no êxodo rural e, em consequência disso, de miséria nas cidades. Em suma, os principais problemas econômicos do estado só poderiam ser resolvidos com a realização da reforma agrária, que diminuiria a concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários rurais e ocasionaria uma distribuição de renda mais igualitária no estado. No entanto, as mudanças no setor agrário deveriam ocorrer a partir de uma reforma no capitalismo e não da implantação do socialismo, como defendiam os grupos que faziam oposição às Reformas de Base.¹⁸³

No setor político, o estado era marcado pela influência do trabalhismo, pois o PTB e os seus líderes tinham um o papel de destaque no cenário estadual, principalmente após a Campanha da Legalidade em 1961 que projetou o seu líder, o então governador Leonel Brizola, em âmbito nacional. A Campanha da Legalidade foi um movimento radiofônico que reuniu setores civis e militares (representados pelo comandante do III Exército) em defesa da

¹⁸¹PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 127.

¹⁸² FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p.56.

¹⁸³WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro do Brasil”. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Vol.1. Porto Alegre, Corag, 2009.

posse de João Goulart e motivou vários movimentos sociais sul-rio-grandenses a apoiarem o seu projeto de governo, as Reformas de Base, que pretendiam implantar mudanças em diversos setores do país.¹⁸⁴

No clima de agitação política do país, no início da década de 1960, surgiu a AP, organização de militantes oriundos dos movimentos leigos da Igreja, que se desvincularam desta instituição porque a hierarquia não aceitava a participação crescente deles na política. Nessa fase, os movimentos leigos começaram a desenvolver ações inseridas na realidade dos trabalhadores, por exemplo, os cursos de capacitação profissional promovidos pela JAC que, além de ensinarem novas técnicas de plantio e cultivo de produtos agrícolas aos camponeses, também fomentavam a participação política desses nos movimentos sociais, tentando formar lideranças dentro das comunidades rurais. Os cursos eram ministrados principalmente por padres e estudantes e a parte específica de formação política voltava-se mais para o público jovem do meio rural, onde moças e rapazes eram incentivados a desenvolverem atividades de liderança, o que propiciou o surgimento de vários líderes comunitários dentro do próprio ambiente agrícola. Em relação a esses cursos o jornal *Correio do Povo* publicou a seguinte nota:

O primeiro desses cursos foi realizado na Universidade Rural, dele participando 40 sacerdotes. Vários outros foram feitos depois, além de semanas em que moças e rapazes estudavam problemas rurais e eram treinados e esclarecidos para sua ação de liderança, e onde foram recrutados os futuros líderes saídos do próprio ambiente agrícola. Com o desenvolvimento da Ação Católica Nacional – continuou- foi possível essa participação direta nas semanas rurais que reúnem fazendeiros, trabalhadores, fazendeiros, professores, sacerdotes e pessoas interessadas no bem estar das populações do interior do Brasil.¹⁸⁵

Os setores leigos da Igreja, como a JUC e a JEC, iam deixando de lado as questões religiosas para também se preocuparem com as questões humanas e sociais. A JUC brasileira estava ligada principalmente à Ação Católica Francesa, que recebera a influência do pensamento cristão de esquerda, desenvolvido no início do século XX, por Jacques Maritain, um filósofo que, através da revisão das ideias de Tomás de Aquino, fundou uma escola denominada de “neotomismo”. O neotomismo entrou em contato com o socialismo divulgado por algumas correntes europeias e, na década de 1940, se fez presente no pensamento de outro filósofo importante para a juventude estudantil francesa, Manoel Mounier. Este publicou uma obra chamada, “O personalismo”, na qual defendia a adoção de uma doutrina socialista com

¹⁸⁴PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. Vol. 3. Porto Alegre: Corag, 2009, p. 29.

¹⁸⁵ *Correio do Povo*, 17 de julho de 1960, [p. 11], Decepções dos pequenos lavradores criam clima favorável ao comunismo.

caráter personalista, ou seja, de respeito à pessoa, ao indivíduo.¹⁸⁶

Essas novas ideias chegaram à Ação Católica Brasileira na década de 1950 e influenciaram os movimentos leigos da Igreja. Depois disso, a JUC organizou um congresso chamado “O Congresso de 10 anos,” em 1960, no Rio de Janeiro. Nesse evento, a JUC consolidou uma doutrina chamada de “o ideal histórico”, segundo a qual, os cristãos deveriam fazer uma análise da conjuntura social do seu tempo para construir um modelo a ser perseguido, era uma visão do progresso histórico, mostrando já a influência do marxismo, mas com pouca clareza e ainda permeadas por uma visão idealizada, mesmo que já se pensasse que a construção deveria partir de uma análise da realidade do mundo:

O primeiro passo proposto pelo ideal histórico era conhecer, se inserir na realidade e, se inserir na realidade era participar da universidade, do movimento estudantil e de tudo que estava acontecendo, participar da política estudantil, uma coisa que antes os católicos ficavam muito restritos, pois eles diziam: não vamos nos misturar, não vamos “nos sujar”. Então, esse ano de 60 foi um marco, eu não fui nesse congresso porque eu era muito novo e estava entrando na universidade, aí eu não fui ao congresso dos 10 anos da JUC, mas na volta o pessoal, eles fizeram muitos seminários, encontros e reuniões sobre o congresso dos 10 anos, as ideias que tinham surgido lá e a ideia era de engajamento, que devíamos entrar em todos os movimentos e a gente passou a participar de tudo que podia na universidade.¹⁸⁷

A partir daí, a posição de parte dos militantes dos movimentos leigos saiu do âmbito estritamente religioso para inserir-se na realidade, e eles passaram a desenvolver ações para transformar a sociedade, como demonstrou o discurso proferido pelo assessor sindical da Federação dos Universitários do Rio Grande do Sul, Frei Eugênio, durante a realização do Congresso de Lavradores e Agricultores Brasileiros, em Belo Horizonte, em 1961. No discurso, o Frei ressaltou que o povo brasileiro, ao invés de temer a organização de movimentos no campo, como as Ligas Camponesas, deveria preocupar-se com o alastramento da miséria e da pobreza no país, pois o conflito no campo seria o resultado da ação dos grandes proprietários rurais que, para expandirem suas terras e aumentarem os seus lucros, afastaram progressivamente o camponês de sua terra. Para ele:

Não é, porém, hora de medo e sim uma hora de coragem. Coragem para abandonar as posições cômodas conquistadas à custa dos outros e nos unirmos todos, sem egoísmos e sem temores, fraternalmente unidos para salvar os homens do Brasil. É preciso ter coragem para descer as escadas dos palácios e falar com a gente simples, fotografar-lhe por dentro a alma pura, escutar-lhe a humana pulsação, fazer com que voltem à prática perdida do sorriso e da amizade (...). O povo quer uma nova ordem de coisas, uma nova ordem social e política que tome parte ativa e até fiscal do emprego da riqueza nacional que digam aos governos que o governo somos nós, quem lembra-lhes que a Pátria somos nós, que a Nação subdesenvolvida é o povo com fome, sem conforto, sem cultura e sem dignidade.¹⁸⁸

¹⁸⁶Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

¹⁸⁷Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

¹⁸⁸Correio do Povo, 21 de novembro de 1961, p. 11, Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte.

Também a JOC organizava movimentos no país, por exemplo, o II Congresso Mundial, que se realizou no Rio de Janeiro, em 1961 e contou com a participação do padre José Cardijn, fundador da entidade, de D. Hélder Câmara, líder do clero progressista brasileiro e de militantes oriundos da Ásia, Europa, Austrália e da África. O debate realizado durante o evento girou em torno das diretrizes que deveriam ser adotadas pela JOC a partir das mudanças editadas pelo Papa João XXIII (1958), na encíclica “Mater et Magistra” (1961), que se relacionava diretamente a questões sociais, como os problemas enfrentados pela classe operária com baixos salários, o que se refletia na falta de condições adequadas de habitação, alimentação, educação e saúde. No entanto, além dos problemas de ordem material, foram discutidas questões relacionadas ao “espírito” dos trabalhadores, visto que os militantes da JOC não acreditavam que o “homem fosse uma máquina, mas sim uma criatura feita à imagem e a semelhança de Deus”. Por essa razão:

O padre Cardijn é considerado uma das maiores autoridades mundiais em questões operárias e movimentos da juventude. “Igreja sem classe operária não é a verdadeira Igreja de Cristo” é a sua frase predileta. (...) Disse o fundador da JOC: Os bispos participarão do Concílio, não para emitir opiniões simplesmente pessoais, mas o que ouvirem em congressos como o da JOC, onde jovens operários católicos de todas as raças e de todos os povos estão reunidos a debater seus próprios problemas, dos quais são os melhores conhecedores. As decisões do Congresso e o programa a ser estudado para os próximos quatro anos não serão imposição de ninguém, mas decisões livremente tomadas numa assembléia livre, inspirada nas concepções de dignidade humana, tão bem definidas na encíclica “Mater et Magistra”, do Papa João XXIII.¹⁸⁹

Os militantes, que fundaram a AP em 1962, vieram de um movimento chamado de “Grupão”, que consistia em um grupo de estudantes, os quais, embora não fossem comunistas, eram de esquerda e começaram a se agrupar para realizar militância política. Os militantes utilizavam, para conduzir suas ações, os documentos mais progressistas produzidos pela Igreja na época, mesclados com conhecimentos filosóficos que derivavam do marxismo, embora eles não aceitassem o materialismo histórico, baseando a sua opção teórica principalmente no filósofo Teillard de Chardin, que via a possibilidade de ser realizada uma grande consciência histórica e espiritualista dentro do mundo. A ideia de mudar o nome de Grupão para Ação Popular surgiu a partir de um jornal editado em Minas Gerais por um grupo de pessoas lideradas por Herbert José de Souza, o Betinho.¹⁹⁰

No Rio Grande do Sul, a AP foi constituída formalmente, a partir de uma reunião realizada na casa da mãe Maria Josefina Becker, ativista na época, no dia 28 de março de

¹⁸⁹Correio do Povo, 02 de novembro de 1961, p.11, Igreja sem classe operária não é a verdadeira igreja de Cristo.

¹⁹⁰ Depoimento de Maria Josefina Becker. 05 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

1962, período em que a UNE-Volante havia chegado a Porto Alegre e, com ela, vieram o então presidente da entidade, Aldo Arantes e o Betinho, sendo que então teria se formado o primeiro núcleo de AP no estado. No entanto, o engajamento dos militantes de JUC reunidos no Grupão teria iniciado em 1961, quando eles participaram da Campanha da Legalidade organizada por Leonel Brizola para garantir a posse de Jango.¹⁹¹

Em relação à fundação da AP no Rio Grande do Sul, um documento produzido por sua diretoria estadual salientava que o compromisso dos militantes era com a revolução e que, por isso, um grupo de indivíduos, oriundos principalmente da JUC, haviam se afastado do movimento para fundar a AP que não estaria vinculada à Igreja Católica. No que se refere ao surgimento da Ação Popular dizia o documento:

Há dois anos, um grupo de cristãos, na maioria juscistas, decidiu enfrentar o desafio que a revolução em curso, no Terceiro Mundo, opunha à sua consciência. Dispuseram-se a respondê-lo, com o testemunho de seu cristianismo, na vanguarda dos movimentos populares que estão procurando romper as estruturas sócio-econômicas vigentes, dentro das quais não viam nenhuma possibilidade de humanismo autêntico. (...) E do esforço generoso de constituição da respectiva ideologia está surgindo e tomando forma a AP. Sendo movimento ideológico, é evidente que, embora fiel a sua inspiração originária, não tem, não pode ter caráter confessional.¹⁹²

De acordo com o depoimento de Luis Antonio Tim Grassi, as atividades da Ação Popular no estado concentraram-se principalmente no movimento estudantil, as quais, no meio universitário, estavam ligadas à Escola de Engenharia da Ufrgs e à Federação dos Estudantes da universidade, Feurgs. Desde a sua fundação, a AP já realizava atividades em conjunto com membros do “Partidão”, como era chamado o Partido Comunista Brasileiro, com o PCB e com os chamados “Independentes”, formado este por um grupo de pessoas que ora se aproximavam da AP, ora estavam mais próximos do PCB, constituindo o que ficou conhecido como Frente Única. A Frente Única venceu a eleição para Feurgs em 1962 e, a partir daí, foi dominando a direção de quase todos os centros acadêmicos na Ufrgs e também da União Estadual dos Estudantes - UEE, com a eleição Ernildo Stein, Francisco Ferraz e Roberto Brinco, presidentes da entidade, respectivamente, em 1961, 1962 e 1963.¹⁹³

¹⁹¹Depoimento de Maria Josefina Becker. 05 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

¹⁹²Documento produzido pela Coordenação Estadual da Ação Popular. Porto Alegre, 22 de outubro de 1963. Acervo Particular de Luis Antonio Tim Grassi.

¹⁹³Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

3.1 A FRENTE ÚNICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Na interpretação de Machado, a AP teria se formado, principalmente, a partir da JUC e de estudantes de Direito da Ufrgs, egressos do colégio Anchieta, destacando assim que a organização tinha presença forte nos colégios particulares da capital. No início, os militantes leigos, em virtude de sua ligação com a Igreja, eram vistos como “conservadores” pelos comunistas, mas isso foi mudando com a interação de ambos os grupos dentro da universidade, até que eles se uniram para formar uma Frente Única que orientou o movimento estudantil no estado de 1961 até 1964. A constituição da Frente Única tornou-se possível porque, nessa fase, os dois grupos compartilhavam uma visão de mundo semelhante, bem como vários pontos de aproximação, entre os quais estava a luta por mudanças na educação e em outros setores da sociedade brasileira. Esses pontos foram traçadas no I Seminário de Reforma Universitária, onde os estudantes estabeleceram os seguintes critérios:

Um ideal de Revolução a ser perseguido, na qual o povo teria uma tomada de consciência no sentido de uma mudança de uma estrutura sociopolítica ultrapassada, para outra em que tivessem eliminado a injustiça, as desigualdades, as explorações e as competições. Para atingir esse objetivo, os estudantes deveriam tomar consciência da realidade brasileira a partir de uma atuação política concreta ao lado dos operários e camponeses por uma revolução brasileira. As proposições para a reforma da universidade clamavam por maior autonomia administrativa e didática das faculdades, além de reivindicar bolsas de estudos, restaurantes, habitação, assistência médico- odontológica- farmacêutica, assistência social.¹⁹⁴

Vale destacar que, além do colégio Anchieta, a organização também teve forte presença em outro colégio da capital, o Julio de Castilhos ou “Julinho”, pois seus militantes em aliança com outros grupos de esquerda, que eram os comunistas e os independentes, mantiveram a presidência do Grêmio Estudantil do colégio até 1964. O Grêmio Estudantil do Julinho, à época, era formado por cerca de 200 estudantes, que se dividiam em 20 secretarias e, em cada uma, atuavam 10 pessoas, que se encarregavam de realizar todas as atividades referentes ao colégio. O Grêmio Estudantil era constituído pela secretaria de cultura, pela secretaria de ensino, pela feminina, pela de artes, entre outras. Além disso, no Julinho existia o Movimento Cultural Juliano (MCJ) que desenvolvia determinadas atividades:

O Movimento Cultural do Julinho eu não me lembro assim precisamente, com esse nome, mas eu participava muito de jograis, por exemplo, dirigidos pelo Armando Burd. Dirigia os jograis em sala de aula, eu gostava muito dos jograis, mas aí eu ainda estava na secretaria feminina e nós fizemos um show no clube de cultura muito bonito, era o meu irmão Sabino Loguércio cantando, o meu irmão era o cantor na época, lá dos bailes da Reitoria da Ufrgs, o Zé Gomes, que era um grande

¹⁹⁴MACHADO, Dulphe Pinheiro. *A “Frente Única” no Movimento Estudantil Gaúcho: católicos e comunistas*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). 2010. 109 f. IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 65.

violinista, tocando violino e o Evaldo Roque tocando violão. Tudo com projeções de slides. Era isso que a gente fazia na época né? Festivais de música nos centros acadêmicos. Na época não eram a Opus e outras empresas promotoras, entende? Então, eram coisas assim que a gente fica impressionada hoje: como é que a gente tinha estrutura, sem dinheiro, porque o dinheiro era curtíssimo, como é que a gente tinha estrutura de gente, de cabeças para fazer tudo o que a gente fazia, inclusive o movimento cultural.¹⁹⁵

A AP também participou do Movimento de Educação de Base, o MEB, que era um pouco mais obediente à hierarquia da Igreja Católica, mas que, durante a sua aplicação prática, acabou adquirindo um caráter mais progressista, resultado da interação entre os seus militantes e o povo. A hierarquia da Igreja salientava sempre aos militantes dos movimentos leigos que eles deveriam participar do MEB e não do Movimento de Cultura Popular (MCP) criado por Paulo Freire, que não havia saído da instituição e, por isso, apresentava um método de alfabetização com viés político, voltado para a conscientização das pessoas. Além desses dois movimentos, surgiu o Centro de Cultura Popular da UNE, o CPC, que também tinha por finalidade promover a conscientização política na população, como salientou a militante da AP:

Depois na UNE teve o CPC, (...) a militância da gente, ela tinha esse viés, mas uma política muito centrada também numa formação política do povo, então é toda essa história de alfabetização de adultos, de movimentos de cultura popular, o CPC da UNE, tudo isso era uma visão que se tinha que era preciso que o povo se educasse, a conscientização, a politização do povo, para que o povo pudesse participar lucidamente do processo político, dessa evolução da Revolução Brasileira, que era a nossa meta, e a gente discutia muito a questão, da luta armada antes do golpe, se discutia a validade ou não, porque todos discutiam se ela era necessária.¹⁹⁶

No Rio Grande do Sul em específico, a AP aplicou o método Paulo Freire de alfabetização de adultos na cidade de Porto Alegre a partir de 1963, através do trabalho de militantes que atuavam junto à Secretaria de Educação, a qual mantinha convênio com entidades de ensino, a saber, escolas e sindicatos, nas quais as aulas eram ministradas aos alunos. Entretanto, o plano da AP era expandir o projeto de alfabetização também para várias cidades do interior do estado, sendo que o primeiro núcleo seria fundado na cidade de Santa Rosa, em 1964, o que acabou não ocorrendo porque, antes disso, veio o golpe e as atividades tiveram que ser interrompidas por causa da repressão. Os documentos a respeito da aplicação do método Paulo Freire, em nível estadual, foram destruídos para evitar que os militantes da AP fossem presos pelo DOPS.¹⁹⁷

A abrangência que o MEB teve durante o governo João Goulart foi comprovada através de matéria do jornal *Correio do Povo*, publicada no mês de dezembro de 1963, quando

¹⁹⁵Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

¹⁹⁶Depoimento de Maria Josefina Becker. 05 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

¹⁹⁷Depoimento de Maria Josefina Becker. 05 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

o presidente determinou a aplicação do método de alfabetização Paulo Freire em todo o país através do Ministério da Educação e Cultura, salientando a necessidade de um esforço conjunto do governo, educadores e da população em geral para a erradicação do analfabetismo. O método seria aplicado primeiro em duas áreas do território nacional dirigido por uma comissão especial e depois se expandiria para todo o país, conforme declarou Jango:

Urge conclamar e unir todas as classes do povo brasileiro para levar o alfabeto aquelas camadas mais desfavorecidas que ainda o desconhecem. O Ministério da Educação e Cultura vem provando, através da Comissão de Cultura Popular com vantagem, o sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido.¹⁹⁸

Em relação ao movimento cultural, sob a direção de Aldo Arantes, a entidade organizou a UNE-Volante, que consistia em um grupo de estudantes ligados à direção que viajavam por todo o país, difundindo uma arte engajada, ou seja, eles faziam doutrinação política através da arte, por exemplo, com a criação de canções que chamavam a atenção para as condições de vida da população, como a “canção do subdesenvolvido” e a “canção do auto dos 99%”, além de várias peças de teatro produzidas principalmente por Augusto Boal, pelo poeta Ferreira Goulart e Carlos Lyra.¹⁹⁹

No Rio Grande do Sul, a AP também estava preocupada com a cultura popular e a politização por meio da arte, por isso, fundou o Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes que, influenciado pela chegada da UNE - Volante a Porto Alegre, em março de 1962, promoveu uma série de atividades culturais na cidade, organizou a “Caravana Universitária da UEE”, que percorreu o interior do estado entre o final de 1962 e o início de 1963, apresentando peças de teatro com conteúdo político em cidades como Santa Maria, Ijuí e Passo Fundo e também fazendo apresentações em Porto Alegre, no Instituto de Artes e na Pontífica Universidade Católica (PUC). Em relação às peças de teatro, o militante Luis Antonio Tim Grassi, que participou da caravana da UEE, ressaltou que, no interior do estado, as apresentações chamaram bastante a atenção da população e, por isso, reuniram um número expressivo de pessoas para assistirem às peças de teatro produzidas pelos estudantes. Em relação à caravana, ele fez a seguinte declaração:

E nós aqui no Rio Grande do Sul, meio espontaneamente, porque foi uma coisa assim que surgiu dentro da JUC, de brincadeira, nós organizamos o Centro Popular de Cultura da União Estadual de Estudantes, todo com o pessoal de JUC e de AP. Então, um dia eu comecei a juntar todas as paródias que a gente fazia das músicas que a gente conhecia com letras políticas e fui juntando, fui juntando e de repente estava uma coisa ali e que chamamos de Ciranda Brasileira, e aí eu datilografei na casa da Mariazinha, agora lembrei disso!Um dia, combinamos e nos reunimos no Direito, e todo mundo foi falando: vamos fazendo assim e tal, e organizamos uma espécie de peça de teatro musical, musical sem nada mais, a não ser nós mesmos,

¹⁹⁸Correio do Povo, 8 de dezembro de 1963, p. 11, MEC adota sistema Paulo Freire de alfabetização.

¹⁹⁹Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

sendo que ninguém era de teatro, ninguém cantava. Então, com a UEE nós criamos a UEE-Volante, a caravana universitária da UEE.²⁰⁰

Dreifuss destacou o papel da Ação Popular e da UNE com essa tentativa de conscientizar a população, procurando fazer com que esta despertasse o seu verdadeiro potencial de agente transformador da sociedade. O objetivo principal nesse trabalho de conscientização era trazer essas pessoas para o cenário político, fazendo com que elas se integrassem ao bloco nacional-reformista, no qual poderiam participar e desfrutar dos benefícios que as mudanças sociais trariam para a sua realidade de vida. Por isso, a AP estava inserida no processo de conscientização da população brasileira da seguinte forma:

A Ação Popular-AP, que era uma ramificação da Juventude Universitária Católica-PUC, e setores radicais da Igreja, através do Movimento de Educação de Base – MEB, a União Nacional dos Estudantes – UNE, por meio de seu Centro Popular de Cultura, que levava a arte e a música militantes as favelas e os subúrbios de classes trabalhadoras e também mantinha uma editora para publicar material de conteúdo crítico, social e político, bem como o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos Estados, por intermédio de sua Comissão de Cultura Popular e ainda uma variedade de programas de alfabetização que basicamente usavam o método Paulo Freire juntamente com a conscientização política.²⁰¹

Na interpretação de Dreifuss, a AP, o Grupo dos Onze, liderado por Leonel Brizola e mais algumas organizações de esquerda formavam um bloco que ele chamou de nacional-reformista. Esse bloco apoiava o projeto de Reformas de Base proposto por João Goulart, mas não possuíam um nítido caráter socialista, como afirmou Pesavento.

As atividades desempenhadas pelos participantes da AP para desenvolver a conscientização nas massas, por meio da cultura popular, em uma tentativa de torná-los agentes de sua própria transformação e, posteriormente, da sociedade como um todo, foi uma tentativa incipiente de criação de um grupo de intelectuais orgânicos que representariam a classe trabalhadora brasileira, encarregada de combater a hegemonia exercida pela classe dominante sobre a população. Essa elevação cultural das pessoas faria com elas desenvolvessem as aptidões necessárias a sua emancipação política, a mudanças na sua própria concepção de mundo através da utilização da parte positiva do senso comum, o seu núcleo sadio e passível de ser transformado, que era formado pela cultura, como afirmou Gramsci:

Pode-se-ia reagrupar essas expressões populares, juntamente com as expressões similares dos escritores de caráter popular, tomando-as dos grandes dicionários, nos quais entram os termos filosofia e filosoficamente, que se poderá perceber que eles tem um significado muito preciso a saber da superação das paixões bestiais e elementares por uma concepção que fornece a própria ação da necessidade

²⁰⁰ Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

²⁰¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 299.

consciente. Este é o núcleo sadio do senso comum, o que poderia ser chamado de bom senso, merecendo ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. Tornam-se evidentes, assim, as razões que fazem impossível a separação entre a chamada filosófica “científica” e a filosofia “vulgar” e popular, que é apenas um conjunto desagregado de idéias e de opiniões.²⁰²

Nesse contexto, os militantes da AP realizavam várias atividades dentro da universidade cujo objetivo era promover a conscientização política nos alunos, por exemplo, com a participação em reuniões junto aos centros acadêmicos da Ufrgs. Na faculdade de Engenharia, que tinha uma fração de AP muito forte, os dirigentes do centro acadêmico realizavam assembleias periódicas que eram frequentadas por centenas de pessoas e, nas quais eram colocadas questões relacionadas à reforma universitária, às modificações implantadas no currículo da Engenharia, como a troca de um método de avaliação para outro.²⁰³

O militante de AP Luis Antonio Tim Grassi participou do diretório acadêmico da Engenharia na função de secretário de cultura e ajudou a organizar diversas atividades, das quais participavam também alunos que não possuíam qualquer vinculação à AP ou ao movimento estudantil. Entre as atividades promovidas pelo centro acadêmico, estavam reuniões, conferências, palestras e oficinas de jazz, cinema técnico e cinema cultural com sessões comentadas. Além disso, eles criaram uma biblioteca na Engenharia voltada para a área humanística com livros de romance e filosofia..²⁰⁴

Os militantes da AP tentaram criar também um movimento de cultura popular com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em algumas vilas da grande Porto Alegre. Atuaram, por exemplo, na Vila da Conceição onde tentaram desenvolver ações junto à população através de atividades culturais diversificadas: criação de murais, ações nas escolas da comunidade, enfim, era um trabalho diversificado. Para criar as atividades culturais, a AP contava com a colaboração daquele que era considerado o mentor da organização nesse período, o professor Ernani Maria Fiori, da faculdade de Filosofia da Ufrgs, além do apoio de Leônidas Xausa, também professor da universidade.²⁰⁵

Percebeu-se também que havia uma simetria nas atividades realizadas pela AP em nível nacional e regional, em conjunto com o movimento estudantil, por exemplo, na “Greve de 1/3,” decretada pela UNE em todo o país, reivindicando que a participação estudantil em todos os conselhos, congregações e estruturas da universidade deveria ser de um terço. No estado, a Greve de 1/3 foi coordenada pelos militantes da AP através da UEE e mobilizou um

²⁰²GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 16.

²⁰³Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

²⁰⁴Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

²⁰⁵Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

grande número de estudantes que se manifestaram de diferentes formas para reivindicar uma participação mais efetiva nas decisões tomadas pela universidade. Logo, a relação entre a AP em nível nacional e estadual era a seguinte:

Nós éramos orgânicos, a gente era do mesmo movimento, não existia nenhuma diferença, pois a AP do Rio Grande do Sul era integrada a AP nacional. Os militantes eram integrados, e tinham inclusive membros da AP do Rio Grande do Sul trabalhando, como era o caso de um dos vice-presidentes da UNE, em outros estados. A AP tinha tomado a UEE aqui, a gente teve duas diretorias da UEE que eram de AP e tal, integradas ao movimento nacional, com a UNE. A Greve de 1/3, que os militantes da AP estiveram presentes. Isso acontecia porque a JUC era orgânica nacionalmente, então, na verdade, os militantes de AP que saíram da JUC todo mundo se conhecia, dos encontros nacionais da JUC, então a gente já tinha essa vivência com o pessoal.²⁰⁶

No jornal, uma reportagem publicada, no dia 1º de agosto de 1962, tratava da Greve de 1/3 decretada pela UNE, a qual continuaria em sete diretórios acadêmicos da Ufrgs. No entanto, a greve teria sido suspensa em toda a universidade, mesmo que os estudantes tivessem conquistado apenas parte das reivindicações, caso o Conselho de Ministros não tivesse pedido a habilitação legislativa para regular a participação dos estudantes no referido movimento. Por isso, a UNE, a UEE e a Feurgs orientaram para que os centros continuassem em greve e que os acadêmicos não comparecessem aos exames, transferidos pelo ministro da educação para o mês de agosto. Os centros acadêmicos que continuaram em greve por orientação da UNE foram os seguintes:

Os estudantes se reuniram para decidir se manteriam ou não a greve: Centro de Estudantes Universitários de Ciências Econômicas (CEUCE), Centro de Estudantes Universitários de Arquitetura (CEUA), Centro Acadêmico Franklin Delano Rosselvet, da faculdade de Filosofia e Centro Acadêmico André da Rocha (Direito), Centro Acadêmico Sarmiento Leite (Medicina), Agronomia, Veterinária, Enfermagem, Odontologia apóiam a continuação da greve.²⁰⁷

Na sequência, no dia 31 de agosto, o jornal Correio do Povo divulgou nota, informando que alguns alunos da Faculdade de Farmácia reclamavam das punições impostas a eles pela direção do Centro Acadêmico Christiano Fischer, que estava participando das atividades relacionadas à Greve de 1/3 promovida pela UNE e à qual aderira grande parte dos centros acadêmicos da Ufrgs. A UNE determinou que os estudantes faltassem aos exames finais do curso, o que não foi cumprido por um grupo de acadêmicos da Farmácia e isso levou à expulsão de um deles do centro, visto que esse aluno havia desobedecido às diretrizes estabelecidas pela entidade. A nota dizia o seguinte:

Depois de 4 horas de debates perante o Conselho, constatou uma pré-disposição e uma declarada parcialidade, não só na apreciação dos fatos, como também na aplicação das penalidades ficando provada a farsa que revestiu a sessão, retirou-se

²⁰⁶Depoimento de Maria Josefina Becker. 05 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

²⁰⁷Correio do Povo, 1º de agosto de 1962, p. 11, Mais 7 centros acadêmicos continuaram em greve.

ele, comunicando a sua decisão de não aceitar o julgamento feito por aqueles feito por um ato seu de sã consciência e dentro de seus princípios de orientação política e ideológica. Por essa atitude, o mesmo foi expulso do centro.²⁰⁸

De acordo com Rudiger, a importância do jornal *Correio do Povo* em âmbito estadual e o êxito econômico da sua empresa, no início da década de 1960, não estariam vinculados à qualidade das matérias produzidas nesse órgão de imprensa, nem ao seu poder competitivo junto aos demais veículos de comunicação escrita do Rio Grande do Sul, mas às relações que os donos do jornal mantinham com o centro de poder político e econômico, que lhe trazia muitos benefícios e pelo prestígio que o jornal havia adquirido junto à população em tempos anteriores. Em relação ao jornal, o autor salientou que o *Correio do Povo*:

Comparado aos jornais de sua época, a publicação de modo nenhum era superior, e muito menos um órgão de vanguarda. Na verdade, constituía um periódico cada vez mais atrasado em relação ao próprio tempo, sobretudo em termos de padrões editoriais e gabaritos jornalísticos. Em última instância, manteve-se em circulação, a partir de certa época, devido ao prestígio conquistado no passado, ao comprometimento e as ligações da empresa com os centros de poder político e econômico e a uma espécie de inércia entre um público leitor bastante fiel, que se transmitia de geração a geração, via uma renovação muito mecânica das assinaturas.²⁰⁹

O jornal *Correio do Povo* foi utilizado nesta pesquisa a partir da análise feita por Gramsci, para o qual a imprensa escrita, bem como a escola e a Igreja seriam meios utilizados pelos intelectuais orgânicos da classe dominante para divulgar sua ideologia política à população. Então, as informações de jornais, revistas e outros materiais produzidos nos órgãos de imprensa deveriam ser analisados de um ponto de vista crítico, que considerasse a existência de grupos e interesses na produção desse material. Para analisar o jornal de uma forma crítica, os seguintes aspectos deveriam ser considerados:

Para desenvolver criticamente o assunto e estudar todos os seus aspectos, parece-me mais oportuno (para fins metodológicos e didáticos) pressupor uma outra situação; ou seja, a existência como ponto de partida, de um agrupamento cultural (...) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral; devemos pressupor ainda que se pretenda fundar-se em tal agrupamento para construir um edifício cultural completo, autárquico, começando precisamente pela língua, isto é, pelo meio de expressão recíproco. Todo o edifício deveria ser construído de acordo com princípios racionais, isto é, funcionais, na medida em que se tem determinadas premissas e se pretende atingir determinadas conseqüências.²¹⁰

Nesse sentido, para Gramsci, a análise crítica das matérias divulgadas pelos órgãos de imprensa a serviço da classe dominante seria uma das atividades dos intelectuais orgânicos e

²⁰⁸ *Correio do Povo*, 31 de agosto de 1962, p.11, Estudantes punidos por prestarem vestibular.

²⁰⁹ RUDIGER, Francisco. Cotidiano, mídia e indústria cultural; modernidade e tradicionalismo, dos anos 1930 a atualidade. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 36

²¹⁰ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p.162.

estes representariam a classe trabalhadora, pois caberia a eles o fornecimento de meios para que a população, que ainda não tivesse alcançado um determinado grau de conscientização, pudesse desenvolver o senso crítico e fosse capaz de perceber a forma como a imprensa era manipulada pelos intelectuais da classe dominante.²¹¹

Constatou-se que, na análise de Dreifuss, a elite orgânica, reunida no complexo IPES/IBAD, realizou uma campanha ideológica que tinha duas finalidades principais: evitar a ascensão dos movimentos sociais e promover o desmantelamento do bloco histórico-populista, do qual fazia parte a AP. Por isso, a crise que levou ao golpe de estado e à tomada do poder político pela elite orgânica não foi somente econômica nem política, mas também resultou da campanha ideológica que atuou em todos os níveis políticos, sendo que um dos órgãos de imprensa, citado pelo autor, que ajudou a divulgar essa ideologia foi o Jornal Correio do Povo do Rio Grande do Sul. Para o grupo reunido no IPES/IBAD:

Tornava-se claro que, a partir de suas diretrizes políticas e de sua ação, a elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD sentia a necessidade de uma atividade ideológica que levasse ao estabelecimento de sua hegemonia dentro da classe dominante, como um meio de subir ao poder. A formação de um bloco burguês militante e sua liderança político-militar pela elite orgânica mostrava-se uma condição necessária na luta do emergente bloco de poder para harmonizar sua predominância no campo econômico com a sua autoridade política e a sua influência no aparelho do Estado. A formação de um bloco burguês militante sob a liderança da elite orgânica era também necessária para alcançar a contenção das classes subordinadas e a exclusão dos interesses tradicionais.²¹²

Em relação ao referencial teórico, a AP adotou, nessa fase, o socialismo humanista, uma doutrina própria que resultou de discussões que ocorreram dentro da organização a partir da tentativa de elaboração de um pensamento, uma reflexão a respeito do marxismo, pois os militantes achavam interessante a abordagem dialética, presente no materialismo histórico. O surgimento dessa doutrina ocorreu após uma série de discussões internas que giravam em torno do “pode” e do “não pode”, ou seja, se os militantes da AP poderiam ser cristãos e socialistas ao mesmo tempo, quais as atividades que poderiam ou não ser desenvolvidas por eles. Então, em relação à corrente de pensamento adotada pela AP, ele salientou o surgimento da consciência histórica que era uma evolução do ideal histórico já influenciado pelas ideias marxistas:

A JUC fez também em Aracajú, também não em Aracajú, mas foi no interior de Sergipe, um encontro e nesse encontro houve um seminário com o padre Henrique de Lima Vaz, que era um mineiro e que lá apresentou a doutrina, a conceituação enfim, uma escola de pensamento da consciência histórica, que nós, os antigos militantes, a gente sempre falava que entendia a consciência histórica como uma evolução do ideal histórico. No ideal histórico, a gente idealizava o futuro e coisa e

²¹¹GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

²¹²DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 278.

tal, e na consciência histórica tornava-se necessário a inserção na realidade. Nós devíamos ir interagindo com a realidade para criarmos uma nova realidade e, na medida em que isso fosse acontecendo, uma nova sociedade. Então, o padre Vaz tentava fazer um casamento meio impossível entre o materialismo histórico e uma consciência espiritualista da história.²¹³

Em 1963, a coordenação estadual da AP, que nessa época, era formada por Héglio Trindade, Francisco Ferraz e Ernildo Stein, produziu um documento em que debatia questões relacionadas ao referencial teórico adotado pela organização tanto em nível nacional como regional; o socialismo humanista que mesclava ideias socialistas com correntes humanistas europeias, apresentando um viés mais personalista, voltado para o desenvolvimento do ser humano. Portanto, em relação ao referencial ideológico da AP, os dirigentes regionais declararam o seguinte:

Disso decorre o sentido de nossa crítica e superação do capitalismo e da nossa socialista, reivindicando para o homem, sujeito do processo de socialização, um estatuto de norma e fim da realidade sócio-econômica. Aceitamos o humanismo econômico do socialismo-que pretende uma economia governada pelas necessidades humanas e não mais pelo lucro- para reintegrá-lo num humanismo que o autentifica e lhe dá significação-um humanismo personalista. É o que se verifica em certas formas modernas de socialismo, como a do movimento “Spirit”, fundado por Mounier e de que participam intelectuais católicos e protestantes.²¹⁴

Além de atuar em conjunto com os independentes e os comunistas, exercendo a hegemonia dentro do movimento estudantil, através dos centros acadêmicos da Ufrgs, colégios particulares de Porto Alegre e em entidades representativas dos estudantes, a AP também atuava nos centros acadêmicos da PUC. Entretanto, o objetivo da organização não era se restringir ao movimento estudantil, mas ampliar sua base de adeptos numa tentativa de criar uma aliança entre os estudantes, operários e camponeses, a chamada “Aliança Operária Estudantil Camponesa”. Logo, a AP também fomentou ações políticas junto aos camponeses de Ijuí em parceria com os movimentos rurais locais, principalmente, nos Sindicatos Rurais, pois, se na região Nordeste do país, os movimentos sociais no campo estavam sob o domínio das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, no Rio Grande do Sul, os movimentos eram dirigidos pelos Sindicatos Rurais.²¹⁵

De acordo com o militante Antonio Ramos Gomes, a AP também apoiou as ações dos camponeses, tendo participado do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), embora a organização não tivesse constituído uma base forte de atividades no campo, pois o movimento camponês, no Rio Grande do Sul, foi liderado de forma hegemônica pelos núcleos

²¹³ Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

²¹⁴ Documento produzido pela Coordenação Estadual da Ação Popular. Porto Alegre, 22 de outubro de 1963.

Acervo Particular de Luis Antonio Tim Grassi.

²¹⁵ Maria Josefina Becker. 05 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

eclesiásticos de base ligados à Igreja Católica. Já em outros estados, como no Maranhão, Pernambuco e no Rio Grande do Norte, a AP teve uma influência maior no movimento camponês, sendo que um de seus líderes, Manoel da Conceição, ganhou projeção nacional e se tornou um dos dirigentes da organização.²¹⁶

O Master foi fundado em Encruzilhada do Sul, no dia 24 de junho de 1960 e resultou de uma ação conjunta de posseiros, que estavam sendo ameaçados de expulsão de suas terras na cidade, com políticos do PTB, com destaque para a atuação do prefeito eleito pelo partido, Milton Serres Rodrigues, que garantiu àqueles a posse das propriedades. No Estatuto do Master, além da luta pelo acesso a terra, também recebia destaque a necessidade de políticas que contemplassem os camponeses, como a concessão de créditos agrícolas e o fomento à educação rural.²¹⁷

Assim, as atividades da AP, no Rio Grande do Sul, de 1962 até 1964, ocorreram dentro das vias institucionais, pois os seus militantes estavam sempre vinculados a alguma entidade, fosse ela um diretório acadêmico da Ufrgs ou da PUC, a Feurgs, a UEE e também a secretaria de educação do governo Ildo Meneghetti, que era considerado conservador, mas cuja secretária, Zilá Totta, concedeu um espaço para os militantes da AP, os quais formaram um núcleo na secretaria. Além disso, na secretaria do trabalho, comandada por Arnaldo Pietro, ex-militante de JUC, que, embora não fosse de esquerda, também permitiu que um dos líderes da AP, Valter Omon, levasse vários membros da organização para trabalhar naquela. De acordo com Luis Antonio Tim Grassi, o secretário do trabalho:

Ele convidou o Valter Omon, que já era líder, o principal líder da AP no Rio Grande do Sul, o convidou para o departamento, para a divisão do trabalho na secretaria do trabalho e o Omon levou um monte de gente para lá, inclusive eu. Então, nós lá dentro fazíamos trabalho com o sindicato, eu me lembro de ter ido a reuniões em Caxias do Sul, com o movimento sindical de Caxias do Sul, tudo pago pela secretaria do trabalho (...), do governo Meneghetti, que tinha profundas ligações com o mundo empresarial, com os ruralistas da época, com todo o setor conservador, mais conservador que estava se opondo extremamente ao governo do Jango né. Então, a gente enquanto isso fazia esse trabalho meio subterrâneo ali.²¹⁸

No final de 1963, os grupos de direita, que atuavam dentro da Ufrgs, começaram a reagir contra a hegemonia da Frente Única, vencendo disputas por centros acadêmicos de faculdades importantes, como o do direito, que passou a ser coordenado por um desses grupos. Nessa época, havia mais interação entre os acadêmicos, por isso, os militantes ligados

²¹⁶ Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

²¹⁷ HARRES, Marluza Marques. Movimentos Sociais Rurais. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

²¹⁸ Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

ao centro acadêmico da Engenharia mantinham contato com os estudantes do Direito, da Filosofia e de outros cursos, bem como os nomes dos candidatos a dirigentes dos centros eram conhecidos de todos, pois os estudantes eram escolhidos nas reuniões organizadas pela AP na Ufrgs. Portanto, a perda daqueles centros acadêmicos foi vista como uma reação da direita ao crescimento da AP dentro da universidade.²¹⁹

3.2 A REAÇÃO DA DIREITA: O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO UNIVERSITÁRIO (MDU)

Verificou-se que a reação da direita na Ufrgs foi orquestrada pelo Movimento Democrático Universitário (MDU) que, de acordo com documento produzido em 1963, estaria fazendo uma campanha difamatória da AP na imprensa escrita estadual. No manifesto, os militantes da organização convidavam os integrantes do MDU a comparecerem em um debate público dentro da universidade, para que pudessem expor as suas ideias. Abaixo está um trecho do manifesto em que se mencionava o convite:

A Ação Popular, através de nota publicada pela imprensa no dia 16 do corrente, convidou o Movimento Democrático Universitário (MDU) para um debate público, presidido pelo diretor de uma das Faculdades da UFRGS, entre os líderes universitários de AP e do MDU, com o honesto objetivo de que a classe universitária e a opinião pública pudessem abertamente ajuizar das intenções, ideologia e estatura dos dirigentes do MDU, bem como julgar o conteúdo das agressões lançadas contra as lideranças cristãs da AP.²²⁰

Na interpretação de Dreifuss, grupos de ação, como o “Movimento Democrático Universitário”, foram formados pela elite orgânica do capital multinacional e associado ao objetivo de combater as atividades da AP e da UNE e de todas as entidades estudantis a elas vinculadas, além de tentar esvaziar a força política do bloco nacional-reformista. Para isso, o complexo IPES/ IBAD fornecia assistência econômica, técnica e administrativa a grupos de oposição, bem como utilizava a tática de infiltração de “estudantes democráticos,” nas atividades do movimento estudantil, com o objetivo de desestabilizar as suas forças:

Operando com a cobertura do IBAD, a elite orgânica também penetrava no movimento estudantil. Com muito êxito, ela entrou em ação contra a UNE, através do Movimento Estudantil Democrático – MED, fundado e patrocinado pelo IPES/IBAD. O IBAD também se embrenhou no movimento estudantil por meio da Frente da Juventude Democrática-FJD, patrocinada pelo IPES e dirigidas por ativistas estudantis de direita (...). O complexo IPES/IBAD não apenas conferia apoio financeiro as atividades eleitorais, mas também provia experiência política e cobertura através da mídia, produzia e distribuía material de propaganda adverso aos

²¹⁹Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

²²⁰Documento produzido pela Coordenação Estadual da Ação Popular. Porto Alegre, 22 de outubro de 1963. Acervo Particular de Luis Antonio Tim Grassi.

da liderança da UNE e do bloco nacional-reformista, bem como treinava ativistas estudantis.²²¹

Outro exemplo da forma como atuavam os grupos de direita no combate às manifestações estudantis e às atividades dos demais movimentos sociais reunidos no bloco nacional-reformista apareceu em uma nota da imprensa assinada pelo padre Antônio de Oliveira Godinho, deputado da União Democrática Nacional (UDN). Nela, eram analisados os objetivos do comunismo e combatiam-se, principalmente, os movimentos cristãos ligados à esquerda. Padre Godinho afirmou o seguinte:

Não se trata de governo ou técnica administrativa, mas de doutrina filosófica oposto ao cristianismo, porque materialista, atenta contra os direitos do homem em favor do estado: Esse objetivo –ponderou- é essencial a doutrina marxista e nunca foi abandonado pelos comunistas. Qualquer tática de aproximação e de colaboração se choca com os princípios cristãos e esconde o propósito de dividi-los, desmoralizá-los, esmagá-los. Não se pode ser católico e comunista ao mesmo tempo. A Igreja mantém-se fiel à verdade.²²²

Além de notas na imprensa escrita, a direita, reunida no complexo IPES/IBAD, também publicou livros em que padres contrariavam a opção que alguns cristãos ligados a movimentos sociais estavam fazendo pelas ideias socialistas, pois seriam duas correntes ideológicas completamente diferentes, que não teriam nenhum ponto em comum. Em virtude disso, um trecho do livro “Socialismo e corporativismo em face da encíclica Mater Et Magistra,” publicado em 1963, dizia o seguinte:

Cristianismo e socialismo repelem-se pelo antagonismo de suas concepções de vida irreconciliáveis. Os pressupostos ideológicos do socialismo moderno são incompatíveis com as verdades fundamentais da vida cristã. O socialismo (...) nega o direito natural de propriedade e o caráter sagrado da família e a origem divina do poder, enquanto por outro lado enseja o totalitarismo do Estado e preconiza teoricamente uma sociedade igualitária, em contraposição com as realidades humanas e as normas do Evangelho (p.24). O simples fato da sociedade estar construída na base do direito de propriedade, um dos princípios fundamentais da ordem econômica segundo o direito natural e o direito cristão – intervenção do estado.²²³

A imprensa também noticiava ataques constantes a UNE como, por exemplo, a denúncia, em janeiro de 1963, de que a UNE estaria utilizando os recursos repassados pelo governo federal para a entidade de maneira irregular. Para contrariar a denúncia, o conselho de dirigentes da UNE solicitou que a Comissão Parlamentar de Inquérito, formada pelo

²²¹DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.302.

²²² Correio do Povo, 4 de janeiro de 1963, p, 11, Esquerda e direita já estão superadas.

²²³ SOUZA, J.P. Galvão de. *Socialismo e corporativismo em face da encíclica Mater Et Magistra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1963, p. 26.

Congresso Nacional, examinasse o mais rápido possível todas as contas da entidade e verificasse de que forma estavam sendo aplicados os recursos recebidos da união.²²⁴

O clima de mobilização política que atingiu o país no início da década de 1960 também foi sentido no Rio Grande do Sul, como demonstrou a matéria publicada no Jornal Correio do Povo que noticiou a eclosão de greves no sistema de transporte coletivo em 1963 e atingiu as cidades de São Leopoldo, Canoas, Novo Hamburgo, Chácara Barreto, Rio Branco e Gravataí. Mais tarde, o movimento se estenderia também à região portuária de Rio Grande e Porto Alegre. Além desses setores, também estavam em greve, no mesmo período, os sindicatos ligados aos aeronautas e aviários estaduais. Eis:

Terminou a 0 hora de hoje a greve dos rodoviários que afetou totalmente o transporte coletivo das cidades de São Leopoldo, Canoas, Novo Hamburgo, Chácara Barreto, Rio Branco e Gravataí. Como se sabe é destes municípios que vêm a maioria dos trabalhadores para as nossas indústrias e outras atividades, inclusive estudantes, que se viram privados, durante o dia de ontem de prestarem exames. O movimento grevista irrompido às primeiras horas de ontem foi quase total, pois os piquetes chegaram a paralisar os ônibus da capital e só não prosseguiram em sua ação porque foram dissolvidos pela polícia, que efetuou nada menos que oitenta prisões. Entretanto, graças aos esforços despendidos pela Comissão de Dissídios Coletivos do Ministério do Trabalho e do próprio delegado regional daquele setor foi possível convencer os trabalhadores que voltassem ao trabalho.²²⁵

É fato que o governo João Goulart ficou marcado por ser uma fase em que as organizações de esquerda e os movimentos sociais brasileiros, reunidos no bloco nacional-reformista, vivenciaram um período de efervescência política, mobilizados para reivindicar a implantação das Reformas de Base, que trariam mudanças importantes para o país.

O projeto de Reformas de Base recebeu o apoio do Centro Acadêmico João Carlos Machado, da faculdade de Direito de Passo Fundo. No manifesto, os estudantes se posicionaram a favor das reformas, destacando a necessidade de que se realizassem principalmente mudanças no setor agrário, devido à grande concentração de terras nas mãos de um pequeno número de proprietários e à reforma educacional, que ampliaria o acesso ao ensino público. Em relação à reforma econômica, os estudantes destacaram que a população estaria sob os efeitos do alto preço dos medicamentos e também do aumento no valor do petróleo, que era controlado por grandes corporações internacionais, o que encarecia o custo de vida no país. Os estudantes fizeram no manifesto após o comício realizado na Central do Brasil que dizia o seguinte:

Considerando que o Sr. Presidente da República, através do pronunciamento do dia 13 findo, e sua mensagem ao Congresso, exigiu a implantação dessas providências.

²²⁴Correio do Povo, 27 de janeiro de 1963, p. 11. Conselho da UNE solicita que CPI examine as contas da entidade.

²²⁵Correio do Povo, 10 de dezembro de 1963, [p.10], Terminou a greve nos transportes coletivos.

Pronunciam-se; favoráveis ao Decreto da Supra, até que seja implantada uma Reforma Agrária Radical; pela encampação das refinarias particulares, como passo inicial para a encampação também das distribuidoras de combustíveis—filé mingnom da indústria petrolífera; pela extensão dos votos aos analfabetos, aos soldados e cabos, e pela elegibilidade de todos quantos podem votar; pela nacionalização e encampação da indústria farmacêutica; pela reforma da constituição, que possibilite a realização de todas as medidas capazes de concretizar as aspirações populares; pela eleição de uma constituinte, caso o atual Congresso entrave essas reformas.²²⁶

Conforme o depoimento da militante Maria Josefina Becker, a AP fornecia um apoio crítico às Reformas de Base, pois a organização entendia que o projeto não promoveria mudanças profundas na sociedade por ter um caráter reformista e não revolucionário. Em razão disso, existia dentro da AP uma ala mais radical que tinha aversão ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Jango por achar que ele tinha propostas muito atrasadas em relação à realidade brasileira. Então eles resistiam a um engajamento político partidário, pois os *apistas* se declaravam “revolucionários” e não “reformistas,” defendendo em determinados contextos até mesmo o caminho da luta armada:

A gente achava que não haveria possibilidade de se fazer, através de pequenas reformas, a mudança estrutural da sociedade. Então, a gente sempre discutia isso, se a mudança tinha que ser de caráter estrutural. Nós achávamos que o capitalismo devia ser derrotado e tínhamos uma ideia que o socialismo não era necessariamente uma posse dos marxistas, e nós acreditávamos que podíamos ser socialistas e cristãos, tendo como companheiros de jornada os comunistas. Então, tu entendes que essa era a nossa ideia e, hoje em dia, muita gente pode dar gargalhadas das nossas ideias, mas a gente tinha muito claro assim: a luta armada poderia se justificar, em situações extremas, e se as ações revolucionárias fossem muito violentas, que a violência, para tirar a direita do poder, se justificaria.²²⁷

A militante, Maria Josefina Becker, em seu depoimento, de maneira semelhante a Dreifuss, defendeu que João Goulart não era socialista e que as Reformas de Base também não tinham esse caráter. No entanto, a AP apoiou o projeto, a campanha pela volta do presidencialismo em 1963 e o comício na Central do Brasil, que ocorreu em 13 de março de 1964, reunindo diversas organizações de esquerda e provocou assim reação nos grupos de direita que desferiram o golpe civil-militar em 1º de abril daquele ano.

Nesse horizonte, as greves e todas as mobilizações efetuadas pela AP e por outras organizações de esquerda no estado foram interrompidas com o golpe civil-militar de 1964, quando os órgãos de segurança passaram a reprimir qualquer manifestação dos setores de oposição contra o governo. Além disso, para efetuar a repressão contra os opositores políticos, a polícia teve ajuda de aliados no executivo estadual e municipal, pois pessoas ligadas a esses

²²⁶Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil /Departamento de Polícia do Interior/11ª Região Policial/ Delegacia Regional de Erechim/SOPS/SOPS/E - 1.2.93.3.1, Manifesto, 24 de março de 1964.

²²⁷Depoimento de Maria Josefina Becker. 05 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

órgãos forneceram informações sobre militantes que atuavam nos movimentos sociais no estado. Então, nessa fase pós-golpe, um “número significativo de pessoas foi atingido (...) por cassações, demissões, aposentadorias compulsórias, perda dos direitos políticos, enfim, por ações que as afastaram do mundo do trabalho e do cenário político”.²²⁸

Logo depois do golpe, vários integrantes da AP se esconderam em um porão da Igreja da Conceição sob os cuidados do padre Hélio Azevedo que, embora não fosse de esquerda, simpatizava com as ações do grupo e deixava o pessoal que estava fugindo da repressão ficasse lá. O grupo, que estava escondido, recebeu comida e agasalho para permanecer no local até que outras pessoas arrumaram um esquema para que eles pudessem fugir para o exílio, enquanto outros que não tiveram a mesma sorte foram presos pela polícia, o que abalou a formação da AP estadual.

Luis Antonio Tim Grassi e Maria Josefina Becker deixaram a AP depois do golpe, porque resolveram continuar desenvolvendo suas atividades políticas sem estarem vinculados diretamente à organização, optaram então por não partir para a clandestinidade como fizeram outros integrantes da AP, em virtude do aumento da repressão desferida pela ditadura civil-militar sobre os grupos de esquerda em todo o país. No entanto, os militantes continuaram formando um grupo que auxiliava a AP, fornecendo apoio às atividades desenvolvidas por aqueles que continuaram fazendo parte da organização.²²⁹

O golpe civil-militar de 1964 afetou a estruturação da AP estadual, pois a organização foi seriamente reprimida pelos órgãos de segurança, de acordo com os documentos produzidos durante o período em que esteve instaurada a Comissão Especial de Investigação Sumária da Ufrgs (CEIS), na UFRGS, a qual indiciou alunos e professores da universidade que atuavam na AP. Os documentos também consistiam de matérias publicadas no Jornal Correio do Povo e depoimentos de militantes da organização. No entanto, a AP continuou a realizar reuniões e a atuar, principalmente, no movimento estudantil no estado.

Para a análise da atuação da AP no Rio Grande do Sul após o golpe, foram utilizadas as seguintes fontes: matérias do jornal Correio do Povo, documentos repressivos dos órgãos de segurança do governo militar e na Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) da UFRGS, bem como informações concedidas através de depoimentos de militantes da organização. A partir dessas fontes, verificou-se que as atividades da AP continuaram

²²⁸RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 85.

²²⁹Depoimento de Maria Josefina Becker. 05 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

concentradas no movimento estudantil nesse período, com menos intensidade após o golpe, mas passando por um clima de ascensão em 1967 e 1968.

A AP estadual continuou desenvolvendo ações políticas, embora elas não atingissem as mesmas proporções verificadas durante o governo João Goulart, fase em que a organização realizava eventos que reuniam um grande número de pessoas: por exemplo, quando o professor Ernani Maria Fiori, considerado o mentor intelectual do grupo, fez uma reunião que ocupou todo salão da faculdade de direito da Ufrgs. Entretanto, depois que a organização tornou-se clandestina, as reuniões passaram a ser realizadas nas casas das pessoas, dentro de esquema de segurança que era um não saber o endereço do outro, pois se um dos militantes fosse preso, não poderia informar a localização dos demais. A respeito da segunda fase de atuação da AP no estado, a militante Antonia Mara Vieira Loguércio afirmou que os setores estudantil, camponês e operário continuaram em atividade no Rio Grande do Sul:

A organização tinha no Rio Grande do Sul, movimento operário, movimento estudantil e também o pessoal do campo, inclusive o Manoel da Conceição, liderança do movimento camponês, vinha ao estado. É claro que o número de militantes nesse setor era menor, mas tinha. Além disso, companheiros nossos que estão começando agora trabalharam com operários, ou seja, já existia também movimento operário naquela época. E, enquanto o meu irmão esteve preso, eu fiquei discutindo, na célula do movimento, com companheiros que vieram de Minas e São Paulo para trabalharem nas fábricas e fazer atividades com os operários aqui no estado.²³⁰

De modo geral, uma das entidades que sofreu o efeito imediato da repressão foi a União Estadual dos Estudantes (UEE), com a prisão do presidente da entidade e militante da AP, Paulo Renato Crochemore. Além dele, presidentes de vários centros acadêmicos da Ufrgs também foram destituídos de seus cargos e presos pela polícia, sendo que, no lugar deles, eram nomeados interventores, geralmente estudantes da faculdade de Direito. Em virtude do aumento da repressão sobre os militantes, eles tiveram que redobrar os cuidados de segurança para realizarem suas atividades e as reuniões do grupo eram realizadas, para não gerar suspeita na polícia, na casa de estudantes que pertenciam a famílias conservadoras de Porto Alegre.²³¹

3.3 AS ATIVIDADES DE OPOSIÇÃO AO GOLPE

O movimento estudantil promoveu ações de oposição ao golpe no interior e na capital do estado, entre as quais, a manifestação organizada por Antônio da Costa Coelho, presidente

²³⁰ Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre

²³¹ Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

da União Rio-Grandina de Estudantes Secundaristas (URES), em Rio Grande. Ele foi acusado de liderar, em abril de 1964, uma passeata, na qual convocou os estudantes e a população da cidade a se manifestarem contra a deposição de João Goulart, tendo sido detido pela polícia, acusado de práticas subversivas e indiciado por utilizar a sede da URES para realizar atividades de oposição à ditadura civil-militar, incitando a desordem na cidade, conforme demonstrou trecho do relatório citado, descrito abaixo:

Que revendo os arquivos desta delegacia de ordem política e social, neles constatei que a União Rio-Grandina de Estudantes Secundários (URES) agiu, subversivamente, durante os últimos acontecimentos políticos desenrolados no país, com início no dia 31 de março do corrente ano, transformando-se em ativo centro de divulgação comunista, com a instalação na sua sede, a rua marechal Floriano Peixoto, nesta cidade, de um aparelho de alto-falante, pelo qual era concitado o povo a se apresentar, voluntariamente, para defender os interesses políticos dos que foram derrubados, pela deflagração dos últimos acontecimentos políticos de 31 de março deste ano. Certifico, outrossim, que o então presidente daquela entidade, o estudante Antônio da Costa Coelho, foi chamado a esta delegacia onde prestou esclarecimentos, (...) obrigado a ir à sede da URES, a fim de ali ser procedida uma busca de todos os arquivos, em fase de suas subversivas atividades.²³²

Outra atividade de resistência ao golpe foi organizada por Calino Ferreira Pacheco em Cachoeira do Sul, no dia 2 de abril de 1964, mas a ação foi desestruturada pela polícia. O informe produzido no DOPS salientava que Calino era considerado um elemento subversivo ligado aos grupos políticos que apoiavam o governo de João Goulart, e suas atividades haviam favorecido o clima de agitação política, a qual determinou o golpe de 1964. Ele também foi acusado de incitar os trabalhadores rurais da região, para que defendessem suas terras da ação dos grandes proprietários durante as reuniões da Associação Rural.²³³

Em Porto Alegre, algumas manifestações de oposição ao golpe civil-militar de 1964 ocorreram Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), como demonstrou a ação organizada pelos estudantes da Faculdade de Filosofia, que montaram no Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt uma central para cadastrar o nome de todos os estudantes que desejassem participar de manifestações contra a instauração da ditadura civil-militar no país. Porém, a polícia de choque foi chamada na universidade para reprimir as ações dos estudantes, já demonstrando a força da repressão que os militares iam desferir contra os grupos de esquerda que atuavam na Ufrgs na fase anterior ao golpe.²³⁴

Também no Centro Acadêmico da Filosofia, os estudantes criaram e distribuíram um

²³²Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria de Segurança Pública/ Subfundo:Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/7ª Região Policial/Delegacia Regional de Rio Grande/SOPS/SOPS/RG-1.2.469.4.2, Certidão, 14 de julho de 1964.

²³³Correio do Povo, 13 de janeiro de 1965, [p.11], IPM em Cachoeira do Sul: Ex-delegado da Supra figura entre os agitadores indiciados.

²³⁴Centro de documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional/ Atas de reunião. Caixa: 106/LTM

panfleto assinado pelo estudante Flávio Koutzii, intitulado de “Boletim do Movimento de Resistência Estudantil”, que trazia informações a respeito da repressão efetuada contra o movimento estudantil, pois vários acadêmicos já haviam sido presos e os demais estavam sendo impedidos de desenvolver suas atividades políticas na universidade. Ainda em relação ao Centro Acadêmico da Filosofia, a ata que descreveu as ações dos acadêmicos do curso foi produzida na Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), instaurada na UFRGS, em maio de 1964, que dizia o seguinte:

No centro acadêmico do curso de Filosofia da Ufrgs, após a Revolução foram colados cartazes que diziam “Abaixo aos gorilas”, “O Centro Acadêmico manifestase contra o golpe”. Após esse episódio o centro de ensino foi fechado e as aulas suspensas por ato do Reitor. Na Faculdade de Filosofia também foi montado um centro de alistamento do movimento contrário a revolução de 1964; a polícia de choque foi chamada ao local para acabar com o movimento. Mais tarde apareceu um documento circulando pela Ufrgs que fazia referência à prisão de estudantes e a intervenção nas atividades estudantis da universidade, assinado por Flávio Koutzi.²³⁵

A CEIS foi instalada na universidade a pedido do comandante do III Exército e seu objetivo era investigar as atividades políticas desenvolvidas por professores e estudantes da Ufrgs e a ata de abertura dos trabalhos da sua Subcomissão D, formada pelos professores Ney Messias, da Faculdade de Direito, Laudelino Teixeira de Medeiros, da Faculdade de Filosofia, Zacarias Valliati, da Escola de Artes e pelo presidente, professor Nagipe Buaes, datava de 21 de maio e trazia as seguintes informações:²³⁶

O professor Prunes afirmou entender que a Comissão Especial, recém empossada não tem qualquer atribuição de proceder a investigação de caráter ideológico ou policialesco. Atear-se-á ela, exclusivamente, aos aspectos que disserem com a subversão ou à improbidade. Por outro lado, é necessário imprimir novos rumos à educação da juventude; para o desempenho dessa missão deverão os educadores envidar os seus melhores esforços.²³⁷

A obra produzida pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 1979, trouxe uma série de informações relacionadas aos professores que foram expurgados da universidade pela CEIS, em virtude de suas atividades políticas. A expulsão de professores e alunos teria acontecido em duas fases distintas, sendo que uma primeira etapa repressiva ocorreu logo após o golpe e foi efetuada a partir da conclusão dos trabalhos da Comissão no final de 1964, a segunda fase ocorreu, após a decretação do AI-5, no início de 1969, quando vários professores foram afastados da universidade. A diferença

²³⁵Centro de documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional/ Atas de reunião. Caixa: 106/LTM 2166

²³⁶Centro de documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional/ Atas de reunião. Caixa: 106/LTM 2161

²³⁷Centro de documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional/ Atas de reunião. Caixa: 106/LTM 2161

existente entre esta fase e a primeira é que, nesse período, não houve a instauração de nenhuma comissão de inquérito e ninguém foi investigado de forma pública, pois os expurgados só ficaram sabendo do afastamento pelos órgãos de imprensa. O livro também ressaltou que o material produzido pela comissão ainda não havia sido encontrado, o que dificultaria as investigações a respeito dos expurgos:

O levantamento completo desse atentado à criação intelectual e científica torna-se praticamente inviável, porque não se conhece o paradeiro do material produzido pela Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) instalada na UFRGS em 1964. Hoje, ninguém responde por ele, numa flagrante demonstração da tentativa de apagar da memória social a lembrança de toda a arbitrariedade que presidiu aquele inquérito.²³⁸

A instalação de CEIS também ocorreu em outras universidades do país por ordem do então Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda através de uma portaria do MEC que foi recebida e divulgada por José Carlos Fonseca Milano, reitor da UFRGS no ano de 1964. Segundo essa portaria todas as atividades políticas de caráter subversivo que estivessem ocorrendo dentro das universidades brasileiras deveriam ser investigadas, assim como deveriam ser indiciado todos os alunos e professores que estivessem envolvidos com essas práticas “subversivas”, pois era necessário adequar as instituições às diretrizes estabelecidas pelo “movimento vitorioso naquele ano”, fazendo uma referência ao golpe civil-militar. Num primeiro momento, as universidades se posicionaram de maneira contrária a esse decreto, mas posteriormente tiveram que instalar a Comissão:

A Universidade passou a se subordinar ao regime militar, esvaziando-a de qualquer veleidade de autonomia. As autoridades militares, através do MEC, reafirmaram a exigência da realização do inquérito, e, para tanto foi constituída a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) na UFRGS. Composta de 16 membros, cada um escolhido pela Congregação das diversas unidades universitárias, e dividida em quatro subcomissões que abrangiam as diversas áreas de ensino e pesquisa da Universidade, a CEIS ficou atrelada a Comissão Geral de Investigações, através da nomeação, pelo então Ministro da Guerra, General Arthur da Costa e Silva, de um representante do III Exército junto a Comissão; o General Jorge Garrastazu Teixeira.²³⁹

Na fase inicial de abertura das atividades da CEIS, foram convocados para prestarem depoimento os coordenadores das Faculdades de Farmácia e Bioquímica, Medicina, Filosofia, Economia, Direito e Escola de Artes, a respeito das atividades políticas desenvolvidas nos Centros Acadêmicos e por professores da Ufrgs, a fim de esclarecerem se essas atividades possuíam ou não um “caráter subversivo”. No seu depoimento, o coordenador da Faculdade de Medicina, professor Álvaro Barcellos Ferreira, declarou perante a Comissão que o

²³⁸ Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: LPM, 1979, p. 10.

²³⁹ Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Universidade e repressão: os expurgos da UFRGS*. Porto Alegre: LPM, 1979, p.24.

presidente do “Centro Acadêmico Sarmiento Leite”, o estudante de medicina, João Carlos Hass, estaria desenvolvendo atividades políticas “subversivas”, pois o referido seguiria orientações de “tendências esquerdistas”. Em virtude disso, o estudante foi preso pela polícia política e encaminhado para o DOPS de Porto Alegre. Logo abaixo, está um trecho do pronunciamento do professor Álvaro Barcellos Ferreira:

Após o 1º de Abril surgiu na Faculdade um manifesto subversivo assinado pelo acadêmico Hass, então Presidente do Centro Acadêmico Sarmiento Leite. O diretor da faculdade, José Carlos Fonseca Milano propôs a Comissão de Investigação a suspensão da Diretoria do Centro. Acentuou o orador, a seguir, que o Centro Acadêmico estava plenamente integrado nas idéias esquerdistas, com desempenho atuante em relação a essas. Informou, ainda que dias atrás o acadêmico Hass foi preso, em virtude de atuação já referida.²⁴⁰

Na documentação produzida pela CEIS foi possível verificar que a AP atuou, efetivamente, junto ao movimento estudantil universitário na Ufrgs, pois estudantes da instituição apareceram vinculados às atividades desenvolvidas pela organização no período que antecedeu o golpe de 64. Para justificar essa assertiva, pode-se citar a conferência realizada pela AP, na UFRGS, no final do ano de 1963, quando um dos líderes nacionais da organização, Duarte Pereira, debateu com os estudantes universitários temas relacionados à realidade brasileira, entre esses, estavam a necessidade da efetivação das Reformas de Base; de um planejamento melhor da economia no país; do aumento no custo de vida e também questões diretamente relacionadas às concepções teóricas da AP, a saber, o papel que deveriam desempenhar na revolução as mulheres cristãs. A conferência foi descrita na Ata da 7ª reunião da CEIS:

Programa da conferência: 1) Problemas gerais da atualidade brasileira; 2) Processo de desenvolvimento nacional; 3) Programa de capital estrangeiro e luta contra a espoliação; 4) Planejamento da economia; 5) Principais reformas de base: reforma agrária e custo de vida; 6) O papel da mulher na Revolução Brasileira; Extra: O cristão e a Revolução Nacional Brasileira. Conferencistas: Duarte Pereira, Aldo Vieira Pinto, Helga Hoffman, Antonio de Faria, Frei Josafá, Max da Costa Santos, Orlando Villaverde e Amadeu Rocha. Conferência de encerramento: Jacob Gorender. Data: 16 de novembro a 7 de dezembro de 1963.²⁴¹

Verificou-se no depoimento de militantes que estavam na AP em sua primeira fase de atuação no estado, que a organização fizera uma aliança com os comunistas e os chamados independentes para exercer a hegemonia dentro do movimento estudantil estadual. Dessa forma, além de dirigir a UEE, os militantes da AP também eram presidentes da maior parte dos centros acadêmicos da Ufrgs antes do golpe de 1964, dentre os quais, estavam os

²⁴⁰Centro de documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional/ Atas de reunião. Caixa: 106/LTM 2164, p. 4.

²⁴¹Centro de documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional/ Atas de reunião. Caixa: 106/LTM 2167

seguintes: Centro Acadêmico da Engenharia, da Filosofia, do Direito, das Artes, da Economia e da Medicina, entre outros.²⁴²

Na análise dos documentos produzidos pela CEIS, percebeu-se que os acadêmicos da UFRGS, que militavam na AP, defendiam as mudanças propostas pelo governo João Goulart no projeto das Reformas de Base. De acordo com o depoimento do acadêmico da Faculdade de Medicina, Paulo Roberto Faillace, a sua militância política e sua adesão a uma organização de esquerda surgiram a partir de discussões dentro da universidade, onde ele passou a tomar consciência de que o país deveria passar por mudanças profundas em sua ordem política, econômica, social e cultural, tendo se declarado:

Em relação à revolução, como alguém que tinha uma posição mais ou menos de esquerda, entendia a esquerda como um sistema progressista que deseja a redenção do povo brasileiro, com as reformas de base; uma situação mais humana para o povo. Isso eu sempre entendia por esquerda e por isso eu estava até disposto a lutar.²⁴³

Segundo Luis Antonio Tim Grassi, então militante de AP, embora a AP também fizesse parte das forças que lutavam pela implantação das Reformas de Base, a organização não acreditava que essas mudanças seriam suficientes para alterar de maneira profunda a sociedade brasileira. Em virtude disso, existia uma ala dentro da organização que defendia a luta armada ainda antes do golpe, pregando a necessidade de que se formasse uma aliança entre o movimento estudantil, operário e camponês para que, juntos, os três grupos pudessem criar núcleos capazes de dirigir a revolução, pois as transformações não seriam efetuadas apenas com reformas. Ele também salientou que a maior parte dos militantes não confiava no governo Jango por considerá-lo fraco politicamente.²⁴⁴

Além dos acadêmicos, a CEIS também investigou as ações políticas de professores da Ufrgs, como foi o caso de Ernani Maria Fiori, do quadro docente da Faculdade de Filosofia, acusado pelos membros da Comissão de coordenar, junto aos estudantes da universidade, atividades políticas de caráter subversivo, entre as quais foi citada a palestra, organizada em parceria com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) sobre os problemas sociais brasileiros, que ocorreu no ano de 1962, na universidade. O relator da Comissão, Nagipe Buaes descreveu as atividades do professor:

Quanto ao professor Ernani Maria Fiori, o mesmo tem se destacado em suas conferências e entrevistas de caráter esquerdista, demonstrando-se perfeito conhecedor dos problemas nacionais. É ele nacionalista extremoso, dedicado a revolução social no país, comunista da ala católica de notória atividade no meio

²⁴²Depoimento de Luis Antonio Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

²⁴³Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional. Ficha de Informações/Depoimentos/ Caixa 106/LTM 2177

²⁴⁴Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre

universitário. Em discursos e conferências insinua os marxistas para os problemas nacionais. Consta que orienta todas as atividades e extremistas das organizações estudantis de Porto Alegre. Lidera a ação dos comunistas na Faculdade de Filosofia.
245

O professor Ernani Maria Fiori também foi vinculado às atividades políticas desenvolvidas pela AP na Ufrgs²⁴⁶, em matéria publicada pelo Jornal Correio do Povo, em janeiro de 1965. No texto, informava-se que a AP começara a ser investigada no Rio Grande do Sul a pedido do Comandante do III Exército, que pretendia averiguar quais eram as atividades realizadas no estado pelo movimento conhecido por “Ação Popular” ou “Grupão.” O resultado da investigação foi o indiciamento dos professores da Faculdade de Filosofia, Ernani Maria Fiori e Leônidas Xausa e de acadêmicos da Ufrgs por estarem desenvolvendo atividades políticas consideradas subversivas e contrárias ao governo militar. Conforme o jornal, as atividades da AP no Rio Grande do Sul seguiam as mesmas orientações adotadas pelo grupo em outros lugares do mundo, pois sua abrangência seria internacional e sua sede seria na Bélgica. Sobre a conclusão da investigação coordenada pelo tenente coronel C. Gonçalves, o jornal afirmava:

Finalmente o encarregado do IPM torna claro que todas as investigações e fatos apurados, se referem apenas ao estado do Rio Grande do Sul, e mais precisamente a Porto Alegre. A AP ou Grupão, segundo o relatório, é de âmbito nacional ou até internacional, com sede na Bélgica. Só um inquérito mais amplo, com mais recursos e de âmbito federal, poderá dar uma idéia exata da AP, seus objetivos, e todo o seu trabalho no meio estudantil e fora dele.²⁴⁷

A participação de membros da AP nos diretórios acadêmicos da Ufrgs e a influência que a organização teve também sobre o quadro docente da universidade foram ressaltadas no depoimento de ex-militantes. Dessa forma, o professor da instituição, Leônidas Xausa não só era membro da ala de esquerda do Partido Democrata Cristão (PDC), mas também participava das atividades políticas organizadas pelos acadêmicos da Ufrgs. Já Ernani Maria Fiori era um professor de filosofia ligado à Igreja, que evoluiu de um pensamento católico conservador, para posições de esquerda, influenciadas pelas ideias presentes no neotomismo, a partir do qual, começou a desenvolver reflexões próprias. Em virtude de sua formação e capacidade intelectual, o professor Fiori era considerado pelos militantes como o grande mentor

²⁴⁵Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional. Ficha de Informações/Depoimentos/ Caixa 106/LTM 2174.

²⁴⁶Indiciados pela investigação conforme matéria do Jornal Correio do Povo: Hégio Henrique Casses Trindade, José Luiz da Costa Fiori, Sérgio Echenique Lopes, Ernildo Jacob Stein, Francisco Luiz da Costa Ferraz, Benício Viero Schmidt, Hélio Costa Nogueira da Gama Filho, Hélio Corbellini, Manoel André da Rocha, Enio Jorge Arizio Squeef, Izaltino Camozatto, Luiz Felipe Marroni, Flávio Barreto Leite, José Elizeu Verzoni, Luiz Carlos Lopes Madeira, Dilma Souza, Plínio Dentzien e Paulo Renato Chochemore.

²⁴⁷Correio do Povo, 8 de janeiro de 1965, p. 11, IPM sobre “Grupão” encaminhado à procuradoria geral do estado.

intelectual da AP estadual e realizava, por isso, atividades de palestras, seminários e reuniões para os acadêmicos da Ufrgs antes do golpe.²⁴⁸

No Correio do Povo também se publicou matéria em que fazia referência a uma série de documentos da organização apreendidos com acadêmicos da Ufrgs, no dia 17 de setembro de 1964. Os estudantes foram detidos pela polícia no momento em que se dirigiam à Assembléia Legislativa para prestarem solidariedade aos deputados estaduais que haviam se posicionado contra os expurgos de professores da universidade. Foram apreendidos, com os estudantes Sérgio Echenique Lopes e José Luiz da Costa Fiori, documentos que tinham os seguintes títulos: “Reorganização do Movimento”, “Grupos de Apoio e de Análise do Movimento” e “Relatório de Caxias”. O documento “Reorganização do Movimento”. O documento “Reorganização do Movimento” trazia as seguintes informações:

Tem por objetivo reorganizar o movimento, praticamente dissolvido após o 31 de março. Prevê uma primeira fase do reagrupamento, planejamento e providências, quanto aos elementos atingidos pela Revolução e uma segunda fase, que teria início entre 11 e 15 de setembro, que trataria da divulgação do planejamento, início da formação e aprofundamento ideológico dos militantes. Aproveita a oportunidade da Revolução de março para a “faixa de atuação clandestina única forma de sobrevivência”. Estabelece dois tipos de atuação: institucional e não institucional.²⁴⁹

A AP já desenvolvia um movimento de conscientização junto aos acadêmicos da universidade, no período que antecederia ao golpe de 1964. Esses universitários, além de divulgarem as diretrizes políticas e ideológicas da organização, buscavam a adesão de mais estudantes para os seus quadros. Em relação à primeira fase de atuação da AP na UFRGS, o acadêmico Paulo Roberto Faillace, em seu depoimento para os membros da CEIS, declarou que “a AP era uma organização que não possuía vínculos com a doutrina comunista nem com grupos de esquerda que possuíam ligações com Pequim”, completando que o caráter da revolução defendida pelos *apistas* não era “comunista” e justificando a sua adesão ao grupo a partir dos seguintes argumentos:

Por que eu estava de acordo com aqueles grupos. Eu era um elemento de boa fé. Eu queria lutar pela redenção do povo brasileiro. Eu estava disposto a lutar por uma situação melhor para o nosso povo. Eu tinha certeza que a posição deles era a melhor, a mais indicada. Ai eu disse: esses grupos de cinco quando forem indicados para uma execução dão muito na vista. Não era pensando em assassinar ninguém (...) os comunistas da linha de Pequim não estão sendo presos. No sentido da organização, que executam ato. Eles estão criando uma situação que eu estava me tornando um comunista agressivo, da linha de Pequim, querendo fazer execuções, do tipo Mao-Tsé-Tung. Esta revolução não é comunista. Nós somos da Ação Popular e não comunistas. Queremos fazer uma revolução para dar boas condições ao povo brasileiro; é uma revolução progressista, não uma revolução armada. Não queríamos

²⁴⁸Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre

²⁴⁹Correio do Povo, 8 de janeiro de 1965, p. 11, IPM sobre “Grupão” encaminhado à procuradoria geral do estado.

Ao confrontar depoimentos prestados por militantes da organização, verificou-se que parte da AP defendia a luta armada antes do golpe e que os seus militantes desenvolviam atividades em conjunto com os comunistas, que eram os acadêmicos que militavam no Partido Comunista Brasileiro. Dessa forma, o estudante omitiu determinadas informações no momento em que prestou depoimento na CEIS, já prevendo que a repressão iria agir sobre ele após o término das investigações efetuadas pela Comissão.

No depoimento de Luis Antonio Tim Grassi, ele destacou a força com que a repressão atuou na UFRGS, após o golpe de 1964, com a instalação da CEIS. Para realizar as investigações, a Comissão teve o auxílio de alguns professores que prestaram informações aos militares sobre as ações políticas desenvolvidas por membros do quadro discente e docente da universidade. Assim, o professor de filosofia, Ernani Maria Fiori, líder da AP, foi denunciado à Comissão por seus colegas de trabalho em virtude das ações políticas desempenhadas por ele junto aos acadêmicos, tendo sido expurgado da Ufrgs em 1965. No entanto, as punições não ficaram restritas aos investigados pela Comissão, estendendo-se também aos professores que se mostraram solidários com os colegas expurgados e que, por isso, também foram afastados.²⁵¹

3.4 NOVAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO E PRESSÃO

O golpe civil-militar de 1964 marcou uma nova fase na trajetória da AP, porque, por causa da repressão efetuada pelo governo militar, ela teve que mudar sua forma de atuação no movimento estudantil estadual. Em um depoimento prestado à CEIS, um acadêmico informou que a AP organizava suas reuniões clandestinas na residência dos militantes, que discutiam temas como a divisão interna que deveria ser adotada para dar continuidade ao trabalho político e/ou às ações armadas junto à população. Os militantes também discutiam a possibilidade de a AP organizar-se de uma maneira que se assemelhasse ao Grupo dos Onze, trocando, no entanto, o número de pessoas que não seriam onze, mas cinco companheiros, pois os militantes acreditavam que, com esse número, eles poderiam se dispersar mais rapidamente enquanto realizavam suas atividades políticas, dificultando assim a repressão

²⁵⁰ Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional. Ficha de Informações/Depoimentos/ Caixa 106/LTM 2177

²⁵¹ Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre

efetuada pela polícia.²⁵²

Em relatório produzido pelo DOPS, constatou-se que, além do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, também faziam oposição ao governo militar dentro da Ufrgs, o Centro Acadêmico Sarmiento Leite, o Diretório Acadêmico Dion Silva (DAOS) e o Diretório Acadêmico de Biblioteconomia e Comunicação (DADICO), o Diretório Central dos Estudantes (DCE), o Diretório Acadêmico dos Institutos Unificados (DAIU). Contudo, outros diretórios também foram listados: o Grupo Peleia, o Grupo Mutirão, Grupo Liberdade e Luta, Grupo Manifesto, Diferença e Transformação, Grupo Novo Rumo Socialista e Grupo Trabalho Conjunto, todos ligados à universidade. A lista trouxe, inclusive, uma série de outras entidades, movimentos e organizações que formariam os setores de oposição no Rio Grande do Sul, integrados, segundo a polícia política, principalmente por “ex-terroristas, anistiados, esquerdistas e padres progressistas”. Eis:

Movimento Comunista – contestação organizada ao regime; organização de frente; entidades, movimentos e organizações atuantes e estruturadas para contestação ao Governo e instituições nacionais no RS. Congregam ex-terroristas, anistiados esquerdistas e padres progressistas; 1) Associação Gaúcha de Advogados trabalhistas ADETRA; 2) Associação Gaúcha de Sociólogos AL/RS; 3) Associação Nacional de Apoio ao Índio ANAI; 4) Associação de Preservação de áreas naturais ASPRAN; 5) Associação de Defesa dos Direitos Humanos e Pró-anistia dos atingidos por Atos Institucionais AMPLA/RS.²⁵³

O golpe provocou cisões e rupturas dentro organização e marcou o início de uma fase de intensos debates que tinham por objetivo reavaliar as ações da AP na nova conjuntura nacional. O debate e o afastamento de muitos militantes fizeram com que a organização desse uma guinada definitiva rumo à esquerda, na qual suas orientações ideológicas e ações políticas foram passando por um processo de radicalização progressiva, que levou a AP do socialismo humanista até a adoção definitiva, em 1968, do marxismo-leninismo, via maoísmo, inspirado na Revolução Cultural Chinesa e nos escritos de Mao-Tsé-Tung.²⁵⁴

Percebeu-se assim que o movimento estudantil ainda conseguiu se mover com certa desenvoltura, no cenário político nacional desse período, até a decretação do AI-5 no final de 1968, quando organizou vários movimentos de contestação à ditadura civil-militar e às diretrizes impostas à educação pelos acordos MEC-USAID, entre as quais estava a reforma universitária. Entre as principais reivindicações dos estudantes estavam a necessidade de

²⁵²Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Atividade profissional. Ficha de Informações/Depoimentos/ Caixa 106/LTM 2177

²⁵³Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 2ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/ CS. 1.4.3026.37.10, Movimento Comunista/Contestação ao regime/ Organizações de frente.

²⁵⁴RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

ampliação da quantidade de vagas no ensino superior, a destinação de mais recursos para a educação e o combate à repressão efetuada pelos órgãos de segurança do estado. Então, em setembro de 1966, o jornal *Correio do Povo* divulgou nota, declarando que o DCE e vários diretórios acadêmicos da Ufrgs se solidarizavam com os 178 estudantes presos pela polícia do DOPS, enquanto realizavam o congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo e também convocavam para uma reunião, na qual seriam debatidas questões relacionadas às novas tentativas da ditadura de acabar com a mobilização do movimento estudantil e questões de interesse da comunidade acadêmica.²⁵⁵

Em 1967, o movimento estudantil continuou realizando uma série de manifestações no estado, entre essas, a passeata organizada por estudantes universitários da Ufrgs em protesto contra o fechamento do Diretório Central de Estudantes (DCE) e também manifestações efetuadas pelos estudantes secundaristas do Colégio Júlio de Castilhos, o “Julinho,” pela reabertura do seu Grêmio Estudantil, fechado pela repressão ditatorial, que continuou agindo contra as tentativas de mobilização efetuadas pelos estudantes:

Questões particulares, relacionadas ao funcionamento das entidades estudantis e aos problemas do dia-a-dia dos estudantes secundaristas e universitários, também foram motivo de mobilizações e enfrentamento com autoridades educacionais e policiais. Foi por exemplo, o caso da reação ao fechamento do DCE da UFRGS, pela Reitoria, em fevereiro de 1967, e da luta dos estudantes do colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, pela reabertura do seu Grêmio Estudantil, fechado no mesmo ano. Nesse contexto, uma passeata de estudantes no centro da cidade foi desmobilizada com intensa repressão, sendo que estudantes foram espancados até dentro da Catedral Metropolitana.²⁵⁶

O DCE da Ufrgs realizou uma passeata estudantil, no dia 16 de setembro, pelas ruas do centro de Porto Alegre, que iniciou na universidade e foi até a Praça da Alfândega, onde foi reprimida pela polícia, que alegou o descumprimento do acordo realizado previamente com os estudantes. Segundo esse acordo, não haveria discursos, determinação desobedecida pelo presidente do DCE, Carlos Alberto Vieira, que fez um pronunciamento em que atacava a ditadura militar e declarava que os estudantes do Rio Grande do Sul estavam solidários com a UNE.²⁵⁷

Além dos estudantes, os operários também começaram a se unir para protestar contra as medidas impostas ao setor pelos militares. Assim, em outubro de 1967, 20 centrais sindicais se reuniram em São Paulo, para fundar o MIA, que tinha a finalidade de unir os

²⁵⁵ *Correio do Povo*, 13 de setembro de 1968, p. 16. DCE convoca assembléia dos estudantes da UFRGS.

²⁵⁶ RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 94.

²⁵⁷ *Correio do Povo*, 17 de setembro de 1968, p. 13. Passeata dos universitários foi dissolvida no centro pela polícia.

operários para que fosse realizada uma série de manifestações em oposição às medidas econômicas do governo, que estavam provocando arrocho salarial. A estratégia dos coordenadores do MIA era redigir e distribuir panfletos, convocando os metalúrgicos a participarem de uma assembleia que trataria de temas importantes para a classe. Essa atitude resultou em protestos no mês de novembro, no ano 1967, naquele estado.²⁵⁸

Nessa fase, embora a maior parte dos militantes da AP estivessem vinculadas ao movimento estudantil, havia muitos deles que atuavam também no movimento operário. Então a AP, em conjunto com outros grupos de esquerda, organizou no ano de 1967 e 1968 uma série de protestos, nos quais se fazia oposição à ditadura civil-militar, ao mesmo tempo em que se reivindicavam melhorias nas condições salariais dos trabalhadores. Um desses foi a passeata que se realizou, no dia 12 de novembro de 1967, em São Paulo que reuniu estudantes e operários e, na qual, em um manifesto, o movimento estudantil declarou o seu apoio à luta dos metalúrgicos e de outras classes sociais do país:

No atual período de governos militaristas voltados contra o povo, o operário sofre a exploração, a perseguição e a falta de liberdade. Tudo fazem para manter a classe desanimada e desinteressada em defender seus direitos, mas não se esquecer que é inútil mutilar os líderes operários, pois que nunca conseguirão decapitar um corpo que já em si uma cabeça, a cabeça da revolução popular.²⁵⁹

Antonio Norival Soave, operário que ingressou na AP, em 1966 e trabalhava na Companhia Industrial de Materiais Automobilísticos do Brasil (CIMA), no ABC paulista, declarou que, nessa fase, já existia um contexto de trabalho sindical interno nas fábricas da região. Segundo ele, o processo de luta, que culminou nas greves de 1968, iniciou quando o governo decretou, em 1966, o fim da estabilidade no trabalho, que foi substituída pela criação do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS). Por isso, ele e outros militantes que integravam a chamada “oposição sindical”, foram contrários à criação do FGTS, pois com essa medida, os trabalhadores perderam a estabilidade adquirida após 10 anos de serviço dentro de uma mesma fábrica, da qual só poderiam ser afastados por justa causa. Sendo que essa mudança provocou uma queda geral nos valores dos salários, bem como as substituições de funcionários tornaram-se constantes nas fábricas.²⁶⁰

Antonio informou que a AP era formada por três categorias diferenciadas de colaboradores: os militantes, os simpatizantes e os apoiadores. Os militantes eram aqueles que

²⁵⁸Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV-4.-.5761.52.18, Nova tática do comunismo internacional, 17 de janeiro de 1968.

²⁵⁹Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV-4.-.5761.52.18, Nova tática do comunismo internacional, 17 de janeiro de 1968.

²⁶⁰Depoimento de Antonio Norival Soave. 23 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

estruturavam a organização, que realizavam as reuniões e seguiam a linha e as diretrizes estabelecidas pela AP; os simpatizantes eram as pessoas que apoiavam a organização mais de perto e conheciam alguma coisa dela, mas também recebiam os documentos e faziam a distribuição de panfletos, jornais; os apoiadores participavam da luta com os militantes, mas não tinham maiores comprometimentos com a organização.²⁶¹

O mesmo militante informou que, no ano de 1968, na região do ABC paulista, mais precisamente em São Bernardo do Campo, a AP tinha várias células de base dentro das fábricas automobilísticas: por exemplo, na Crysler, na Wolkswagen, na Willians e na Mercedes-Benz. Dentro das fábricas, a célula de base da AP era responsável por organizar a maior parte das ações desempenhadas pela oposição sindical, mas contava para isso com a colaboração de um grupo de apoio que se encarregava de buscar mais adeptos para participar da organização.²⁶²

A oposição sindical, formada por militantes da AP, se posicionava dentro dos sindicatos de maneira contrária ao grupo formado pela união entre os *pelegos* e os membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os militantes do PCB, para vencerem as eleições para as diretorias dos sindicatos e terem acesso a cargos dentro da estrutura sindical, se uniram aos *pelegos* e conseguiram eleger, inclusive, um representante na federação dos metalúrgicos. A oposição sindical no ABC, da qual Antonio Norival Soave fazia parte, não aceitava essa posição do PCB, porque o partido teria aceitado uma aliança com as estruturas de poder, adotando uma posição que era a de se manter no poder a qualquer custo, enquanto eles defendiam uma luta direta contra essas mesmas estruturas de poder através da mobilização dos trabalhadores.²⁶³

José Henrique Freitas, operário e militante da AP que atuava na região de Porto Alegre, relatou que o MIA também se formou na cidade a partir da união entre a ação sindical e operária, realizando protestos contra os baixos salários recebidos pelos trabalhadores no ano de 1967. Os movimentos que surgiram nesse ano marcaram o início de um processo de mobilização dos trabalhadores que culminou com as greves de 68, em várias regiões do país e também se estendeu ao movimento operário estadual, que passou por um processo de fortalecimento nos anos de 1967 e 1968, o qual foi interrompido somente com a decretação do AI-5 em dezembro.²⁶⁴

²⁶¹Depoimento de Antonio Norival Soave. 23 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

²⁶²Depoimento de Antonio Norival Soave. 23 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

²⁶³Depoimento de Antonio Norival Soave. 23 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

²⁶⁴Depoimento de José Henrique Freitas. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

3.5 AS MANIFESTAÇÕES DE 1968

Já as mobilizações do movimento estudantil estavam voltadas para denunciar, ao mesmo tempo, a ditadura civil-militar e as mudanças impostas ao sistema educacional do país pela Lei Suplicy de Lacerda, criada com o objetivo principal de afastar os estudantes das atividades políticas, decretando, entre suas medidas restritivas, a dissolução da UNE. No entanto, essa medida, ao invés de provocar a desmobilização estudantil, acabou fornecendo um fator de agregação para o movimento, que se mobilizou para defender a sua principal entidade representativa e se tornou o grupo de esquerda mais atuante no cenário político nacional de 1964 até o final de 1968. A Lei Suplicy estabeleceu entre outras medidas:

O voto obrigatório dos estudantes nas eleições das entidades – além do DNE e DEE, os Diretórios Acadêmicos (DAs) e Diretório Central dos Estudantes (DCEs) - dava poderes ao Ministério da Educação ou Conselho Federal de Educação para convocar suas reuniões e proibia manifestações de greve ou propaganda político-partidária. Além disso, os estudantes ainda se manifestavam contra os Acordos Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (USAID), organismo diretamente vinculado ao Departamento de Estado Americano.²⁶⁵

As manifestações de oposição à ditadura civil-militar no país tornaram-se mais intensas, em 1968, influenciadas pela eclosão dos movimentos de contestação ao redor do mundo, liderados principalmente por estudantes que protestavam contra os padrões morais, sociais e estéticos vigentes na época. No Brasil, as mobilizações estudantis começaram em protesto à reforma educacional imposta pelo governo, mas, aos poucos, também foram ampliando as suas reivindicações e passaram a questionar não só as medidas restritivas impostas ao ensino, mas também a ordem moral e familiar da sociedade, em uma fase que ficou conhecida pelo clima de “contestação, rebeldia e insatisfação”. Em relação ao ano de 1968, Padrós ressaltou o seguinte:

A crítica ao sistema de ensino esteve presente em toda a parte. A insuficiência dos programas, o conservadorismo, o rigor das estruturas burocráticas secundaristas e acadêmicas, a alienação de seu tempo presente, a ausência de criticidade e de democracia nas relações internas representou uma primeira base de tomada de consciência dos estudantes que, evidentemente, vinha enviesada como conotações sociais, ideológicas e políticas. Isto foi o primeiro passo. A virulência da repressão se encarregou de injetar a necessária energia que foi catalisada para dar propulsão a decolagem em forma de espiral crescente, que dimensionou numa escalada global, todos os nichos autoritários.²⁶⁶

²⁶⁵SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia, p.36.

²⁶⁶PADRÓS, Enrique Serra; HOLZMANN, Lorena. (orgs). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 2003, p.11.

O ano de 1968 ficou marcado no Brasil, primeiro pela onda de protestos estudantis efetuados, após a morte do estudante Edson Souto, no restaurante Calabouço; que pertencia à Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ; pelas manifestações realizadas no dia 1 de maio de 1968, que reuniu estudantes e operários em protesto contra o governo em uma grande passeata pelas ruas do centro de São Paulo; pelos movimentos grevistas realizados por metalúrgicos em Osasco (São Paulo) e em Contagem (Minas Gerais) que reivindicavam aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho e de vida dos operários; e pela “Passeata dos Cem mil”, que reuniu “estudantes, artistas, intelectuais, parlamentares, padres da Igreja Católica, setores das classes médias” em protesto contra a ditadura civil-militar e as medidas impostas por seus representantes à população brasileira.²⁶⁷

Constatou-se através de uma matéria do jornal *Correio do Povo* que os militantes da AP também participaram das manifestações efetuadas pelo movimento estudantil em protesto ao assassinato de Edson Souto, como demonstrou a publicação do manifesto produzido pelo Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica (PUC), cujo trecho salientava que a morte do estudante demonstrara “a incompetência do Ministério da Educação e Cultura, encarregado de manter o diálogo com os estudantes e atender às reivindicações justas e necessárias para reformar as estruturas arcaicas.”²⁶⁸

Além disso, a insatisfação dos estudantes no Rio Grande do Sul também se relacionava aos problemas pontuais enfrentados por eles no dia a dia, por exemplo, os protestos pela ampliação da quantidade de vagas oferecidas no vestibular da Ufrgs, caso da Faculdade de Arquitetura e da Escola de Artes em 1968, em que muitos estudantes atingiram a média para ingressar nos dois cursos, mas não tiveram acesso à universidade porque as vagas disponíveis estavam bem abaixo do número de aprovados. Na Ufrgs, alegava-se que não havia verba suficiente para contratar professores e comprar material que atendesse a essas demandas de ampliação:

Na Escola de Artes, 21 dos candidatos ao curso de Artes Plásticas, embora com médias altas (acima de 6) não conseguiram classificação que os habilitasse à matrícula. A alegação da escola – que os estudantes acham procedente – é de que não existem professores em número suficiente, havendo necessidade de maiores verbas. Os estudantes já iniciaram uma campanha, a fim de sensibilizar as autoridades para um melhor atendimento à escola de Artes, tendo enviado um ofício ao ministro da educação e um telegrama ao ministro do planejamento.²⁶⁹

²⁶⁷PAES, Maria Helena de Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1993.

²⁶⁸*Correio do Povo*, Porto Alegre, [p.10] e 03 de Abr. 1968.

²⁶⁹*Correio do Povo*, 5 de março de 1968, p. 17, Estudantes querem mais vagas na Escola de Artes e na Arquitetura.

Já em relação às manifestações efetuadas pelos operários no dia 1º de maio de 1968, em São Paulo, que contou com a participação da AP, o militante Antonio Norival Soave declarou que, na região do ABC, o movimento começou a ser organizada antes dessa data, por uma articulação da chamada oposição sindical com os sindicatos. Os dirigentes sindicais, pressionados pelos operários, aceitaram financiar a criação de panfletos que foram distribuídos nas fábricas da região, convocando as pessoas a participarem das manifestações do 1º de maio, bem como disponibilizaram transporte para que os trabalhadores participassem do evento que se realizaria no centro de São Paulo. A principal motivação para a realização do 1º de maio veio do governo militar, que havia planejado um grande evento para esse dia e pretendia incorporar a data ao calendário oficial de eventos da ditadura civil-militar, o que não era aceito pela oposição sindical, pois eram os militares que estavam reprimindo qualquer tentativa de mobilização por parte dos operários. No 1º de maio, quando os apoiadores da ditadura iam começar os seus discursos no centro de São Paulo, foi relatado por Antonio Norival Soave, que afirmou o seguinte:

O comício não aconteceu porque eles começaram a falar e o som foi cortado! O Abreu Sodré, que era o governador de São Paulo, recebeu uma chuva de pedras e uma delas acertou a sua testa! Então, eles tiveram que sair por trás do palanque, pegar a escada da Igreja que ficava ali perto e foram perseguidos pelo nosso grupo de choque. (...) Nós tomamos o palanque e depois com um megafone a bateria nós conseguimos fazer dois comícios e convocar uma passeata para sair pela cidade de São Paulo, que foi da Praça da Sé até a Praça da República! Ali ocorreram vários outros comícios até o final do dia. Assim, em termos de movimento de massa operária o primeiro de maio de 1968 foi o de maior significado, (...), pois tinha muito mais operários que estudantes envolvidos nesse movimento.²⁷⁰

No Rio Grande do Sul, a comemoração do 1º de maio foi realizada pelo movimento operário em um campo de futebol da zona norte de Porto Alegre e ocorreu com certa tranquilidade. No entanto, após as festividades nesse local, um militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em companhia de outros trabalhadores, saiu pelas ruas da cidade com um alto-falante pregando palavras de ordem em defesa das propostas dos trabalhadores e contra a ditadura civil-militar, mas acabaram sendo presos pela polícia. A prisão de uma liderança operária prejudicava muito o movimento na região onde ele atuava, pois além de desestruturar parte das atividades da organização, também gerava medo nas pessoas e representava um ganho para a ditadura, que noticiava na imprensa o fato como uma “ação vitoriosa”. Ele salientou que a ascensão do movimento operário estadual foi interrompida com o AI-5,

²⁷⁰ Depoimento de Antonio Norival Soave. 23 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

porque os militantes tiveram que entrar para a clandestinidade por causa da perseguição efetuada pela polícia.²⁷¹

Segundo Antonia Mara Vieira Loguércio, as principais influências para as manifestações de protesto, que ocorreram no país, em 1968, vieram do Vietname e não do movimento libertário dos estudantes de Paris, pois, de acordo com ela e com outras pessoas ligadas ao movimento estudantil, a maré revolucionária ao redor do mundo era tão grande e intensa, que até os estudantes franceses estavam protestando, e a “velha” Europa também.²⁷²

Em junho de 1968 ocorreu uma série de protestos realizados principalmente pelo movimento estudantil em todo o país, conforme demonstrou os títulos das matérias publicadas pelo jornal Correio do Povo, “Convulsionada a Guanabara - Trágico balanço da crise estudantil: duas mortes e centenas de feridos²⁷³”; “Oito horas de terror e violência abalam a “Cidade Maravilhosa”;²⁷⁴ Agitação também em Brasília: polícia ocupa a universidade e estudantes vão para o congresso;²⁷⁵ “Passeata estudantil vira depredação em São Paulo”.²⁷⁶

Já no Rio Grande do Sul, uma manifestação de protesto contra o governo ocorreu, no dia 25 de junho de 1968, organizada por estudantes universitários dos centros acadêmicos da Ufrgs e estudantes secundaristas do Colégio Júlio de Castilhos. Os manifestantes saíram do centro da cidade, passando pelas Praças dos Bombeiros, indo até a Praça Parobé, onde distribuía panfletos informativos para a população, até chegarem ao Mercado Público, no qual os principais líderes do movimento fizeram uma série de discursos em oposição à ditadura. Em relação aos estudantes secundaristas, o IPM que investigou Luiz André Fávero, presidente da UGES, citou o nome dele como um dos líderes do movimento, informando o seguinte:

28 jun 68. INFO Nº 13/01/68-APAE. No dia 25 jun 68, desde às 14:00 horas, as reuniões estudantis começaram a tomar vulto nos Centros Acadêmicos e no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, com intuito de promoverem a passeata programada para às 15:00 horas. No meio dos universitários encontrava-se o nominado, juntamente com Diana e Raquel Aranovich Cunha, Diderot Magneri Velloso e Helio Ulrich (Secretário da UGES) e outros mais; sendo que esses não discursaram, mas davam apoio e ajudavam a criar um clima de tensão entre os demais, etc.²⁷⁷

²⁷¹ Depoimento de José Henrique Freitas. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

²⁷² Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

²⁷³ Correio do Povo, 22 de junho de 1968, p. 1, Convulsionada a Guanabara: Trágico balanço da crise estudantil: duas mortes e centenas de feridos.

²⁷⁴ Correio do Povo, 23 de junho de 1968, p.1, Oito horas de terror e violência abalam a “Cidade Maravilhosa”.

²⁷⁵ Correio do Povo, 23 de junho de 1968, p.1, Polícia ocupa a universidade e estudantes vão para o congresso.

²⁷⁶ Correio do Povo, 25 de junho de 1968, p.1, Passeata estudantil vira depredação em São Paulo.

²⁷⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Ordem Política e Social/ Ficha Nominal/Permanente / DOPS/ DOPS-1.1212.5

Em matéria publicada no jornal *Correio do Povo*, a mobilização dos estudantes da Ufrgs ocorreu porque, no dia anterior ao protesto, dirigentes de vários centros acadêmicos da universidade tinham enviado um pedido ao Reitor da Ufrgs, Eduardo Faraco, para que ele autorizasse a realização de uma assembleia, da qual participaria toda a comunidade acadêmica e, na qual professores e estudantes, juntos, pudessem debater questões relacionadas ao ensino, entre as quais estavam a tentativa de evitar o corte de verbas destinadas à educação, questões relacionadas à gratuidade no ensino e à reforma universitária. O manifesto foi assinado pelos presidentes dos centros acadêmicos de Geologia, Direito, Arquitetura, Biblioteconomia e Filosofia, mas:

O pedido foi negado pelo reitor, sob a alegação de que a reitoria havia convocado duas reuniões onde eles poderiam ter expressado as suas posições e apresentados as suas reivindicações, as quais eles não compareceram. “A mecânica proposta por vossas senhorias agride os instrumentos legais que norteiam a comunicação entre o corpo discente e os órgãos dirigentes da universidade”.²⁷⁸

Na sequência, o jornal publicou uma matéria no dia 27 de junho em que o comandante da Brigada Militar, o coronel Nabuco Rodrigues Martins, falava a respeito dos fatos ocorridos na passeata do dia 25 de junho, no centro de Porto Alegre, destacando a necessidade da utilização de violência policial contra os “elementos subversivos” que tentaram desvirtuar as atenções da população com distribuição de panfletos e discursos, através dos quais, buscavam justificar suas atividades de caráter político e ideológico, incitando a desordem social. Ele salientou que a finalidade dos estudantes era a seguinte:

Que através da nossa segunda seção do Estado Maior, estávamos informados da disposição de certos pseudo-estudantes e outros elementos agitadores, de realizarem desordem nos moldes efetuados em Paris e ultimamente na Guanabara. Que contatamos através de elementos civis, a disposição de elementos agitadores no dia de ontem, os quais concitavam o povo a ater-se as manifestações e inclusive incitavam a ação violenta, como queima de carros particulares, invasão de prédios públicos e constituição de barricadas nas ruas.²⁷⁹

Porém, nos documentos produzidos pelo DOPS, que investigou as atividades de estudantes na Praça Parobé, no dia 25 de junho, não se mencionava a utilização de violência pela brigada militar no combate à manifestação. Verificou-se assim que havia diferença nas abordagens realizadas pelo jornal *Correio do Povo* e nas investigações da polícia a respeito das manifestações, sendo que os dois órgãos salientavam as atividades do movimento estudantil, lideradas por militantes da AP, por um viés negativo, vinculando as ações da organização a práticas políticas subversivas.

De acordo com Neves Alves, que analisou a forma como o movimento estudantil em

²⁷⁸ *Correio do Povo*, 25 de junho de 1968, p. 11, Acadêmicos anunciam concentração na UFRGS.

²⁷⁹ *Correio do Povo*, 27 de junho de 1968, p. 15, Brigada Militar esclarece os incidentes de terça-feira.

Porto Alegre era apresentado pelos jornais Folha da Tarde, Zero Hora e Correio do Povo durante a instalação da ditadura civil-militar 1964-1968, embora o discurso apresentado por esses órgãos de imprensa fosse o de neutralidade em relação aos conflitos, apresentavam as notícias de tal forma que desqualificavam as ações realizadas pelos estudantes que faziam oposição ao governo e as suas diretrizes para a educação. Por isso, ela salientou ao término de sua dissertação:

Percebemos que, através das diferentes estratégias de visibilidade, os jornais informativos modernos posicionavam-se em apoio ao Regime Militar, desqualificando as manifestações de oposição aos estudantes universitários opositoristas a este Regime, no contexto analisado. Assim, as estratégias utilizadas favoreciam a construção de determinada representação simbólica do movimento estudantil universitário pelos leitores dos jornais.²⁸⁰

A participação de militantes da AP nas manifestações estudantis e operárias, realizadas em 1968, no Rio Grande do Sul, foi confirmada por relatórios produzidos no DOPS e na SOPS e também pelo depoimento de militantes como Antonia Mara Vieira Loguércio. Ela declarou que, no período compreendido entre 1964 e 1968, a AP esteve atuando em todas as manifestações e protestos efetuados no estado, além de possuir um trabalho com o movimento operário. As atividades realizadas pela AP estadual nessa fase:

Não tinham aquela amplitude das reuniões que aconteciam antes do golpe, quando o professor Ernani Fiori comandava debates que ocupavam todo o auditório do curso de Direito. (...) A gente passou a fazer reuniões clandestinas, na casa de algumas pessoas e tínhamos um esquema de segurança que era de um não saber o endereço do outro, porque que se ele fosse preso não saberia informar onde estavam os demais militantes. Então, a gente marcava os pontos, encontrava os militantes e seguia caminhando e chegou um momento em que a repressão estava tão forte, que nos encontrávamos numa parada de ônibus: então, tu entrava no ônibus, deixava passar uma ou duas paradas e descia para encontrar o outro militante no caminho e nós não parávamos, seguíamos caminhando! (...) AP tinha nessa fase direção municipal, regional e nacional.²⁸¹

O movimento estudantil também atuava nesse período, em cidades do interior do estado, realizando ações de protesto, o que é demonstrado no IPM, o qual investigou a União Cachoeirense de Estudantes (UCE), visto que o estudante Calino Pereira Pacheco, integrante da entidade, havia colado cartazes em sua sede que denunciavam as mudanças decretadas pelo governo militar para a educação. Além dos cartazes, o estudante também distribuiu panfletos em vários estabelecimentos de ensino de Cachoeira do Sul e realizou, em conjunto com Luiz André Fávero, presidente da UGES e um padre de nome “Lauro”, uma série de palestras na região central do estado. Ele admitiu; “Que no mês de Agosto, o depoente esteve em Rio

²⁸⁰ ALVES NEVES, Bruna. *O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa. (1964-1968)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, junho de 2004, p. 175.

²⁸¹ Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

Pardo, onde havia um Conselho de Estudantes, ocasião em que foi preso um padre de nome Lauro que é seu amigo e que é residente em São Leopoldo”.²⁸²

Já o estudante Sérgio Mendonça Costa declarou na delegacia de Cachoeira do Sul que ele sozinho teria colado os cartazes no prédio da UCE, no dia 23 de setembro de 1968, alegando que teria realizado essa atividade porque os estudantes da cidade, em virtude de seu baixo poder aquisitivo, não teriam acesso às informações sobre a reforma educacional. Ele declarou em seu depoimento na delegacia de Cachoeira do Sul:

Que como a maioria dos estudantes não possui recursos monetários para comprar revistas, o depoente resolveu, por iniciativa própria, colocar ditos cartazes naquele local, como medida informativa a classe dos estudantes; que, no dia imediato, os ditos cartazes foram novamente colocados naquele local, entretanto foi por outras pessoas que o depoente não sabe; que o depoente está matriculado na escola de Dona Nilda Vianna; que anteriormente o depoente freqüentava a escola normal Liberato Salzano Vieira da Cunha.²⁸³

Outro caso referiu-se ao estudante Luiz André Fávero que, no cargo de presidente da UGES, articulou e participou de movimentos de contestação à ditadura em várias regiões do estado. Assim, ele teria participado das atividades desenvolvidas pelo movimento estudantil junto à UPE, na cidade de Palmeira das Missões, onde fez ações em parceria com o ex-presidente da UGES, Roberto Krapf, e com o presidente do Grêmio Castro Alves, do ginásio “Três Mártires,” Ailton Alencar de Oliveira. Conforme o documento:

Ailton Alencar de Oliveira; 29/out/1968. O nominado consta de relação apreendida em poder do ex-presidente da UGES, Luiz André Fávero. É solicitado pelo SCI dados pessoais, residência e profissão do nominado, etc. 19/nov/1968. O nominado é estudante no Ginásio Estadual Três Mártires, nesta cidade, sendo atualmente o presidente do grêmio estudantil Castram Alves.²⁸⁴

A estratégia utilizada por Luiz André Fávero para mobilizar os estudantes era convidá-los para participarem de reuniões em que eram debatidos temas envolvendo questões relativas ao ensino, à repressão imposta sobre os estudantes e a movimentos políticos pela ditadura civil-militar, além de várias outras discussões. Depois disso, os estudantes participavam da criação e distribuição de panfletos, de passeatas, manifestações e protestos que reivindicavam, principalmente, melhorias nas condições de ensino do país e o combate às leis impostas pelo governo para a educação. Em 1968, o estudante Luis André Fávero, além de participar de atividades em Porto Alegre, Cachoeira do Sul e Palmeira das Missões, também realizou uma

²⁸²Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/2ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/SOPS/ CS-1.4.3032.37.10, Termo de declarações/ Calino Ferreira Pacheco Filho, 11 de outubro de 1968.

²⁸³Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 2ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/SOPS/ CS-1.2.1302.17.5, Termo de declarações/ Sergio Mendonça Costa, 11 de outubro de 1968.

²⁸⁴Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia / Ficha Nominal/ Permanente/ SOPS/ SOPS/DOPS -1.2601.10

palestra no Ginásio da cidade de Bom Jesus, acompanhado por Ivo Ulbich, Berenice Medeiros e Elaine Lisboa. Durante a sua exposição, o estudante salientou as péssimas condições em que as novas leis impostas pela ditadura estavam deixando o ensino brasileiro, o que deveria motivar os alunos a se mobilizarem contra o governo, que estava tentando afastá-los das atividades políticas. O discurso realizado por Luis André Fávero recebeu o título de “Situação estudantil no Rio Grande do Sul e no Brasil”:

Que os direitos dos estudantes foram massacrados com a revolução de março de 1964 falou da morte do estudante em São Paulo (que estava protestando contra os policiais). Em Minas Gerais, os estudantes não obedecem o regulamento do Grêmio, que está sob o controle de estudantes pertencentes ao DOPS. Que o Brasil emprega 60% da arrecadação em Forças Militares, quando essa verba poderia ser destinada à educação que os governantes brasileiros não se importam com o problema do ensino...que na Secretaria da Educação tem muita tapeação e injustiça...que a UNE ninguém terminará, nem o Governo, nem as Forças Armadas.²⁸⁵

Também foram noticiadas atividades do movimento estudantil em outras cidades do interior do estado e concentradas principalmente, nas suas entidades representativas, sendo que estas mantinham vinculações, em nível estadual, à UGES e, nacionalmente, à UBES, ou seja, também aconteciam participações pelas vias institucionais. Como exemplo, citaram-se as ações políticas realizadas na União Estudantil Secundarista de Osório (UESO)²⁸⁶, na União Palmeirense de Estudantes (UPE)²⁸⁷, de Palmeira das Missões, na União Rio-Grandina de Estudantes Secundários (URES)²⁸⁸, da cidade de Rio Grande e na União Cachoeirense de Estudantes (UCE)²⁸⁹, da cidade de Cachoeira do Sul.

Além do litoral, região central e da grande Porto Alegre, também existem registros de manifestações estudantis de oposição à ditadura civil-militar na cidade de Caxias do Sul. O diretório acadêmico Afonso Celso, da faculdade de Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS) foi interdito pela polícia por ter distribuído aos calouros um manifesto onde os seus dirigentes faziam oposição a reforma educacional efetuada pelo governo. Dizia o manifesto:

Condenamos com veemência o acordo MEC-USAID, por julgarmos que compete aos brasileiros o planejamento e a orientação da cultura nacional. Depois se referiu

²⁸⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/ LV-1.4.1859.21.8, Subversão -1 de maio de 1968, 8 de março de 1968.

²⁸⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia / Ficha Nominal/ Permanente/ SOPS/ SOPS/ 1.3560.13

²⁸⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia / Ficha Nominal/ Permanente/ SOPS/ SOPS/1.1808.7

²⁸⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 11ª Região Policial/Delegacia Regional de Rio Grande/ SOPS/ SOPS/ RG- 1.2.469.4.2, Certidão, 14 de julho de 1964.

²⁸⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/2ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/SPS/ CS-1.4.3032.37.10, Termo de declarações/ Calino Ferreira Pacheco Filho, 11 de outubro de 1968.

ao movimento militar de 1964, que os antecessores do diretório não apoiavam tendo sofrido intervenção assim como nós hoje não apoiamos as metas dos governos antidemocráticos no tocante a educação, visto que o povo foi afastado das decisões políticas.²⁹⁰

Após a publicação dessa matéria, os componentes do diretório acadêmico Afonso Celso, Antonio Vargas Lima, José Regis de Carvalho Prestes e Almir Zago foram presos pelo DOPS, o que demonstra que, embora a repressão tenha se intensificado após a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, os seus contornos já eram sentidos pelo movimento estudantil no início daquele ano, sendo que, em muitos casos, a repressão utilizava a violência para impedir as manifestações dos grupos de oposição.²⁹¹

3.6 A AP NA VISÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA

As atividades desenvolvidas pelos militantes da AP junto às massas geraram uma preocupação diferenciada nos órgãos de segurança encarregados de coibirem a ação dos grupos de esquerda no país. Nesse aspecto, um relatório produzido no DOPS salientava a aproximação existente entre a ideologia da organização e a população, pois ela defendia a realização de ações políticas que estivessem vinculadas à realidade social e seu objetivo era promover mudanças estruturais na sociedade, a qual deixaria de basear-se no capitalismo para se apoiar em princípios socialistas cristãos, tarefa à qual a AP convocava os seus militantes. O relatório ainda acrescentava que a AP:

A Ação Popular teve a sua fundação no ano de 1962 e formou no seu quadro de fundadores do socialismo no Brasil, o ex-ministro Paulo de Tarso, Almino Afonso, Padre Henrique Vaz e Herbert José de Souza. Sua filosofia inicial baseava-se na condição principal de transformar a sociedade brasileira, considerada capitalista, em uma composição social calcada em princípios socialistas cristãos. Nessa época, o quadro de militantes da Ação Popular era constituído, em sua maioria, de ex-militante da JUC. A Ação Popular, como sempre e, desde aquela época, tinha como ponto forte o movimento estudantil. Pregava que no Brasil, prevalecia as injustiças sociais, com a conseqüente exploração do homem pelo homem e que aos jovens cabia o privilégio de ser sujeito e não objeto da história, desde que engajassem naquele movimento socialista de redenção nacional.²⁹²

Outro fator que gerou preocupação, nos órgãos de repressão, foi o fato de a AP ter se originado a partir de movimentos leigos vinculados à Igreja Católica e ter, em seu quadro, vários adeptos oriundos do meio eclesiástico, pois a sociedade brasileira tinha fortes vínculos

²⁹⁰ Correio do Povo, 22 de março de 1968, p. 11, Dissolução de Diretório Acadêmico de Caxias do Sul - UCS "Afonso Celso".

²⁹¹ Correio do Povo, 26 de março de 1968, p.5, DOPS determina detenção de estudantes em Caxias do Sul.

²⁹² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV – 1.-62.1.1, Ação Popular, 16 de agosto de 1968.

com o catolicismo, o que poderia aumentar a influência do grupo sobre a população. Além disso, o relatório salientava que a maioria dos membros da AP vinha da classe média, considerada a mais influente do país em termos político e isso aumentava o poder do grupo e chamava a atenção dos agentes do DOPS:

A análise dos dados existentes evidencia, de maneira categórica, a sua associação com a Igreja, não por suposições decorrentes de indícios, mas através de provas concretas, já bem difundidas. Como exemplo, citamos o fato de que, atualmente, grande número de seminaristas freqüenta os cursos para militantes da Ação Popular. É perigoso subestimar a gravidade desse fato em um país, de formação e hábitos religiosos como o Brasil. Ainda a outros setores como o intelectual, a AP consegue estabelecer diálogos com as classes mais esclarecidas, principalmente a classe média, considerada como o elo básico para a deflagração do movimento.²⁹³

O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) produziu um relatório, em 30 de novembro de 1966, que mencionava o alto nível intelectual dos militantes da AP, que teriam se originado principalmente do universo religioso e estudantil brasileiro, tendo vinculações e um acesso amplo a setores da classe média. A origem e formação do quadro de adeptos da AP faziam com que ela adotasse posições e realizasse trabalhos políticos que a destacavam de outros grupos de esquerda que atuavam no país, explicando o crescimento expressivo que o grupo havia tido desde a sua fundação até aquele ano, conforme demonstrou o trecho abaixo, retirado do relatório:

No Brasil, especificamente, possuímos as seguintes organizações: PCB, PC do B, POLOP, 4ª Internacional e Ação Popular (...). A mais jovem delas, a Ação Popular, é a que, entretanto nos vêm preocupando mais especialmente, não só pela sua filosofia muito adaptável à realidade brasileira, como também pela alta qualidade dos seus adeptos, condicionados especificamente aos setores intelectual, religioso e o estudantil. A filosofia da Ação Popular, orienta todos os seus esforços no sentido do bem estar do homem, nos planos social, cultural e econômico, divorciando-o inteiramente de qualquer subordinação a grupos materialistas. Conceitua também o homem como ser maravilhoso, para o qual devem convergir todos os meios possíveis de torná-lo capaz de viver por ele e para ele, condignamente, e nunca para quem possa utilizá-lo como instrumento de seus próprios interesses.²⁹⁴

É evidente a atuação dos órgãos repressivos sobre a AP, no Rio Grande do Sul, através do relatório produzido na Secretaria de Segurança Pública, que orientava os delegados regionais a adotarem determinados critérios de interrogação dos militantes do grupo. O documento informava que os dados a que um militante tinha acesso estavam restritos à função que ele desempenhava na AP e, em virtude disso, tornava-se necessário conhecer o setor de

²⁹³Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria de Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 13ª Região Policial/ Delegacia Regional de Santo Ângelo/SOPS/SOPS/ SA -1.2.40.3.1, Informação, Cenimar, 30 de novembro de 1966.

²⁹⁴Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria de Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 13ª Região Policial/ Delegacia Regional de Santo Ângelo/SOPS/SOPS/ SA -1.2.40.3.1, Informação, Cenimar, 30 de novembro de 1966.

atuação de determinada pessoa para depois interrogá-la sobre as suas ações políticas. Os setores em que a AP se dividia nesse período eram: Célula, Núcleo de Base, Comando Seccional, Comando de Zona e Comando Nacional.²⁹⁵

Durante o depoimento, por exemplo, um militante, que atuasse em uma célula da AP, poderia prestar à polícia informações sobre o tipo de célula da qual ele fazia parte; que poderia ser de base; direção de núcleo de base; intermediária ou de ligação setorial; o nome da sua célula; indicar o coordenador de sua célula, à qual núcleo de base a sua célula estava ligada e quais as outras células que faziam parte do mesmo grupo; além da área territorial alcançada por sua célula e a atividade humana com a qual estaria envolvido, se estudantil, bancária ou militar. Além disso, um militante da AP independente da função que exercesse ou do setor ao qual estivesse ligado era capaz de informar os seguintes dados:

Qual a sua contribuição (em dinheiro) para a AP, quem recolhe esta contribuição, como é feita a cobrança (mensal, quinzenal ou semanalmente); quem o introduziu no movimento da AP; quais os seus orientadores no estágio inicial (nos três primeiros meses), e quem foi o coordenador do núcleo de base que o admitiu na AP; aonde se realizavam as reuniões da AP que participava; quais os demais freqüentadores, quem orienta os trabalhos e quais as principais deliberações tomadas até a presente data; no nível a que pertence, quais as ações determinadas pela AP.²⁹⁶

Apesar da repressão efetuada pelos militares contra a organização em nível nacional e estadual, muitos de seus militantes participaram do Congresso organizado pela UNE, em outubro de 1968, na cidade de Ibiúna, em São Paulo, como noticiou o jornal *Correio do Povo*, em série de matérias publicadas naquele mês. Nelas, o jornal vinculava a estruturação do evento ao movimento estudantil universitário, dirigido por indivíduos oriundos do meio religioso, que possuíam ligações com a organização de esquerda Ação Popular, a qual, para esse órgão de imprensa, integrava o Partido Comunista:

Existem documentos que comprovam as ligações do grupo com órgãos do comunismo internacional, inclusive correspondência em que são acusadas remessas de dinheiro, instruções, métodos de agitação e tudo mais que define a técnica vermelha de agitação e infiltração. Os que faziam parte da Ação Popular, em seus depoimentos alegam serem adeptos do socialismo, do bem do homem, expressa muito usada nos relatórios do Partido Comunista, que fazem parte da documentação que instrui o IPM da UNE e da UBES.²⁹⁷

O congresso de Ibiúna pode ser considerado como o último grande evento do

²⁹⁵Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/ LV-4 .-. 5758.52.18, Atividades subversivas, 6 de dezembro de 1967.

²⁹⁶Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/ LV-4 .-. 5758.52.18, Atividades subversivas, 6 de dezembro de 1967.

²⁹⁷ALVES, Bruna Neves. *O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa. (1964-1968)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, junho de 2004, p. 169.

movimento estudantil na fase que antecedeu a promulgação do AI-5 e o fechamento total da ditadura civil-militar, pois grande parte das lideranças estudantis do país foi presa pela polícia, o que deu início à desestruturação da UNE, com a maior parte dos seus dirigentes indo para a clandestinidade. Nesse período, o presidente da entidade era o militante de AP, José Serra, que, para não ser preso, teve que fugir do Brasil e ir se exilar no Chile.²⁹⁸

Tornou-se claro também o clima de insatisfação dos militares com as atividades dos parlamentares na nota divulgada pelo presidente Costa e Silva, na qual ele alertava os políticos sobre a necessidade de uma cooperação maior do congresso na aplicação das diretrizes do governo, pois isso evitaria que fossem adotadas medidas mais radicais. Em virtude disso, ele divulgou o seguinte alerta:

Mas é preciso entender que toda a ação gera uma reação. Não pensem que podem agir à vontade contras as instituições e que ficaremos com os braços cruzados. Não confundam tolerância. Somos fortes e nossa reação também será forte. (...). Não tenho, nem admito ódios ou preconceitos, mas quando se trata de manter o equilíbrio do regime e preservar a ordem, eu sou intransigente: exijo, suplico e não abduco da vitória. Ainda mais quando tenho certeza de que o Brasil precisa dela. Revolução é chegar ao término de suas realizações e o resto é derrota. A maior vitória da nossa Revolução será, sem dúvida, chegar às soluções sem sair do regime democrático.²⁹⁹

As manifestações efetuadas pelo movimento estudantil em conjunto com outras organizações de esquerda, durante todo o ano de 1968, foram a justificativa do governo militar para o fechamento da ditadura, com a decretação do AI-5, em dezembro. Tal fato determinou a rescisão do Congresso Nacional por tempo indeterminado e instaurou uma série de medidas repressivas, como a suspensão de *habeas corpus* para crimes políticos, marcando a fase mais violenta da repressão no país.

De acordo com Wassermann, a AP foi uma organização marcante junto ao movimento estudantil, que existiu quase “que exclusivamente” no Rio Grande do Sul, relacionava-se com as atividades da guerrilha urbana e sua importância nesse espaço em particular estava ligada a ação de dois bispos católicos: Dom Aloísio Lorscheider (Santo Ângelo) e Dom Ivo Lorscheider (Santa Maria).³⁰⁰

Ao contrário do que afirmou Wassermann, nas fontes de pesquisa que fundamentaram o presente trabalho não foram encontradas informações que levasse ao estabelecimento de relações entre a Ação Popular e os bispos da Igreja Católica Dom Ivo e Dom Aloísio

²⁹⁸ Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

²⁹⁹ Correio do Povo, 3 de dezembro de 1968, p.1, Costa e Silva adverte o Congresso.

³⁰⁰ WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro do Brasil”. In PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Vol.1. Porto Alegre, Corag, 2009, p. 65.

Lorscheider, nem que as ações da organização estivessem ligadas a luta armada no Rio Grande do Sul.

Como vimos ao longo desse capítulo, no Rio Grande do Sul as atividades da AP, de sua fundação (1962) até a decretação do AI-5 (1968) estiveram vinculadas principalmente ao movimento estudantil, tanto secundarista quanto universitário. Sabe-se que as ações sofreram modificações após o golpe de 1964, quando a organização passou por um período de reestruturação e cisões internas, tendo optado por adotar, a partir de 1967, a política de integração de seus militantes na produção junto a operários e camponeses, ao invés de aderir à luta armada, como fizeram outras organizações no estado. Tendo isso em vista, o próximo capítulo irá analisar as táticas e estratégias adotadas pela organização após a implantação das medidas restritivas descritas no AI-5 até a desestruturação da AP estadual, que ocorreu no ano de 1972.

CAPÍTULO 4 – AS AÇÕES DA AP DEPOIS DO AI-5: A IDA PARA AS FÁBRICAS E A OPERAÇÃO FRONTEIRA

O Ato Institucional nº 5, AI-5, forneceu as medidas que o governo militar necessitava para permitir que os órgãos de segurança agissem com maior eficácia no combate às atividades dos grupos de esquerda, ao mesmo tempo em que inviabilizava a realização de manifestações ou greves e a ação dos políticos da oposição dentro do Congresso Nacional, o que marcou uma nova fase de enfrentamento entre as organizações de esquerda e a ditadura civil-militar. Entre as medidas decretadas pelo AI-5 estavam as seguintes:

Artigo segundo: O presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar em estado de sítio ou fora dele, só voltando todos a funcionar quando convocados pelo presidente da República. Artigo quarto: No interesse de preservar a Revolução, o presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadão pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.³⁰¹

No Rio Grande do Sul, o então governador do estado, Walter Peracchi Barcellos, enviou, logo após a decretação do AI-5, um telegrama para Arthur da Costa e Silva, declarando o seu apoio e, segundo ele, também o da população do estado, ao ato. Ele também escreveu para o presidente que se comprometia a empreender todos os esforços para que as medidas impostas pelo ato fossem colocadas em prática no âmbito regional, conforme demonstrou trecho do telegrama escrito abaixo:

Ao dirigir-me a V.Exa, em hora de tanta transcendência para o país, quero, ao assegurar-lhe o indefectível apoio do meu governo, expressar-lhe o orgulho que os seus coestaduanos sentem em poder declarar, por meu intermédio, que o Rio Grande do Sul está ao lado do seu iminente filho, aplaudindo, prestigiando e apoiando todos os seus atos.³⁰²

Entretanto, mesmo que o governador tenha declarado que a população do estado apoiava o AI-5, os militantes da AP continuaram realizando atividades em oposição à ditadura tanto antes como logo após a decretação do ato. Um exemplo de ação ocorreu logo após o AI-5 e foi relatado por Antonia Mara Vieira Loguércio que participou da “Luta dos Excedentes,” organizada por seu irmão José Loguércio, presidente do centro acadêmico Franklin Delano Roosevelt, da faculdade de Filosofia da Ufrgs.

A Luta dos Excedentes ocorria porque, nessa época, cada curso realizava o seu próprio vestibular e oferecia um número determinado de vagas, que podia ser 40, 60 ou 80, mas os

³⁰¹ Correio do Povo, 14 de dezembro de 1968, p. 1, O Ato Institucional nº 5.

³⁰² Correio do Povo, 15 de dezembro de 1968, p.80, Peracchi manifesta solidariedade e apoio ao marechal Costa e Silva.

estudantes aprovados dentro dos critérios exigidos pela universidade ficavam sempre em número maior do que as vagas ofertadas e eram chamados de “excedentes.” Esses, após o vestibular daquele ano, estavam empreendendo uma luta para também garantirem seu acesso à Ufrgs. O líder do movimento, José Loguércio, foi preso pelos policiais do DOPS, quando presidia a assembleia que os estudantes estavam fazendo no Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt para resolver questões relacionadas às suas atividades reivindicatórias:

O meu irmão (José Loguércio) estava reunido - isso foi depois do AI-5, com um grupo de estudantes e seus pais no Centro Acadêmico e o local foi cercado, (...). Eles cercaram aquilo ali com oitenta policiais do DOPS, com metralhadoras, para prender o meu irmão e aí o pessoal resolveu que ia resistir! As pessoas ficaram no centro a noite inteira, até que ele se entregou para não prejudicar o restante do pessoal que estava no protesto e ele foi condenado a 6 meses de prisão, porque era liderança, presidente do Centro Acadêmico.³⁰³

Em suma, após a decretação do AI-5, por razões ideológicas e também de segurança, a AP passou a discutir, de maneira mais enfática, a participação dos seus militantes no movimento de integração na produção, com a finalidade principal de trazerem operários e camponeses para o seu quadro, considerados os únicos agentes capazes de conduzir a revolução. Então, nessa fase, o pessoal oriundo do movimento estudantil foi encaminhado para trabalhar em fábricas ou áreas rurais, pois a direção nacional teve que agilizar o processo de integração por causa do acirramento da repressão sobre os grupos de esquerda em todo o país. A partir das discussões dessas propostas, a militante afirmou o seguinte:

A proposta da AP era a seguinte: (...) a gente já tinha meio claro que sem operários, sem agricultor, sem camponês não tinha condições de ir muito longe só com o movimento estudantil, a não ser que o pessoal do movimento estudantil se integrasse na fábrica ou no campo. E, ao mesmo tempo, respondia a uma questão de segurança. Então, tu estavas aqui e tinha que te deslocar para onde a Organização decidisse dentro dos critérios de integração e de segurança. O Haroldo Lima, por exemplo, o ele contribuía com seis salários mínimos para a organização lá na Bahia porque ele era engenheiro e aí de uma hora para outra ele saiu e fica precisando de um salário mínimo. Quer dizer que ele ficou profissionalizado como direção da Ação Popular, aí tu vê o seguinte, de uma hora para outra, quando a gente fez a gente queria fazer com planejamento, mas aí o AI-5 acelerou tudo isso, de uma hora para outra foi rebordosa no país inteiro.³⁰⁴

A AP, em nível nacional, durante essa fase (1964-1968), passou por cisões e intenso debate interno, envolvendo o referencial teórico que deveria adotar, ou seja, a opção por aderir ou não à luta armada e os rumos que seus militantes deveriam seguir para atingir o seu objetivo máximo, que era a implantação do socialismo no país. Então, no ano de 1968, a AP optou, de maneira definitiva, pelo marxismo-leninismo, via maoísmo, intensificando o

³⁰³Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

³⁰⁴Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

movimento de integração na produção que havia iniciado em 1967.³⁰⁵

No Rio Grande do Sul, a AP sofreu os efeitos do AI-5 e foi quase totalmente desestruturada no início de 1969, com muitos militantes da organização presos pela polícia do DOPS ou partindo para o exílio. No entanto, na metade de 1969, quando a AP já havia optado por agilizar a política de integração na produção, o casal Nilce Azevedo Cardoso e Antonio Ramos Gomes foi enviado de São Paulo para estruturar novamente o grupo, o que marcou o início da terceira fase de atuação da AP em nível estadual.³⁰⁶

A terceira fase de atuação da AP no Rio Grande do Sul iniciou em 1969, após a decretação do AI-5 e vai até 1972, ano em que a organização já havia mudado de nome e se transformado na Ação Popular Marxista Leninista (APML), após sua quase desestruturação no estado, com a prisão da maior parte dos seus militantes pelos agentes do DOPS.³⁰⁷

Após o AI-5, os órgãos de imprensa deixaram de publicar notícias a respeito de protestos e manifestações efetuadas pelas organizações de esquerda, pois todas as formas de mobilização foram proibidas pela ditadura civil-militar que acirrou a repressão em todo o país. Por isso, as reportagens sobre as ações dos grupos que faziam oposição ao governo no jornal *Correio do Povo* passaram da sessão noticiários para a “crônica policial”, abordando questões como o desmantelamento de “aparelhos”, a prisão de militantes, conforme o título de algumas reportagens publicadas em 1970: “Polícia do Exército estourou “aparelho” no estado do Rio”, “Interrogatório de 33 acusados no IPM do MR-8”, “Polícia prepara novos cartazes com fotos de terroristas em São Paulo.”³⁰⁸

Percebeu-se também através das reportagens que as ações efetuadas pelos órgãos de segurança no combate aos grupos de esquerda foram se estruturando a partir de 1969, o que demonstrou, por exemplo, a matéria que tinha o título, “Combate à subversão em terra, mar e ar”. A notícia informava que vários órgãos de segurança do governo haviam se unido para realizar uma operação de combate à “subversão” e às atividades dos grupos de esquerda, que teria sido um sucesso, porque diversos militantes haviam sido presos durante as ações da polícia e dos militares:

³⁰⁵RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

³⁰⁶Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³⁰⁷Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³⁰⁸*Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1970, p. 5, Polícia prepara novos cartazes com fotos de terroristas em São Paulo.

As autoridades militares de segurança e o DOPS estão empregando todos os meios possíveis na ação que desenvolveram para o completo dismantelamento da rede de subversão e terrorismo montado no país, com orientação do exterior. As diligências realizadas nas últimas horas, além do pessoal utilizado contaram com uma ação conjunta em terra, no mar e no ar, com a participação de helicópteros, mas os resultados foram considerados muito bons e não podem ser divulgados por motivos de Segurança.³⁰⁹

Também no Rio Grande do Sul, a repressão passou a atuar de maneira incisiva sobre os militantes dos grupos de oposição após a decretação do AI-5, como informava a nota publicada no *Correio do Povo* que noticiava o julgamento pela auditoria militar do 3º Exército de três pessoas acusadas de subversão no estado, ao desenvolverem atividades junto à população. Conforme a nota publicada no jornal:

A auditoria de Guerra da 3ª região militar deverá julgar o estudante de Direito da Ufrgs, Luis Goulart Filho, o operário Lauro Roque Goulart que vivia infiltrado entre os estudantes e o aluno do curso de Madureira, Carlos Tejera da Ré, todos acusados de subversão. Os acusados foram presos em flagrante quando distribuía panfletos julgados atentatórios ao regime vigente entre pessoas moradoras em Cachoeirinha e estavam recolhidos nas dependências do DOPS.³¹⁰

Outras informações referentes às atividades desenvolvidas pela AP durante esse período no estado foram fornecidas por um dossiê produzido pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul em 1972, que investigou as atividades da organização de esquerda Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Segundo o dossiê, a direção nacional teria enviado militantes de São Paulo para que eles assumissem a coordenação estadual da AP na metade de 1969, pois a organização estava sob os efeitos da decretação do AI-5 e desarticulada nesse período. Em sua parte inicial, o documento trazia as seguintes informações:

Elaborado pelo departamento central de informações na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul: Apresentamos nesse trabalho, a relação dos elementos que, de uma maneira ou de outra, estabeleceram participação na organização subversiva APML do B, Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, quer sob a forma de militância, de contribuição financeira ou de simples simpatizante em nosso Estado. Os elementos aqui relacionados encontram-se colocados em ordem alfabética.³¹¹

As informações produzidas no dossiê sobre a APML foram trazidas para a tabela 1.1, situada na próxima página:

³⁰⁹ *Correio do Povo*, 18 de janeiro de 1970, p.5, Combate à subversão em terra, mar e ar.

³¹⁰ *Correio do Povo*, 8 de janeiro de 1970, p.5, Auditoria julga três acusados de subversão.

³¹¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul: 1972

Nome do militante	Cidade	Atividade	Data	Sector de atuação
Alceu Escobar	Pinhal	Reunião com militantes	1970	Apoio
Alceu Salamoni	Pelotas	Manifestações/Reuniões/Panfletos	1970, 1971	Setor Estudantil
Aldo Silva Arantes	Porto Alegre	Dirigente/Reuniões	1971	Direção
Alduízio Moreira de Souza	Fronteira	Passou pela Operação Fronteira	1968 até 1970	
Amílcar Goyheneix Gigante	Pelotas	Contribuições para a APML do B	1971	Apoio
Antonia M. V. Loguércio	Porto Alegre	Transferida para a Bahia	1969	APML da Bahia
Antonio Camelato Voltan	POA/Pelotas	Coord. Célula Pelotas/Campanhas	1970 até 1972	Operação Fronteira
Antonio C R. da Silva	Porto Alegre	Integração no meio operário/RS	1969, 1970	Setor Operário
Antonio Cechin	Porto Alegre	Hospedagem de militantes	1972	Apoio
Antonio Ramos Gomes	Porto Alegre	Coordenação da APML/RS	1969 até 1972	Direção regional
Antonio Sérgio..de Souza	Porto Alegre	Preparação conselho UBES	1970	Setor Estudantil
Arnoud H.Cavalcante	Fronteira	Passou pela Operação Fronteira	1970, 1971	
Áurea Jair Maciel	Porto Alegre	Atuação no DCE da UFRGS	1969 até 1971	Setor Estudantil
Catarina Meloni	Porto Alegre	Setor operário/reuniões	1969	Setor Operário
Cléber Consolatrix Maia	Porto Alegre	Diretor da UBES / Cel Estudantil	1969 até 1972	Setor Estudantil
Delsi Gonçalves de Paula	Porto Alegre	Integração no setor operário	1969 até 1972	Setor Operário
Dilza M. da S.Rodrigues	Porto Alegre	Transferida para São Paulo	1968, 1969	APML de São Paulo
Edgon Krakhecke	Pelotas	Diretória Acadêmica Agronomia	1968 até 1972	Setor Estudantil
Eliana Loguércio Vieira	Porto Alegre	Coordenação de célula estudantil	1970 até 1972	Setor Estudantil
Emílio Borsari Assirati	Porto Alegre	Integração operários/direção	1970 até 1972	Setor Operário/Coord.
Ernesto de Melo Levi	Fronteira	Esquema fronteira no Uruguai	1969	Operação Fronteira
Geisel Marques Gomes	Porto Alegre	Faculdade de Economia da Ufrgs	1968	Setor Estudantil
Gildásio Westin Cosenza	Pelotas	Operação Fronteira	1971, 1972	Operação Fronteira
Gildo Macedo Lacerda	Porto Alegre	Campanha do Voto Nulo/UNE	1970	Setor Estudantil
Hélio Corbelini	Porto Alegre	Rede de contatos	1969, 1970	Setor Serviços
Heloísa Kaefer	Dois Irmãos	Cartas para Nilce Cardoso	S/ data	Setor de Apoio
Irajá Souza Lopes	Pelotas	Membro do CR-1	1968	APML de São Paulo
Jacinta Freitas Duarte	Porto Alegre	Atividades movimento estudantil	1971, 1972	Setor Estudantil
Jair Ferreira de Sá	Fronteira	Passou pela Operação Fronteira	1970	Direção Nacional
João Ernesto Maraschin	Porto Alegre	Célula estudantil UFRGS	1969, 1970	Setor Estudantil
José Antonio Fonseca	Pelotas	Diversas atividade/Coord. Pelotas	1968 até 1971	Operação Fronteira
José Augusto F. Sarno	Porto Alegre	Coordenador regional CR-2	1969 até 1972	Coordenação
José C. N. Machado	Fronteira	Idealizador da Operação Fronteria	1970	Operação Fronteira
José P. Guimarães Fachel	P.Alegre/Viamão	Col. Aplicação/UBES	1970 até 1972	Setor Estudantil
José Renato Rabelo	Porto Alegre	Coordenação Nacional	1969	Direção Nacional
José Siqueira	Porto Alegre	Atuação na economia da UFRGS	1968	Setor Estudantil
José Vieira Loguércio	São Paulo	Transferido para São Paulo/UNE	1969	APML de São Paulo
June Liane Bittencourt	Porto Alegre	Atuação no MCJ/UBES	1970 até 1972	Setor Estudantil
Leni Beatriz S. Corrêa	Porto Alegre	Atuação na filosofia da UFRGS	1970, 1971	Setor Estudantil
Licurgo Nakazú	S. identificação	Participação em reuniões	1970, 1971	

Luis Arthur Turíbio	Porto Alegre	Atuação na UBES/Campanhas	1970, 1971	Setor Estudantil
Luiz Oscar Matzembaker	Porto Alegre	Atuação na UFRGS/ Campanhas	1970	Setor Estudantil
Luiz Carlos Paz Santana	Porto Alegre	Atuação no DCE filosofia UFRGS	1970 até 1972	Setor Estudantil
Luiz Paulo Daudt	Porto Alegre	Ubes/Campanhas/Panfeltos	1970	Setor Estudantil
Manoel da Conceição Santos	Fronteira	Passou pela Operação Fronteira	1970	Direção Nacional
Manoel L. Souza Melo	Fronteira/Riveira	Atuou Operação Fronteira/Rivera	1971	Operação Fronteira
Marco A.Loguércio Collares	S.identificação	Recebia cartas para “Fábio”		Setor de Apoio
Maria da Graça Bulhões	Porto Alegre	Atuou na UBES/MCJ	1969	Setor Estudantil
Maria da Graça Maciel	Porto Alegre	UBES/ UFRGS	1971	Setor Estudantil
Maria do C. R. de Menezes	Porto Alegre	Integrada ao meio operário/RS	1969, 1970	Setor Operário
Maria Lúcia Jaime	Fronteira	Passou pela Operação Fronteira	1971	
Maria Lúcia Jaeger	Porto Alegre	Atuou MCJ/UBES/UFRGS	1969 a 1971	Setor Estudantil
Maria Nakano	Porto Alegre	Contato com Nilce Cardoso		Setor de Apoio
Mario R. B. Vasconcelos	Porto Alegre	Coordenador CR-3/ UBES		Direção/Setor Estudantil
Mírtes S. A. Nogueira	Porto Alegre	UBES/Estudantes secundaristas	1971	Setor Estudantil
Nelsom Rolim de Moura	Porto Alegre	Atuou na UBES/UFRGS	1971	Setor Estudantil
Nilce Azevedo Cardoso	Porto Alegre	Setor operário/Contato	1968 até 1972	Operário/ Serviços
Paulo Assis	Porto Alegre	Atou na célula estudantil?UBES	1970, 1971	Setor Estudantil
Paulo Loguércio Vieira	POA/Pelotas	Economia UFRGS/ Op. Fronteira	1968 até 1972	S. Estudantil/ Fronteira
Paulo Stuart Wright	POA/Fronteira	Passou pela Operação Fronteira	1970	Direção Nacional
Pedro C.M.Teixeira	Porto Alegre	Cel. Estudantil/Transferência SP	1969 até 1971	APML de São Paulo
Rosana Rosa e Silva	Caxias do Sul	Atuou na UBES/Manifestações	1970 até 1972	Setor Estudantil
Rubem Leal Ivo	Porto Alegre	Diretor do Comando Regional-2	1970	Coordenação
Rui Frazão Soares	Fronteira	Passou pela Operação Fronteira	1970	
Rui Lemos Schmidt	Fronteira	Passou pela Operação Fronteira	1970	
Saul Kirschbaum	Porto Alegre	Atuou na Engenharia da UFRGS	1963 até 1972	Setor Estudantil
Sérgio Luiz Bittencourt	Porto Alegre	Atuação na UBES/Campanhas	1970 até 1972	Setor Estudantil
Sérgio Lopes	Porto Alegre	Atuou na Engenharia/UFRGS	1963	Setor Estudantil
Sérgius Gonzaga	S. identificação	Cartas do Uruguai p/Eduardo	s/data	Setor de Apoio
Sólón Hammes Viola	Porto Alegre	Atuou na UBES/São Paulo	1969	Setor Estudantil
Taís Ferreira Cornely	Porto Alegre	UBES/Colégio Júlio de Castilhos	1971 e 1972	Setor Estudantil
Terezinha F. Burmeister	Pelotas	Militante da célula de Pelotas	1968	Operação Fronteira
Tomaz I.da Luz Pereira	Porto Alegre	UBES/UFRGS/Manifestações	1971	Setor Estudantil
Vera da Luz Pereira	S.identificação	Cartas para Nilce Cardoso	1972	Setor de Apoio
Verli Rodrigues Severo	Porto Alegre	Atuação na célula universitária	1969 até 1971	Setor Estudantil
Wilson Skorupski	Porto Alegre	Engenharia UFRGS/São Paulo	1963 até 1972	APML de São Paulo
Yurico Tatamiya	Porto Alegre	Integração no meio operário/RS	1972	Setor Operário

Conforme informações da tabela 1.1 chegaram ao Rio Grande do Sul, em 1969, Rubem Leal Ivo, dirigente da região R2, que veio ao estado com o objetivo de colaborar na

estruturação da AP e Antônio Ramos Gomes, designado pela direção nacional para assumir o cargo de dirigente e coordenar todas as atividades da organização em nível estadual. A primeira medida de Antonio, no cargo de dirigente, foi convocar uma série de reuniões com os membros que já atuavam nessa região, onde ficou decidido que aqui se formaria uma seção subordinada ao Comitê Seccional R2 e que ele, além da direção, também ficaria responsável pelo trabalho no setor da pequena burguesia. Em relação às atividades desses dois militantes, dizia o dossiê:

Antonio Ramos Gomes, Codinomes: “Nando”, “Fábio”, “Celso”. Atuação: Em 1969 veio para o Rio Grande do Sul, a fim de dirigir os trabalhos da organização subversiva APML do B; em 1970 voltou para São Paulo, no início desse ano; em 1970 veio novamente para o Rio Grande do Sul, em meados desse ano, usando o codinome “Fábio”. Com a vinda de “Ivan” ficou com a direção geral da organização subversiva APML do B (...). (p.4). Rubem Leal Ivo, Codinome “Ivan”. Atuação: Em 1970-dirigente da R2, veio ao Rio Grande do Sul, a fim de acertar a situação da APML do B e ficou decidido que no Rio Grande do Sul se formaria uma seção subordinada ao Comitê Seccional R2; antes da eleições, veio a Porto Alegre a fim de orientar sobre a campanha do “Voto Nulo”; participou da I.³¹²

O Rio Grande do Sul passou a integrar o Comitê Regional 2 ou CR-2, que era formado também pelos estados do Paraná e Santa Catarina. A AP do Paraná, de maneira semelhante ao que ocorreu no Rio Grande do Sul, passou por uma reestruturação no início de 1969, quando ocorreu uma mudança quase total no seu quadro de pessoal, com a transferência de muitos militantes que atuavam naquela área para outras regiões do país e com a chegada de outros para atuarem lá. O reforço de pessoal que a organização contou para se reestruturar, como já havia acontecido em fases anteriores de atuação da AP, veio do movimento estudantil, que continuava sendo a presença mais marcante dentro da organização. Na análise do perfil dos militantes que atuavam no Paraná:

Analisando a partir de indicadores determinados, o perfil da militância era basicamente o mesmo daquele verificado na fase anterior ao deslocamento. O inquérito policial (...), que se debruçou sobre as atividades da AP nesse período mais recente, indicou 19 pessoas vinculadas à sua organização local. Esclareça-se que, por esse inquérito, eram indiciados apenas nomes ligados à Seccional Canudos. A faixa etária, com uma exceção, localizava-se entre 20 e 30 anos, sendo que a maioria contava com menos de 25 anos. A presença masculina predominava, já que somente seis militantes, menos de 1/3 dos nomes arrolados, eram do sexo feminino.³¹³

A análise da tabela (1.1) possibilitou o levantamento de diversas informações referentes à terceira fase da atuação da AP regional, compreendida entre os anos de 1969 e 1972. Entre os dados levantados estava o de que a grande parte dos militantes, cerca de 50%

³¹²Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³¹³DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da Revolução Brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003, p. 141.

do total, atuava junto ao movimento estudantil universitário e secundarista, enquanto o restante dos integrantes realizava atividades no setor de coordenação, operário, da pequena burguesia ou na operação fronteira. Entretanto, a AP do Rio Grande do Sul possuía um número bem mais elevado de militantes do que a organização no Paraná, pois aqui existiam em torno de 77 pessoas, enquanto lá, a AP possuía apenas 19 militantes. Uma das hipóteses que explicariam a presença de um número expressivo de militantes no Rio Grande do Sul seria a sua localização, com extensa região de fronteira com o Uruguai e a Argentina.³¹⁴

No depoimento do dirigente estadual da AP, Antonio Ramos Gomes, há diversas informações referentes à estruturação do grupo. Antonio e a militante Nilce Azevedo Cardoso, sua companheira e com a qual já morava quando foi designado para trabalhar na produção no ABC paulista, foram enviados pela direção nacional para assumir e promover a estruturação da AP estadual, que havia sido abalada, pois muitos de seus militantes tinham sido presos ou haviam saído do país para viver na clandestinidade. Assim, quando chegaram ao Rio Grande do Sul, em julho de 1969, ele assumiu a direção estadual e o setor da pequena burguesia, enquanto Nilce ficou encarregada de dirigir o movimento operário e o setor de serviços da organização.³¹⁵

Como eles vieram para o Rio Grande do Sul de forma clandestina, adotaram codinomes para serem identificados dentro da AP, sendo que Nilce Azevedo Cardoso passou a se chamar Regina e Antonio Ramos Gomes virou o Paulo ou o Álvaro. Ele informou que adotou os dois codinomes porque, no cargo de dirigente regional, mantinha contato, ao mesmo tempo, com o movimento operário e com o movimento estudantil. Assim, para garantir a segurança nas ações que desenvolvia com os dois grupos e despistar os agentes do DOPS, no primeiro, ele era conhecido como Paulo, enquanto, no segundo, ele era o Álvaro, sendo que os militantes dos dois grupos não sabiam que se tratava da mesma pessoa. Em relação à forma como se encontravam as atividades da AP junto ao setor operário e estudantil, ele declarou o seguinte:

A Ação Popular tinha alguns militantes no meio operário, que não estavam em contato com a área estudantil, pois eles não podiam conversar em razão de questões de segurança. Então, como eu tinha a direção, eu era o dirigente estadual, eu fazia o contato entre o núcleo operário, que tinha lá em Sapucaia e Esteio, entre os coordenadores do núcleo estudantil e os coordenadores do núcleo operário e eles da organização, que não se conversavam. Além disso, a AP também tinha os coordenadores dos grupos do interior.³¹⁶

³¹⁴Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³¹⁵Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

³¹⁶Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

Antonio Ramos Gomes informou durante a sua entrevista que, quando chegou ao estado, ele entrou em contato com um militante de nome Marcos, que morava no bairro Sarandi, em Porto Alegre e que coordenava o setor operário dentro da AP, o qual também estava esfacelado em 1969. Os coordenadores das duas principais bases da organização no interior do estado, situadas nas cidades de Pelotas e Santa Maria, eram comandadas por Alceu Salomoni, que o pessoal chamava de “Frei” e por Gilberto, que era chamado de Beto:

Os núcleos mais significativos da AP no interior estavam localizados em Pelotas e Santa Maria, que eram formados por cerca de 30 pessoas. Então, os militantes dos dois núcleos faziam reuniões em conjunto, pois naquela época, o Alceu Salomoni era o principal coordenador do interior, junto com um militante que era pastor presbiteriano e por isso era chamado de frei ou de pastor! Ele não era católico, mas estava ligado a uma igreja presbiteriana.³¹⁷

Ele também esclareceu que, além da presença significativa da AP junto ao movimento operário e estudantil na região da grande Porto Alegre, o grupo também tinha uma base forte de atuação nas cidades de Santa Maria e de Pelotas, que eram os dois principais núcleos do interior do estado, além de um número determinado de simpatizantes em Caxias do Sul e um militante muito importante para a organização que foi morar em Santana do Livramento, tornando-se responsável por fazer a passagem dos que desejavam fazer a travessia pela região de fronteira do Rio Grande do Sul.³¹⁸

4.1 O SETOR DA PEQUENA BURGUESIA

A AP estadual também possuía o setor da pequena burguesia, formado por grupo de intelectuais e profissionais liberais que simpatizavam com a organização, mas não partiram para a clandestinidade, continuaram com suas vidas sociais normais e desenvolviam suas atividades dentro das empresas em que trabalhavam. Esse grupo de simpatizantes era coordenado por Hélio Corbelini, Saul Kirschbaum, engenheiro da Ufrgs e analista de sistemas; além de Egon Cracket, que era engenheiro agrônomo. Esse grupo estava encarregado de conseguir apoio financeiro para as atividades da AP.³¹⁹

As informações fornecidas pelo dossiê da organização a respeito desses simpatizantes vêm ao encontro do depoimento prestado por Antonio Ramos Gomes, pois nesse documento, as atividades de Hélio Corbelini, dentro da AP, estavam relacionadas ao setor de apoio, já Saul Krichabaum estava vinculado ao setor de engenharia da Ufrgs desde 1963, e Egon

³¹⁷Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

³¹⁸Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

³¹⁹Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

Cracket foi citado como o dirigente da Agronomia na universidade.³²⁰

De acordo com a estruturação da AP em nível estadual, ela também era formada por um grupo de apoio, do qual fazia parte o casal que recebeu e forneceu hospedagem para Nilce Azevedo Cardoso e Antonio Ramos Gomes, quando eles chegaram ao estado em julho de 1969. Segundo Antonio, a esposa era uma militante de AP que atuava na cidade de Santa Maria e havia se mudado em função de seus estudos para Porto Alegre; enquanto o marido era um médico militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que fazia residência médica no Instituto do Coração.³²¹

Em seu depoimento, Nilce Azevedo Cardoso não citou o nome das pessoas que haviam recebido ela e Antonio quando eles chegaram ao Rio Grande do Sul, mas salientou a importância do apoio recebido deles para se estabelecerem e iniciarem suas atividades junto à AP estadual. Além de auxiliar os militantes com questões relacionadas à hospedagem e moradia, quando eles chegavam de outras regiões ao estado, as atividades do grupo de apoio também incluíam o fornecimento de auxílio na confecção e distribuição dos panfletos, sendo eles os responsáveis por arrecadarem dinheiro para comprar papel, tinta e outros materiais, atuando também no trabalho de conscientização política dos estudantes. Mesmo assim, eles optaram por não se envolverem diretamente com a AP, pois não queriam ser militantes, mas manter as suas vidas profissionais e sociais.³²²

Na divisão de tarefas entre Nilce e Antonio, ela informou que ficara encarregada pelo setor de serviços, ou seja, ela fazia o contato da AP estadual com a direção nacional da organização, pois essa já era uma função que realizava em São Paulo. As atividades dela no setor de serviços incluíam decodificação e codificação de cartas, realização de viagens para entregar recados enviados da AP regional para a nacional e vice-versa, além de viagens para fora do país, quando ela passava pela fronteira do estado para levar ou buscar materiais ou quando auxiliava pessoas que desejavam passar pela área para chegar ao Uruguai ou Argentina.³²³

Já quando Nilce trabalhou no setor de serviços em São Paulo, ela era a responsável por levar recados de uma pessoa para outra do comando nacional. E, assim, ela ficou sabendo o lugar em que moravam os dirigentes nacionais, pois ela também estava encarregada de dar notícias e fornecer assistência aos familiares dessas pessoas, quando eles estivessem ausentes,

³²⁰Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³²¹Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

³²²Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

³²³Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

desempenhando suas atividades pela AP. Como esse setor era considerado de importância fundamental para a organização, o serviço era uma área que exigia um forte treinamento de segurança, pois se ela fosse presa pelo DOPS, suas informações comprometeriam toda a direção nacional. Por isso, ela recebeu um treinamento diferenciado de outra das dirigentes nacionais:

A dirigente nacional responsável pela segurança me informou o seguinte: “Você tem que agir dessa forma e não pode falar nada a respeito das tuas atividades! Você irá aos lugares e depois vai apagar os endereços da memória e também esquecer as pessoas com quem mantiver contato”! Então, se você encontrar com alguém, não vai dizer quem você é, nem o que está fazendo! No início do treinamento, ela também falava: “Você não pode chegar atrasada a um local, isso não é admissível! Nunca se chega atrasado num ponto e, no máximo, fornece três minutos de tolerância para outro militante”. Então, eu tinha que entrar no primeiro minuto, esperar mais dois e depois ir embora e, eu nunca cheguei atrasada em nenhum ponto! (...). Assim, eu entrei em Ação Popular pelo setor de serviços.³²⁴

Conforme Antonio, como encarregada do setor de serviços, Nilce era a responsável por manter os pontos de contato com a direção nacional. Então era uma militante-chave, pois mantinha o contato com a direção, ou seja, ela marcava os pontos, achava os locais, nos quais se podia fazer uma reunião segura, sabia os lugares em que havia aparelhos, tinha todo o esquema de codificação, de cartografia e guardava esses dados, a fim de orientar as atividades do grupo. Para isso, ela tinha um código de cartografia que era um algoritmo, um alfabeto especial que correspondia ao alfabeto normal, do qual ela tinha o original, que era usado para decodificar e só era conhecido pelas pessoas que integravam o setor de segurança da AP. O material era escrito e para não ser descoberto, no caso da prisão de Nilce pelo DOPS, era guardado em tubos de pasta de dente e em vidros de remédios.³²⁵

Como Antonio Ramos Gomes ficou responsável pela direção estadual e também pelo setor da pequena burguesia. Dessa forma, ele mantinha o contato entre os intelectuais, os profissionais liberais com o restante do grupo, enquanto o Paulo Loguércio era o coordenador do setor estudantil, porque ele já conhecia o movimento e possuía um trabalho grande nesse meio. Assim, embora esse movimento também estivesse desbaratado em 1969, ele iria fazer os contatos e reatar com o povo que tinha ficado por aqui e não tinha ido para o exílio, pois, à época, muita gente tinha ido para o Chile.³²⁶

Nesse horizonte, os dirigentes nacionais que mais tiveram contato com o Rio Grande do Sul, nessa fase, foram Paulo Stuart Wright, responsável pela região Sul e que, por isso, de vez em quando, vinha ao estado fazer reuniões com a coordenação regional, para acertar

³²⁴Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

³²⁵Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

³²⁶Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

questões que envolviam diretrizes, ações e posições a serem adotadas pela AP estadual; Catarina Meloni, que esteve no estado fugindo da repressão em São Paulo e José Augusto Fidélis Sarno, dirigente que estava em atividade no estado, tendo sido preso com os demais militantes da AP, em abril de 1972.³²⁷

Na fase em que os militantes chegaram ao estado, na AP, iniciou-se uma luta interna que resultou das discussões levantadas pelos militantes, durante a “II Plenária”, em junho de 1969. Nessa reunião, parte dos militantes defendeu a incorporação da APML ao PC do B e a revolução em duas etapas, ou seja, a luta, em um primeiro momento, deveria assumir um caráter nacional e democrático, para que numa segunda fase, pudesse assumir definitivamente o socialismo. Já a outra parte da organização defendia que o Brasil estaria vivendo a terceira etapa do marxismo, ou seja, a sociedade brasileira ainda apresentava várias semelhanças com o feudalismo e, para resolver essas questões, era necessário uma revolução que assumisse imediatamente caráter socialista, sendo preciso um partido novo que conduzisse esse processo. Durante a plenária, “foram apontadas, como principais núcleos dessa reconstrução, duas organizações fundadas em 1962, a AP e o PC do B, aptas a desempenharem as tarefas exigidas pela terceira etapa do marxismo”.³²⁸

Durante a III Reunião Ampliada da Direção Nacional ou III Plenária que ocorreu em março de 1971, a maior parte dos militantes defendeu a incorporação ao PC do B e a realização de uma revolução em duas etapas e a primeira fase deveria ser “democrática e nacionalista”. A posição adotada pela organização durante essa plenária fez com que seus militantes se desvinculassem da perspectiva de criação de um foco guerrilheiro e chegassem a um entendimento para a criação de um Programa Básico que, entre outras coisas, definiu a mudança do nome da AP para Ação Popular Marxista-Leninista (APML):

A III Reunião ampliada aprovou, ainda, uma mudança de grande impacto: a AP passou a se chamar APML, incorporando o adjetivo “marxista-leninista” ao seu antigo nome. Tal mudança implicou que, pela primeira vez, a AP passasse a se organizar de forma similar aos partidos marxistas-leninistas, vale dizer, sob o sistema de comitês e sob a norma do centralismo democrático.³²⁹

A mudança do nome da AP para Ação Popular Marxista-Leninista (APML) ocorreu no ano de 1971 e foi precedida por um intenso debate interno. Nessa fase, a organização adotou, de maneira definitiva, o marxismo-leninismo como referencial ideológico para o desenvolvimento do seu trabalho político, conforme foi descrito no documento de sua

³²⁷ Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

³²⁸ DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da Revolução Brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.

³²⁹ DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da Revolução Brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003, p.114.

fundação:

A nova Ação Popular luta para que todos seus organismos e militantes perseverem no estilo proletário de trabalho duro e vida simples, e aprendam a combinar cada vez mais o entusiasmo revolucionário com a objetividade científica e o espírito prático. Luta também para que todos os seus organismos e militantes apliquem de modo cada vez mais completo o estilo de trabalho marxista-leninista-maoísta, combinando a teoria com a prática, integrando-se com as massas e praticando a crítica e a autocrítica. Para aplicar o princípio da integração (...), a partir da realidade brasileira, investigar suas particularidades, manter estreitos vínculos com as massas, sintetizar constantemente a experiência de luta de massas e continuar assim a desenvolver e aplicar independentemente, com autodecisão e autoconfiança, um programa, uma estratégia e uma tática apropriados às condições atuais do nosso país e do mundo.³³⁰

Em 1972, o grupo já estava dividido entre os militantes que desejavam manter a APML e os que defendiam a fusão com o PC do B e a luta armada, que acabaram deixando a organização e foram para a região do Araguaia, participar da guerrilha. Verificou-se que a proximidade entre a AP e o PC do B, já em anos anteriores, estava ligada a vários fatores, entre os quais estava a falta de contatos com os demais partidos, que haviam optado pela guerrilha urbana, enquanto que os dois grupos defendiam a sua proposta de que a revolução deveria ocorrer a partir de um movimento de massa, voltado para a conscientização das pessoas através da realização de atividades como: assembleias junto ao movimento estudantil, de lutas pela direção dos centros acadêmicos e do diretório central dos estudantes, pela participação no movimento operário. Em suma, os militantes tinham que participar da luta junto às massas e não partir para a guerrilha urbana.³³¹

Em virtude disso, as reuniões da coordenação estadual da AP eram feitas com Edson de Oliveira, que era um dos dirigentes do PC do B e com o Carrion Junior, que na época, também já era ligado ao partido, dentro do núcleo denominado de “Ala Vermelha do PC do B” que era a esquerda mais maoísta. Então, parte da AP foi para o PC do B e a outra corrente decidiu continuar como APML, em acordo com os líderes Jair Ferreira, Duarte Pereira e o Paulo Stuart Wright, que decidiram não se juntar ao PC do B.³³²

Em relação à Guerrilha do Araguaia, ainda no ano de 1966, O PC do B começou a enviar militantes para o sul do Pará e norte de Goiás, na região do rio Araguaia, para que eles comessem a organizar uma guerrilha rural. A escolha do local ocorreu porque o partido tinha conhecimento da série de problemas enfrentados pelos camponeses que lá moravam e acharam que esse era o cenário propício para o desencadeamento da luta revolucionária a partir do campo. As atividades dos militantes na região do Araguaia só foram descobertas

³³⁰ Reis Filho, Daniel Aarão; Sá, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-19671*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p.295.

³³¹ Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

³³² Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

pelos militares em 1972, quando o governo enviou contingentes do Exército para acabar com a guerrilha que, no entanto, só foi vencida em maio de 1974. O presidente Médici tomou todas as medidas possíveis para ocultar os conflitos na região do Araguaia da população. Nessas circunstâncias, para se recompor das perdas que estavam tendo na Guerrilha do Araguaia, o PC do B buscou apoio nos militantes da AP que estavam alinhados ao partido, que foram incorporados oficialmente em 1973:

Como em todo o processo de reestruturação também essa fusão não se deu sem conflitos, uma vez que as divergências só não eram maiores do que as ambições comuns entre os grupos da AP e do PC do B. Após se fracionar em dois grupos - a AP e a APML- foi somente no decorrer de 1973, com o expurgo de uma minoria, que a direção ultimou as negociações para incorporar-se ao PC do B. A adesão da APML deu forças ao PC do B, cujo novo Comitê Central passava a contar com cerca de metade dos membros originários da extinta APML.³³³

Da mesma forma que a AP, o PC do B baseava suas atividades na orientação maoísta de que a revolução não poderia ser feita seguindo o modelo de “focos guerrilheiros” desenvolvido por Che Guevara, e sim através da participação das massas. Para justificar a adoção do maoísmo e da guerra popular prolongada, Antonia Mara Vieira Loguércio citou o caso do militante João Carlos Hass Sobrinho, que deixou a AP para se integrar ao PC do B em 1966, ano em que foi do Rio Grande do Sul para a região do Araguaia, atuando em dois municípios: um no Maranhão e outro, que na época estava localizado no Pará, Tocantinópolis, hoje município do norte de Tocantins. Ele era médico e tornou-se conhecido na região por prestar atendimento a população e por salvar muitas vidas, mesmo dentro das péssimas condições de infra-estrutura disponíveis. Em razão disso, os militares do Exército, depois de executarem o militante, colocaram o corpo dele em exposição, para que fosse visto pelos moradores da região, mas tiveram que tirá-lo do local, pois a população fez uma Romaria para ir vê-lo naquelas condições. Então, os guerrilheiros do PC do B que foram para o Araguaia tentavam vincular sempre suas atividades a população local, dentro do modelo maoísta.³³⁴

Em 1969, ano em que Antonio Ramos Gomes chegou ao Rio Grande do Sul para tentar reorganizar a AP, com a função de dirigente estadual, ele começou a fazer reuniões com o movimento estudantil, com a finalidade de ampliar a base de apoio da organização, pois vários estudantes eram convidados para participar das discussões políticas. O movimento estudantil, nessa época, era liderado pelo Pedro Calmon, presidente do Diretório Central dos Estudantes DCE da Ufrgs, por Paulo Loguércio e sua irmã, Eliane Loguércio e um militante de codinome Mário, que era uma liderança importante do setor secundarista no colégio

³³³ PIRES OLIVEIRA, Fabiana. *O PC DO B e o Araguaia: a dissidência interna de 1979-1984*. Dissertação de mestrado. Passo Fundo, 2005, p. 38.

³³⁴ Depoimento de Antonia Mara Viera Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

Julinho.³³⁵

No dossiê produzido pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, as informações referentes a Pedro Calmon Marques Teixeira eram de que ele atuava, no ano de 1969, na célula estudantil da APML, onde teria participado do movimento contra a vinda de Rockefeller ao Brasil. Em 1970, ele foi o representante estudantil no Movimento de Unidade Popular – MUP - na Campanha do “Voto Nulo” e fazia parte da comissão representativa da UNE e, em 1971, passou para a célula estudantil universitária; da qual saiu e foi para São Paulo, onde foi eleito diretor da UNE.³³⁶

Nesse contexto, as informações fornecidas pelo dossiê que investigou as atividades da APML em 1972 e por Antonio Ramos Gomes a respeito de Pedro Calmon Marques Teixeira, Eliane e Paulo Loguércio são semelhantes, pois ambos informaram que eram lideranças vinculadas ao movimento estudantil que agiam, principalmente, em Porto Alegre, sendo que apenas uma dessas, Paulo Loguércio, foi preso pelo DOPS em 1972, pois os outros dois militantes da AP conseguiram fugir da repressão dos órgãos de segurança no estado.³³⁷

4.2 AS ATIVIDADES JUNTO AO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Na “Campanha contra a vinda de Rockefeller”, da qual participaram os militantes da AP, foi uma ação organizada pela UNE cujo objetivo era protestar contra a vinda do magnata americano ao Brasil. De acordo com Manfredini, Néelson Rockefeller estava viajando pela América Latina, a fim de realizar negócios e fechar acordos comerciais com todos os países da região, tendo chegado, no Brasil, em 16 de junho de 1968. No entanto, ele não foi recebido com uma série de protestos estudantis como havia planejado a UNE, pois o governo soube com antecedência da campanha que estava sendo organizada pela entidade e tomou várias medidas para evitar que o magnata não presenciasse manifestações estudantis em sua passagem, reforçando o policiamento nas principais cidades do país:

A UNE encabeçava os protestos com a palavra-de-ordem “Fora Rockefeller”. Prometia colocar os estudantes nas ruas e sacudir o país. O milionário americano chegaria acompanhado por nada menos que 30 agentes de segurança e teria a sua volta fantástico esquema de proteção. Mas a polícia brasileira resolveu trabalhar preventivamente e realizava, nas capitais, rigorosas operações-limpeza nos dias em

³³⁵ Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

³³⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³³⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

que antecederam a chegada do magnata. Assim, não apenas as organizações revolucionárias, mas todos os pólos de oposição ao regime encontravam-se, naqueles dias, sob virtual cerco.³³⁸

Já a “Campanha do Voto Nulo” foi outro movimento político organizado em nível nacional que teve a participação dos militantes do Rio Grande do Sul, tendo sido realizada nos anos de 1966, 1970 e 1971 e funcionava da seguinte forma: a campanha era organizada pelos militantes com o movimento estudantil e tentava conscientizar a população, através da distribuição de panfletos, da realização de palestras e manifestações, para que anulasse o voto nas eleições organizadas pelo governo militar, como forma de protesto contra a ditadura civil-militar e as medidas por ela impostas, entre as quais estavam a determinação de que as eleições para escolha dos representantes do povo fossem indiretas.³³⁹

A “Campanha do Voto Nulo” resultou em um elevado número de votos brancos e, em um nível de abstenção que girava em torno de 16% dos eleitores de todo o país nas eleições de 1970. Contudo, o resultado da campanha foi avaliado de maneira diferenciada pelo governo e pelos grupos de oposição, pois enquanto a ditadura interpretou os índices como uma perda de prestígio do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em decorrência de um aumento da aprovação dos rumos que o país estava tomando com os militares, pois, nesse período, já se vivenciava o “auge do milagre econômico,” enquanto a esquerda avaliava os índices de abstenção e de votos em branco como um indicador que a população estava começando a demonstrar sua insatisfação com a ditadura civil-militar. “A hipótese de que isso poderia significar apatia política e acomodação só veio a ser ventilada mais tarde”:

De qualquer forma, em 70, estava em curso uma eficiente caçada aos que pelas armas tentavam derrubar a ditadura, da mesma maneira que era intensa a propaganda do regime, favorecida pela vitória do Brasil na Copa do Mundo. A imprensa estava sob censura. Eram muitos os fatores que contribuíram ao silenciamento ou a apatia da sociedade civil frente ao mundo da política. Em janeiro de 74, o colégio eleitoral escolheu o general gaúcho Ernesto Geisel para a presidência da República. A meta do general, que assumiu em março daquele ano, era realizar uma distensão lenta, gradual e segura que permitisse a volta ao Estado de direito e uma escolha tranqüila do seu sucessor, mas que impedisse o retorno dos protagonistas de antes de 64.³⁴⁰

Além da Campanha do Voto Nulo, como já ocorrera, antes da decretação do AI-5, a AP organizou a campanha por mais vagas na Ufrgs, a qual, anteriormente, era chamada de “Luta dos Excedentes”. O movimento organizado, em 1970, mas tinha a mesma finalidade

³³⁸MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas: uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Omega, 1989, p.58.

³³⁹Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³⁴⁰RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007, p. 101.

desta ampliar o número de vagas oferecidas nos cursos da universidade, os quais sempre ficavam abaixo do número de candidatos aprovados dentro dos critérios estabelecidos pelo vestibular e mobilizou todas as entidades estudantis vinculadas à organização em nível estadual, a saber, os centros acadêmicos da Ufrgs, a União Estadual dos Estudantes - UEE, a União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas - UGES e em nível nacional, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES. Em 1971, foi organizada a campanha denominada de “Taxa de inscrição”, quando estudantes protestaram, reivindicando a isenção no valor da taxa de inscrição cobrada para que eles participassem do vestibular da Ufrgs.³⁴¹

A AP, além de participar, em conjunto com o movimento estudantil em várias campanhas reivindicatórias, também utilizou outras estratégias políticas de interação junto às massas, entre as quais, a distribuição de panfletos informativos à população. Os conteúdos abordados pelos panfletos eram os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e de vida enfrentados pelos operários e camponeses brasileiros, a reforma efetuada pelo governo militar no sistema educacional que estava prejudicando o ensino em todo o país e a crise econômica e a repressão efetuada pela ditadura civil-militar contra qualquer manifestação de oposição ao governo. Entre os títulos dos panfletos distribuídos pelos militantes da AP estavam os seguintes: “A FORÇA DO POVO É MAIOR QUE A REPRESSÃO”, “ABAIXO A PENA DE MORTE” “ABAIXO A REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR”, “INDEPENDÊNCIA”, “INVASÃO DO URUGUAI PELO BRASIL” e “DIA 15 ANULE O VOTO”.³⁴²

A criação desse material era realizada por militantes da APML, entre estes, Jacinta Freitas Duarte, que participou da elaboração de vários panfletos no ano de 1971: “21 de Abril,” criado como forma de protesto contra a ditadura através da morte de Tiradentes, o “Independência” que denunciava as medidas do governo contra o movimento estudantil e o panfleto, “Abaixo a Repressão da Ditadura Militar,” produzido em outubro. O material era criado e impresso em parceria com a UBES e uma das formas de distribuição era colocar os panfletos nos banheiros dos colégios. Foi o que ocorreu com o panfleto elaborado sobre o dia 21 de Abril, colocado pela militante no banheiro do Colégio Pio XII, para que fossem lidos

³⁴¹Arquivo do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³⁴²Arquivo do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

pelos estudantes da instituição. Também na faculdade de Engenharia da UFRGS, foi produzido por militantes da AP o panfleto “Invasão do Uruguai pelo Brasil,” em 1970.³⁴³

Sugere-se que esse panfleto fazia referência à “Operação Trinta Horas”, que, na leitura de Padrós, consistiu um esquema de invasão do Uruguai montado pelos militares brasileiros, entre o final de 1970 e o início de 1971, atendendo a um pedido realizado pelos setores conservadores daquele país, que apoiavam o então presidente Pacheco Areco e temiam a vitória da oposição reunida na Frente Ampla, nas eleições daquele ano. A operação foi batizada de “30 horas”, pois esse seria o tempo estipulado pelos militares brasileiros para invadir e tomar todos os seus pontos estratégicos do país. Com essa invasão, a Frente Ampla não poderia assumir o poder político no Uruguai, caso tivesse saído vitoriosa do processo eleitoral:

Em tese, trinta horas era o tempo considerado necessário para ter o controle sobre os pontos estratégicos do Uruguai, inclusive, da própria capital. Embora conhecido e negado na época, o operativo foi revelado a partir do cruzamento de testemunhos militares posteriores, com documentos desclassificados pelos Estados Unidos. O Rio Grande do Sul era a base territorial estratégica da qual seriam catapultadas as forças de ataque. Em síntese, pelo grau de informação que se tem atualmente, pode-se afirmar que a invasão brasileira, se tivesse ocorrido, consistiria em uma espécie de Operação Limpeza no Uruguai contra a esquerda daquele país.³⁴⁴

De uma maneira geral, o material produzido e distribuído pela AP denunciava as medidas impostas pelo governo militar e a repressão efetuada pelos seus órgãos de segurança, que não estariam prejudicando só os estudantes e os grupos de oposição, mas a população como um todo. Para denunciar essas questões, os militantes também pichavam palavras de ordem e colavam cartazes em vários locais da cidade, para que o povo tivesse acesso a informações, envolvendo a ditadura civil-militar e realizavam seminários, como foi o caso do encontro que ocorreu em 1971, cujo tema de debate principal foi “A reforma educacional do governo,” ministrado diretor da UBES e integrantes da APML.³⁴⁵

Conforme a análise da tabela 1.1, a maior parte dos militantes iniciavam suas ações políticas na célula estudantil secundarista da APML, migrando após o ingresso na faculdade para a célula estudantil universitária. Esse foi o caso de Maria Luiza Jaeger, que iniciou as atividades na organização participando do Conselho da UBES em 1969, como membro do Movimento Cultural Juliano (MCJ), passou depois a atuar na célula universitária e de Leni

³⁴³Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³⁴⁴PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985). História e Memória*. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2009, p.46.

³⁴⁵Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

Beatriz Corrêa que trocou de célula em 1971. Como integrantes da célula universitária, as duas militantes receberam a tarefa de reorganizar o centro acadêmico da faculdade de Filosofia da UFRGS, com a promoção de debates que envolvessem a reforma universitária e questões de interesse dos estudantes.³⁴⁶

A nomeação dessas duas militantes para assumirem as atividades da AP junto ao centro acadêmico da faculdade de Filosofia ocorreu após a expulsão do então presidente, Luiz Carlos Paz Santana. Ele e o acadêmico João Ernesto Maraschin foram expurgados da universidade em virtude das atividades políticas “subversivas” que eles estariam desenvolvendo junto aos estudantes da Ufrgs.³⁴⁷

A expulsão dos alunos Luis Carlos Paz Santana e João Ernesto Maraschin ocorreu durante aquela que ficou conhecida como a segunda fase de repressão na Ufrgs, desencadeada contra alunos e professores da universidade ano de 1969. Essa fase repressiva apresentou particularidades em relação à primeira, que foi realizada logo após o golpe de 1964, pois não houve a montagem de nenhuma “Comissão Especial de Investigação Sumária” que indiciasse as pessoas supostamente envolvidas em atividades políticas na universidade e os atingidos só ficaram sabendo que seriam expurgados da Ufrgs pela imprensa:

A diferença notável do ciclo de 1969, em relação ao anterior, foi que a repressão ideológica emergiria de uma estrutura de poder marcada por uma centralização crescente das decisões, concentrando os instrumentos de mando e consolidando o caráter autoritário do regime. Essa alteração na forma de dominação política explicam a aparência opaca do segundo ciclo repressivo. Os acontecimentos de 1964 tinham se caracterizado pela dramaticidade, plenos de acusadores e acusados, de rituais processualísticos, de denúncias vagas o de réplicas incisivas e desmistificadoras. A capacidade do ciclo de 1969 derivou da ausência de peças acusatórias, de artefatos de processos, de comissões inquisitoriais e de indiciados.³⁴⁸

Verificou-se que, mesmo após a decretação do AI-5 e o fechamento da ditadura, os militantes da AP continuaram tentando desenvolver ações políticas junto ao movimento estudantil no estado, como foi o caso das campanhas pelo voto nulo e por mais vagas na Ufrgs, organizadas por eles em parceria com acadêmicos da universidade e estudantes secundaristas ligados à Ubes. Então, apesar de as manifestações terem ficado menores, em virtude da forte repressão efetuada pelos órgãos de segurança contra as organizações de esquerda, elas continuaram existindo como uma forma resistência à ditadura.

³⁴⁶Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³⁴⁷Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³⁴⁸ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Universidade e Repressão: os expurgos na Ufrgs*. Porto Alegre, LPM, 1979, p. 70.

Na terceira fase de atuação da AP no movimento estudantil, elas ficaram concentradas na cidade de Porto Alegre, principalmente nos centros acadêmicos da Economia, Filosofia e Engenharia da Ufrgs e nos colégios Júlio de Castilhos, o “Julinho”, no Colégio Aplicação e no Colégio Pio XII. Assim, os militantes da APML participavam no Julinho do “Movimento Cultural Juliano” (MCJ) e do Movimento Juliano Independente (MJI).³⁴⁹

A atuação da AP no movimento estudantil também estava vinculada as suas entidades representativas regionais que, nessa fase, eram a União Estadual dos Estudantes Secundaristas (UEEs) e a União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES) e em nível nacional estavam vinculadas à União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Em conjunto, a AP e essas entidades representativas dos estudantes organizaram uma série de campanhas no estado, entre as quais, a “Campanha do Voto Nulo” e a “Campanha por mais vagas na UFRGS”, realizadas no ano de 1970.³⁵⁰

Após o golpe civil-militar de 1964, a AP, assim como outros grupos, entraram num processo de discussão para avaliar os rumos que seriam tomados pela esquerda a partir da instauração da ditadura no país. Logo, os militantes da AP começaram a debater se sua organização iria se tornar comunista, socialista, leninista ou maoísta; se o Brasil era um país semifeudal e a revolução deveria vir do campo para a cidade ou ele já era industrializado e a revolução teria que ser da cidade para o campo, seguindo o modelo de Mao Tsé-Tung ou ainda se deveria seguir o exemplo cubano de insurreição urbana, de guerrilha, seguindo a leitura de Régis Debray. Em razão disso, uma parte da AP defendia a realização de um trabalho de conscientização das massas, que resultaria na união entre operários, estudantes e intelectuais, os quais conduziriam o processo revolucionário, mas, não necessariamente, pela luta armada, via guerrilha.³⁵¹

4.3 A PROLETARIZAÇÃO DOS MILITANTES: A IDA PARA AS FÁBRICAS

³⁴⁹Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³⁵⁰Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³⁵¹Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

Nesse sentido, os dirigentes nacionais da organização foram fazer um estudo sobre o maoísmo na China e voltaram de lá defendendo a necessidade de que os estudantes e os intelectuais, que integravam o quadro de militantes da AP, estivessem mais coordenados com os operários e os camponeses, visto que um grupo estudava, mas os outros dois estavam com a vivência da transformação. Por isso, a AP passou a defender que, para haver mudanças, era necessário que existissem também operários e camponeses no seu quadro de adeptos, pois esses tinham acesso à produção, e que o papel dos intelectuais era o de auxiliar a condução desse processo. Isto seria feito com atividades que tentassem promover a conscientização política nos trabalhadores, por exemplo, com a distribuição de panfletos na porta das fábricas. No entanto, os militantes não tinham uma vivência real do que era ser um operário ou um camponês e, para resolver esse problema, a direção nacional da AP decidiu criar uma política de integração na produção, enviando todos os intelectuais, estudantes e não estudantes que nela militavam para trabalharem na cidade e no campo.³⁵²

Por conseguinte, a AP adotou, a partir de 1967, uma política de integração na produção com a finalidade de aproximar seus militantes, em sua maioria estudantes de classe média, do meio operário e camponês, sendo estes vistos como as únicas classes capazes de conduzir uma revolução de caráter socialista no país. A falta de operários e camponeses no quadro de integrantes da organização era, para os dirigentes nacionais, a sua principal deficiência. Por isso, eles começaram a empreender todos os seus esforços para diminuir a distância existente entre seus militantes e os trabalhadores, orientando-os para o fato de que, além de suas ações políticas normais, eles deveriam viver e trabalhar nas áreas rurais e urbanas de várias regiões do país.³⁵³

Na avaliação de Santana, o principal objetivo da AP ao adotar a política de integração na produção não era acabar com o perfil pequeno burguês de seus adeptos, mas ampliar o seu quadro de militantes no meio operário e camponês do país, visto que desde sua fundação ela era formada basicamente por estudantes, que não teriam condições teóricas e práticas para conduzir uma revolução de caráter socialista, que só poderia ser deflagrada por trabalhadores do campo e da cidade, que tinham acesso direto a produção. Então, para a autora:

Esse objetivo de superação dos limites de classe era posto como algo secundário no desencadeamento da integração, de maneira que, em “Integração com as massas: roteiro para uma discussão” foram colocados como aspectos fundamentais da prática o ideal de servir ao povo se integrar na vida das massas (comer, trabalhar e viver com as massas) sendo isso a base objetiva para a direção da luta de classes. Tanto

³⁵²Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

³⁵³RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

que, a transformação ideológica aparece como aspecto secundário, sendo ressaltado que ela facilitaria a integração, mas não seria o fator principal.³⁵⁴

Entretanto, Antonio Ramos Gomes, que foi dirigente estadual da AP, apresentou um ponto de vista diferente de Santana. Para Antonio, a coordenação nacional decidira que os pequenos burgueses, militantes da AP, tinham que assimilar a função do proletariado e, para isso, criara o movimento chamado proletarização da pequena burguesia, ou seja, que cada integrante do grupo fosse ele estudante, intelectual ou profissional liberal, teria que passar um tempo vivendo e trabalhando nas mesmas condições dos operários, para, dessa maneira, assumir a cultura do proletariado, além de que os militantes deveriam também tomar parte das reuniões dos sindicatos com nome falso, ou seja, participar de todas as atividades possíveis junto aos operários.³⁵⁵

O movimento de integração na produção tornou-se mais intenso com a decretação do AI-5 em dezembro de 1968, que marcou uma nova fase de confrontos entre as organizações de esquerda e a ditadura civil-militar no país, pois as novas medidas impostas pelo ato permitiram que o governo aperfeiçoasse os órgãos de segurança utilizados para reprimir os setores de oposição que se tornaram mais eficientes, o que motivou a direção nacional da AP, por medida de segurança, a intensificar o envio de seus militantes para se integrarem na produção em áreas afastadas de suas regiões de origem como uma tentativa de tornar mais difícil a ação da polícia sobre o grupo.³⁵⁶

De acordo com Santana, as áreas que iriam receber os militantes eram escolhidas pela direção nacional seguindo critérios previamente determinados. Os dados para estabelecer esses critérios foram retirados de uma pesquisa realizada pelos dirigentes que permitiu definir as “áreas prioritárias” ou “estratégicas” para o trabalho político que a AP pretendia desenvolver junto aos trabalhadores, tanto do meio urbano como rural do país. Também os militantes que seriam integrados na produção passaram por uma fase de estudos, que tinha por objetivo aumentar “o nível ideológico e teórico da militância”, com assuntos que compreendiam:

O programa de estudos aplicado pela organização era composto de temas como: linha política para a revolução brasileira; análise da realidade brasileira; a construção do partido marxista leninista do tipo novo; educação das massas; aplicação do

³⁵⁴SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia, p. 58.

³⁵⁵RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

³⁵⁶Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

materialismo dialético..textos que narrassem a experiências dos militantes; documentos gerais da AP e de outras organizações como o Partido Comunista do Brasil, Ala Vermelha etc. (...). A preparação da militância não era somente teórica, mas também de cunho militarista, uma vez que alguns militantes da organização foram enviados para a China para a realização de treinamento na Academia Militar de Nanquim.³⁵⁷

Porém, em seu depoimento, Antonia Mara Vieira Loguércio que participou do movimento de integração em Salvador, tendo sido transferida do Rio Grande do Sul para a Bahia no ano de 1969, contestou o fato de que os membros da AP teriam recebido um treinamento rigoroso antes de serem encaminhados para a produção, pois segundo ela, a decretação do AI-5 prejudicou o planejamento que era realizado pela coordenação nacional de tal forma que eles foram enviados para outras regiões do país sem receber a preparação necessária para que pudessem se adaptar às condições adversas e à dura realidade que enfrentariam, quando tivessem de trabalhar ou viver como operários ou camponeses.³⁵⁸

Em razão do AI-5 ter acelerado o movimento de integração, ela também contestou o fato de que a direção nacional tivesse seguido uma série de critérios para definir as áreas que iriam receber os militantes, porque, quando perguntou ao dirigente com o qual ela mantinha contato, o motivo pelo qual ela estava sendo deslocada para a Bahia, a resposta que obteve era de que, em um primeiro momento, eles pensaram em enviá-la para o Rio de Janeiro, mas tiveram que desistir dessa transferência, pois já havia muitas mulheres integradas à produção naquele estado. A partir dessa resposta, ela passou a contestar o “caráter científico” da política de integração na produção, defendido pela direção nacional da AP.³⁵⁹

Da mesma forma que alguns militantes da AP foram deslocados para trabalharem na Bahia, alguns foram designados para virem ao Rio Grande do Sul. Foi o caso do casal Nilce Azevedo Cardoso e Antonio Ramos Gomes, em julho de 1969. Conforme o depoimento de Nilce, antes de serem enviados para o estado pela direção nacional, ela e Antonio já haviam participado do processo de integração na produção na região do ABC paulista, onde trabalhou como operária na Rhodia, fábrica de linhas de Santo André. Além das tarefas realizadas na fábrica durante o dia, ela continuou desenvolvendo ações políticas, orientadas pela AP, no período da noite, o que aumentava sua árdua rotina de integrada na produção:

Eu fui morar numa vila operária e a minha rotina era muito complicada porque eu entrava às 6 horas na fábrica e saía às 4 horas da manhã de casa. Então, eu ia caminhando até a fábrica, trabalhava e depois eu voltava para casa e a noite eu militava; fazia as reuniões, as panfletagens, dormia pouco, pois logo depois eu tinha que acordar (...) para sair de novo! Não era nada fácil, e eu também tinha que

³⁵⁷SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia, p. 64.

³⁵⁸Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

³⁵⁹Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

conviver um pouquinho com o pessoal da vila, para poder contar a história que eu era uma mulher recém casada, que eu e o meu marido só conseguíamos pagar aquele lugar na vila porque estávamos os dois desempregados, e aí as pessoas nos indicavam onde tinham vagas de emprego.³⁶⁰

De acordo com Nilce, várias questões eram avaliadas pela direção nacional ao escolher as fábricas que receberiam os membros da AP encaminhados à integração no meio operário. Logo, a prioridade era de que a integração ocorresse em metalúrgicas onde já existisse um trabalho político prévio, pois isso facilitaria a realização das atividades dos militantes com os operários da empresa, os quais não precisariam partir do ponto zero, visto que eles já possuiriam um determinado grau de conscientização. O papel dos militantes, nesse contexto, era o de participar da coordenação dos movimentos estruturados pelos operários, em processo de aprendizado contínuo entre as duas partes envolvidas, tanto dentro da fábrica quanto nos bairros onde essas pessoas moravam, segundo relatou Nilce sobre sua integração na Rhodia:

Eu fui trabalhar na Rhodia e a escolha (...). A escolha da fábrica sempre tinha um significado político. Então, os militantes escolhiam uma metalúrgica onde trabalhassem muitos operários ou que já possuísse alguma forma de luta organizada dos trabalhadores, para que nós pudéssemos auxiliar na direção desses movimentos. A pretensão era essa, mas era necessário também que a gente aprendesse com os operários, pois era ali mesmo na fábrica que a gente teria que ser transformado, para poder estar com eles na direção do trabalho político.³⁶¹

Já Antonio Ramos Gomes informou que, ao chegarem no ABC paulista, Nilce foi trabalhar como integrada na Rhodia, enquanto ele iniciou suas atividades de operário na Saad, uma fábrica de garrafas de vidro, sendo que, para conseguir o emprego e por já estar vivendo na clandestinidade, ele utilizou carteira de trabalho e de identidade falsificadas. Ele também informou que existiam outros militantes da AP integrados à produção na mesma fábrica, o que interferia na questão de segurança, pois já no seu primeiro dia de atividades, ele encontrou durante o almoço Herbert de Souza, o Betinho, que estava atuando no mesmo local. Teve então que fingir não o conhecer, para não arriscar a posição dos dois, nem da organização dentro da fábrica.³⁶²

Contudo, mesmo que os militantes tivessem certos cuidados em relação à segurança, os policiais do DOPS acabaram descobrindo que havia muitos estudantes, intelectuais e professores trabalhando entre os operários em fábricas do ABC paulista e começaram a realizar vistorias constantes na região, o que obrigou os dirigentes a orientarem a saída dos militantes das fábricas. Em virtude disso, como Antonio já era conhecido pela polícia do DOPS por ter participado de atividades junto ao movimento estudantil em anos anteriores a

³⁶⁰ Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

³⁶¹ Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

³⁶² Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

1969, a direção da AP decidiu que ele não poderia mais ficar em São Paulo. Assim, a opção era ir para Minas Gerais e reconstruir a AP em Belo Horizonte, que estava bem abalada ou vir para o Rio Grande do Sul e estruturar a AP em Porto Alegre, que também estava enfraquecida, pois muitos dos seus militantes haviam saído da organização, tinham sido presos ou ido morar no exterior, como foi o caso do grande líder que a organização teve no estado antes de 1969, o professor de filosofia da Ufrgs, Ernani Maria Fiori, que estava morando no Chile.³⁶³

Sabe-se que a política de integração na produção realizada junto aos operários, em âmbito estadual, obedecia às orientações estipuladas pelos dirigentes nacionais, entre as quais estava a preferência de que a mudança de região fosse realizada por casais ou duplas de militantes, porque isso facilitaria a adaptação deles aos locais em que teriam que morar e trabalhar. Também a escolha de quais militantes seriam enviados para cada região determinada era realizada pela direção, a partir da análise do perfil de cada um dos indivíduos que compunham o quadro de participantes da organização.³⁶⁴

O número de militantes deslocados para participarem da integração na produção no Rio Grande do Sul foi pequeno, pois num total de setenta e sete indivíduos investigadas pela polícia e listados no dossiê, o nome de apenas sete apareceu vinculado ao movimento operário estadual. Então, além de Nilce e Antonio chegaram para se integrar na produção os casais Antonio Carlos Rodrigues da Silva, codinome “Joaquim” e sua companheira Maria do Carmo Rezende de Menezes, codinome “Margarida” que vieram de São Paulo em 1969; Catarina Meloni, codinome “Dora” e Emílio Borsari Assirati, codinome “Paulo”, que vieram do mesmo estado, só que no ano de 1971, as militantes Delsi Gonçalves de Paula, codinomes “Ruth”, “Ana” ou “Amélia”, que veio de Minas Gerais e Yurico Tatamyia, codinomes “Luzia” ou “Marlene” que chegou do Paraná.³⁶⁵

Questionou-se o fato de que alguns militantes listados no dossiê estivessem realmente vinculados ao movimento operário estadual, pois em seu depoimento Antonio Ramos Gomes esclareceu os seguintes pontos: Catarina Meloni e Emilio Borsari Assirati, que vieram para o Rio Grande do Sul em 1971, eram dirigentes nacionais que estavam fugindo da repressão efetuada pela ditadura civil-militar que estava intensa em São Paulo nesse período; em situação idêntica estava a militante Delsi Gonçalves de Paula, que já havia sido presa e

³⁶³ Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

³⁶⁴ LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

³⁶⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

torturada pelos policiais do DOPS em Belo Horizonte e tinha se chegado ao estado em 1972. Os três militantes tinham o mesmo objetivo, que era sair do país utilizando o esquema estruturado pela AP de passagem de pessoas pela região de fronteira do estado para os países do Uruguai ou da Argentina.³⁶⁶

Em suma, das pessoas listadas no dossiê vieram para participar do movimento de integração no meio operário do estado, cinco militantes de São Paulo, um de Minas Gerais e um do Paraná. Entretanto através do depoimento de militantes verificou-se que apenas quatro pessoas vindas de outras regiões participaram da integração no estado, que foram os casais Nilce Azevedo Cardoso³⁶⁷ e Antonio Ramos Gomes³⁶⁸, e Antonio Carlos Rodrigues da Silva e Maria do Carmo Rezende de Menezes, sendo que nenhuma informação foi passada por eles a respeito da militante Yurico Tatamyá, que veio do Paraná. Mais tarde, houve a participação de duas militantes no processo de integração na produção junto aos operários que saíram do Rio Grande do Sul para outras regiões do país, que foram Antonia Mara Vieira Logúercio e Dilza Maria da Silva Rodrigues, que foram transferidas em 1969 respectivamente para a Bahia e São Paulo.³⁶⁹

Embora o dossiê não faça nenhuma referência a essa informação, Antonio Ramos Gomes, além de haver se tornado dirigente estadual da AP e encarregado do setor da pequena burguesia, também participou da política de integração na produção no Rio Grande do Sul, tendo ido desenvolver atividades como operário na Wallig, uma metalúrgica que fabricava blocos de motor para a Mercedes-Benz em São Paulo. Afora trabalhar na fundição dos blocos, Antonio desenvolvia ações dentro da empresa, como a distribuição de panfletos na caixinha dos trabalhadores na hora do almoço, fazia tentativas de realizar debates e reuniões com eles, participava da organização dos protestos efetuados durante as comemorações do primeiro de maio. Todas essas atividades estavam voltadas para a tentativa de desenvolver nos operários uma maior conscientização política.³⁷⁰

Nilce declarou que a primeira dificuldade enfrentada por ela ao chegar ao estado, em 1969, foram as baixas temperaturas que faziam aqui no mês de julho, período de inverno na região. Por isso, na primeira ocasião em que ela foi procurar emprego na região de Porto Alegre, retornou para casa sem passar pelos testes de admissão dos funcionários, aplicados

³⁶⁶ Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

³⁶⁷ Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

³⁶⁸ Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

³⁶⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³⁷⁰ Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

pela fábrica, pois chegara na fila de candidatos às vagas, às 5 horas da manhã, usando chinelos e pouco agasalho e, por isso, não suportou aguardar a sua chamada em virtude do frio intenso que fazia naquele dia. Apesar disso, ela arrumou emprego na metalúrgica Renner, que produzia chapas metálicas na cidade de Gravataí.³⁷¹

Antonia Mara Vieira Loguércio participou da política de integração na produção, trabalhando na empresa Bosch, localizada em Salvador, na Bahia. O mais difícil para ela, ao decidir pela participação ou não na política de integração na produção, não era mudar-se para outra região do país, ter que trabalhar como operária e se adaptar a uma vida simples, mas ter que se desligar da sua família e ficar sem manter contato com eles durante um determinado tempo. Por causa disso, ela só resolveu se integrar à produção, quando o seu irmão José Loguércio, também militante de AP, foi designado para assumir uma área rural no estado de São Paulo:

E aí eu fiquei em dúvida durante sete meses, eu sabia que não teria problema nenhum com as condições que teria que enfrentar, até com a fome que a gente passou, com as {sic} necessidades básicas, eu não tinha problemas com isso, pois eu não fui criada com luxo e a gente sempre teve uma vida simples. Mas, o meu problema era me separar dos meus pais e deixá-los principalmente com aquela agonia de ficar sem saber notícias, numa situação dessas. Então, eu relutei bastante e levei sete meses para tomar a decisão, mas como o Zé saiu livre ele foi também e eu fui com ele, pois ele já havia decidido antes, quando estava no Julinho, que ele ia para o campo.³⁷²

Quando chegou à Bahia, a militante passou por uma fase bem difícil, pois só conseguiu uma oportunidade de trabalho na Bosch após cinco meses procurando emprego nas fábricas de Salvador. Em relação às ações políticas, ela informou que o tempo não foi suficiente para organizar movimentos dentro da fábrica, pois ela só trabalhou lá durante um ano, mesmo assim, nesse período, ela tentou desenvolver a conscientização nas operárias em relação a questões ligadas ao próprio trabalho, a saber, o recebimento de baixos salários, a falta de equipamentos e condições adequadas à execução das atividades na linha de produção. Um dos episódios em que ela tentou organizar um protesto foi na comemoração do dia de São João, considerado muito importante para a população baiana e que não foi respeitado pela Bosch, a qual não concedeu feriado aos seus funcionários, gerando um clima de insatisfação:

Nós estávamos discutindo o porquê da Bosch, que não estava nem aí para a tradição dos funcionários, quererem que trabalhássemos no dia de São João, que na Bahia é mais sagrado que Natal. Então, nós fomos pedir para os diretores para não trabalhar no feriado e ao invés de pedirmos diretamente para o chefe de seção, nós fomos direto ao presidente da fábrica. Por isso, o subalterno ficou possesso comigo, pois as outras operárias não se posicionaram a respeito da questão e me deixaram sozinha, sendo que eu acabei assumindo toda a culpa pelo movimento. (...) Mas eu tinha um

³⁷¹Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

³⁷²Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

bom relacionamento com as outras operárias e procurava fazer certa doutrinação política com elas.³⁷³

Já Nilce, ao trabalhar como integrada na produção na metalúrgica Renner, verificou que o seu quadro de funcionários era formado apenas por mulheres e isso tornou mais difícil a realização de um trabalho de conscientização com as operárias, pois elas não tinham um histórico de participação política. Assim, ela iniciou suas ações praticamente do zero. Por isso, ela começou explicando o que era a sociedade brasileira, porque era preciso que houvesse transformações no país e que a ditadura fosse substituída por outro regime, marcando, dessa forma, o início de um trabalho de conscientização política que traria efeitos somente a médio prazo. Apesar disso, muitas operárias distribuía panfletos, levavam material para as suas famílias, desempenhando funções de “militante simpatizante”, apesar de não estarem articuladas.³⁷⁴

Como as mulheres estavam iniciando um processo de tomada de conscientização política, elas não participavam das reuniões organizadas pela militante após o expediente nos bairros operários, ou seja, ainda que Nilce estivesse integrada junto às operárias na metalúrgica Renner, as reuniões políticas contavam com a presença apenas de homens. Para ela, isso acontecia porque as mulheres, além de sofrerem o efeito da falta de uma participação política mais efetiva, também eram influenciadas pela própria formação cultural da sociedade, que não aceitava a participação feminina em questões que envolvessem atividades políticas.³⁷⁵

Como já falamos antes, só quem comparecia às reuniões eram os homens, e em sua maioria aqueles que já tinham um histórico de atividades políticas desenvolvidas anteriormente, como foi o caso de militantes que integraram a AP que haviam participado do Grupo dos Onze, organizado por Leonel Brizola ou do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que naquela fase já estavam participando da organização dos sindicatos que iam surgindo, enquanto que as mulheres não tinham esse contato com partidos ou movimentos sociais:

Os homens que participavam das reuniões, pois eram eles que passavam de simpatizantes para militantes da organização. (...) Isso acontecia porque os homens já participavam de sindicatos (os sindicatos estavam começando nessa época) e de discussões políticas enquanto que as mulheres não. Com elas, eu tive que começar um trabalho político do zero e explicar o que era a sociedade, porque ela devia passar por uma transformação e porque devíamos tirar a ditadura militar e implantar um outro regime no país. Então, o trabalho de conscientização era longo com as mulheres e por isso que *não* existiu uma célula de mulheres na AP. {...}Mas, nós não voltamos para as fábricas após a repressão e as mulheres ficaram como

³⁷³Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

³⁷⁴Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

³⁷⁵Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

simpatizantes, ou seja, distribuíam panfletos, levavam material para as famílias, mas não estavam articuladas e não tornaram-se militantes da organização.³⁷⁶

Durante o período em que esteve integrada, o que mais chamou a atenção de Nilce era a quantidade expressiva de acidentes de trabalho que ocorriam diariamente dentro da metalúrgica. Isso ocorria porque as chapas metálicas eram colocadas nas prensas pelas operárias, que por falta de equipamentos de segurança e de um treinamento adequado para desempenhar as suas funções na produção, perdiam parte das mãos, dedos ou cabelos na realização dessas atividades. Assim, as operárias tinham que desempenhar suas atividades convivendo com riscos constantes de acidentes de trabalho, como salientou Nilce em seu depoimento:

Na metalúrgica Renner, o que mais chamava a minha atenção era a quantidade de operárias que não tinham parte das mãos, porque elas trabalhavam em máquinas que faziam chapas metálicas e era comum perderem parte dos dedos na realização de suas atividades. Então, ao trabalhar como operária eu tinha dois medos; um era de estar na fábrica e ser presa pela polícia e outro era o de perder um dos meus dedos! Aquilo era um horror! As operárias também perdiam os cabelos, que às vezes enrolavam nas máquinas, porque elas precisavam usar uma touca, mas não receberam esse equipamento e um dia, uma moça foi trabalhar e se escapelou na máquina. A máquina a escapelou! E, no outro dia perdeu uma operária perdeu um dedo! Então, cada dia acontecia um acidente dentro da metalúrgica!³⁷⁷

Mara Antonia Vieira Loguércio também salientou as condições precárias com que os operários desenvolviam suas atividades na Bosch, pois eles ficavam em contato durante todo o expediente com um óleo cancerígeno, sem receberem os equipamentos adequados de segurança ou adicional ao salário por insalubridade. E, mesmo que existissem apenas vinte mulheres trabalhando na produção da empresa, todas elas eram obrigadas pela Bosch a morar no residencial Aratu ou no bairro Simões Filho, que ficavam próximos da fábrica, pois ela não disponibilizava meio de transporte para aquelas operárias que fossem residir mais longe, alegando que o custo do deslocamento ficaria muito alto para a empresa:

Eu morava com mais 3 meninas na casa de uma delas, lá no Centro Residencial de Aratu, a gente alugava assim, pagava o aluguel para ela proporcional porque a gente tinha que morar no centro residencial de Aratu porque, olha as coisas interessantes, na época ainda havia o limite de horário para o trabalho de mulher, até as dez horas da noite, isso era 70, embora eu não tivesse o adicional de insalubridade que só foi em 78 e a gente tivesse óleo pingando nas pernas o tempo inteiro, esse óleo altamente cancerígeno, mas ainda tinha o horário noturno. Então, eles não tinham condições porque eram poucas as mulheres das fábricas, eram umas 20, de nos levar até Salvador era muita despesa para a empresa, então eles queriam que a gente se deslocasse até um centro residencial e que uma kombi nos levasse entendeu? (...).

³⁷⁶Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

³⁷⁷Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

Então, a Kombi deixava o pessoal no Centro Residencial e as outras em Simões Filho.³⁷⁸

De modo geral, as estratégias utilizadas pelos militantes da AP para tentar promover a conscientização política nos operários era a colocação de panfletos informativos em locais de fácil acesso, como junto às máquinas; a fomentação de discussões que envolviam de temas relacionados às condições de trabalho, como falta de equipamentos de segurança, baixos salários, entre outros problemas enfrentados por eles nas fábricas ou mesmo nos bairros onde residiam. No entanto, antes de qualquer atividade, os militantes sempre esclareciam que a principal finalidade da AP era lutar contra a ditadura, que estava desferindo uma repressão intensa contra as organizações de esquerda em todo o país:

Os panfletos a gente mesmo confeccionava nos reco-reco e depois ia distribuir aos operários. Nós também tínhamos que entrar nas fábricas para discutir com os operários, mas com todo o cuidado, pois nós sabíamos que estávamos dentro de uma ditadura. Nessa época já tinha tido sido decretado o Ato 5 e por qualquer coisa a pessoa poderia ser presa, mesmo que não houvesse um mandado contra ela. Então, o trabalho que a gente fazia era o seguinte; nós discutíamos com os operários, passávamos os panfletos. Os panfletos a gente deixava escondido nas máquinas, porque elas tinham uns caninhos e a gente colocava o material ali, mas tinha que ser numa hora de intervalo, pois nem os colegas sabiam quem tinha colocado o material nas máquinas. Depois os chefes vinham em cima dos funcionários para saber quem havia colocado os panfletos, de onde tinha saído aquela ideia; a repressão vinha em cima dos operários.³⁷⁹

No depoimento de José Henrique Freitas, operário que esteve vinculado à AP até o final de 1969, quando deixou a organização para ingressar no Partido Comunista do Brasil (PC do B), que atuava na região da grande Porto Alegre, as atividades que eles faziam para conscientizar os trabalhadores e a população em geral sobre a ditadura civil-militar e a necessidade de mudanças sociais eram a panfletagem, a pichação e outras ações que deviam ser desenvolvidas com muito cuidado, pois se o golpe já havia dificultado as atividades, a decretação do AI-5 agravou ainda mais a situação em qualquer movimento, fosse ele operário ou estudantil, embora os estudantes tivessem mais mobilidade. Uma das ações mais curiosas que a esquerda fez no estado foi quando os militantes pegaram um porco, rasparam-lhe o corpo, despejaram óleo em cima, para dificultar que ele fosse agarrado e soltaram o animal no centro de Porto Alegre com um escrito “Abaixo a ditadura”. Esse fato teve imensa repercussão por ser bem criativo. A respeito das outras atividades ele informou o seguinte:

A pichação (...) era um importante mecanismo de conscientização, pois conforme a sua localização ela poderia ser vista por milhares de pessoas. Então, as pichações eram feitas em locais com grande trânsito de pessoas, pois tu não tinhas jornais que publicassem nada a respeito e aquilo ali era o teu meio de comunicação com a população(...). Para fazer as panfletagens, tu tinhas que ir para um prédio bem alto

³⁷⁸Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguercio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

³⁷⁹Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

e colocar no parapeito os panfletos; os de cima meio molhados, eles ficavam ali e na medida em que o sol e o vento iam batendo, o material ia secando e se soltando. Esse tipo de atividade tinha repercussão porque eram milhares de panfletos daqueles espalhados pela cidade e a polícia não descobria quem havia distribuído o material e isso aparecia como uma ação vitoriosa do movimento social da esquerda.³⁸⁰

Ao participarem da integração na produção, os militantes tentavam criar e manter vínculos com os trabalhadores a partir da realidade de vida deles, tanto nas fábricas, como nos bairros operários onde eles foram morar. Assim, ao entrarem em contato com essa realidade, os militantes adquiriam experiências com as situações vivenciadas pelos operários, tanto nas fábricas onde eles conviviam com péssimas condições de trabalho, quanto nos bairros onde eles enfrentavam dificuldades relacionadas a falta de um sistema de transporte adequado, com condições precárias de moradia, saneamento e infra-estrutura, além da falta de um sistema educacional e de saúde que atendesse essas pessoas. Em relação aos bairros onde morou no ABC e em Porto Alegre, Nilce fez as seguintes colocações a respeito das condições de vida das pessoas que lá moravam:

Com as pessoas da vila eu aprendi a viver com pouco dinheiro, pois eu tinha que me sustentar com o salário que ganhava como operária e ele era muito baixo. Então, (...) eu tinha que viver com muito pouco em uma vila que não tinha quase nada, de chão batido, numa casa minúscula. Além disso, eu nunca tinha visto bebês morrendo e naquela vila, por exemplo, morriam bebês toda a semana e, aí as pessoas me diziam: “Ah, morreu mais uma criança”! E, as crianças morriam por falta de higiene, por falta de médico, por falta de tudo! Era tão normal aquilo e eu ficava horrorizada, pois eu nunca tinha visto bebês morrendo! (...). Eu também aprendi muito como as mulheres, com a capacidade que elas tinham de sobreviver a tudo aquilo, a uma vida tão dura, pois elas trabalhavam, cuidavam dos filhos, da casa e ainda suportavam toda aquela miséria.³⁸¹

O contato com as massas é mais uma das características que aproximou o trabalho político desenvolvido pelos militantes da AP do conceito de intelectual orgânico desenvolvido por Gramsci, pois eles estavam sempre em contato com a população, fosse através dos movimentos de alfabetização, das atividades culturais ou da própria participação no movimento de integração na produção. Para promover a elevação cultural da população, os militantes lançavam mão das mais variadas estratégias, como a encenação de peças de teatro, de músicas de protesto, distribuição de panfletos, organização de debates, reuniões e palestras que tinham por objetivo fomentar a consciência crítica nas pessoas, tanto sobre as suas próprias condições de vida e de trabalho, como de sua função como agente de transformação da sociedade.

No pensamento político de Gramsci, ele salientou que os intelectuais orgânicos deveriam realizar um movimento de conscientização das massas, promovendo a sua elevação

³⁸⁰Depoimento de José Henrique Freitas. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

³⁸¹Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

cultural. Para isso, seria necessário um contato permanente entre esses intelectuais e a população, através do qual eles conseguiriam combater a hegemonia ideológica exercida pela classe dominante sobre a população, promovendo uma mudança na concepção de mundo e posteriormente na realidade de vida dessas pessoas, que passariam do senso comum para o bom senso através da aplicação da filosofia da práxis. Na interpretação gramsciana, os intelectuais orgânicos jamais poderiam perder o contato com as massas:

O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais - massa; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativamente e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova “amplitude” e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simplórios, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, através de indivíduos, ou mesmo grupos mais ou menos importantes, no estrato dos intelectuais especializados.³⁸²

Em razão disso, as atividades desempenhadas pelos intelectuais da AP foram interpretadas como uma tentativa de criação de um grupo, que a certo prazo poderia ter se tornado os intelectuais orgânicos da classe operária e camponesa brasileira. As ações políticas que eles desempenhavam tinham por objetivo promover mudanças na sociedade, através da conscientização popular e da elevação do senso comum para o bom senso, que na leitura de Gramsci deveriam ser realizadas pelos intelectuais orgânicos, pois a massa não conseguiria se tornar independente sem a atuação desse grupo de dirigentes:

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais; uma massa humana não se distingue e não se torna independente “por si” em sentido lato; e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente de um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. Mas esse processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de cisões e de agrupamentos; e, neste processo a fidelidade da massa e a fidelidade e disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo é submetido a duras provas.³⁸³

Os intelectuais da AP tentaram através de um trabalho de conscientização política modificar a estrutura social brasileira, realizando ações que valorizavam a cultura local, que seria uma das formas recomendadas por Gramsci para promover a elevação cultural da população, que a partir daí iniciaria um processo de superação de uma velha visão de mundo, que seria aos poucos substituída por um pensamento filosófico e racional inspirado na filosofia da práxis. Para isso, os intelectuais orgânicos deveriam desempenhar as seguintes tarefas:

1) Não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade

³⁸²GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 25.

³⁸³GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 21.

popular; 2)trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época.³⁸⁴

Compreendeu-se a partir da análise das atividades desenvolvidas pelos militantes da AP, que a organização esboçou uma tentativa, mesmo que incipiente de tornar-se o grupo político formado de intelectuais orgânicos que representaria a classe trabalhadora brasileira. Entre as características que permitiram aproximar a AP do conceito de intelectual orgânico estava o fato da organização ter direcionado as suas ações políticas desde a sua fundação, em 1962, para as massas, tentando fomentar nelas a conscientização política, fosse através da participação em projetos de alfabetização, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e o método Paulo Freire, do movimento cultural da UNE, ou nas manifestações efetuadas em conjunto com o movimento estudantil e outros grupos de esquerda contra a ditadura civil-militar, como no movimento de integração na produção, adotado a partir de 1967.

4.4 A INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO NA AVALIAÇÃO DOS MILITANTES

De modo geral, em seus depoimentos, os militantes da AP apresentaram posições diferenciadas quanto à política de integração na produção, pois enquanto para alguns a transferência de pessoas de uma região para outra ocasionou a desestruturação da AP, ao mesmo tempo em que eles não conseguiram realizar uma ligação efetiva com os camponeses e operários, para outros militantes a experiência foi positiva e poderia ter resultado, mesmo que a um prazo mais longo, em mudanças sociais no país.

Para Nilce, a integração com os operários proporcionou o maior aprendizado de sua vida, pois foi lá, por exemplo, que ela passou a ter mais firmeza em suas convicções, porque repetia para si mesma, todos os dias, quais eram os objetivos que ela pretendia alcançar com as tarefas desenvolvidas junto às fábricas e bairros operários, e que esse trabalho poderia modificar, mesmo que a um prazo mais longo, as estruturas sociais brasileiras. Ela também relatou que muitos estudantes que foram participar da integração na produção tinham uma visão romântica do processo, acreditando que seria fácil adaptar-se às condições de vida dos operários e camponeses, mas não suportaram a dura realidade que se viram obrigados a

³⁸⁴GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p.27.

enfrentar, morando em locais muito pobres, que não ofereciam condições mínimas de moradia e tendo que enfrentar uma jornada dupla de trabalho, ou seja, além das atividades como operários nas fábricas tinham que desenvolver as ações políticas como membros da organização. Portanto, o trabalho de integração na produção para a militante:

A integração na produção foi uma excelente política adotada pela AP, pois os militantes que tinham estudado o socialismo e estavam a frente do movimento sabiam que para alcançar os seus objetivos, eles deviam trabalhar para conscientizar politicamente a classe operária e camponesa, que ira fazer a revolução! Os militantes iam estar ao lado dos trabalhadores, porque os intelectuais dão a direção do movimento, mas quem faz a revolução são os operários e camponeses! Então, eu não sei como a gente idealizava a chegada ao poder; (...), que seria uma guerra a longo prazo e mais tarde os militantes iam organizar a tomada do poder.³⁸⁵

A militante Antonia Mara Vieira Loguércio também avaliou o movimento de integração na produção de forma positiva à AP e para o seu desenvolvimento pessoal, pois fez com que ela adquirisse as qualidades de concentração, disciplina e firmeza, porque, durante o processo, ela teve que tomar muitas decisões que afetavam não só ela, mas também aos companheiros com os quais ela tinha contato. Então, de acordo com as palavras da militante, a integração na produção, a “cada missão que passava, a cada dia que passava, a gente aprendia uma lição para nunca mais esquecer.”³⁸⁶

Na análise da integração na produção, ela salientou que o movimento foi uma orientação correta adotada pela AP, mas que teve dois erros básicos, sendo um deles subjetivo e o outro de premência. O erro de premência foi que os militantes eram deslocados, da mesma maneira que ela foi designada para realizar a integração na Bahia, sem as mínimas condições materiais, o que os deixava abaixo do nível econômico das próprias massas e isso dificultava a realização até mesmo das ações políticas, pois às vezes, ela não podia se deslocar para participar de reuniões porque não tinha dinheiro para utilizar o transporte público. Junte-se a isso o erro subjetivo de que as pessoas, as quais não aceitaram participar do processo de integração, não terem ficado como militantes da AP, mas apenas como “amigos” da organização:

Os militantes que optaram por não participar da política de integração na produção sofreram um choque maior do que aqueles que foram transferidos para se integrarem em outras regiões do país, pois ficaram com um sentimento de culpa muito grande e as reuniões da AP deixaram de ser debates de um partido político e se tornaram uma espécie de terapia de grupo. Além disso, alguns militantes, ao se integrarem não aceitavam determinadas atividades que eu julgava normal na situação na qual estávamos, pois tínhamos que tomar determinadas decisões e exercer certa autoridade, inclusive sobre os companheiros operários e não somente sobre o

³⁸⁵Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

³⁸⁶Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

movimento estudantil. Então, a própria convivência entre os militantes dentro da organização não era muito fácil.³⁸⁷

Ao contrário, na avaliação de Antonio Ramos Gomes a direção nacional da AP, ao adotar a política de integração na produção e enviar os militantes para trabalharem nas fábricas acreditavam que assim os seus membros oriundos da pequena burguesia iam entender o que era ser proletário, o que para ele foi um pensamento utópico e dogmático, pois era como se eles pudessem passar por uma lavagem cerebral, como se os militantes aos passarem 100 dias trabalhando em uma fábrica e morando numa vila pudessem virar operário, o que não aconteceu porque eles não perderam as raízes de sua classe de origem e o fato de um intelectual morar e trabalhar entre os operários não fazia com que ele se tornasse um deles, então foi uma visão muito romântica que a AP ao adotar essa política.³⁸⁸

Para Ramos, alguns dos intelectuais da AP não conseguiram permanecer integrados à produção porque lhes faltou firmeza em suas convicções, o que os levou a não se adaptarem às novas condições de vida a eles imposta, pois, por mais que eles tentassem mudar de comportamento, não conseguiram voltar a suas atividades a fim de atingirem objetivos que contrariavam os definidos por sua classe de origem ou formação:

Isto acontece porque não conseguiram, na prática cotidiana, se livrar de uma determinada formação de classe fortemente arraigada. A consecução mesma da tarefa de crítica radical a que se propõem depende, sem dúvida, de uma constante e profunda revisão interna. Viver uma luta eterna contra si mesmo este parece ser o destino dos intelectuais que escolhem romper com a sua condição, pois só a burguesia, no momento em que era classe revolucionária, foi capaz de produzir intelectuais orgânicos.³⁸⁹

Em relação ao término da política de integração na produção, Antonio informou que em 1971 ele e Nilce foram orientados pela direção nacional, por medida de segurança, a deixarem os seus trabalhos nas fábricas e voltarem a viver na legalidade. Em virtude disso, Nilce foi trabalhar como professora enquanto Antonio fez um curso de computação foi atuar na área de informática até 1972, quando ambos foram presos pela polícia e encaminhados ao DOPS de Porto Alegre.³⁹⁰

4.5 O ESQUEMA DE FRONTEIRA

³⁸⁷Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

³⁸⁸Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

³⁸⁹RAMOS, Alcides Freire. A luta contra a ditadura militar e o papel dos intelectuais de esquerda. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Ano III nº 1 Disponível em Disponível em <<http://www.revistafenix.pro.br>>. Acesso em 12. out. 2010, p. 18.

³⁹⁰Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

Conforme dossiê produzido pela Secretaria de Segurança Pública, a AP montou um esquema de passagem de militantes da organização para o exterior, através da região fronteira do estado, no final da década de 1960. Esse esquema ficou conhecido como “esquema de fronteira” e envolveu, diretamente, oito militantes e foi responsável pela passagem na área de membros da direção nacional, entre os quais estavam Jair Ferreira de Sá, Paulo Stuart Wright e Manoel da Conceição e os militantes Maria Lúcia Jaime, Rui Lemos Schmidt, Alduizio Moreira de Souza, Arnoul Holanda Cavalcante e Rui Frazão Soares. Em relação à travessia dos dirigentes nacionais, o dossiê trazia as seguintes informações:

Jair Ferreira de Sá: Em 1970 - passou pelo esquema de fronteira para o centro do país e, segundo “Eduardo”, participou de um estudo marxista na China; Manoel da Conceição Santos; Em 1970-passou pelo esquema de fronteira para o centro do país e, participou de estudo marxista na China; Paulo Stuart Wright: Em 1970-passou pelo esquema de fronteira para o centro do país e, segundo “Eduardo”, participou de um estudo marxista na China; Rui Lemos Schmidt: Em 1971-passou pelo esquema de fronteira com destino ao exterior, no 1º semestre de 1971.³⁹¹

Na análise do esquema de fronteira, levou-se em conta que ela foi estruturada pela AP logo após a decretação do AI-5, pois nessa fase vários militantes da organização tiveram que deixar o país devido à repressão efetuada pelos órgãos de segurança do governo militar que, dentro das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), inseriu a operação em uma perspectiva global, mais ampla, atuando para homogeneizar o espaço regional, a fim de que esse não se tornasse uma área de articulação da resistência.

De modo geral, o Rio Grande do Sul recebeu atenção especial do governo militar, pois, devido às suas características peculiares, o estado era uma via de acesso e influência para o chamado “espaço platino”, possuindo uma região de fronteira que fazia divisa com o Uruguai e a Argentina. Nas diretrizes da DSN, a posição geográfica do estado fazia com que ele tivesse uma importância fundamental para o governo por ser uma área estratégica para a segurança do país, o que justificava a presença de um forte aparato militar na região. E foi diante dessa conjuntura, que a presença de militares na fronteira do Brasil e do Uruguai foi reforçada:

Cada vez mais, a extensa fronteira seca e as cidades binacionais Chuí-Chuy e Santana do Livramento-Rivera, tornaram-se áreas extremamente sensíveis tanto aos acontecimentos da política interna de cada um dos países, quanto da política regional, tomada em perspectiva global. Diversas rotas de passagem se constituíram no espaço inter-fronteiriço, entre os dois países, de uso de resistência e da repressão.³⁹²

³⁹¹Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972, p. 23.

³⁹²PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*. História e Memória. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2009, p. 20.

A partir do golpe civil-militar de 1964, o espaço estadual tornou-se via de passagem e articulação para a resistência brasileira, pois o Uruguai recebeu a grande parte dos exilados políticos, entre os quais estava Leonel Brizola e o ex-presidente João Goulart. Posteriormente, os órgãos de repressão passaram a monitorar as atividades desenvolvidas pelos exilados em terras uruguaias, tentando evitar que essas lideranças mantivessem contato e articulassem movimentos de oposição com as organizações de esquerda que permaneciam em atividade no país:

A configuração do território estadual como corredor para o trânsito da resistência (“pombos–correio” de Brizola, esquemas para retirar ou introduzir perseguidos políticos) e da repressão (...); o reconhecimento de que o Uruguai, país vizinho, virou santuário preferencial do exílio brasileiro entre 1964- 1968, enquanto que o Rio Grande do Sul tornou-se uma área acessada por organizações perseguidas naquele país e na Argentina desde o final dos anos 1960 e durante a década de 1970- o que deu especial conotação ao estado dentro da lógica da Segurança Nacional.³⁹³

A constituição da região fronteira do Rio Grande do Sul como espaço de articulação da resistência e, posteriormente, também de ação dos órgãos de repressão a serviço da ditadura civil-militar que tentavam impedir tais atividades fez com que o governo, dentro dos pressupostos da DSN, promulgasse, no ano de 1968, uma lei que tornava vários municípios do estado, entre os quais estavam Santana do Livramento, Quaraí e Uruguaiana, áreas de segurança nacional:

Baseando-se nas concepções da DSN sobre as fronteiras ideológicas e o combate ao “inimigo interno”, setores do novo regime amadureceram a intenção de desencadear ações que permitissem controlar ou, pelo menos, neutralizar a comunidade de exilados. (...) O território oriental era visto pelos setores políticos perseguidos como uma espécie de “santuário” ou porto seguro. (...). Entretanto, em pouco tempo a situação começou a mudar.³⁹⁴

Conforme sintetizou Antonia Mara Vieira Loguércio, militante da AP, a região fronteira do Rio Grande do Sul oferecia possibilidades de travessia que não existiam em outras regiões do país nessa época, de intensa repressão política. Assim, por exemplo, a passagem por Foz do Iguaçu, no Paraná, era complicada por ser a região muito vigiada pelos militares e a saída por outros estados, situados acima do Paraná, era difícil porque suas fronteiras estavam situadas em áreas de selva. Ela também salientou que, embora existissem pessoas que conseguiram obter documentos falsos e saíram do país através de seus aeroportos, a grande maioria dos militantes, que foram para o exterior, passou pela região de fronteira do estado do RS, rumo ao Uruguai, país em que se encontrava a maior parte dos exilados

³⁹³PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985). História e Memória*. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2009, p. 24.

³⁹⁴PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985). História e Memória*. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2009, p.39.

brasileiros, os quais se encarregavam de receber e providenciar acomodações para seus compatriotas.³⁹⁵

Silveira destacou que a utilização do conceito de região como um espaço determinado por processos históricos derrubou a antiga ideia de que o regional e o nacional estão sempre em oposição, pois o estado atuaria na tentativa de tornar homogêneo todo o seu espaço geográfico, sem levar em consideração as particularidades regionais existentes. Assim, o espaço sul-rio-grandense sofreu a ação durante a ditadura civil-militar de forças mais amplas, que modificaram a sua configuração enquanto região delimitada e fizeram com que suas fronteiras se tornassem mais amplas. Com base nesses estudos, o conceito de região foi definido pela autora a partir de:

Uma região não poderia ser definida por suas fronteiras administrativas e políticas, mas pelos movimentos que ocorrem em seu interior, que modificam constantemente o espaço, em virtude da ação humana, num processo dialético de “valorização” de determinada área. Dessa forma a noção de região e de espaço, de recorte regional seria o resultado de uma atribuição de valores, de um recorte histórico, mas nunca poderia ser vista como um território estático, previamente demarcado.³⁹⁶

De acordo com a interpretação de Silveira, a maior contribuição do neo-marxismo foi trazer para as abordagens regionais um novo conceito de região, que deixou de ser um espaço delimitado por questões geográficas para se tornar uma área influenciada por processos históricos, que podiam tanto ampliar quanto encurtar os limites de uma fronteira. Nesse horizonte, ela trabalhou com dois conceitos diferenciados; o de espacialização e o de espacialidade, que foram definidos pela autora:

A espacialização- isto é, ação intervencionista do Estado no sentido de organizar o território segundo interesses bem definidos e que, portanto, é um fato social, dinâmico, em processo, em determinada época; sinônimo de regionalização, ação de criar regiões; a espacialidade- uma organização de território já produzida e codificada sob a expressão de fronteiras legais que acabam sendo rebaixadas pela sobredeterminação do processo de especialização. Sinônimo de região já criada.³⁹⁷

Nesse sentido, pela análise do dossiê produzido pela Secretaria de Segurança Pública, das fontes orais e dos documentos da AP estadual, constatou-se que existiam membros da organização que atuavam em cidades do Brasil e do Uruguai, organizando a passagem de militantes pelas fronteiras do Rio Grande do Sul, configurando essa área como um espaço de articulação da resistência à ditadura civil-militar imposta ao país em 1964. Nessa perspectiva, a pesquisa se voltou para o Rio Grande do Sul, pois a dinâmica regional, enquanto abordagem

³⁹⁵Depoimento de Antonia Mara Vieira. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

³⁹⁶SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Perspectivas Metodológicas: Região e História. Questão de Método*. IN: *República em Migalhas*. São Paulo, Marco Zero, 1990, p.36.

³⁹⁷SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Perspectivas Metodológicas: Região e História. Questão de Método*. IN: *República em Migalhas*. São Paulo, Marco Zero, 1990, p. 37.

com recorte espacial delimitado, permitiu que fossem analisadas atividades peculiares que a AP efetuou no estado, ao estruturar o esquema de fronteira. Então, a região, de maneira específica, devido ao acesso que as suas fronteiras ofereciam aos países do Uruguai e da Argentina, foi um espaço de resistência dos grupos de oposição à ditadura, entre os quais estava a AP. Ao mesmo tempo, a mesma região inseriu-se na política desenvolvida pelo governo militar que, dentro das diretrizes da DSN, converteu-a, posteriormente, em área de articulação da repressão.

Como vimos antes, o esquema de fronteira permitiu a passagem de integrantes da AP para o Uruguai. Sua base de articulação estaria localizada em Pelotas, cidade onde os militantes se encontravam para organizar a travessia pela fronteira, seguindo principalmente para a cidade de Livramento e, posteriormente, para as cidades uruguaias de Rivera e Montevideú.³⁹⁸

A militante Antonia Mara Vieira Loguércio informou durante a sua entrevista que não havia um esquema montado pela organização que pudesse ser qualificado como uma “operação fronteira”, mas que a AP realizava a travessia de muitas pessoas por essa área, sendo que alguns membros estavam encarregados exclusivamente dessa atividade, o que não era o seu caso, pois ela nunca participou diretamente da passagem pela fronteira, mas teve a oportunidade, durante a sua militância na AP de entrar em contato com várias pessoas que estavam se preparando para realizar a travessia, tendo sido chamada inúmeras vezes para providenciar refeições ou hospedagem para elas.³⁹⁹

Já no depoimento do dirigente estadual Antonio Ramos Gomes, ele informou que através do esquema de fronteira, a AP ajudou vários militantes a saírem em segurança do país, mas que essa passagem era de tal forma secreta que as informações sobre as travessias eram conhecidas apenas pela direção nacional e pelo encarregado do setor de serviços que, no estado, era a militante Nilce Azevedo Cardoso. Dessa forma, ele, no cargo de dirigente estadual, sabia apenas que um militante da AP fora deslocado para Santana do Livramento para ajudar a passar as pessoas pela fronteira seca. Portanto, ele nunca ficou sabendo mais detalhes a respeito desse processo, uma vez que o papel dele era o de passar o “ponto” para que a pessoa chegasse até a cidade da fronteira, mas a rota de travessia, que ia por Santa Maria, Rosário, só quem sabia era o setor de serviços.⁴⁰⁰

³⁹⁸Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

³⁹⁹Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

⁴⁰⁰Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

Nesse contexto, para confirmar a importância da questão da segurança no esquema de fronteira, Antonio Ramos Gomes citou o caso de um militante da AP que tinha o codinome de Marcelo e viera de São Paulo para Porto Alegre a fim de tentar passar a região da fronteira, pois estava sendo perseguido pela polícia, mas não comunicou fato à direção nacional da organização, ou seja, ele não viera pelo canal “oficial” da AP, via ponto, mas por conta própria e queria ir embora para o Uruguai. Então, o pessoal da AP paulista instruiu-o a chegar à cidade e procurar as lideranças do movimento estudantil, que eram o Pedro Calmon e o Paulo Loguércio, então estes informaram o caso ao dirigente estadual, que foi até o “ponto”.⁴⁰¹

Ramos informou que “ponto” era um determinado lugar, em num horário marcado, no qual dois militantes da organização se encontravam para fazer contato, identificando-se através de uma senha e de uma contra-senha. Então, o Antônio foi até o ponto, segundo ele, localizado em frente a uma loja, perto do Mercado Público de Porto Alegre e avistou o militante que desejava fazer a travessia, mas como ele não tinha certeza se o rapaz estava ou não sendo vigiado ou se não era um informante enviado pela polícia para derrubar os pontos da organização, ele não foi recebido pelo dirigente e não pôde realizar a passagem para o Uruguai. Mais tarde, Antonio descobriu que o militante de codinome “Marcelo” não estava em Porto Alegre para entregar ninguém e só queria realmente atravessar a fronteira, mas como a AP não o ajudou, ele teve que retornar para São Paulo.⁴⁰²

O militante de codinome “Marcelo”, que tentou realizar a travessia pela fronteira do estado através do esquema montado pela AP, era Ricardo Azevedo. Ele, mais tarde, lançou um livro de memórias em que relatou esse episódio. Ele fizera isso porque recebera a indicação de outros militantes em São Paulo de que a AP, no Rio Grande do Sul, poderia ajudá-lo a atravessar a fronteira em direção ao Uruguai. Assim, ele veio e foi bem recebido por alguns militantes num primeiro momento, mas, no dia marcado para ele fazer o contato com as pessoas que fariam a travessia, ninguém apareceu no local combinado e ele não conseguiu ir para o Uruguai.⁴⁰³

Detalhes adicionais envolvendo o esquema de fronteira foram obtidos através do depoimento da militante, Nilce Azevedo Cardoso, responsável pelo setor de serviços e por isso, pessoa fundamental na estruturação do esquema. Conforme ela, a base de articulação da passagem dos militantes não estava situada na cidade de Pelotas, pois não existia uma rota

⁴⁰¹Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

⁴⁰²Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

⁴⁰³AZEVEDO, Ricardo. *Por um triz: memórias de um militante da AP*. São Paulo: Plena, 2010.

única de travessia e a escolha do trajeto a ser seguido dependia do auxílio que o grupo de apoio da organização, que estava distribuído em várias cidades do estado pudesse dar a passagem dos militantes pela região, com destino principalmente para o Uruguai seguido depois pela Argentina, de onde a maior parte dos militantes seguiu para o Chile, que no início da década de 1970 estava sob a presidência de Salvador Allende, pois era o lugar onde o socialismo ia ser implantado. Nilce declarou que a travessia pela fronteira:

A gente se organizava para fazer a travessia principalmente aos domingos, pois não podíamos ter dupla, tripla, quádrupla ou quádrupla jornada de trabalho durante a semana (...). Mas, às vezes acontecia de ficarmos trabalhando durante a semana, nas fábricas, das 6 da manhã até as 2 da tarde e daí também tínhamos o resto do tempo para fazer a travessia e, nesses casos, a gente ia e voltava no mesmo dia! Em muitas ocasiões, a travessia pela fronteira não era acompanhada por militantes da organização, mas por alguém que fazia parte da rede de simpatizantes da AP e o nosso trabalho, nessas circunstâncias, era delegar a tarefa para essas pessoas e eles faziam a passagem, pois nós não conseguíamos fazer todas as travessias e a função era repassada para outras pessoas.⁴⁰⁴

Para a militante Antonia Mara Vieira Loguércio, Pelotas poderia ter sido usada como base estratégica da AP para a passagem de pessoas pela fronteira do estado em direção ao Uruguai, pois a rota escolhida dependia do caminho que oferecesse as melhores condições na ocasião em que seria realizada a travessia e a cidade oferecia uma série de possibilidades não verificadas, por exemplo, na cidade de Uruguaiana, onde a passagem para a Argentina era dificultada pelo trabalho da aduana enquanto que a fronteira Brasil-Uruguai “um campo aberto”. Assim, as rotas que poderiam ser seguidas pela AP a partir da cidade de Pelotas eram as seguintes:

A pessoa que ia atravessar a fronteira podia ir por Livramento até Rivera ou Melo, pegar um ônibus e seguir para Montevidéu ou optar por seguir através de Jaguarão para a cidade de Rio Branco, ou fazer a rota Quaraí – Artigas ou Bagé-Melo através de Aceguá, pois todos esses municípios integravam a região de fronteira, além do Chuí.⁴⁰⁵

Os militantes, que chegavam ao Uruguai pela região de fronteira, geralmente seguiam para o Chile, país que, nesse período, era governado por Salvador Allende. Ele foi eleito presidente do país por uma coalização de forças reunidas na Unidade Popular e pretendia instaurar no país uma série de mudanças que iriam prepará-lo à transição para uma sociedade socialista. O objetivo era fazer uma revolução pelo alto, obtendo o controle da economia chilena, o que iria minar as bases de sustentação da classe dominante. No entanto, o modelo de governo chileno, de socialismo democrático, foi interrompido de forma violenta com um

⁴⁰⁴Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

⁴⁰⁵Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre.

golpe militar em 1973, que marcou o início de uma ditadura militar com a ascensão de Augusto Pinochet ao poder:

Salvador Allende e sua via chilena para o socialismo guardaram uma ressonância na América Latina e na Europa que não corresponde aos seus breves três anos no holofote histórico e ao seu fracasso final. Em parte, essa ressonância reflete o caráter democrático e pacífico da via chilena, que atraiu atenção internacional, como o próprio Allende enfatizava, porque havia milhões de pessoas que queriam o socialismo, mas não desejavam pagar o preço terrível da guerra civil para obtê-lo.⁴⁰⁶

No dossiê produzido pela Secretaria de Segurança, o único país citado como ponto de chegada dos brasileiros que saíam pela fronteira do Rio Grande do Sul era o Uruguai e as cidades consideradas como rota de passagem dos militantes da organização eram Pelotas e Santana do Livramento, no Brasil; Rivera e Montevideu no país vizinho, sendo que no documento nada foi mencionado a respeito da existência de contatos da organização ou de rotas de passagem para a Argentina. Além disso, havia a informação que, para organizar o esquema de fronteira, reuniram-se, no ano de 1970, os militantes José Carlos Novaes da Mata Machado, Paulo de Tarso Loguércio Vieira e Ernesto de Mello Levi, o qual, conforme dados, era o contato da AP na cidade de Montevideu e o encarregado de receber e providenciar hospedagem para os militantes que chegavam ao Uruguai:

O militante Gildásio Westin Cosenza, em 1971, passou pelo esquema de fronteira e foi a Montevideu falar com Ernesto de Mello Levi, codinome “Garcia”; em 1972 veio de São Paulo para o Rio Grande do Sul, a fim de se encarregar do trabalho de fronteira, fixando-se em Pelotas/RS.⁴⁰⁷

Nesse contexto, situações curiosas envolvendo o esquema de fronteira foram relatadas por Nilce Azevedo Cardoso que, por ser responsável pelo setor de serviços, fazia contato entre a organização estadual e a nacional. As ações em que tomou parte nessa função só ficaram conhecidas por ela e pelos integrantes da direção nacional da AP. Isso ocorreu, por exemplo, quando foi enviada até o Uruguai para buscar uma prótese vinda da China para Manoel da Conceição, um membro da direção nacional, que havia perdido uma das pernas durante uma ação da polícia contra ele no Maranhão e, em virtude disso, ele, ao realizar suas atividades políticas, era imediatamente reconhecido e preso pela polícia.⁴⁰⁸

Manoel da Conceição era um dos dirigentes nacionais da AP e atuava principalmente, junto ao movimento camponês, no Vale do Pindaré-Mirim, no Maranhão. Em um uma série de entrevistas concedidas por ele à socióloga Ana Galano, quando ambos estavam exilados na

⁴⁰⁶WINN, Peter. O Chile de Allende; socialismo democrático e revolução pela base 1970-1973. In: FORTES, Alexandre (org). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/ Chapecó: Perseu Abramo/Argos, 2005, p. 113.

⁴⁰⁷Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

⁴⁰⁸Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de setembro de 2010. Porto Alegre.

Europa em virtude das perseguições políticas feitas pela ditadura no país, ele narrou o episódio em que levou um tiro na perna em confronto com a polícia, a qual foi amputada porque lhe faltou assistência médica adequada. Então, o relato de Nilce a respeito da forma como ela buscou a prótese para o Manoel da Conceição vem ao encontro das declarações presentes no livro. Mais tarde, várias pessoas se reuniram para comprar uma prótese para o militante, mas não existem informações a respeito da forma como ela foi adquirida, e supõe-se que o seu país de origem poderia ser a China, pois vários dirigentes nacionais já haviam viajado para lá e mantinham relações com o governo, e desse país receberam influência à adoção do maoísmo como referencial teórico da organização.⁴⁰⁹

Em relação à travessia de pessoas pela fronteira, ela também citou o caso de Catarina Meloni, dirigente nacional da AP que estava sendo perseguida pelo DOPS em São Paulo e, por isso, veio para o Rio Grande do Sul, onde permaneceu por um determinado tempo. No entanto, aqui também ela começou a ter problemas de segurança e resolveu sair do país, passando pelo esquema de fronteira com destino à Argentina. A passagem dela exigiu cuidados redobrados por parte dos militantes que organizaram a operação, pois ela estava grávida quando fez a travessia, exigindo, por isso, a montagem de um esquema especial para que saísse do país com segurança. Em relação à travessia de pessoas pela fronteira Nilce declarou o seguinte:

A travessia pela fronteira era feita pelos militantes ou simpatizantes da AP e a gente passava pelas cidades onde houvesse alguém do grupo de apoio, para nos auxiliar, caso isso fosse necessário. Às vezes, a rota escolhida passava por Pelotas e de lá alguém acompanhava a pessoa até a fronteira ou escolhíamos outros caminhos, pois existiam outras possibilidades de passagem e a escolha dependia também da pessoa que ia ser passada. Então, a Catarina Meloni era uma dirigente nacional e uma mulher enorme, naquela época eu nem sei se ela era tão grande, mas eu achava ela enorme e estava grávida. Por isso, com ela nós tivemos um cuidado muito especial durante a passagem, que nesse caso foi pela região de fronteira do Brasil com a Argentina. A gente organizava dessa forma o esquema de fronteira, dividindo as tarefas e contando com o apoio dos simpatizantes.⁴¹⁰

Na avaliação da militante, Nilce Azevedo Cardoso, o esquema de fronteira foi um sucesso, pois nenhuma das pessoas que passaram pela região com o apoio da AP foi presa pela polícia enquanto fazia o trajeto. Ela também salientou que todos os militantes que cruzaram a fronteira, no período em que ela acompanhou o esquema, eram dirigentes nacionais e, portanto, de importância fundamental para a organização, o que exigia um cuidado especial com a segurança desses indivíduos durante a travessia. Por isso, em muitos casos, os militantes que estavam saindo do país eram acompanhados apenas por um grupo de

⁴⁰⁹SANTOS, Manoel da Conceição. *AP – Chão da minha utopia*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

⁴¹⁰Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

simpatizantes porque, se eles fossem detidos no percurso, não teriam como fornecer informações importantes para a polícia. Nilce afirmou que:

Todos os militantes que chegaram até as nossas mãos conseguiram passar pela fronteira. O fato de nenhum deles ter “caído” durante a travessia, pois se caísse teria dito de onde veio, mas como eram sempre pessoas importantes para a organização, nós sabíamos que devíamos ter uma extrema segurança com eles. Então, a gente não colocava o pessoal em risco, pois eles iam com algum simpatizante, que não sabia muita coisa sobre suas atividades políticas. Então, se o simpatizante caísse ao passar pela fronteira, não saberia informar aos policiais quem era o militante que estava saindo do país, de onde ele vinha, nem para onde ele ia! Enfim, se caísse ele não diria nada. (...)! Mais tarde, quando os policiais do DOPS me perguntaram sobre o trabalho de fronteira, eu desconversei, eu disse não sei o quê {sic} e depois “ah um ou outro”.⁴¹¹

Antonio Ramos Gomes também forneceu algumas informações a respeito da estruturação do esquema de fronteira obtidas através de um dos dirigentes nacionais da organização, Paulo Stuart Wright, com o qual ele manteve contato aqui no Rio Grande do Sul. Segundo ele, a pessoa que iria passar pelo esquema de fronteira deveria ficar hospedada no Seminário do Cristo Rei em São Leopoldo ou em outros dois seminários localizados nas cidades de Viamão e Canoas, os quais eram os pontos de chegada do pessoal ao estado. Só depois dessa permanência em algum desses três seminários, é que as pessoas eram encaminhadas para Santana do Livramento e dessa cidade passavam a fronteira, indo para o Uruguai ou Argentina e desses, para o Chile, os quais eram os países que recebiam as pessoas saídas do Brasil, no início da década de 1970.⁴¹²

As informações presentes no dossiê produzido sobre a APML vêm ao encontro das declarações de Antonio Ramos Gomes, pois o documento confirmou a existência de uma ligação entre o dirigente nacional Paulo Stuart Wright e padres no Rio Grande do Sul, já que mencionou a prisão do padre Antonio Cechin pelo DOPS por suas atividades subversivas e por ser uma pessoa que integrava o grupo de apoio da organização, tendo hospedado o dirigente no ano de 1970:

Paulo Stuart Wright. Atuação: Em 1970-antes das eleições veio por duas vezes a Porto Alegre a fim de orientar a campanha do “Voto Nulo”; Em 1970-passou pelo esquema de fronteira para o centro do país, e segundo “EDUARDO”, participou de um estudo marxista na China, esteve parando na casa de Antonio Cechin e atualmente se encontra foragido.⁴¹³

Para fins de abordagem, considerou-se nessa análise que o esquema de fronteira foi estruturada depois da decretação do AI-5 e o fechamento total da ditadura civil-militar, pois

⁴¹¹Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

⁴¹²Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

⁴¹³Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/ Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

nessa fase, vários militantes da organização tiveram que deixar o país em virtude da repressão efetuada pelos órgãos de segurança do governo. Esse fato, dentro das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), inseriu a operação em uma perspectiva global, mais ampla que atuou para homogeneizar o espaço regional.

Nesse viés, também, foi que a pesquisa se voltou para o Rio Grande do Sul, pois a dinâmica regional, enquanto abordagem com recorte espacial delimitado, permitiu que fossem analisadas a continuidade e a diferença existente entre a atuação da AP em nível regional e nacional. Então, nessa região em específico, a organização estruturou a Operação Fronteira, em virtude do acesso que as fronteiras do estado tinham aos países do Uruguai e da Argentina.

4.6 A DESESTRUTURAÇÃO DA AP EM NÍVEL ESTADUAL

No Rio Grande do Sul, a AP foi quase totalmente desestruturada, em 1972, com a prisão da maior parte dos seus militantes pelo DOPS de Porto Alegre. Assim, das 77 pessoas investigadas no dossiê produzido pela Secretaria de Segurança Pública, 23 foram presas em 1972 e os demais militantes listados, conforme indicou o documento, estavam foragidos ou haviam se mudado para outras regiões do país.⁴¹⁴

Em 1971, Nilce Azevedo Cardoso e Antonio Ramos Gomes participavam da política de integração na produção em duas metalúrgicas da região de Porto Alegre, quando foram orientados pela direção nacional a deixarem o trabalho com os operários, visto que a repressão contra a AP havia se intensificado em São Paulo naquele ano, alcançando o Rio Grande do Sul em abril de 1972. As prisões na AP estadual atingiram, num primeiro momento, o movimento estudantil e os profissionais liberais e depois se estenderam aos outros setores da organização.⁴¹⁵

O aumento da repressão contra a AP ocorreu porque o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os órgãos de repressão que, até então, haviam se preocupado de maneira prioritária com a guerrilha urbana, descobriram no início da década de 1970, que existia um partido político, articulado em âmbito nacional, denominado de Ação Popular, de grande influência no meio estudantil, intelectual e no movimento operário. A partir disso, a polícia

⁴¹⁴Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

⁴¹⁵Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre.

passou a reprimir as atividades dos militantes da organização em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e depois chegou a outros estados do país.⁴¹⁶

A prisão do militante Antonio Ramos Gomes ocorreu no início de abril, período em que ele estava organizando um manifesto para distribuir aos trabalhadores durante as atividades de comemoração do dia 1º de maio. Nessa ação era auxiliado pela militante Nilce Azevedo Cardoso. Em razão disso, um dia, ele estranhou o fato de que ela não aparecera no ponto para discutirem os detalhes da ação e se dirigiu ao apartamento dela, onde foi preso pela polícia. Ao realizar essa atividade, Antonio quebrou uma das principais regras de segurança da organização, que orientava os militantes a jamais irem à residência de um companheiro, caso ele não aparecesse no ponto. Logo depois, a polícia prendeu o líder do movimento estudantil, Paulo Loguércio e os intelectuais, Saul Kirschbaun, Hélio Corbelini e o Alceu Salomoni, que integravam o setor de apoio.⁴¹⁷

Nilce declarou que o fato de Antonio ter sido preso ao chegar a sua residência complicou a situação dela com a polícia, porque, ao ser presa, ela contara a história de que era professora e não tinha nenhum envolvimento com atividades políticas, não fornecendo durante o interrogatório, informações sobre a AP. No entanto, ao ser preso, Antonio tinha um bilhete, no qual alertava Nilce para que ela não se esquecesse da reunião da seccional à noite. Logo, essa informação confirmou à polícia a participação da militante nas atividades da AP.⁴¹⁸

Nilce salientou que a ditadura civil-militar estava desferindo intensa repressão contra a AP naquela fase e a não observação das regras de segurança da organização poderia significar a prisão e, em alguns casos, a morte de militantes. Em razão disso, para atuar no setor de serviços, considerado crucial para a segurança da AP, Nilce recebeu um treinamento especial, que incluía a orientação de esquecer as informações às quais ela tinha acesso no cargo, como o local onde moravam as famílias dos dirigentes nacionais. O treinamento que recebeu fez com que Nilce adotasse a posição de não fornecer informações sobre a organização ao DOPS, o que aumentou a intensidade da tortura aplicada a ela na delegacia.⁴¹⁹

Conforme dados coletados pelo Projeto Brasil Nunca Mais, a ditadura civil-militar adotou a prática constante da tortura de presos políticos em seus órgãos de segurança, fundamentada, ideologicamente, na Doutrina de Segurança Nacional. E diante do medo e da insegurança, muitas vítimas optaram por não falarem sobre as torturas que sofreram ao serem

⁴¹⁶Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

⁴¹⁷Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

⁴¹⁸Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2011. Porto Alegre.

⁴¹⁹Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2011. Porto Alegre.

presas pelos órgãos de segurança, mas houve aquelas pessoas que ousaram descrever os horrores pelos quais passaram, informando as pessoas que participavam do Projeto:

Os modos e os instrumentos de tortura, os locais, a assistência médica e os nomes dos torturadores, e tiveram suas palavras consignadas nos autos processuais pela própria voz autorizada do Tribunal Militar, permitiram constatar que, no Brasil de 1964 a 1979, a tortura foi regra, e não exceção, nos interrogatórios de pessoas suspeitas de atividades contrárias aos interesses do Regime Militar.⁴²⁰

No Rio Grande do Sul, o militante Antonio Ramos Gomes declarou que a aplicação de tortura contra os presos políticos era prática constante na delegacia de Porto Alegre, pois durante o mês em que esteve preso, ele passou por sessões de tortura, nas quais foi agredido pelos policiais e colocado em um aparelho denominado de “barra”. Entretanto, ele salientou que Nilce permaneceu com a sua posição de ficar calada na delegacia e, em virtude disso, os maiores suplícios foram infligidos a ela, que teve hemorragia interna e foi transferida para o hospital militar onde permaneceu duas semanas em coma, lutando por sua vida. Ele também salientou que a tortura realizada na delegacia de Porto Alegre era comandada pelo próprio delegado do DOPS:

O delegado Pedro Seelig que era o interrogador ali, era o chefe do DOPS e era o torturador-mor, ele tinha dois braços direitos, que eram os principais torturadores, um inspetor chamado Nilo Havelha, que eu acho que já morreu e o outro que era o Gusmão Ferro, que eram os dois principais torturadores, mas quem controlava a maricota para dar o choque era o próprio delegado Pedro Seelig.⁴²¹

Após a internação no hospital militar, Nilce retornou para a delegacia extremamente debilitada e coube a Antonio convencê-la que a grande parte dos militantes da AP já havia sido presa pelo DOPS e que ela poderia prestar alguma informação à polícia, senão estaria correndo o risco de ser novamente torturada. A regra de conduta adotada pela esquerda era de que o militante, ao ser preso, deveria agüentar, no mínimo, 24 ou 48 horas sem fornecer dados a polícia, para que o restante da organização tivesse tempo de fugir. No entanto, Nilce por fazer parte do setor de serviços, decidiu não ia falar nada, posição que não foi aceita pelos policiais que aumentaram a violência desferida contra ela na delegacia:

A Nilce resolveu que não ia falar nada para os policiais e ela quase morreu por causa disso! Mais tarde, foi difícil convencer a Nilce que já tinha passado o prazo e que ela podia falar, porque nós já estávamos presos, e ela podia dizer que me conhecia e o Paulo Loguércio e o pessoal do Arena, que também estavam preso. Além de nós, estavam presos o Miguel Ramos, o Saul Krichaubaum, o Egon Crackt, o Hélio Corbelini, mas e ela não dizia nada, não abria a boca! Por causa disso, ela foi muito torturada, teve que ser transferida para hospital em coma e quase morreu. Mas, esse era o jeito dela e foi uma confusão danada, quando ela voltou do hospital, para a gente convencer a Nilce de que os policiais do DOPS já sabiam de tudo sobre a AP e

⁴²⁰ ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p.2.

⁴²¹ Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

que ela devia confirmar algumas coisas para não ser novamente torturada e acabar morrendo, mas não foi fácil convencer ela disso!⁴²²

Os militantes também relataram que a chegada na delegacia de um comandante do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), especializado em investigar a Ação Popular, o qual tinha, inclusive, uma série de dados reunidos em um livro com fotos e detalhes sobre as ações dos membros da organização. Na opinião de Nilce, uma das finalidades que o agente do Cenimar tinha em investigar a AP era a de armazenar provas contra o grupo, pois era complicado indiciar os indivíduos dentro da Lei de Segurança Nacional, visto que eles não haviam optado pela luta armada e o seu trabalho estava restrito a promover a conscientização política junto aos estudantes, camponeses e operários, o que tornava mais difícil manter eles presos e mover processo contra a organização por práticas políticas subversivas.⁴²³

A presença desse oficial da Marinha na delegacia fez com que Nilce, Antonio e o dirigente nacional Fidélis Sarno, fossem encaminhados de Porto Alegre para a Operação Bandeirantes (OBAN), localizada em São Paulo. Conforme Antonio, ao ser preso pelo DOPS, ele inventou uma história para os policiais, que estava no Rio Grande do Sul para resolver questões pessoais com a Nilce, mas o oficial do Cenimar tinha a foto e os registros das atividades políticas que ele desenvolvera como Frei Júlio e estudante de sociologia na Universidade de São Paulo (USP), que confirmavam a participação dele em atividades políticas nos anos anteriores.⁴²⁴

Nesse contexto, o horror das torturas sofridas por Nilce na delegacia do DOPS afetou a sua saúde física e mental e ela passou a sofrer amnésia. A recuperação de sua memória começou, quando ela foi para Buenos Aires, onde estava sendo realizado um trabalho com os filhos de pessoas que haviam morrido ou desaparecido no período em que vigorou a ditadura militar na Argentina. Lá, ela começou a perceber que não se lembrava de parte de sua vida e passou a fazer terapia e estudar psicopedagogia, profissão que adotou mais tarde e em que atua até hoje na cidade de Porto Alegre. Ela também destacou o apoio que recebeu da família e dos amigos durante o tratamento, que foram fundamentais para a recuperação da sua memória.⁴²⁵

De acordo com as observações que o psicanalista Hélio Pellegrino fez para o projeto “Brasil Nunca Mais”, a finalidade da tortura é realmente a de fazer uma espécie de ruptura entre o corpo e a mente, provocando a instabilidade do ser humano que está sofrendo os

⁴²²Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

⁴²³Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2011. Porto Alegre.

⁴²⁴Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

⁴²⁵Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2011. Porto Alegre.

suplícios e, a partir disso, este começa a falar sobre aquilo que está sendo questionado pelo torturador. A tortura:

Procura a todo preço, semear a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente. Através da tortura, o corpo torna-se nosso inimigo e nos persegue. É este o modelo básico no qual se apóia a ação de qualquer torturador. Na tortura, o corpo volta-se contra nós, exigindo que falemos. Da mais íntima espessura de nossa própria carne, se levanta uma voz que nos nega, na medida em que procura arrancar de nós um discurso do qual temos horror, já que é a negação de nossa liberdade. O problema da alienação alcança, aqui, o seu ponto crucial. A tortura nos impõe a alienação total de nosso próprio corpo, tornando-o estrangeiro a nós, o nosso inimigo de morte. (...) O projeto da tortura implica numa negação total –e totalitária– da pessoa, enquanto ser encarnado.⁴²⁶

A militante Nilce Azevedo Cardoso declarou que, apesar de ter passado pelo horror das torturas, ela não se arrependeu de ter optado por não revelar informações aos policiais nem por suas opções políticas que a levaram a ser presa pelo DOPS, porque, ao ficar calada, ela não revelou nada que pudesse comprometer as pessoas vinculadas ao movimento operário, o que impediu que a repressão chegasse até eles e também porque ela não perdeu, ao longo da sua vida, a principal motivação que a fez entrar numa organização de esquerda, na década de 1960: a capacidade de se indignar com a miséria em que vivem tantas pessoas no país.⁴²⁷

Ela salientou que também contribuíram, para a sua recuperação, pois ela saiu da prisão abalada, física e psicologicamente, em razão das torturas, além do apoio que recebeu da família e dos amigos e o fato de ela ter dado continuidade a suas atividades políticas. Pois, logo depois de sair da prisão, ela já começou a trabalhar em defesa da volta de eleições diretas no país, na campanha pelas Diretas Já e pela anistia.⁴²⁸

Já o militante Antonio Ramos Gomes apresentou um ponto de vista diferente de Nilce a respeito das experiências vivenciadas por ele no período em que esteve vinculado à AP. Para ele, os militantes foram muito ingênuos de achar que iriam fazer a revolução e mudar o país, não imaginando o rigor com que a repressão agiria contra as organizações de esquerda. Segundo ele, então, existiu muito voluntarismo e de dogmatismo, pois essa questão de achar que se podem fazer as mudanças desejadas na política, não é verdade. Apesar dessa avaliação, o militante continuou vinculado à política, tendo ingressado no MDB e participado da criação da Associação dos Profissionais de Processamento de Dados e da Sociedade de Informática do Rio Grande do Sul, além de ter se tornado o diretor da Fundação Ulysses Guimarães,

⁴²⁶ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p.07.

⁴²⁷Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2011. Porto Alegre.

⁴²⁸Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2011. Porto Alegre.

sendo que ele trabalha até hoje com política profissional dentro da área de informática, tendo ajudando a fundar várias entidades de informática no Rio Grande do Sul.⁴²⁹

⁴²⁹Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AP estadual foi fundada em 1962, a partir de militantes oriundos dos movimentos leigos da Igreja Católica, principalmente da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). Suas atividades, nessa fase (1962-1964), concentravam-se junto aos estudantes em conjunto com outros dois grupos de esquerda: os comunistas, que eram os integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os independentes, que eram pessoas sem vinculações partidárias, mas que desenvolviam ações políticas. A união dos três grupos ficou conhecida como “Frente Única” e foi responsável por dirigir o movimento estudantil, de 1962 até 1964, no Rio Grande do Sul.

As ações da AP ocorriam através das vias institucionais, pois seus militantes atuavam, principalmente, nos centros acadêmicos da Ufrgs e da PUC, em grêmios estudantis e em várias escolas particulares da capital, como o colégio Anchieta e Júlio de Castilhos; possuíam os cargos de direção dentro da União Estadual dos Estudantes, a UEE e na Secretaria de Educação e do Trabalho do governo estadual, além de estarem vinculado, em nível nacional, à entidade máxima de representação estudantil, a UNE.

A opção pela luta armada esteve em debate, mas nunca chegou a ser adotada como prática por seus militantes, pois a AP se restringiu a apoiar de 1962 até 1964, mesmo que de forma crítica, as Reformas de Base propostas de João Goulart, apesar de defender uma perspectiva revolucionária, já mostrando as influências do marxismo sobre o referencial teórico-ideológico do grupo que, nessa fase, era o socialismo humanista.

As táticas e estratégias utilizadas pelos militantes já na fundação da AP estiveram voltadas para as massas, em uma tentativa de desenvolver a conscientização política nas pessoas através da realização de reuniões, greves (Greve de 1/3), debates, passeatas, protestos, manifestações, assembléias, distribuição de panfletos informativos e tentativa de realizar uma doutrinação política efetuada através da arte, como foi o caso da formação da “Caravana da UEE”, que percorreu várias cidades do estado, divulgando sua ideologia em peças de teatro, em canções, além da criação do Centro Popular de Cultura da UEE, que promovia uma série de atividades culturais sempre com a finalidade de conscientizar politicamente a população.

A AP também aplicou o método de alfabetização “Paulo Freire” na cidade de Porto Alegre, através da ação de militantes que trabalhavam na Secretaria de Cultura e estava se

organizando para expandir o projeto nas cidades do interior. O primeiro núcleo seria fundado na cidade de Santa Rosa, mas foi interrompida pelo golpe de 1964.

Assim, as atividades da AP realizavam-se, em sua maioria, na cidade de Porto Alegre, mas também houve registros de ações organizadas pelo interior do estado, pois a Caravana da UEE passou pelas cidades de Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo. Além disso, em seus depoimentos, os militantes informaram que existiam núcleos da AP nas cidades de Santa Maria e Ijuí, sendo que na primeira cidade a organização estaria desenvolvendo atividades com o movimento estudantil, enquanto na segunda se realizava um trabalho junto aos camponeses.

Conforme a análise dos dados coletados pela pesquisa, percebeu-se que, no período de 1962 até 1964, a AP estadual não se diluiu na AP nacional, visto que a suas atividades apresentaram uma particularidade que foi a formação, junto com os comunistas e os independentes, da Frente Única, responsável por exercer a hegemonia no movimento estudantil no Rio Grande do Sul nessa fase.

Em relação à atuação da AP no pós-golpe de 1964, constatou-se que a organização sofreu os efeitos imediatos da repressão, com a instauração da CEIS, que indiciou vários estudantes e professores da Ufrgs por práticas políticas subversivas. Entre esses, estava o líder estadual da AP, o professor Ernani Maria Fiori, e várias outras pessoas que foram afastadas da universidade após a conclusão das investigações.

Em virtude das perseguições políticas, vários militantes optaram por se afastar da AP após o golpe, temendo serem presas ou sofrer algum tipo de represália dos órgãos de segurança. Entretanto, os militantes que continuaram vinculados a organização continuaram desenvolvendo atividades junto ao movimento estudantil. Assim, através dos documentos e das entrevistas orais, foi possível obter evidências que comprovam a ligação dos militantes da AP com ações desenvolvidas nos centros acadêmicos da Ufrgs, em escolas particulares de Porto Alegre, na UGES e também em várias entidades estudantis do interior do estado. Então, as atividades da AP, nesse período, continuaram ocorrendo por meio da via institucional, pois estavam sempre vinculadas a entidades estudantis municipais como a UPE, UESO, URES, estaduais como a UGES e, em nível nacional, a UNE e a UBES.

Embora a AP tivesse sofrido os efeitos do golpe, a organização não se desestruturou completamente nessa fase, visto que participou ativamente de várias campanhas e manifestações efetuadas pelo movimento estudantil no estado, que atingiram proporções significativas em 1968. Por isso, mesmo que o golpe tenha atingido a organização, provocando o afastamento de vários militantes, que foram presos, exilados ou optaram por

deixar a AP, uma parte dos integrantes continuou a fazer reuniões clandestinas, a participar de debates internos, numa tentativa de buscar novas formas de mobilização e pressão mediante o cenário repressivo instaurado pela ditadura civil-militar no país.

Contudo, nessa fase, foi possível verificar que, além do movimento estudantil, a AP também desenvolvia ações políticas com os operários da região da grande Porto Alegre, tendo participado de várias manifestações como aquela organizada pelo movimento contra o arrocho MIA em 1967 e para comemorar o primeiro de maio de 1968, quando reuniu trabalhadores em um campo de futebol da capital. Nesse período, o movimento operário esteve em ascensão em todo o Rio Grande do Sul.

As estratégias utilizadas pela AP para promover a conscientização das massas e tentar trazer mais adeptos para o grupo continuaram sendo a realização de reuniões, debates, manifestações, protestos, passeatas, discursos, palestras e a criação e distribuição de panfletos em que faziam oposição à ditadura civil-militar e às mudanças efetuadas pelo governo no sistema educacional do país, que alertavam contra as más condições de trabalho e os baixos salários oferecidos aos operários, entre outras questões.

As manifestações eram realizadas em conjunto principalmente com o movimento estudantil, mas também podiam contar com a participação de outras organizações de esquerda, como a campanha efetuada nas eleições de 1966 que ficou conhecida por “Campanha do Voto Nulo” e a “Luta dos Excedentes,” realizada na Ufrgs, em 1968. Nesse ano, da mesma forma que no restante do país, o movimento estudantil e operário, do qual faziam parte muitos membros da AP, organizaram uma série de protestos, que foram utilizadas pelos militares como justificativa para decretar o fechamento total da ditadura, com a decretação do AI-5, no final de 1968.

A AP estadual seguiu as orientações da direção nacional e, como ela, foi evoluindo suas posições políticas do socialismo humanista até adotar, de maneira definitiva, o marxismo leninismo, via maoísmo, em 1968, período em que já havia optado por desenvolver a política de integração de seus militantes no meio operário ou camponês.

No entanto, na análise das informações coletadas durante a realização da pesquisa, não foram encontrados indícios de que a AP estadual tenha apresentado, nessa fase, alguma particularidade em suas ações, se comparada à organização em nível nacional, ou seja, houve uma simetria nas propostas, ideias, referencial político, táticas, estratégias e atividades da AP desenvolvidas nos dois níveis, no período compreendido entre 1964 e 1968.

No que se refere à terceira fase de atuação da AP no estado (1969-1973), chegou-se a conclusão de que a maior parte dos militantes, cerca de 50% do total, atuava no movimento

estudantil universitário e secundarista, enquanto o restante dos integrantes realizava atividades no setor de coordenação de operários, da pequena burguesia ou na operação fronteira.

Na terceira fase de atuação da AP junto ao movimento estudantil, verificou-se que elas ficaram concentradas na cidade de Porto Alegre, principalmente nos centros acadêmicos da Economia, Filosofia e Engenharia da Ufrgs e, no colégio Júlio de Castilhos, o “Julinho”, no Colégio Aplicação e no Colégio Pio XII e está vinculada às entidades representativas em nível regional, que nessa fase eram a União Estadual dos Estudantes Secundaristas (UEEs) e a UGES

Percebeu-se que a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, abalou mais a organização do que o golpe em 1964, pois, conforme depoimentos de militantes, eles foram enviados de São Paulo, na metade de 1969, para reestruturar a AP no Rio Grande do Sul. Isso porque muitos dos seus militantes estavam presos ou exilados e o que existia aqui, nesse período, eram contatos junto ao movimento estudantil e operário que não estavam articulados entre si.

Contudo, com a chegada desses militantes, as lideranças estudantis voltaram a exercer suas atividades e as estratégias e formas de pressão, desenvolvidas por eles, continuaram sendo ações realizadas em conjunto com o movimento estudantil, ou seja, a organização de uma série de campanhas no estado, entre as quais estavam a “Campanha do Voto Nulo” e a “Campanha por mais vagas na Ufrgs”. Além disso, os militantes também criavam e distribuíaam panfletos para a população denunciando as medidas impostas ao ensino pelo governo militar, a repressão efetuada pelos órgãos de segurança do governo, os baixos salários pagos aos trabalhadores, entre outros.

Além disso, os militantes que também colavam cartazes em vários pontos da cidade e pichavam palavras de ordem em lugares de fácil acesso, o que tinha por objetivo conscientizar as massas o a respeito da realidade que vivenciava o país sob o domínio de uma ditadura. Eles também criavam e distribuíaam panfletos informativos que alertavam sobre várias questões de interesses dos estudantes e da população em geral.

A partir de 1967, a AP deu início ao movimento de integração dos seus militantes à produção que, por medida de segurança, se tornou mais intenso em 1969. Por isso, foram enviados de São Paulo militantes que deveriam iniciar a reestruturação da AP no estado e também se integraram ao setor operário estadual, bem como saíram daqui pessoas que foram desempenhar atividades em outras regiões do país. Os militantes integrados nas fábricas fizeram várias tentativas de promover a conscientização política e crítica nos trabalhadores

através de conversas, debates, distribuição de panfletos e reuniões que ocorriam após o expediente nos bairros operários onde os membros da AP passaram a residir.

Em relação ao esquema de fronteira, ela envolveu diretamente 8 militantes da AP no estado e se constituiu em uma das particularidades existentes entre a AP regional e a nacional, pois não existem registros de que esquema semelhante tenha sido estruturado em outros estados do país. Dessa forma, a posição do Rio Grande do Sul fez com que ele adquirisse importância fundamental, dentro dos pressupostos da DSN, para a segurança nacional, formando, num primeiro momento, uma área de resistência para mais tarde tornar-se um espaço utilizado também pela repressão.

Nesse contexto, a AP estruturou um esquema que foi responsável pela passagem, em segurança, de vários militantes da organização para fora do país através da região de fronteira do Rio Grande do Sul, os quais se dirigiam principalmente rumo ao Uruguai e a Argentina.

No que se referia à associação com outras organizações de esquerda, a AP iniciou uma aproximação com o PC do B no período após o golpe, que foi tornando-se mais intensa, à medida que os demais grupos, em virtude do acirramento da repressão, iam aderindo a luta armada, fazendo suas ações nas cidades, enquanto que os dois grupos iam se aproximando do maoísmo, que previa a eclosão da luta revolucionária a partir do campo, no modelo de guerra popular prolongada adotado na China.

Então, os militantes, apesar da repressão intensa desferida pelos órgãos de segurança do governo, continuaram tentando organizar atividades nos centros acadêmicos e em outras entidades estudantis vinculadas à AP até 1972, quando a grande parte deles foi presa pelo DOPS.

Compreendeu-se a partir da análise das atividades desenvolvidas pelos militantes da AP, que a organização esboçou uma tentativa, mesmo que incipiente de tornar-se o grupo político formado de intelectuais orgânicos que representaria a classe trabalhadora brasileira. Entre as características que permitiram aproximar a AP do conceito de intelectual orgânico estava o fato de a organização ter direcionado as suas ações políticas desde a sua fundação, em 1962, para as massas, tentando fomentar nelas a conscientização política, fosse através da participação em projetos de alfabetização, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e o método Paulo Freire, do movimento cultural da UNE, ou nas manifestações efetuadas em conjunto com o movimento estudantil e outros grupos de esquerda contra a ditadura civil - militar, como no movimento de integração na produção, adotado a partir de 1967.

Percebeu-se durante a realização desse trabalho, que a temática envolvendo as atividades da Ação Popular no Rio Grande do Sul, oferece outras possibilidades de pesquisa

que não foram contempladas de maneira satisfatória nessa dissertação, entre as quais estão as atividades dos militantes da AP junto aos camponeses e a fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER), a aplicação do método de alfabetização Paulo Freire, do Movimento de Educação de Base (MEB) na cidade de Porto Alegre; os núcleos da AP no interior do estado, principalmente nas cidades de Pelotas e Santa Maria. Também caberia um aprofundamento maior sobre a participação de intelectuais, profissionais liberais e religiosos no setor de apoio da organização, entre outros temas que poderiam ser pesquisados por historiadores ou outros profissionais ligados a essa área.

FONTES PRIMÁRIAS

Documentos produzidos no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Praça da Alfândega. Porto Alegre: 1962-1973.

Documentos produzidos na Secretaria de Ordem Política e Social (SOPS) - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Praça da Alfândega. Porto Alegre: 1962-1973.

Documentos produzidos na Comissão Especial de Investigação Sumária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEIS/UFRGS) - Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul CEDOC – Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Caxias do Sul: 1964.

Documentos produzidos pela Ação Popular no Rio Grande do Sul. Acervo particular de Luis Antonio Tim Grassi. Porto Alegre: 1963.

Jornal Correio do Povo-Museu de Comunicação Hipólito da Costa. Porto Alegre: 1962-1972.

Depoimento de Maria Josefina Becker. 05 de dezembro de 2010. Porto Alegre. Entrevistador: Cristiane Medianeira Ávila Dias.

Depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. 05 de agosto de 2010. Porto Alegre. Entrevistador: Cristiane Medianeira Ávila Dias.

Depoimento de José Henrique Freitas. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre. Entrevistador: Cristiane Medianeira Ávila Dias.

Depoimento de Antonio Ramos Gomes. 21 de janeiro de 2011. Porto Alegre. Entrevistador: Cristiane Medianeira Ávila Dias.

Depoimento de Luis Antonio Tim Grassi. 18 de dezembro de 2010. Porto Alegre. Entrevistador: Cristiane Medianeira Ávila Dias.

Depoimento de Antonia Mara Vieira Loguércio. 19 de dezembro de 2010. Porto Alegre. Entrevistador: Cristiane Medianeira Ávila Dias.

Depoimento de Antonio Norival Soave. 23 de janeiro de 2011. Porto Alegre. Entrevistador: Cristiane Medianeira Ávila Dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Universidade e Repressão: os expurgos na Ufrgs*. Porto Alegre: LPM, 1979.
- ALVES NEVES, Bruna. *O Visível e o Invisível do Movimento Estudantil Universitário de Porto Alegre nas representações da imprensa. (1964-1968)*. 2004. 177 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- AZÊVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- AZEVEDO, Ricardo. *Por um triz: memórias de um militante da AP*. São Paulo: Plena, 2010.
- BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina. O continente nas relações Argentina-Brasil. (1930-1992)*. 2 ed. São Paulo: Ensaio, 1995.
- BEOZZO, Oscar José. *Evangelização e V Centenário. Passado e futuro na Igreja da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *64, um golpe de classe? Sobre um livro de René Dreifuss*. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Lua Nova, nº 58, 2003, p.255-262. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/673/67313612012.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2011.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. *Dicionário de política*. 11 ed. Brasília: UNB, 2003.
- _____. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- _____. *Esquerda e direita: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOTTOMORE, Tom (org). *Dicionário do Pensamento Marxista*. São Paulo: Jorge Zahar, 1993.
- CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. *As esquerdas no Brasil*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 99-129.
- COSTA, José Caldas da. *Caparaó, a primeira guerrilha contra a ditadura militar*. São Paulo: Boitempo, 2007.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia de Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: LPM, 1981.

CONCEIÇÃO, G. H. *Partidos Políticos e Educação: A extrema esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo*. 1999. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da Revolução Brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*. Maringá: Eduem, 2003.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.95-131.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FELIZARDO, Joaquim. *A legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, MEC/SESU/PROEDI, 1988.

FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. A Frente de Mobilização Popular. In: *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964. As esquerdas no Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 543-583.

_____. A Legalidade Traída: os dias Sombrios de Agosto e Setembro de 1961. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, n.3, 1997, p. 149-182. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-7.pdf. Acesso em: 28 set. 2010.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar, espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONSECA, Aidil Brites Guimarães; CRUZ, Adriano Charles da Silva. *Uma onda de educação: o rádio no MEB*. Trabalho apresentado ao GT de Comunicação Aplicada ou Segmentada, do IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, p.5. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/aidil_uma_onda_radio_meb.pdf. Acesso em: 22 out.2010.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Escritos Políticos*. Vol. 1. Lisboa: Seara Nova, 1976.

_____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.

HARRES, Marluza Marques. Movimentos Sociais Rurais. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)*. Vol.4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 235-256.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

LENIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

LOWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. *As esquerdas no Brasil*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.303-320.

_____. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MACHADO, Dulphe Pinheiro. *A “Frente Única” no Movimento Estudantil Gaúcho: católicos e comunistas*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). 2010. 109 f. IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas: uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Omega, 1989.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge AARÃO REIS, Daniel. *Revolução e democracia (1964...)*. *As esquerdas no Brasil*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.183-198.

_____. *Movimento estudantil e militarização do estado no Brasil*. (1964-1968). São Paulo: Papyrus, 1987.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a Escola*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990.

NEVES, Clarissa E. Baeta. Educação Superior: (1930-85). In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)*. Vol.4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 310-354.

OLIVEIRA, F. *Paixão e Revolução: Capítulos sobre a história da AP*. 2000. 550 f. Tese (Doutorado em História), IFCH, Universidade Federal Pernambuco, Pernambuco.

OLIVEIRA, Fabiana Pires. *O PC DO B e o Araguaia: a dissidência interna de 1979-1984*. 2005.138 f. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

WASSERMAN, Cláudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro do Brasil”. In PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Vol.1. Porto Alegre: Corag, 2009, p.51-70.

WEISTEINS, Bárbara. Regional vs national history: rethinking categories from a comparative perspective. *Território e fronteiras*. UFMT, v. 4, n. 1, jan-jun, 2003, p. 23-31.

WINN, Peter. O Chile de Allende: socialismo democrático e revolução pela base 1970-1973. In: FORTES, Alexandre (org). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo, Chapecó: Perseu Abramo/Argos, 2005, p. 113-138.

PADRÓS, Enrique Serra; HOLZMANN, Lorena. (orgs). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985. História e Memória*. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2009.

PAES, Maria Helena de Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

RAMOS, Alcides Freire. A luta contra a ditadura militar e o papel dos intelectuais de esquerda. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Janeiro/ Fevereiro/ Março de 2006* Vol. 3, nº 1. Disponível em Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 12 out. 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p.29-52.

_____. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In FORTES, Alexandre (org). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/ Chapecó: Perseu Abramo/Argos, 2005, p. 173-182.

_____.SÁ, J. F. de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

_____.Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. *As esquerdas no Brasil*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.21-51.

_____. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p.213-267.

RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)*. Vol.4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 83-115.

SANTANA, Cristiane Soares. *Maoísmo na Bahia (1967-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 134 f. IFCH, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

_____.Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976). *História Social*, n. 17, p. 113-129, 2009. Disponível em:
<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/historiasocial>. Acesso em: 13 ago. 2010.

SANTOS, Manoel da Conceição. *AP – Chão da minha utopia*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SALES, Jean. Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar, a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Perspectivas Metodológicas; Região e História; questão de método. In: *República em migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 43-49.

SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, André Reis da. A Guerra Fria internalizada: da crise do populismo à política externa do governo Castelo Branco (1964-1967). In: *História: Debates e Tendências/Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História*. – Vol.1, n.1, (junho, 1999). Passo Fundo: UPF, 1999, p. 153-174.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (org). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998.

SOUZA, C.M. de. *Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base*. 2006. 365 f. Tese (Doutorado em História) - IFCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, J.P. Galvão de. *Socialismo e corporativismo em face da encíclica Mater Et Magistra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1963.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

TAMBARA, Elomar C.; QUADROS, Claudemir de; BASTOS, Maria H.C. A educação (1930-80). In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)*. Vol.4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 315-330.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF, Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004, p.67-77.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Da Guerra Fria à crise (1945-1990): as relações internacionais contemporâneas*. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade, 1990.